

# REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Faculdade de Letras da UFMG

V.24 - N° 1



# REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

**Universidade Federal de Minas Gerais**

REITOR: Jaime Arturo Ramírez

VICE-REITORA: Sandra Regina Goulart Almeida

**Faculdade de Letras**

DIRETORA: Graciela Inés Ravetti de Gómez

VICE-DIRETOR: Rui Rothe-Neves

## **Organizadoras**

Heliana Ribeiro de Mello

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

## **Secretária**

Úrsula Francine Massula

## **Editoração eletrônica**

Alan Castellano Valente

Fernando Suzana

## **Revisão**

Alan Castellano Valente

## **Projeto gráfico atualizado**

Marco Antônio Durães

Alda Lopes

## **Capa e projeto gráfico original**

Elson Rezende de Melo

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, v.1 - 1992 - Belo Horizonte, MG,  
Faculdade de Letras da UFMG

Histórico:

1992 ano 1, n.1 (jul/dez)

1993 ano 2, n.2 (jan/jun)

1994 Publicação interrompida

1995 ano 4, n.3 (jan/jun); ano 4, n.3, v.2 (jul/dez)

1996 ano 5, n.4, v.1 (jan/jun); ano 5, n.4, v.2; ano 5, n. esp.

1997 ano 6, n.5, v.1 (jan/jun)

Nova Numeração:

1997 v.6, n.2 (jul/dez)

1998 v.7, n.1 (jan/jun)

1998 v.7, n.2 (jul/dez)

1. Linguagem - Periódicos I. Faculdade de Letras da UFMG, Ed.

CDD: 401.05

ISSN

Impresso: 0104-0588

On-line: 2237-2083

# REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

V. 24 - Nº 1 - JAN./JUN. 2016

## Indexadores:

CSA - Linguistics and Language Behavior Abstract

Directory of Open Access Journals

EBSCO

JournalSeek

Latindex

Matriu d'Informació per a l'Anàlisi de Revistes

Modern Language Association Bibliography

Portal Capes

WorldCat/Online Computer Library Center



# REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

## Editora-chefe

Heliana Ribeiro de Mello (UFMG)

## Comissão Editorial

Aderlande Pereira Ferraz (UFMG)  
Gláucia Muniz Proença de Lara (UFMG)  
Heliana Ribeiro de Mello (UFMG)  
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG)

## Comissão Científica

Aderlande Pereira Ferraz (UFMG)  
Alessandro Panunzi (Università Degli Studi di Firenze, Itália)  
Alina M. S. M. Villalva (Universidade de Lisboa)  
Ana Lúcia de Paula Müller (USP)  
Augusto Soares da Silva (UCP, Braga)  
Beth Brait (PUC-SP / USP)  
Carmen Lucia Barreto Matzenauer (UCPEL)  
César Nardelli Cambraia (UFMG)  
Charlotte C. Galves (UNICAMP)  
Cristina Name (UFJF)  
Deise Prina Dutra (UFMG)  
Diana Luz Pessoa de Barros (USP / Mackenzie-SP)  
Edwiges Morato (UNICAMP)  
Emília Mendes Lopes (UFMG)  
Esmeralda V. Negrão (USP)  
Gabriel de Avila Othero (UFRGS)  
Gerardo Augusto Lorenzino (Temple University)  
Gláucia Muniz Proença de Lara (UFMG)  
Hanna Batoréu (Univ. Aberta, Lisboa)  
Heliana Ribeiro de Mello (UFMG)  
Heronides Moura (UFSC)  
Hilario Bohn (UCPEL)  
Hugo Mari (PUC-Minas)  
Ieda Maria Alves (USP)  
Ivã Carlos Lopes (USP)  
Jairo Nunes (USP)  
João Antônio de Moraes (UFRJ)  
João Miguel Marques da Costa (Univ. Nova, Lisboa)  
João Queiroz (UFJF)  
João Saramago (Univ. de Lisboa)  
John Robert Schmitz (UNICAMP)  
José Borges Neto (UFPR)  
Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP)  
Leo Wetzels (Free University of Amsterdam)  
Leonel Figueiredo de Alencar (UFC)  
Lodenir Becker Karnopp (UFRGS)  
Lorenzo Vitral (UFMG)

Luiz Amaral (University of Massachusetts Amherst)  
Luiz Carlos Cagliari (UNESP)  
Luiz Carlos Travaglia (UFU)  
Marcelo Barra Ferreira (USP)  
Márcia Cançado (UFMG)  
Márcio Leitão (UFP)  
Marcus Maia (UFRJ)  
Maria Antonieta Amarante M. Cohen (UFMG)  
Maria Bernadete Marques Abaurre UNICAMP.  
Maria Cecília Camargo Magalhães (UFRJ)  
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG)  
Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR)  
Maria do Carmo Viegas (UFMG)  
Maria Luiza Braga (PUC/RJ)  
Maria Marta P. Scherre (UnB)  
Milton do Nascimento (PUC-Minas)  
Monica Santos de Souza Melo (UFV)  
Paulo Gago (UFRJ)  
Philippe Martin (Université Paris 7)  
Rafael Nonato (Museu Nacional – UFRJ)  
Raquel Meister Ko. Freitag (UFS)  
Roberto de Almeida (Concordia University)  
Ronice Müller de Quadros (UFSC)  
Ronald Beline (USP)  
Rove Chishman (UNISINOS)  
Sanderléia Longhin-Thomazi (UNESP)  
Sergio de Moura Menuzzi (UFRGS)  
Seung- Hwa Lee (UFMG)  
Sirio Possenti (UNICAMP)  
Thais Cristofaro Alves da Silva (UFMG)  
Tony Berber Sardinha (PUC-SP)  
Ubiratã Kickhöfel Alves (UFRGS)  
Vander Viana (University of Stirling, UK)  
Vanise Gomes de Medeiros (UFF)  
Vera Lucia Lopes Cristovão (UEL)  
Vera Menezes (UFMG)  
Wilson José Leffa (UCPel)

## Pareceristas *ad hoc*

Antônio Luiz Assunção (UFSJ)  
Elmo Santos (UFBA)  
Erotilde Goretí Pezatti (UNESP)  
Fernanda Lunkes (UFSB)  
Izete Lehmkuhl Coelho (UFSC)  
Kátia Menezes de Sousa (UFSCar)  
Luiz Francisco Dias (UFMG)

Maria Juliana Soares (Centro Univ. UNA / Acad. da Polícia Militar de Minas Gerais)  
Mariney Pereira (UnB)  
Odete Pereira da Silva Menon (UFPR)  
Sirio Possenti (UNICAMP)  
Valdir Flores (UFRGS)  
Vanice Maria Oliveira Sargentini (UFSCar)

# Sumário / Contents

## **Um experimento sobre a interpretação de metáforas: investigando o papel dos esquemas imagéticos, da semântica e do contexto**

An experiment on the interpretation of metaphors: investigating the role of image schemes, semantics and context

*Viviane Folden*

*Heronides Moura*

*Mailce Borges Mota*

*Gustavo Estivalet* ..... 7

## **A Semiologia de Saussure como Epistemologia do Conhecimento**

The Semiology of Saussure as a Knowledge Epistemology

*Waldir Beividas* ..... 35

## **Perception of Intonational Patterns and Speaker's Intentionality in English Yes-No Questions Produced by Brazilians**

Percepção de Padrões Entoacionais e da Intencionalidade dos falantes em Interrogativas Totais do Inglês Produzidas por Brasileiros

*Leonice Passarella dos Reis*

*Alison Roberto Gonçalves*

*Rosane Silveira* ..... 65

## **Gramaticalização dos juntores ainda, assim e logo: um estudo da variedade mato-grossense do português brasileiro**

Grammaticalization of *ainda*, *assim* and *logo* as linking words: a study on the variety of the mato-grossense Portuguese

*Lúcia Regiane Lopes-Damasio*

*Grasiela Veloso dos Santos* ..... 99

**Formas tratamentais em cartas escritas em Pernambuco (1869-1969): tradição discursiva e sociopragmática**

Forms of address in letters written in Pernambuco (1869-1969): discursive tradition and sociopragmatic

*Valéria Severina Gomes*

*Célia Regina dos Santos Lopes* ..... 137

**A identidade religiosa na antroponímia de Marechal Cândido Rondon**

Religious identity on Marechal Cândido Rondon anthroponymy

*Márcia Sipavicius Seide*

..... 167

**Diferentes tendências em pesquisas sobre a fala egocêntrica: análise de produções brasileiras**

Different tendencies in research on egocentric speech: analysis of Brazilian productions

*Alessandra de Moraes*

*Bruna Assem Sasso* ..... 187

**A memória cognitivo-discursiva: entre discurso, psicanálise e cognição**

The cognitive memory discourse: between discourse, psychoanalysis and cognition

*Bruno Focas Vieira Machado*

..... 225

**O discurso acadêmico sobre o professor na era digital**

The academic discourse about the teacher in the digital age

*Eliana Maria Severino Donoio Ruiz*

..... 257

**A sinalização das relações de coerência por conectores torna a identificação das relações mais fácil? Uma investigação do reconhecimento das relações pelos destinatários do discurso**

Signaling coherence relations by means of discourse markers makes identification of the relations easier? An investigation of the recognition of the relations by discourse addressees

*Juliano Desiderato Antonio*

..... 293

# Um experimento sobre a interpretação de metáforas: investigando o papel dos esquemas imagéticos, da semântica e do contexto

*An experiment on the interpretation of metaphors: investigating the role of image schemes, semantics and context*

Viviane Folden

University of South Florida, Tampa (USF), Flórida, Estados Unidos.  
viviane.vilar@uol.com.br

Heronides Moura

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.  
heronides@uol.com.br

Mailce Borges Mota

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.  
mailcemota54@gmail.com

Gustavo Estivalet

Laboratoire sur le Langage, le Cerveau et la Cognition, Université de Lyon, França.  
gustavolopezestivalet@gmail.com

**Resumo:** Tendo como base os conceitos da semântica cognitiva, investigamos a contribuição relativa (CR) de restrições imagéticas, contextuais e semânticas no processamento de metáforas. Participaram do estudo 53 indivíduos falantes de português brasileiro que foram solicitados a realizar tarefas de *priming* em três condições: uma condição de *priming* imagético, uma condição de *priming* contextual e uma condição de *priming* semântico. Juntos, os resultados da análise estatística mostram que os participantes foram sensíveis aos elementos linguísticos – semânticos e contextuais –, ao qual uma metáfora está conectada e que a restrição contextual é a que mais influencia a interpretação da metáfora, seguida da restrição semântica.

**Palavras-chave:** semântica cognitiva, processamento metafórico, contexto, esquema imagético.

**Abstract:** Based on the constructs of cognitive semantics, we investigated the relative contribution of imagetic, contextual, and semantic restrictions to the processing of metaphors. Fifty-three native speakers of Brazilian Portuguese participated in the study and were required to perform priming tasks under three conditions: an imagetic priming condition, a contextual priming condition, and a semantic priming condition. Together, the results of the statistical analysis show that participants were sensitive to the linguistic elements – semantic and contextual –, to which a metaphor is connected, and that the processing of metaphors is heavily influenced by contextual restrictions first, then followed by semantic restrictions.

**Keywords:** cognitive semantics, metaphoric processing, context, image scheme.

Recebido em: 28 de setembro de 2014.

Aprovado em: 9 de junho de 2015.

## 1 Introdução

Esta pesquisa visa determinar o papel representado por três tipos de restrições que interferem no processamento de metáforas: restrições imagéticas, restrições contextuais e restrições semânticas. Embora hajam muitos estudos indicando que essas três variáveis são importantes para a interpretação de uma metáfora (KITTAI; LEHRER, 1981; LAKOFF; JOHNSON, 1980 [2002]; LAKOFF, 1987; GLUCKSBERG; KEYSAR, 1990; GIBBS, 1994; MCGLONE, 1996; LAKOFF; JOHNSON, 1999; LEEZENBERG, 2001; MOURA, 2006, 2007; PINKER, 2008), ainda não fica claro qual é a força relativa de cada uma dessas restrições no processamento da metáfora.

O objetivo desta pesquisa foi investigar o papel de restrições imagéticas, semânticas e contextuais no processamento de instâncias metafóricas analisadas por meio de estudo experimental. Pretendeu-se

responder às seguintes perguntas: a) qual é a contribuição relativa (CR) de cada uma das restrições?; e b) houve diferença significativa no resultado das tarefas no que diz respeito à CR das restrições para a ativação de determinada interpretação de uma metáfora?

A hipótese deste trabalho é a de que o processamento (interpretação) de uma instância metafórica é determinado por restrições lexicais (restrições impostas pelo *priming* semântico dos elementos que ocorrem na posição de veículo dessas metáforas), restrições imagéticas (restrições impostas pelos esquemas imagéticos associados aos veículos das metáforas) e restrições contextuais (restrições impostas pelo contexto discursivo em que se situa a metáfora).

Esta pesquisa teve por base conceitos e perspectivas da semântica cognitiva. O significado da metáfora foi visto como resultado de um processo de construção, com base em restrições semânticas, imagéticas e contextuais. Assumimos, assim, a definição de Croft e Cruse (2009, p. 194):<sup>1</sup>

Os linguistas cognitivistas rejeitam a chamada teoria da substituição da metáfora, segundo a qual a expressão metafórica substitui alguma expressão literal. Isso tem o mesmo significado. Metáforas ‘verdadeiras’, em geral, não são literalmente parafraseáveis: elas têm algo que não tem expressão literal. [...] O significado metafórico não é, pelo menos em seus aspectos funcionais básicos, um tipo especial de significado: é antes um processo de construção para se chegar a, ou interpretar, um significado.

Supomos, assim, que o processo de interpretação de metáforas envolve um percurso cognitivo regido por essas três restrições:

---

<sup>1</sup> Original: “Cognitive linguists reject the so-called substitution theory of metaphor, according to which a metaphorical expression replaces some literal expression. That has the same meaning. Metaphors (‘true’ metaphors), in general, are not literally paraphrasable: they have a character that no literal expression has. [...] Metaphorical meaning is not, at least in basic functional respects, a special kind of meaning: it is rather the case that metaphor is the result of a special process for arriving at, or construing, a meaning.” (CROFT; CRUSE, 2009, p. 194).

imagéticas, semânticas e contextuais. Ou seja, o processamento da metáfora é visto como aberto e variável, mas não livre de qualquer condicionamento. As restrições apontadas funcionam como *input* para o processo de interpretação.

A base de dados de metáforas foi constituída de metáforas sobre emoções, em língua portuguesa, coletadas nos exemplares de uma revista feminina de circulação nacional: “Marie Claire”. Essa escolha se deu devido ao fato de que, por se tratarem de depoimentos reais sobre a vida cotidiana e por esses depoimentos serem imbuídos de emoção, a linguagem empregada nesses depoimentos é carregada dessas metáforas. Assim, uma vez que, de certa forma, a “emoção” e o sentimento passam a ser protagonistas desses discursos, tanto por parte dos falantes que enunciam essas metáforas quanto por parte dos leitores que as interpretarão, percebeu-se, então, um repertório de dados farto e produtivo para a construção dessa base de dados para a presente pesquisa.

Há uma relação muito forte entre emoção e metáfora. Kövecses (2004, p. 20) defende que “a metáfora é bastante presente não apenas na linguagem que as pessoas usam quando falam de emoções, mas também que ela é essencial para a compreensão de boa parte dos aspectos da conceptualização da emoção e da experiência emocional”<sup>2</sup>. A linguagem figurativa é também um instrumento de reconstrução do “self” na situação interacional, permitindo uma reelaboração conceitual de experiências pessoais marcantes e mesmo traumáticas (KUPFERBERG, 2007).

A coleta das metáforas foi realizada no período de maio de 2010 a setembro de 2012. Foram analisados textos de depoimentos de leitoras e leitores da “Marie Claire”, de volumes de 2009 a 2012, que escrevem à revista porque querem ter suas histórias de vida publicadas. Desses textos, foram retiradas as instâncias metafóricas analisadas nesta pesquisa.

A parte experimental desta pesquisa foi constituída de um experimento composto por três tarefas interligadas e contrabalanceadas

---

<sup>2</sup> Original: “[...] metaphor not only pervades the language people use about the emotions, but also that it is essential to the understanding of most aspects of the conceptualization of emotion and emotional experience”.

entre si. A metodologia experimental e de análise dos resultados deste experimento será apresentada na próxima seção.

A metodologia de análise de dados derivados da aplicação das tarefas com os participantes constou de análises estatísticas para se avaliar qual a CR de cada restrição e se houve a prevalência de uma sobre outra. No presente estudo, foram utilizados os testes estatísticos *Teste-T de Student* e Análises de Variância (ANOVA). Em todos os testes, o valor do *alpha* foi estabelecido em 0.05. Com isso, pretendeu-se verificar se as restrições propostas neste trabalho podiam ser ranqueadas hierarquicamente.

Antes de sua realização, este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), de número 31.681, e como parte da metodologia desenvolvida para esta pesquisa, foi realizado um estudo piloto, a fim de se testarem os instrumentos que seriam utilizados.

## 2 Experimento

Para os objetivos deste trabalho, foi realizado um experimento composto por três tarefas interligadas. As três tarefas foram as seguintes: 1) tarefa de restrição imagética; 2) tarefa de restrição semântica; e 3) tarefa de restrição contextual.

A tarefa de restrição imagética apresenta uma metáfora seguida de um esquema imagético (uma animação) como *priming*, a fim de motivar uma restrição não verbal na escolha da resposta que o participante deveria subsequentemente realizar.

A tarefa de restrição semântica apresenta uma metáfora seguida de uma palavra-chave como *priming*, a fim de motivar uma restrição semântica na escolha da resposta que o participante deveria realizar em seguida. A palavra escolhida como *priming*, nessa tarefa, mantém alguma conexão semântica com o veículo da metáfora a ser interpretada, por isso denominamos a tarefa como sendo de restrição semântica, embora ela seja estimulada pela apresentação de um item lexical. É possível que esse *priming* esteja associado à memória semântica evocada pelo veículo da metáfora.

Finalmente, a tarefa de restrição contextual apresenta diretamente uma metáfora contextualizada como *priming*, a fim de motivar uma restrição contextual da metáfora na resposta que o participante deveria realizar posteriormente. O contexto, nesta tarefa, é constituído de um excerto de texto retirado da base de dados, contendo a metáfora a ser analisada.

Foram selecionados 42 participantes, sendo 21 do sexo feminino e 21 do sexo masculino, adultos, universitários – graduandos e pós-graduandos –, alguns dos quais já frequentaram ou estão frequentando mais de um curso universitário. O objetivo da escolha desse perfil foi obter participantes com acesso a vários meios de informação e leitura, para que eles possivelmente tivessem tido contato com uma diversidade de metáforas e de expressões idiomáticas correntes na língua portuguesa do Brasil. Para a pilotagem dos experimentos, foram considerados outros 11 participantes, perfazendo um total de 53, todos voluntários.

Esses participantes foram contatados pessoalmente por meio de um convite informal para que comparecessem ao laboratório do Núcleo de Estudos em Semântica Lexical (NES), da UFSC. No laboratório do NES, os voluntários responderam a um questionário informativo e também leram e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para o experimento conduzido nesta pesquisa, foram utilizados os seguintes materiais: 1) as tarefas aplicadas tanto no experimento quanto no estudo piloto foram programadas no *software* específico para o desenvolvimento de tarefas psicológicas *E-Prime v2.0 Professional*<sup>3</sup> (SCHNEIDER; ESCHMAN; ZUCCOLOTTO, 2007), desenvolvido pela *Psychology Software Tools, Inc.* (PSTNET); 2) as tarefas foram apresentadas aos participantes em um computador portátil de 14 polegadas Samsung RV420 e foram desenvolvidas para que os participantes a realizassem de forma absolutamente autônoma, apenas seguindo as instruções que apareceriam na tela.

Para tanto, desenvolveram-se 30 estímulos, sendo 21 instâncias metafóricas e nove distratores, formados a partir de instâncias metafóricas selecionados de textos de uma revista feminina de circulação nacional no

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.pstnet.com/eprime.cfm>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

Brasil, “Marie Claire”, da Editora Globo no período de maio de 2010 a setembro de 2012. Tendo em vista que o estudo é formado por três tarefas em diferentes modalidades de restrição metafórica (imagética, semântica e contextual), cada uma dessas instâncias metafóricas foi associada aos três tipos de *priming*, totalizando 90 possibilidades de estímulos. Assim, esses estímulos foram contrabalanceados e divididos em três listas de 30 estímulos (10 estímulos diferentes para cada tipo de *priming*), de forma que os participantes não vissem a mesma metáfora duas vezes.

Desses textos foram retiradas as instâncias metafóricas e expressões idiomáticas que seriam analisadas nesta pesquisa. Essas metáforas e expressões não foram inseridas nas tarefas tal qual apareciam nos textos originais das revistas. Como a estimulação foi 100% visual e de leitura, houve manipulação do número de sílabas dos estímulos, visando o controle do tempo de exposição desses estímulos em tela.

Analisaram-se 30 exemplos de sentenças, entre elas, 21 metáforas e nove expressões idiomáticas. Como critério metodológico de classificação dessas sentenças em metáforas (M) e expressões idiomáticas (E), foi decidido que seriam consideradas como expressões idiomáticas as sentenças que ocorrem com mais frequência na língua portuguesa do Brasil. Ou seja, optamos por um critério de uso, e não por um critério semântico.

Uma expressão idiomática é reconhecida, do ponto de vista do processamento, quando a sua configuração típica é facilmente identificada. Por esse aspecto, o processo de reconhecimento de uma expressão idiomática se assemelha ao reconhecimento de palavras, e não ao de frases. Por outro lado, no reconhecimento de uma expressão idiomática, ao contrário do que ocorre com palavras, não há ativação imediata de vários sentidos possíveis. A interpretação só é realizada quando a palavra-chave da expressão idiomática é ativada (GLUCKSBERG, 2001, p. 6). Assim, por exemplo, na expressão idiomática “João bateu as botas”, o reconhecimento da expressão ocorre quando a palavra-chave “botas” é enunciada. Há uma configuração comum e reconhecível da expressão idiomática, ao passo que essa configuração não se faz presente em metáforas como “enterrei o desejo”. Uma diferença plausível, portanto, entre expressão idiomática e metáfora

é que há uma palavra-chave (do ponto de vista do processamento), no caso da expressão idiomática, ao passo que tal palavra favorecedora do reconhecimento não está presente no caso da metáfora.

O tempo de exibição das metáforas em estímulos foi ajustado, dependendo do número de sílabas (200 milissegundos para cada sílaba), para que as sentenças tivessem o mesmo nível de dificuldade. Os estímulos (metáforas e distratores) também foram manipulados para que não excedessem 2.000 milissegundos de exposição. Outra manipulação metodológica ocorreu com os estímulos para a escolha da interpretação por parte dos participantes. Como a média de tempo de exposição para esses estímulos seria superior a 5.000 milissegundos, devido ao número de sílabas totais das quatro opções de respostas, foi decidido que o tempo de exposição seria fixado em 5.000 milissegundos, para que o participante efetuasse sua escolha de interpretação e a tarefa continuasse.

De uma forma geral, os participantes deveriam primeiramente observar e ler a M ou E, observando o *priming* – animação quando imagético, item lexical quando restrição semântica, ou o contexto em que a metáfora foi produzida, quando contextual. A tarefa do participante era de escolher uma resposta entre quatro opções, apresentadas ao final de cada estímulo. Cada uma dessas respostas tinha uma relação com o veículo da metáfora e o estímulo apresentado, sendo assim: 1) resposta correta (C), 2) resposta neutra (N), 3) resposta antônima (A) e 4) resposta impossível (I). Destaca-se que esta ordem foi alterada de acordo com o quadrado latino, quando na programação das tarefas, para que os participantes não se acostumassem com o padrão de respostas.

Para todos os conjuntos de opções de interpretação (1, 2, 3, 4), havia: uma resposta correta; uma resposta também correta, mas neutra, isto é, que pudesse ser associada à interpretação da metáfora; uma resposta antônima; e uma resposta absolutamente impossível, ou distratora. Damos abaixo, no Quadro 1, um exemplo de metáfora usada nas tarefas, e as respostas oferecidas:

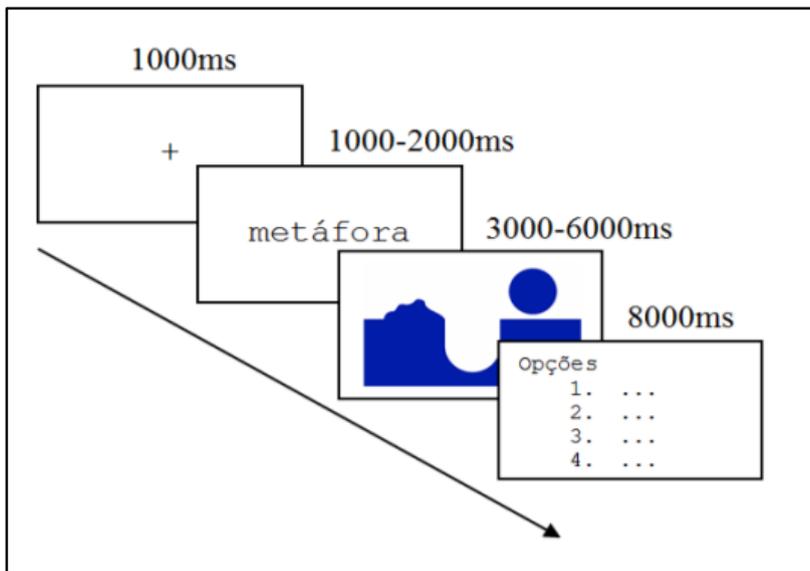
Quadro 1 – Exemplo de metáfora e as respectivas respostas

Resposta	Frase
Metáfora	Enterrei esse desejo.
Resposta Correta (C)	Resisti à atração física.
Resposta Neutra (N)	Esqueci que desejava algo.
Resposta Antônima (A)	Mostrei o que sentia.
Resposta Impossível (I)	Perdi a fome.

Fonte: os autores.

A Figura 1 a seguir representa a sequência da Tarefa 1:

Figura 1 – Sequência de apresentação da Tarefa 1 (imagética)<sup>4</sup>

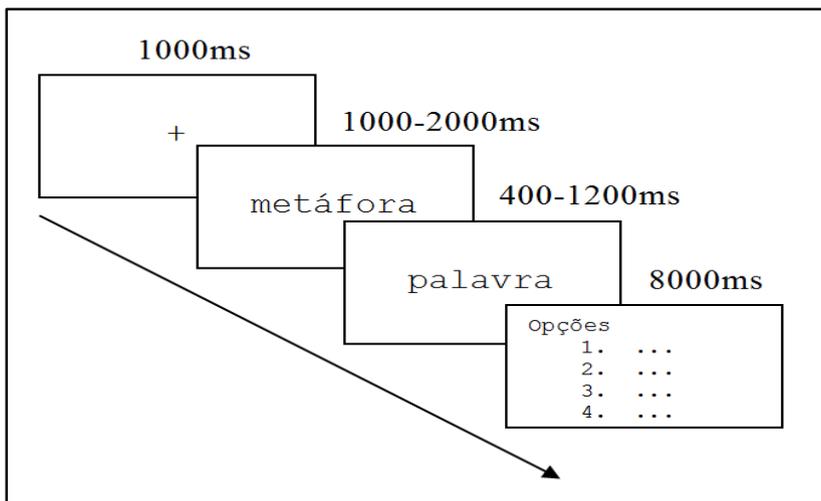


Fonte: os autores.

<sup>4</sup> Deve-se ter em mente que os esquemas imagéticos foram apresentados em forma de animação. Por exemplo, o desenho desta figura (para a metáfora “enterrei esse desejo”) ilustra uma animação em que a bolinha à direita cai no buraco, e o monte de areia à esquerda recobre a bolinha. Era essa animação que o participante via.

A Figura 2 a seguir ilustra a sequência da Tarefa 2.

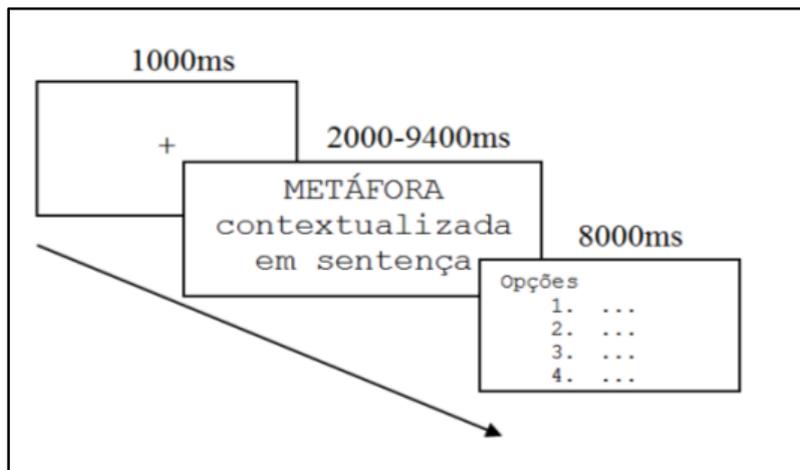
Figura 2 – Sequência de apresentação da Tarefa 2 (lexical)



Fonte: os autores.

E a Figura 3 a seguir ilustra a sequência da Tarefa 3.

Figura 3 – Sequência de apresentação da Tarefa 3 (contextual)



Fonte: os autores.

### 3 Resultados e Discussão

Nesta seção são descritos os resultados do estudo e, ao final de cada análise, esses resultados são discutidos. Após a análise da acurácia geral de respostas aos estímulos, da acurácia de respostas aos estímulos sem os distratores e da acurácia por *priming* ou tarefa, pode-se perceber um primeiro comportamento do tipo de restrição em relação à acurácia das respostas para cada tipo de *priming*. Observa-se que as respostas corretas representam 27,34% das respostas totais. Mais do que isso, observa-se que os participantes tendem a errar mais as metáforas apresentadas com um *priming* imagético, já que essas são o tipo de metáforas que têm mais erros (76,21% de erros), em relação ao *priming* semântico (70,21%) e do *priming* contextual (71,56%). Sendo assim, pode-se identificar uma diferença entre esquema imagético e informação linguística ou verbal. Consideramos que as restrições podem ser de dois tipos: não verbais (imagéticas) e verbais (semânticas e contextuais).

Após a retirada dos distratores, equivalente a 30% do total das respostas, a proporção de acurácia continua praticamente a mesma, apresentando com um pequeno aumento (27,94%), certamente devido a possibilidade de haver quatro respostas possíveis, deixando uma grande abertura para a escolha da interpretação, bem como a sensação de necessidade de uma escolha rápida por parte do participante.

Em seguida, foi feita a análise apenas sobre as respostas corretas para cada tipo de tarefa ou restrição, conforme a Tabela 1, e, ao final, foi feita uma análise de erro para melhor se compreender o comportamento geral dos dados obtidos.

Tabela 1 – Respostas corretas

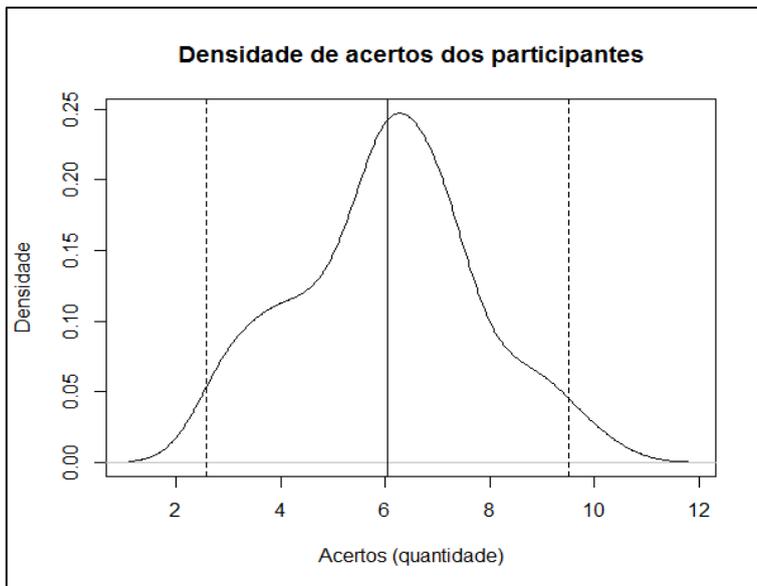
<i>Priming</i>	Número de acertos	Porcentagem de acertos
Imagético	65	24,62%
Semântico	99	37,50%
Contextual	100	37,88%

Fonte: os autores.

Conforme dito anteriormente, fica claro que as respostas dos participantes em relação às metáforas apresentadas com *priming* linguístico (semântico e contextual) têm um resultado mais acurado de acertos em relação à escolha da interpretação, ao passo que as metáforas com *priming* imagético têm maior quantidade e proporção de erros.

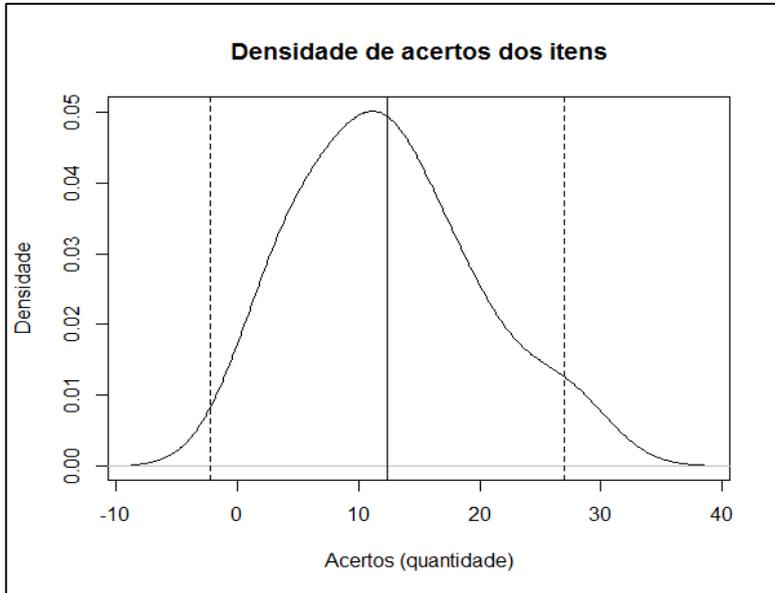
Na distribuição da densidade dos acertos no Gráfico 1 para participantes, a seguir, percebeu-se que a maior parte deles obteve seis acertos das 21 metáforas. No gráfico de itens, Gráfico 2, observou-se que cada item teve em média 10 respostas corretas. A linha contínua sinaliza a média geral, e as linhas pontilhadas sinalizam a média geral mais e menos 2 desvios-padrão. A média de densidade de acerto dos participantes foi de 6,05 com desvio-padrão de 1,73; e a média de densidade de acerto dos itens foi de 12,38, com desvio-padrão de 7,32.

Gráfico 1 – Densidade de acertos dos participantes



Fonte: os autores.

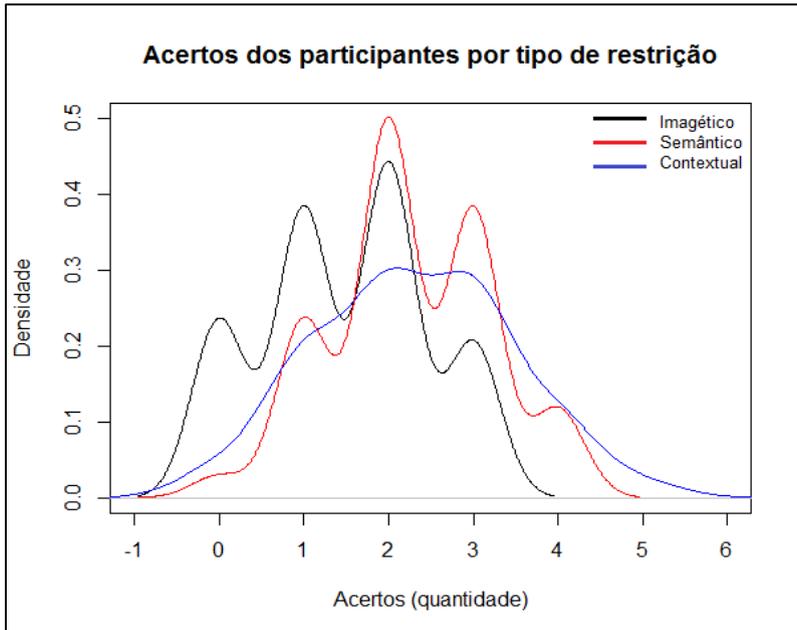
Gráfico 2 – Densidade de acertos dos itens



Fonte: os autores.

No Gráfico 3, os valores menores que 0 (zero) devem ser desconsiderados, pois a função de densidade utiliza uma distribuição normal e, tendo em vista o grande número de erros, ele acaba criando uma cauda à esquerda de 0. No entanto, é interessante observar que, em relação às respostas dos participantes, as metáforas com o *priming* imagético têm uma distribuição de densidade diferente das metáforas com *priming* semântico e *priming* contextual. Estas últimas têm um comportamento bem semelhante.

Gráfico 3 – Densidade de acertos dos participantes por tipo de restrição



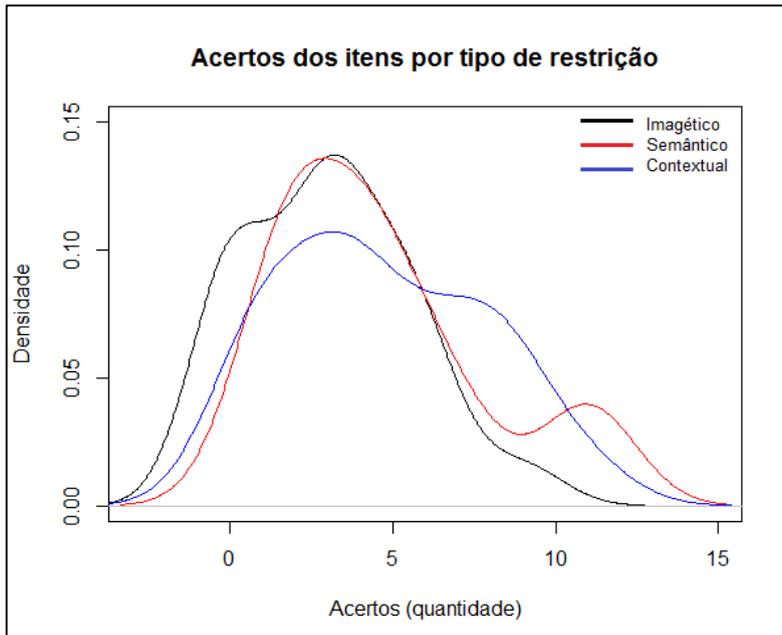
Fonte: os autores.

Igualmente, no Gráfico 4, os valores menores que 0 devem ser desconsiderados, pois a função de densidade utiliza uma distribuição normal e, tendo em vista o grande número de erros, ele acaba criando uma cauda à esquerda de 0. Contudo, é interessante observar que, em relação às respostas dos itens, as metáforas com *priming* imagético têm uma distribuição de densidade com dois picos e, em seguida, uma queda brusca do número de respostas corretas, ao passo que as distribuições de metáforas com *priming* semântico e *priming* contextual têm uma descida à direita mais atenuada e, no caso do *priming* semântico, com dois picos pequenos em quatro e sete respostas corretas.

Logo, pode-se observar que os participantes parecem ter, de modo geral, o mesmo tipo de comportamento com *primings* linguísticos. Enfim, nesses dois gráficos, verifica-se que as metáforas com *priming*

contextual têm distribuição mais regular e mais próxima da distribuição normal.

Gráfico 4 – Densidade de acertos dos itens por tipo de restrição



Fonte: os autores.

Dois grupos foram analisados por meio de ANOVAs: F1 – participantes e F2 – itens:  $F1(2, 126) = 8,98, p < 0,001$  e  $F2(2, 60) = 2,06, p = 0,081$ . Esse resultado significativo mostra que há uma diferença em relação à taxa de acertos entre os tipos de *priming*.

De imediato, percebe-se que há uma diferença significativa entre *priming* imagético e contextual e entre *priming* semântico e imagético, mas não significativa entre semântico e contextual. Esse resultado vai perfeitamente ao encontro dos primeiros dados apresentados anteriormente.

Neste ponto, é interessante observar que se encontra efeito do tipo de *priming* para F1, “participantes”, mas não se encontra nenhum efeito em relação ao tipo de *priming* para F2, “itens”. Esses resultados podem ser interpretados como: para os participantes, o tipo de *priming*

influência na resposta a ser escolhida, ou seja, *primings* linguísticos (imagéticos e contextuais) permitem maior número de repostas corretas em relação ao *priming* imagético e essa diferença é estatisticamente significativa.

Para os “itens”, independentemente do tipo de *priming*, não há uma diferença estatística significativa em relação ao número de acertos. Assim, podemos chegar à hipótese de que as metáforas não estão associadas a nenhum tipo de representação, nem imagética, nem semântica, nem contextual. Ou seja, a metáfora 1 (*enterrei esse desejo*), por exemplo, não é mais interpretável com *priming* imagético, nem semântico, nem contextual. Mas existe a necessidade de um estudo futuro, somente sobre as metáforas, para que se comprove essa hipótese, ou seja, para investigar se determinada ocorrência metafórica é mais facilmente interpretada em função do tipo de estímulo.

A fim de identificarem-se exatamente as diferenças significativas através de comparações planejadas, o mesmo tipo de análise empreendido anteriormente foi realizado com meio de *Testes-T*. Assim, há somente uma diferença estatística significativa entre *priming* imagético e *priming* semântico e entre *priming* imagético e *priming* contextual para T1, ou seja, para participantes, conforme a Tabela 2, a seguir.

No entanto, por meio dos *Testes-T*, pode-se verificar que as diferenças entre imagem e semântica e entre imagem e contexto são marginais: 0,086 e 0,067, respectivamente, o que apoia ainda mais a hipótese de que os *priming* linguísticos têm um comportamento diferente do *priming* imagético.

Tabela 2 – Testes-T

<b>Comparação</b>	<b>Teste-T</b>
Imagético – Semântico	T1(83) = 3,67, p < 0,001 ** T2(38) = 1,76, p = 0,086
Imagético – Contextual	T1(82) = 3,53, p < 0,001 ** T2(39) = 1,88, p = 0,067
Semântico – Contextual	T1(81) = 0,20, p = 0,835 T2(40) = 0,09, p = 0,923

Fonte: os autores.

Antes de se realizar a análise de item, foi importante compreender o comportamento das respostas dos participantes de uma forma geral. Lembrando-se de que os participantes tinham quatro opções de resposta, obteve-se a seguinte distribuição das respostas: 369 (27,34%) respostas corretas (C), 652 (48,30%) respostas neutras (N), 83 (6,15%) respostas antônimas (A), 111 (8,21%) respostas impossíveis (I) e 135 (10,00%) respostas nulas (NULL).

De acordo com o esperado, percebe-se que houve um número muito menor para as respostas A e I, assim como estímulos que não foram respondidos (NULL). O maior número de respostas se concentrou em C e N. Note-se que houve mais respostas para N do que para C. Esses resultados podem ser interpretados como evidência para o fato de que, frente a alguma dificuldade para escolher as respostas, ou mesmo a por conta da formulação das opções, os participantes preferem escolher uma resposta mais “neutra” a se comprometerem com uma resposta mais restrita.

Outra explicação para esse resultado é que várias escolhas de opções de respostas N são respostas corretas também. Considera-se que a interpretação de uma metáfora, ainda que seja condicionada por restrições verbais e não verbais, não é um processo inteiramente determinístico, que conduz necessariamente a um único resultado.

Em seguida, comparando-se o número de respostas para cada tipo de resposta em relação aos diferentes tipos de priming, obtem-se a Tabela 3.

Tabela 3 – Respostas por tipo de restrição

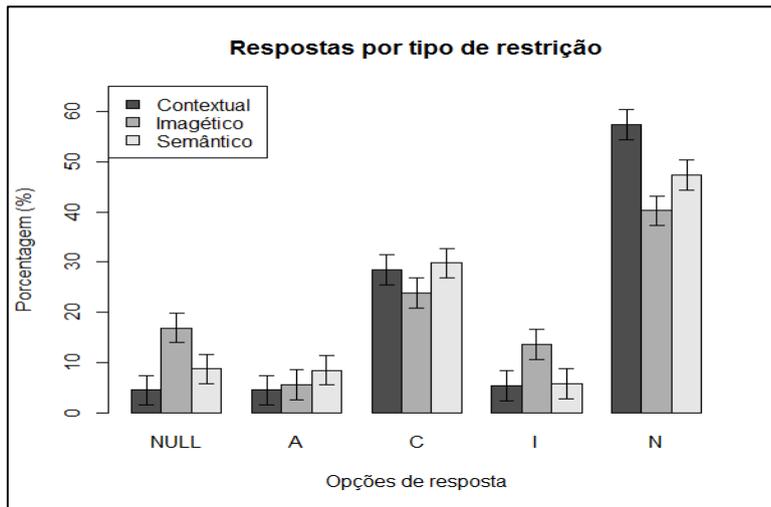
Resposta/ <i>Priming</i>	Contexto	Imagem	Semântica
NULL	20	76	39
A	20	25	38
C	128	107	134
I	24	61	26
N	258	181	213

Fonte: os autores.

Na Tabela 3, foram plotados os mesmos dados, mas invertendo-se as categorias de X e da legenda. Sendo assim, pode-se fazer uma análise inversa. Para *priming* contextual, as respostas mais eliciadas foram C (correta) e N (neutra). Isso mostra que, efetivamente quando se tem o contexto, têm-se mais condições de compreender uma metáfora, ou ao menos compreendê-la de forma neutra. Já para o *priming* imagético, verifica-se que as opções NULL (ou seja, sem resposta) e I (impossível) foram mais eliciadas do que no caso dos outros estímulos. Isso nos leva a concluir que o *priming* imagético é o mais estrutural e concreto, e o que menos ajuda. Em tese, seria mais eficaz, mas não é. Ou seja, os resultados mostram que os fatores mais propriamente linguísticos são mais relevantes para a interpretação de metáforas. O *priming* imagético pode também inibir uma resposta, ou mesmo a resposta correta.

Em seguida, de acordo com o Gráfico 5, verificamos que a C (correta) foi eliciada principalmente pelos *primings* linguísticos (semântico e contextual). Inversamente à C, I (resposta impossível) teve um maior número de respostas eliciadas pelo esquema imagético. Ou seja, apenas a representação imagética permite as mais diversas interpretações, e elas podem ser até impossíveis.

#### Gráfico 5 – Respostas por tipo de restrição



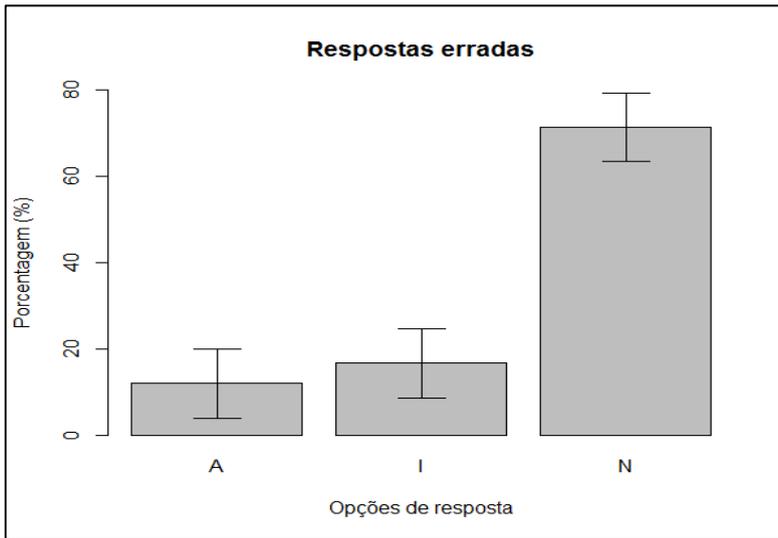
Fonte: os autores.

Isso é um dado que deve ser observado, pois mostra que a interpretação de metáforas não está ancorada, preponderantemente, em esquemas imagéticos, ao contrário do que dizem Lakoff e Johnson (1980 [2002]). Finalmente, para a resposta N, o maior número de respostas eliciadas foi para contexto. Assim, infere-se que o contexto de fato ajuda a interpretação pois favorece aquelas interpretações que são possíveis.

Finalmente, o *priming* semântico eliciou principalmente as opções A, C e N, o que leva à conclusão de que, além das respostas corretas ou neutras ativadas por esse *priming*, pode ser ativada uma interpretação contrária (A), pois apenas uma palavra, ainda que conectada semanticamente à metáfora, muitas vezes não basta para se chegar à interpretação correta.

Com a retirada de todas as respostas corretas e distratores dos dados, o que perfaz 57,26% do total dos dados, seguiu-se a análise de erro. Obtem-se, assim, o Gráfico 6:

Gráfico 6 – Respostas erradas gerais



Fonte: os autores.

Observando-se o Gráfico 6, fica claro que, com a exclusão das respostas corretas, as respostas mais realizadas foram as neutras, seguidas das impossíveis e, finalmente, das respostas antônimas.

A hipótese levantada anteriormente parece ganhar um novo argumento no sentido de que, na dúvida entre uma representação metafórica fechada, os participantes preferem escolher uma resposta mais neutra. Em seguida, na Tabela 4, são apresentadas as respostas realizadas em contraste com o tipo de restrição:

Tabela 4 – Respostas por tipo de restrição

<i>Priming</i> / Resposta	A	I	N
Contexto	13	23	162
Imagem	24	54	113
Semântica	32	19	137

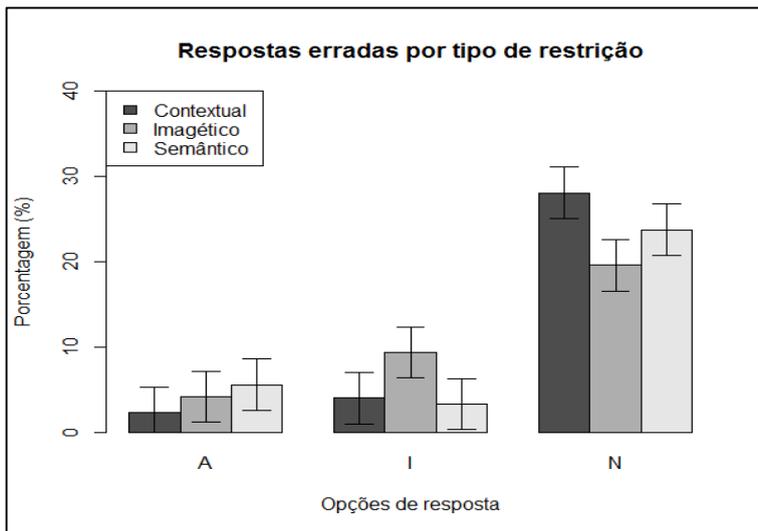
Fonte: os autores.

Note-se que, se contamos as N como corretas, ainda assim, o índice de acerto de *priming* imagético é inferior. Ou seja, as restrições contextuais e semânticas favorecem o acerto, tanto se considerarmos as

respostas corretas e neutras juntas quanto se considerarmos apenas as respostas corretas.

Dessa forma, o mais razoável é aceitar que os participantes consideraram como certas não apenas o que o experimento chamou de C mas também o que o experimento chamou de N.

Gráfico 7 – Respostas erradas por tipo de restrição



Fonte: os autores.

A análise já realizada anteriormente parece ganhar ainda mais força no sentido de que o esquema imagético é o que mais permite

respostas impossíveis, justamente por ser uma representação mais estrutural ou esquemática, dando muito mais liberdade aos indivíduos na representação do conteúdo da metáfora.

Como se pode observar no Gráfico 7, as restrições contextuais são as que mais apresentam respostas neutras, seguidas das restrições semânticas e imagéticas. Novamente, as restrições linguísticas são as que mais contribuem para a escolha de respostas neutras.

Para se concluir os resultados e avançar para uma discussão mais geral deles, foi realizado um último teste estatístico ANOVA F1 e F2, para participantes e itens, respectivamente, em relação aos dados recém-apresentados.

Em relação ao tipo de restrição, não houve um efeito significativo nem para  $F1(2, 396) = 0,21, p = 0,81$ , nem para  $F2(2, 180) = 0,06, p = 0,94$ .

Já para o tipo de resposta realizada, houve uma diferença significativa, obviamente entre as respostas neutras e as demais, impossível e antônima,  $F1(2, 396) = 290,66, p < 0,001$ , e  $F2(2, 180) = 82,48, p < 0,001$ . Mais do que isso, foi encontrada uma interação significativa entre o tipo de resposta e o tipo de *priming*,  $F1(4, 396) = 12,58, p < 0,001$ , e  $F2(4, 180) = 3,57, p < 0,01$ . Entretanto, essa interação parece não interessar muito, pois trata-se da simples inversão de comportamento de resultados entre as respostas impossíveis e neutras.

Parece também que não houve um resultado significativo entre as diferentes restrições nos resultados gerais. Para se entender melhor essa falta de efeito, foram consideradas as respostas neutras e as respostas corretas e foi realizada uma análise apenas sobre as respostas neutras, para verificar se houve um efeito do tipo de restrição.

Verificou-se que o total de respostas neutras em todos os dados foi de 412, ou seja, 30,52% do total de dados, distribuídos da seguinte forma, por tipo de estímulo: Contextual 162 (39,32%), Imagético 113 (27,43%) e Semântico 137 (33,25). Em seguida, foram verificados os resultados em relação aos tipos de restrição da resposta neutra.

Fica claro que a restrição contextual foi a que mais gerou respostas neutras, seguida da restrição semântica – as duas restrições linguísticas – e, finalmente, da restrição imagética. Assim sendo, encontramos mais um argumento para afirmar que as restrições

contextuais foram as que mais contribuíram para a realização de respostas corretas e neutras, mas não para as respostas erradas, impossíveis e antônimas. Além disso, as restrições semânticas contribuíram mais do que as restrições imagéticas para as respostas neutras. Por fim, as restrições imagéticas parecem permitir a interpretação errada e mesmo antônima.

Em seguida, foi feita novamente uma análise de ANOVA com apenas um fator para F1 e F2, participantes e itens, respectivamente.

Os resultados da ANOVA foram significativos para  $F1(2, 132) = 13,34, p < 0,001$ , mas não para  $F2(2, 60) = 1,96, p = 0,15$ . Enfim, após serem analisados com exatidão todos os dados obtidos no experimento realizado neste trabalho, passa-se à conclusão desses resultados e às consequências para uma discussão mais geral sobre os efeitos dos tipos de restrição na interpretação de metáforas.

#### **4 Conclusão**

O objetivo deste trabalho foi investigar se há algum tipo de restrição (entre as restrições imagéticas, semânticas e contextuais) que favoreça mais a interpretação de metáforas. Uma das conclusões é que fatores linguísticos são relevantes para a interpretação de metáforas (MOURA, 2002, 2005, 2007, 2008, 2013a), ou seja, os falantes são sensíveis aos elementos linguísticos, sejam semânticos, sejam contextuais, aos quais uma metáfora está conectada. A pesquisa apontou ainda que a restrição contextual é a que mais influencia a interpretação da metáfora, seguida da restrição semântica.

Sendo assim, pode-se concluir que o contexto verbal no qual a metáfora está inserida contribui para a interpretação metafórica, assim como a memória semântica e as redes de relações semânticas associadas ao veículo da metáfora. Em outras palavras, a interpretação de uma metáfora depende de conexões entre signos linguísticos, ou pelo menos, da conexão de conceitos evocados por esses signos linguísticos.

A análise estatística dos dados colhidos sugere que houve prevalência da restrição contextual sobre a semântica e desta sobre a

restrição imagética. O contexto linguístico ou fluxo conversacional (MOURA, 2013b) funciona como restrição principal na interpretação da metáfora.

Para a linguística cognitiva, a interpretação semântica de uma expressão linguística tem como base uma conceptualização e está ligada a todas as outras habilidades cognitivas humanas. Essa conceptualização ou processo de conceptualização são também conhecidos no campo da linguística cognitiva como *construal operations* (CROFT; CRUSE, 2009). Dessa forma, se a metáfora é uma operação de *construal*, então é natural que haja mais de uma interpretação possível para ela (corretas e neutras).

Note-se também que não foram rotuladas nenhuma das restrições como sendo de natureza cognitiva, simplesmente porque consideramos que todas as restrições analisadas (imagéticas, semânticas e contextuais) correspondem a mecanismos cognitivos. Ou seja, não foi feita a distinção, tornada clássica por Lakoff e Johnson (2002), entre o nível conceitual (cognitivo) e o nível linguístico (não cognitivo) da metáfora. Tanto a linguagem quanto os esquemas conceituais são parte de nosso aparato cognitivo.

As redes semânticas associadas às metáforas, eliciadas por signos linguísticos, funcionam como estruturas cognitivas que afetam a interpretação metafórica, da mesma forma que estruturas não verbais como os esquemas imagéticos.

Assim, as restrições linguísticas favoreceram a interpretação das metáforas mais do que os esquemas imagéticos. Com base nisso, entendemos que mecanismos cognitivos associados a estruturas linguísticas são parte intrínseca do percurso complexo por meio do qual os falantes chegam à interpretação de uma metáfora.

Outra conclusão importante é que, ao contrário da posição também clássica de Lakoff e Johnson (2002), o esquema imagético não fornece um estímulo muito preciso para a interpretação da metáfora. Os resultados deste experimento nos mostram que o esquema imagético é menos preciso e mais aberto do que as conexões verbais de que fazemos uso para a interpretação de metáforas.

Essa conclusão vai no sentido contrário à posição de muitas pesquisas no campo da linguística cognitiva, as quais apontam para a

centralidade da representação espacial e imagética na interpretação de metáforas. Lakoff e Johnson (2002, p. 131) argumentam que os domínios espacial, social e emocional são todos elementos básicos de nossa experiência. No entanto, em termos de estruturação conceptual, o domínio espacial corresponde à base formadora dos outros domínios, em especial em usos metafóricos.

Para Langacker (2002, p. 12), a própria estrutura gramatical é imagética, pois uma construção gramatical específica produz uma imagem particular do estado de coisas a ser comunicado. Em suma, a linguagem humana se estrutura com base em esquemas imagéticos que definem e formatam o modo como conceptualizamos a realidade. Logo, nessa perspectiva, entende-se que esquemas imagéticos são uma fonte de estruturação de nossa experiência (LAKOFF, 1987, p. 110).

Tais asserções da linguística cognitiva ainda necessitam de uma comprovação no plano experimental (GIBBS, 2007). Tentamos com este experimento testá-las. A conclusão que podemos tirar não é que o esquema imagético não seja um princípio estruturador das estruturas linguísticas em geral, e das metáforas em particular. A ideia que sustentamos é que a interpretação de uma metáfora pode ser favorecida por diferentes *inputs* cognitivos: imagens, palavras e contextos. Os resultados obtidos, como vimos, não indicam que imagens (ou seja, *input* não verbal) sejam estímulos mais favorecedores da interpretação metafórica. Podemos imaginar outros experimentos em que haja uma combinação de estímulos verbais e não verbais. Gibbs (2007, p. 9) descreve experimentos em que a imagem mental é evocada por meio de perguntas, combinando, assim, o verbal e o não verbal.

A nossa posição é que não há nenhuma motivação teórica ou experimental para que imagens não verbais sejam consideradas a base da interpretação de metáforas. Entendemos que um significado pode ser evocado e eliciado por meio de elementos de natureza muito diferente, verbal e não verbal. Para entender um determinado conceito ou significado, seja literal, seja metafórico, os falantes utilizam todo o estoque possível de conhecimentos que têm daquele conceito (ECO, 2014, p. 2014). Retomando a antiga lição de Peirce (1935) de que o significado de um signo é a sua interpretação por meio de outro signo, podemos dizer que o significado de uma metáfora pode ser evocado por

outro signo, que pode ser um diagrama, uma animação, um sinônimo ou um texto.

## 6 Referências

CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ECO, Umberto. *Quase a mesma coisa*. Experiências de tradução. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GIBBS, R. *The Poetics of Mind: Figurative Thought, Language, and Understanding*. New York :Cambridge University Press, 1994.

GIBBS, R. Why cognitive linguists should care more about empirical methods. In: GONZALES MARQUES, Monica; MITTELBERG, Irene; COULSON, Seana; SPIVEY, Michael (Org.). *Methods in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2007.  
<<http://dx.doi.org/10.1075/hcp.18.06gib>>

GLUCKSBERG, S. *Understanding figurative language*. From metaphor to idioms. Oxford: Oxford University Press, 2001.  
<<http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195111095.001.0001>>

GLUCKSBERG, S.; KEYSAR, B. Understanding metaphorical comparisons: beyond similarity. *Psychological Review*, v. 97 (1), p. 3-18, 1990. <<http://dx.doi.org/10.1037/0033-295X.97.1.3>>

KITTAY, E. F.; LEHRER, A. Semantic fields and the structure of metaphor. *Studies in Language*, v. 5, p. 31-63, 1981.  
<<http://dx.doi.org/10.1075/sl.5.1.03kit>>

KÖVECSES, Z. *Metaphor and Emotion Language, Culture, and Body in Human Feeling*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

KUPFERBERG, I. Figurative positioning in media-worthy radio talk. *Linguagem em (Dis)curso*, vol. 7, n. 3, p. 353-370, 2007.

LANGACKER, Ronald. *The cognitive basis of grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2002.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: Chicago University Press, 1987.

<<http://dx.doi.org/10.7208/chicago/9780226471013.001.0001>>

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: Chicago University Press, 1980. Edição brasileira: *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução de M. S. Zanotto e V. Maluf. São Paulo: EDUC, 2002.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh*. New York: Basic Books, 1999.

LEEZENBERG, M. *Contexts of Metaphor*. Amsterdam, Elsevier, 2001.

MCGLONE, M. S. Conceptual metaphors and figurative language interpretation: food for thought? *Journal of memory and language*, v. 35, p. 544-565, 1996. <<http://dx.doi.org/10.1006/jmla.1996.0029>>

MOURA, H. Linguagem e cognição na interpretação de metáforas. *Veredas*, v. 6, n. 1, p. 153-161, 2002.

\_\_\_\_\_. Metáfora: das palavras aos conceitos. *Letras de hoje*, v. 40 (139), p. 20-45, 2005.

\_\_\_\_\_. The conceptual and the linguistic factors in the use of metaphors. *D.E.L.T.A.*, v. 22, n. especial, p. 81-94, 2006.

\_\_\_\_\_. Relações paradigmáticas e sintagmáticas na interpretação de metáforas. In: *Linguagem em (Dis)curso*, v. 7, n. 3, p. 417-452, 2007.

\_\_\_\_\_. Desfazendo dicotomias em torno da metáfora. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 16, n. 1, p. 179-200, 2008.

\_\_\_\_\_. Elementos nucleares de frame e a interpretação de metáforas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 55, n.1, Campinas, Jan. /Jun. 2013a.

\_\_\_\_\_. *Significação e Contexto*. 4 ed. Florianópolis: Insular, 2013b.

PEIRCE. *Collected Papers*. V. I-VI. Ed. Charles Hartshorne and Paul Weiss. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1935.

PINKER, S. *Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a natureza humana*. Trad. de Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHNEIDER, W.; ESCHMAN, A.; ZUCCOLOTTO, A. *E-Prime. Learning Research and Development Center*. Pittsburgh: Psychology Software Tools, Inc., University of Pittsburgh, 2007.



# A Semiologia de Saussure como Epistemologia do Conhecimento

## *The Semiology of Saussure as a Knowledge Epistemology*

Waldir Beividas

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil.  
waldirbeividas@usp.br

**Resumo:** Este texto apresenta argumentos para demonstrar a hipótese ampla de que o princípio de arbitrariedade do signo linguístico de Ferdinand de Saussure, tomado em sua radicalidade, e a proposição da Semiologia, disciplina a examinar em todas as suas consequências a presença e inserção do signo na vida humana, deixam entrever uma singular epistemologia discursiva. Os objetivos imediatos deste artigo procuram obter os primeiros resultados parciais: a demonstração da radicalidade do princípio saussuriano perante leituras que a minimizaram, senão tentaram neutralizá-la e a demonstração de que o ato semiológico dele derivado é mais que ato comunicativo de linguagem. É coerção inelutável da nossa apreensão e percepção do mundo. A metodologia seguida no raciocínio é inspirada nas reflexões epistemológicas do matemático R. Thom: a da estimulação da intuição na busca de novas simetrias implícitas escondidas nos fenômenos e ainda não conceptualizadas no campo geral da disciplina a que se submete. No presente caso, trata-se da busca da nova potencialidade epistemológica da ciência semiológica de Saussure.

**Palavras-chave:** semiologia; arbitrariedade; epistemologia; signo; conhecimento.

**Abstract:** The text presents first arguments to demonstrate the broad assumption that the principle of arbitrariness of the linguistic sign of Ferdinand de Saussure, taken in its radicalism, and the proposition of Semiology, discipline to examine the consequences of the presence and insertion of the sign in human life, they suggest a natural discursive epistemology. The immediate objectives of this article sought the first partial results: the demonstration of the

radical nature of the Saussurean principle before readings that minimized, and tried to neutralize it, and the evidence that the semiology act thereof is a more communicative act of language. It is inescapable coercion of our apprehension and perception of the world. The methodology used in reasoning that is inspired by the epistemological reflections of the mathematician R. Thom: the stimulation of intuition in the search for new implied symmetry hidden in the phenomena and not yet conceptualized in the general field of the discipline undergoing. In this case, it is the new search for the epistemological power of Saussure's Semiology.

**Keywords:** Semiology; Arbitrariness; Epistemology; Sign, Knowledge.

Recebido em: 28 de dezembro de 2014.

Aprovado em: 5 de maio de 2015.

*Nunca nadie en la Historia del  
pensamiento hizo más con menos.*  
(Miguel Calvillo)

## 1 Introdução

Apresento aqui argumentos para defender a hipótese ampla de que o princípio de arbitrariedade do signo linguístico de Ferdinand de Saussure, se tomado em sua radicalidade maior, e a proposição da Semiologia, se disciplina a examinar em todas as suas decorrências o papel do signo na vida humana, deixam entrever uma robusta e singular epistemologia discursiva, de cunho imanente, como (única e básica) forma de conhecimento possível do homem sobre o mundo e sobre si: (i) epistemologia, porque, uma vez justificado esse estatuto, ela terá por força e função de disputar e rivalizar com a epistemologia vigente nas ciências naturais e a epistemologia regente das filosofias; (ii) imanente, porque, derivado do gesto arbitrário da acoplagem significativa / significado, o ato semiológico cria o signo imanente e internaliza seu referente, oferecendo uma alternativa epistemológica de cognição ao

realismo generalizado das ciências naturais e ao transcendentalismo congênito das filosofias; (iii) discursiva, enfim, porque o entendimento da ciência semiológica ultrapassa as estruturas linguísticas stricto sensu, abrange todas as linguagens na sua realização global, como discursos.

Perante essa hipótese ampla, os objetivos imediatos deste artigo visam obter como resultados, ainda que provisórios e parciais: (i) a demonstração da radicalidade do princípio do arbitrário perante leituras que o minimizaram, senão tentaram neutralizá-lo; (ii) a demonstração de que o ato semiológico dele derivado, mais que ato comunicativo de linguagem, é coerção inelutável da nossa apreensão e percepção do mundo.

A aposta de assim entender e demonstrar esse ponto de vista não foi trabalhada de modo concertado em nenhuma literatura linguística ou semiótica, embora para a investigação exploratória eu vá seguir várias e fecundas pistas ocorridas aqui e ali no pensamento de eminentes linguistas e semioticistas. Também ao que saiba, não encontrei em nenhum filósofo ou epistemólogo de metiê atenção mais detida nessa direção, conquanto algumas reflexões filosóficas de fenomenólogos contenham valiosas indicações, todavia aqui não inseridas, dados os limites editoriais impostos. De modo que a exploração da ideia de uma epistemologia discursiva a se construir derivada das proposições saussurianas sobre o princípio do arbitrário e sobre a Semiologia vai por conta e risco das escolhas e contingências de leitura que me aconteceram no curso da investigação, entre buscas planejadas e acasos deparados.

## 2 Há cem anos com Saussure

Considerada a perspectiva de mais de um centenário da morte de Ferdinand de Saussure e quase outro tanto da publicação do *Curso de Linguística Geral* (1995[1916]), é incontestável que seu pensamento tenha ganhado imensa difusão e notabilidade: notabilidade de *fundação* (estrutural) para inúmeros estudos e teorias contemporâneas na ampla área da linguística; notabilidade de *indução* (estruturante) em outros tantos estudos não linguísticos – da antropologia de Lévi-Strauss à psicanálise de Lacan. Se as ideias saussurianas não constituíram para

todos eles alavancas mestras, tal como em Hjelmslev, Greimas, Benveniste, entre outros, estiveram difundidas como bússola de direção, como baliza de demarcação, ou mesmo como fronteira de franca contraposição. Nesse sentido, o presente texto visa explorar a fecundidade heurística que o pensamento de Saussure continua a exhibir, como a testemunhar a epígrafe feliz e definitiva que empresto de M. Calvilho: de fato, se pensamos que basicamente tudo proveio de um só livro, não escrito por ele, e sim de cursos compilados por alunos, e de poucos manuscritos, rascunhos não publicados por ele em vida, temos de convir mesmo: nunca ninguém fez tanto com tão pouco.

Não obstante tamanha notoriedade e difusão, um recanto singular do seu pensamento ficou aquém do que faz jus, do que acarreta e da atenção que deveria merecer. Refiro-me à proposição de sua Semiologia. Até as recentes descobertas de seus manuscritos, publicados nos *Écrits* (2002), as reflexões sobre a nova ciência, salvo engano não propositado, estiveram no mais das vezes apenas demarcando a geografia da sua ambição, a partir da geografia de duas páginas, se tanto, do *Cours* (2005): disciplina vasta que examinasse a vida dos signos na vida social, a Semiologia faria parte do campo da Psicologia Geral, campo que englobaria também a Linguística.

Sabemos bem, nenhuma Psicologia de porte a adotou, tendo sido acolhida apenas e basicamente pelo campo linguístico, como semiologia *sígnica e comunicacional*, que se desenhou nos anos 50 e 60 do primeiro século da linguística saussuriana – por R. Barthes, G. Mounin, P. Guiraud, E. Buysens, L. Prieto, entre outros –, ou ainda pelo que veio a se transmutar, como teoria dos *sistemas de significação*: a Teoria Semiótica de L. Hjelmslev, A. J. Greimas, e seguidores próximos e menos próximos. Por economia do nosso trajeto aqui, não cabe estender comentários de como o primeiro grupo de autores conduziu suas teorizações semiológicas, nem como o segundo grupo transformou a semiologia saussuriana do signo em semiótica da significação.

É possível, no entanto, demonstrar que algo maior ficou escondido, não revelado, ou ao menos não estimado em toda extensão, algo que uma reflexão de R. Thom classificaria como uma *simetria*

*implícita* ainda não explorada na proposição da Semiologia.<sup>1</sup> Há a meu ver uma simetria filosófico-epistemológica na proposição da Semiologia saussuriana. Quero com isso indicar implicações de peso que decorrem do fato de o edifício semiológico se alicerçar no princípio do arbitrário do signo – arbitrariedade *radical*, expressão desaparecida da redação dada ao princípio no texto do *Cours*, tal como denunciado por Tullio de Mauro na sua edição crítica (2005, p. 442). Trata-se de evidenciar que a Semiologia de Saussure tem o propósito de estipular para todo tipo de linguagem – a ser progressivamente estendida a todo tipo de percepção, ação, sensação e cognição humanas –, a *geração do sentido* onde antes *nada havia*. Trata-se de demonstrar que a Semiologia se propõe de maneira tal que ultrapassa a discussão, localizada, da natureza apenas teórica e descritiva das línguas e linguagens, ou da distribuição de tarefas entre as ciências dos sistemas significantes. Noutros termos, o sentido, gerado pelo *ato semiológico*, ato de arbitrariedade radical, nos mergulha num verdadeiro problema de ordem filosófica e, mais diretamente, epistemológica. A questão do sentido, produzido semiologicamente, é questão de estatuto filosófico, questão ainda não enfrentada cara a cara, por assim dizer, pelo campo da linguística e da semiótica, bem como, arrisco-me a dizer, nem mesmo a contento pelo campo da filosofia.

Alguém poderá logo objetar desde a margem filosófica do rio: e Merleau-Ponty?, e Jacques Derrida, entre outros, notórios leitores de Saussure? Temos de convir: conceder que o linguista de Genebra tenha sido visitado pela pena de grandes filósofos como esses, entre os poucos que o fizeram, não significa se convencer de que tal visita tenha provocado alguma indução relevante em suas próprias filosofias, ou que tenha avançado integralmente na questão do sentido, na ótica semiológica. Correndo talvez o risco de grave injustiça, chamaria *visita de cortesia* a Saussure, por parte de poucos filósofos, visita que não produziu nenhuma nova inflexão em seus entendimentos sobre a

---

<sup>1</sup> O grande matemático, criador da chamada Teoria das Catástrofes, propalava a busca de *simetrias implícitas* ou *organização escondida* a serem alvos da reflexão científica, quando esta privilegia a *estimulação da intuição* na tarefa de uma conceptualização forte sobre os fenômenos humanos, contra a ideia generalizada e massiva da *experimentação* laboratorial das ciências exatas que denuncia ser considerada por seus pares como melhor fonte de conhecimentos (1985, 1986).

linguagem, nenhuma nova inflexão sobre o entendimento já milenar que a filosofia tem da linguagem, qual seja, a de mero instrumento e veículo do pensamento, da Razão, da Lógica; enfim, nenhuma contribuição mais decisiva sobre o papel peremptório da linguagem, seja na fundação do pensamento, seja na criação da única realidade disponível ao homem, tal como decorre da reflexão sobre o *experimentum mentis* de Saussure em tentar pensar o pensamento e o mundo, caso tudo fosse abstraído da linguagem:

[...] abstração feita de sua expressão por meio das palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta [...]. Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde *nada* está necessariamente delimitado. Não existem ideias preestabelecidas, e *nada* é distinto antes do aparecimento da língua (SAUSSURE, 1995, p. 130 – eu destaco os dois *nada*).

Notemos desde aqui que o segundo *nada* é mais denso, hiperossemântico perante o primeiro. No que começa a nos concernir, podemos ler a citação acima da seguinte maneira: *nada, absolutamente nada* antes da língua, isto é: *nada* de pensamento, bem como *nada* de tudo o mais, antes da língua.<sup>2</sup>

Para dizê-lo de modo breve e cabal, entre filosofia e semiologia saussuriana há uma passarela ainda não transitada no quanto o deveria. Por isso é de se saudar no campo semiótico-linguístico o acontecimento, raro, de quando um filósofo como P. Maniglier toma como objetivo central de sua tese de doutoramento refletir filosoficamente sobre *A vida enigmática dos signos* (2006). Ou seja, se pensamos comparativamente a outras ciências, a reflexão filosófica e epistemológica sobre as proposições saussurianas em Semiologia, sobre as concepções de linguagem dela derivadas e sobre a questão filosófica do sentido daí

---

<sup>2</sup> Com a ressalva de que a expressão *antes* da língua não insere qualquer endosso à ideia de busca das origens da linguagem no grito humano. O *antes* pode muito bem ser concebido como *fora*. Por sua vez, defender o primeiro *nada* e ampliá-lo para o segundo constitui o desafio inteiro da hipótese global aqui em construção.

decorrente, é bastante recente, pontual e localizada, portanto ainda alguém do que deve e cabe.

Na margem linguística do rio, há e sempre houve grande reticência e resistência do linguista de profissão diante do vasto mundo intrincado do conceptuário filosófico. Intimidado pelo prestígio enorme e milenar de que goza a vizinha no mundo das idéias humanas, guardiã severa do pensamento, a sancionar as demais disciplinas para o melhor tanto quanto para o pior, o linguista prefere sentir-se mais confortável na cozinha das descrições, e fazê-las com sua competência, de hábito, do que na sala das cogitações, e claudicar em má filosofia, de diletante. E assim foi desde Saussure, a envolver até mesmo nomes eminentes como Hjelmslev, Benveniste e Greimas. Determinadas proposições desses notáveis linguistas costeiam a margem filosófica da questão semiológica do sentido, mas não aportam nelas seus barcos para uma exploração, digamos, mais funda.

Se quisermos desde aqui um rápido exemplo em Benveniste, basta reportarmo-nos à sua reflexão no artigo em que demonstra, longa e finamente, que as categorias do pensamento se subordinam às categorias de língua: “É o que se pode dizer que delimita e organiza o que se pode pensar. A língua fornece a configuração fundamental das propriedades reconhecidas nas coisas pelo espírito” (1991, p. 76).

Benveniste conclui o artigo com uma frase bem saussuriana: “pensar é manejar os símbolos da língua” (p. 80). Desnecessário frisar a ordem filosófica e epistemológica desse entendimento. Mais que isso, quando em reflexão pouco posterior dá uma “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (1991, p. 19-33), nos anos 60 do século de sua vida, Benveniste chega a uma formulação ainda mais radical. Não é apenas o pensamento que se curva à linguagem, a própria realidade tem de o fazer: “A linguagem *re-produz* a realidade. Isso deve-se entender da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem” (p. 26 – mantenho a separação silábica de ênfase e o itálico do original, o que não foi feito na tradução).

Mas logo em seguida o eminente linguista se demite perante o custo filosófico da formulação:

Surgem aqui imediatamente graves problemas que deixaremos para os filósofos, principalmente o da adequação do espírito à “realidade”. O linguista por seu lado estima que não poderia existir pensamento sem linguagem e que por conseguinte o conhecimento do mundo é determinado pela expressão que ele recebe [...] A “forma” do pensamento é configurada pela estrutura da língua (1991, p. 26).

Ora, por que razão, linguistas, estimamos não poder haver pensamento sem linguagem e logo abandonamos aos filósofos a equação espírito / realidade? A demissão se torna injustificável quando é de nosso quinhão levar às últimas consequências as implicações e configurações que a linguagem, por meio do ato semiológico, impõe ao pensamento e à realidade.

Então, o problema resta por inteiro, em círculo vicioso: o filósofo em geral põe em cena a finura de seu pensamento sobre uma *filosofia do sentido*, mas tem compreensão da linguagem que não lhe faz jus, em grande parte nomenclaturista, implícita ou sub-repticiamente, por vezes reduzida a mero veículo de expressão de um pensamento já bem armado de antemão, com antecedência e prioridade, pela Razão; linguagem por vezes reduzida a instrumento de captação ou representação de um mundo já bem organizado, em realidade completa, suficiente, independente. Mesmo respeitadas eventuais posições mais bem matizadas sobre isso, em todo caso, a filosofia, no geral, não conhece a linguagem *de seu interior*.

A questão se impõe: como terá de ser a reflexão epistemológica de uma disciplina, a Semiologia, que se mantenha convenientemente no âmbito de seu próprio ponto de vista interior, isto é, *imanente* à linguagem, mas que, ao mesmo tempo, adentre e interfira na ordem filosófica e epistemológica da questão do sentido? que possa dialogar com a *Magna Philosophia* e também com a epistemologia das ciências naturalistas, sobretudo neurociências e cognitivismos atrelados, no intento de enfrentar diretamente a equação espírito / realidade?

Perante o quadro assim desenhado, de um vazio incômodo entre as proposições semiológicas, em teoria e descrição, e as implicações filosóficas e epistemológicas que elas acarretam, minha maneira pessoal

de retomar Saussure num *retorno* à Semiologia, nos limites deste texto, toma o rumo incômodo de procurar alguma pista e tentar entrar nesse vazio, entre ousadia e temeridade.

Introduzo então brevemente aqui em reflexão liminar – a qual pede pesquisa mais ampla que urge acontecer e programa coletivo que ultrapasse limites pessoais de reflexão – o objetivo de investigar o alcance epistemológico da proposição da Semiologia de Saussure, e defender para ela o estatuto de uma *epistemologia discursiva* perante o tribunal da grande filosofia e o tribunal das ciências naturalistas. Trata-se, pois, de acionar um ponto de vista semiótico-linguístico sobre a ordem filosófica que o sentido gerado em semiologia adentra, e não de algum ponto de vista filosófico sobre o fato linguístico e semiótico do sentido.

### 3 O arbitrário e o ato semiológico

*Às vezes, porém, é mais fácil  
descobrir uma verdade do que lhe  
assinalar o lugar que lhe cabe.*  
(Saussure)

Curioso notar que a frase acima Saussure a tenha expressado justo num parágrafo em que introduz reflexões sobre o *princípio do arbitrário* do signo linguístico (1995, p. 82). Onde localizar essa verdade que acaba de ser descoberta ou ao menos estipulada a seu modo?

Salta aos olhos na proposição a centralidade e abrangência dele: o princípio “domina toda a linguística da língua; suas consequências são inúmeras” (p. 82). De imediato, isso indica que o linguista de Genebra quer erigir uma estaca de fundação, em linguística, para engendrar o objeto próprio, da linguística. A unidade básica da língua, isto é, o signo linguístico é arbitrário. É gerado por um *ato* – é como penso poder entender o “sentimento da língua” como o expressa Saussure (2002, p. 184). É o ato de junção interna, entre *signans* e *signatum*, junção arbitrária, tanto quanto será arbitrária a relação do todo gerado com o *designatum* apontado, o seu referente, a *coisa* significada. Convém entender o ato de junção dos dois planos do signo da maneira mais

consequente e radical. Se seguimos uma definição de ato por Greimas, que a considera ingênua mas também a menos comprometedora, como “aquilo que faz ser” (2014, p. 80) – definição sintética, eficiente, suficiente – tal ato semiológico tem duas consequências de grande alcance teórico:

- (i) essa junção, ou esse ato, faz nascer, FAZ-SER, o singular *fato* linguístico como fenômeno. O fato linguístico não é um dado *a priori*, dado positivo, existente prévio, e sim o resultado, de uma *relação atuada* – relação de “oposição *complicada*”, enuncia Saussure quando reflete em seus manuscritos sobre o princípio fundamental da semiologia (2002, p. 70); relação entre “elementos *complexos*” (p. 18); relação enfim que se desdobra e complexifica expansivamente criando os valores diferenciais implicados em todos os níveis pelos quais a língua vai articular seus signos – desde os níveis elementares das “*substruções* da linguagem” (p. 71) – o que hoje podemos seguramente afirmar: do fonema mínimo ao discurso máximo;<sup>3</sup> e
- (ii) essa junção, ou esse ato complicado entre *signans* e *signatum*, também faz nascer, FAZ-SER o *ser do ser*, isto é, toda a realidade do ser que se deixa ver como *mundo* para o falante. Aqui sobressai o alcance epistemológico e filosófico da estipulação do princípio da arbitrariedade e da operação semiológica.

Teremos a oportunidade de retomar logo adiante esse ato de junção e refletir mais detidamente sobre o papel do arbitrário. No momento, basta-nos entender que arbitrário não quer dizer aleatório, submetido a contingências curtas e imediatas do falante individual, ainda

---

<sup>3</sup> Importa dizer que as expressões *complicada* e *complexa* – em itálicos no original – certamente não se referem a usos de acepções corriqueiras de hoje, de baixo semantismo, e sim fazem pesar suas etimologias lexicais e sufixais. Igualmente, *substrução*, termo pouquíssimo recuperado nos estudos linguísticos posteriores, tem o inestimável sentido de: raiz, base, fundamento, alicerce, fundação, enfim, *construção feita por debaixo de outra* (cf. Dicionário Houaiss).

que saído de uma contingência histórica *ab initio*, e sofrendo continuamente contingências da história no decurso. Nesse ato de junção sobressai uma *lógica* singular e estrita a fundar o signo. Essa lógica singular vai criar e gerenciar o signo na vida social do homem e toma o nome de uma vasta disciplina: a *Semio-logia*. Então, ter de reconhecer que o ato arbitrário a criar o signo com sua lógica estrita se deixa ver como um *ato semio-lógico* não me parece dedução incorreta. Pelo momento, basta-me apontar que a conexão do princípio do arbitrário do signo com o ato semiológico que ele desencadeia não parece ter tido muita repercussão *enquanto tal*, nem ter sido muito trabalhada por linguistas, salvo leitura insuficiente, a despeito da imensa repercussão geral do pensamento saussuriano.

Nesse encaminhamento, convém esclarecer primeiramente que tomo aqui o conceito do semiológico não no seu sentido mais clássico e difundido, extraído do *Curso* de Saussure, isto é, de seus votos de fundação de uma ciência que tratasse, de direito e de fato, mais amplamente do que a Linguística, o problema da presença viva dos signos no interior da vida social, para nos ensinar “em que consistem os signos, que leis os regem” (1995, p. 24). Quero entender aqui por semiológico algo mais simples, já presente desde os primórdios do pensamento saussuriano: o ato simples e elementar de junção dos dois planos do signo, ato de semiose. Porém, introduzo este adendo em hipótese: ato de junção *deduzido* e inteiramente *hipotecado* pelo princípio de arbitrariedade do signo (linguístico por preponderância, não por suficiência, languageiro por abrangência). Ato semiológico equivale, pois, em suma, a todo ato de linguagem em geral, praticado como sentimento e consentimento de língua pelo falante.

Restam ainda dois últimos esclarecimentos: (i) ao retomar o termo semiológico, não quero com isso privilegiar a opção dos estudos semiológicos direta ou indiretamente derivados das proposições barthesianas, muito menos o de postular como necessária e prévia a mediação das línguas naturais no processo de construção e leitura do mundo e dos significados das semióticas não verbais; (ii) o propósito é preparar a reflexão para o que a espera nos seus desdobramentos futuros: estar o *semio-lógico* da operação de semiose, frente a frente com o *fenômeno-lógico* das operações perceptivas; estarem frente a frente a

epistemologia saussuriana e a fenomenologia filosófica (Husserl e Merleau-Ponty) e, por fim, frente à frente à equipagem *neuro-lógica* das operações cerebrais de captação da realidade nos estudos cognitivistas e naturalistas das ciências. Os limites deste texto liminar impõe apenas começar a ressaltar o valor, portentoso tanto quanto peremptório, que o princípio da arbitrariedade e o ato semiológico dele derivado podem representar numa perspectiva epistemológica do conhecimento.

#### 4 Arbitrário vs. Necessário

Quando o tema é este, não se pode evitar a leitura de Émile Benveniste em crítica severa ao princípio saussuriano do arbitrário, num breve texto intitulado “Natureza do signo linguístico” (1991, p. 53-59). À primeira vista, o texto quebra a espinha dorsal do princípio, ao procurar demonstrar o que o linguista crítico entende serem as incoerências de Saussure nas formulações e exemplos propostos, e ao procurar introduzir sua própria tese de que a relação entre significante e significado não é arbitrária, mas necessária. Toda reverência do mundo não impede, no entanto, que tenha fortes discordâncias perante a leitura do eminente linguista. Tenho-as em três pontos essenciais das suas críticas, vital que é para a presente reflexão a defesa da legitimidade teórica e epistemológica do princípio da arbitrariedade, rumo à hipótese de uma epistemologia discursiva derivada da Semiologia saussuriana.

Reproduzo sinteticamente o cerne de suas críticas às definições de Saussure sobre o princípio do arbitrário do signo. Benveniste elege para tal a definição em que Saussure entende a natureza do signo linguístico como arbitrária, porquanto seu significante é imotivado perante seu significado:

[Saussure] declara literalmente (p. 100), que “o signo linguístico une não uma coisa e um nome mas um conceito e uma imagem acústica”. Garante, logo depois, que a natureza do signo é arbitrária porque [*ele*] não tem com o significado “nenhuma ligação natural na realidade”. Está claro que o raciocínio é falseado pelo recurso inconsciente e sub-reptício a um

terceiro termo, que não estava compreendido na definição inicial. Esse terceiro termo é a própria coisa, a realidade. Saussure cansou-se de dizer que a ideia de “*sæur*” não está ligada ao significante *s-ö-r*, porém não pensa menos na realidade da noção. Quando fala da diferença entre *b-ö-f* e *o-k-s*, refere-se, contra a vontade, ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma *realidade*. Eis aí, pois, a *coisa*, a princípio expressamente excluída da definição do signo, e que nela se introduz por um desvio e aí instala para sempre a contradição (1991, p. 54 – explícito entre colchetes o [*ele*] acima, referente a *il* no original, para o argumento logo a seguir).

A leitura global de Benveniste sobre as formulações de Saussure enseja-lhe outros reproches, além das acusações acima de raciocínio falseado e permanente contradição, tais como “anomalia no raciocínio”, ou como “afrouxamento da sua atenção” (p. 55).

Podemos notar, pelo longo extrato acima que são dois os lugares em que Benveniste nota o que entende serem as contradições de Saussure: (i) na definição do signo como arbitrário, logo fazendo entrar nele, a *realidade*, a *coisa* expressamente excluída de início da definição do signo; (ii) nos exemplos, primeiramente o exemplo *sæur*, em que Saussure diz não haver no seu significado nenhuma relação interna com a sequência sonora *s-ö-r*, seu significante e, em seguida, o exemplo comparativo interlínguas *bœuf* e *ochs*. Um terceiro ponto essencial a incluirmos no exame é a recusa de Benveniste em aceitar como arbitrária a relação interna significante-significado e defendê-la como necessária, na sequência de suas críticas.

O primeiro ponto essencial em minha discordância da leitura de Benveniste incide simples, conquanto gravemente, no fato de que ele *citou mal* o texto de Saussure, ou antes, leu com imprecisão uma parte nuclear do texto saussuriano, o que lhe deu mote à crítica. Vejamos o texto de Saussure: “queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual [*ele*] não tem nenhum laço natural na realidade” (1995, p. 83 – o dêitico *ele* foi aqui introduzido entre colchetes para a sequência da argumentação).

Ora, mesmo a despeito de alguma pequena diferença entre os tradutores do *Curso* e do texto de Benveniste, basta compararmos o texto de Saussure com o que dele cita Benveniste para verificar facilmente que o *il* dos dois textos são dêiticos anafóricos de dados completamente distintos. No texto de Saussure em questão, o *il* refere-se nitidamente a *significante*, jamais a *signo*. E Benveniste erroneamente o tomou por *signo*. Caso o linguista de Paris fosse mais fiel ao texto de Saussure, teria utilizado em seu texto *elle*, isto é, a imagem acústica, e não *il* (signo). O afrouxamento, dessa feita da sua própria atenção, acabou por levar o crítico a atribuir ao criticado o peso da invasão da *coisa mesma* ou da *realidade*, acusando-o de ter falseado o raciocínio por um recurso inconsciente e sub-reptício a um terceiro termo, como visto na citação longa acima. Mas esse recurso ou sub-repção não pode, a meu ver, ser atribuído no episódio diretamente a Saussure. Não é o *signo* que não tem com o significado (!) nenhuma ligação na realidade. Aliás, o estranho da frase faz caber a pergunta: como poderia um signo, formado por *significante* e *significado*, não ter nenhuma ligação com o significado?! Como se vê, a leitura em falso de Benveniste o leva a emitir uma frase que carece de sentido, esta, sim, incoerente e contraditória, o que comprometeu seu entendimento perante o texto saussuriano no trecho examinado. Nesse comprometimento, comete Benveniste mais dois deslizes, além do *nonsense* acima: (i) haver especulado que Saussure pensa “contra sua vontade”, ou ainda, que não teria deixado de pensar na “*realidade* da noção”. No caso, a especulação não esteve em Saussure, mas na leitura desviada de Benveniste; (ii) por sua vez, a última expressão “*realidade* da noção” é, no mínimo, estranha, incabível no contexto da argumentação, novo *nonsense*, portanto.

Ora, está bem posto no texto de Genebra: o *significante* não tem nenhum laço natural na realidade *com o significado*. Quer isso tão somente dizer que não há nenhuma relação de conexão natural entre o *significado* (de *sœur*, ou *bœuf*) com a porção sonora do som [s-ö-r] ou [b-ö-f]. Para tal significado, a língua poderia ter fixado em *significante* não importa qual outra sequência de sons, arbitrariamente, portanto. Aos olhos de hoje e de tudo o que se pôde progredir nas interpretações pró-Saussure, ele teria tido maior felicidade, ao que parece, se tivesse dado um ligeiro complemento à sua frase: o signo é arbitrário porque o

significado não tem com o significante (imagem acústica) nenhuma ligação natural na realidade (*material do som*). Nenhuma propriedade natural do som é determinante na escolha do significado. Em suma, mesmo sem tal adendo é a este último entendimento que remete o texto literal de Saussure, não a leitura em falso por Benveniste.

Decorrente da primeira, a segunda discordância quanto às críticas de Benveniste incide numa outra imprecisão sobre o que colhe de Saussure. O crítico lembra: quando Saussure fala da diferença entre [b-ö-f] e [o-k-s], ele se refere “contra a vontade” ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma *realidade* (cf. o longo trecho acima). Eis então a *coisa* entrando pelas portas do fundo. Mas a letra do texto de Saussure não diz isso. Não é a *coisa-boi* mas o *significado-boi* – que tem por significante [b-ö-f] de um lado da fronteira e [o-k-s] do outro (1991, p. 82). Então, Saussure não comete no episódio o deslize de fazer entrar brutalmente o referente, a coisa-boi, mas deixa-o fora, retendo apenas o significado-boi. Especular o que Saussure estaria pensando, sem o querer, não me parece, pois, suficiente para endossar a crítica de Benveniste.

A terceira discordância é quanto à sua argumentação para erradicar o arbitrário da relação significante-significado e introduzir aí a necessidade. Parece-me ter sido Benveniste vítima de uma falsa disputa entre conceitos que não se sobrepõem, menos ainda se excluem. Eis a argumentação do linguista crítico:

Entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é *necessário*. O conceito (“significado”) “boi” é forçosamente idêntico na minha consciência ao conjunto fônico (“significante”) *boi*. Como poderia ser diferente? Juntos os dois foram impressos no meu espírito; juntos evocam-se mutuamente em qualquer circunstância. Há entre os dois uma simbiose tão estreita que o conceito “boi” é como que a alma da imagem acústica *boi* (1991, p. 55-56).

M. Arrivé considera a demonstração indiscutível, mas frágil e neutra quanto à questão do arbitrário e da necessidade. Não faz mais,

segundo ele, do que repetir a relação de pressuposição recíproca da metáfora da folha de papel de Saussure (2010, p. 67). No meu entender, a demonstração de Benveniste é antes insuficiente e, portanto, discutível. Se entendemos que o princípio do arbitrário introduz um pacto semiológico (sentimento da língua), isso quer dizer que há aqui dois tempos, ou *duas coerções epistemológicas*. O princípio do arbitrário significa que, na determinação de um significante para seu significado, tudo ficou e fica assim pactuado, tudo foi e é pacto semiológico *tácito* (e pacífico), sentimento de língua: “dizemos *homem* e *cachorro* porque antes de nós disseram *homem* e *cachorro*”, diz Saussure com simplicidade igual à profundidade implicada (1995, p. 88).<sup>4</sup> As duas coerções assim se desdobram:

- (i) arbitrário quer dizer: a determinação de um significante para um significado foi uma (qualquer); nada há ou houve de *natural* naquele que tenha induzido este, e vice-versa; poderia ter sido outra qualquer a pactuação, igualmente arbitrária e legítima: a relação não é *causal*, mas, por assim dizer, *casual*; e
- (ii) mas uma vez assim determinada, um significante para seu significado, a relação se torna de pronto obrigatória, necessária. O falante não tem outra escolha senão absorver em sua aprendizagem e assumir em língua o pacto semiológico assim instaurado: dizemos *homem* e *cachorro* porque assim o disseram nossos pais.

Noutros termos, Saussure considera que dois fatores agem antinômicos, mas que atuam conjuntamente “no fenômeno total”: “a *convenção arbitrária* em virtude da qual a escolha se faz livre, e o *tempo*, graças ao qual a escolha se acha fixada” (1995, p. 88 – itálicos meus). Portanto, arbitrário e necessário, mesmo antinômicos, não são

---

<sup>4</sup> A expressão pacto *tácito* é tentativa, se válida, de evitar a ideia de alguma consciência ajustada em convenção lúcida e premeditada. O sentido do aspecto convencional que deve prevalecer para a expressão é aquele ditado e consolidado pelo uso ou pela prática no fator tempo (descartada a questão da consciência desperta do falante ou aquela da origem da língua).

excludentes: o primeiro é condição da instituição da língua; o segundo, condição de seu funcionamento e uso. Benveniste, ao que parece, reteve apenas o segundo e deixou escapar o primeiro. Portanto, nada há no aspecto necessário da relação significado-significante que mine ou elimine o estatuto arbitrário prévio da constituição do signo.

Por último, esta terceira discordância para com Benveniste desdobra-se numa quarta. Com efeito, se o acoplamento significativo / significado é necessário, é porque há entre eles, segundo o linguista crítico, uma simbiose corpo / alma. Diante disso, o mesmo argumento valeria para a relação *boi-signo* / *boi-coisa*: se repetimos suas próprias palavras acima, em conjunto, eles *se evocam em toda circunstância*, para o falante. Portanto, a relação também aqui seria, por franca similaridade, necessária e não arbitrária. O fato de o mesmo *boi-coisa* ter como signo dois signos diferentes nos dois lados da fronteira não é questão do falante, do sentimento da língua, mas problema metalinguístico, ou interlinguístico, *do linguista*, ainda que o próprio falante possa ocupar esse lugar quando lhe ocorre porventura conhecer ambas as línguas. Benveniste teria então caído na mesma cilada que apontou em Saussure: a *coisa* continuou entrando pela porta dos fundos, desta feita na casa do crítico.<sup>5</sup>

Para galgar passo a passo o fundo do (difícil) problema, portanto ainda em aberto, se alguma derrapagem há em Saussure, nos exemplos dados (*bœuf*, *sœur*), não está na introdução sub-reptícia da *realidade*, do referente boi-coisa, mas, sim, como bem aponta Arrivé (2010, p. 60-61), no fato de que Saussure resvala em erro denunciado por ele próprio logo na abertura do capítulo sobre a “Natureza do signo linguístico”. É quando critica a concepção *nomenclaturista* que “supõe ideias completamente feitas preexistentes às palavras” (1991, p. 79). O exemplo dado por Saussure não escaparia desse nomenclaturismo: haver como ideia-boi um *mesmo significado* preexistente aos significantes dos

---

<sup>5</sup> Se me permito ser incisivo nessas discordâncias, é em nome de certo equilíbrio que precisa ser reparado. Os descuidos de atenção de Benveniste custaram caro e ainda custam muito para a defesa do princípio. Deu margem e munição farta para vários linguistas, entre eles o grande R. Jakobson, teóricos contrários ao princípio da arbitrariedade, em boa medida, no meu entendimento, *por conta* de Benveniste e sua (merecida) autoridade no campo.

dois lados da fronteira. Arrivé nota essa desatenção de Saussure que trai suas próprias reflexões bem postadas. É o que se comprova em outra passagem, desta feita nos manuscritos editados por R. Engler: “Se as ideias estivessem predeterminadas na mente humana antes de serem valores linguísticos, uma das coisas que forçosamente ocorreriam é que os termos de uma língua corresponderiam exatamente aos de outra” (*apud* ARRIVÉ, 2010, p. 61).

Não obstante a inflexão um tanto forçada que Benveniste destila em Saussure em sua citação também desatenta, é bem útil começar a discutir mais densamente sobre a entrada furtiva do referente, passível de rondar os exemplos saussurianos, e rondar quaisquer outros exemplos que venhamos porventura utilizar. Essa questão é vital para os desenvolvimentos ulteriores das reflexões aqui em andamento, uma vez que Saussure, ele próprio, ao criticar a concepção ingênua da língua, como nomenclatura, evoca a *coisa*: “uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas” (1991, p. 79).

A suposta entrada sub-reptícia do referente na introdução do princípio do arbitrário é também o grosso das críticas de um outro linguista, no caso também psicólogo. É bem provável que Benveniste não tivesse tido conhecimento de outro texto crítico, publicado dois anos antes do seu, em 1937, por Edouard Pichon: “La linguistique en France : problèmes et méthodes”, publicado em *Journal de psychologie normale et pathologique*” (cf. ARRIVÉ, 2010, p. 62). São vizinhos de crítica, cada um ao seu estilo, graves e veementes em Benveniste, lúcidas e virulentas, como o avalia M. Arrivé, em Pichon. Este parafraseia formulações de Saussure tais como as vistas acima:

[...] O signo é arbitrário, visto que um significante como [b-oè-f] [*sic*] não tem relação alguma *com seu significado*. A possibilidade para traduzir para o alemão *o mesmo significado* pelo significante [ò-k-s] é justamente a prova desse caráter arbitrário (CLG, 102).

Não é preciso ir muito além disso; o erro de Saussure é, a meu ver, flagrante e consiste no fato de ele não se dar conta de que introduz no decorrer da demonstração elementos que não estavam no

enunciado. De início, ele define o significado como sendo a *ideia* geral de *bœuf*; em seguida, ele se comporta como se esse significado fosse o *objeto* chamado *bœuf* ou, pelo menos, a imagem sensorial de um *bœuf* [...] Ora, aí estão duas coisas absolutamente diferentes [...] Se é bem verdade que existem bois tanto na Alemanha quanto na França, não é verdade que a ideia expressa por [o-k-s] seja idêntica àquela expressa por [b-oê-f]. (*Apud* ARRIVÉ, 2010, p. 62-63).

Diferentemente de Arrivé, não entendo como lúcidas as observações de Pichon. Nota-se claramente que não aponta diretamente na citação algum equívoco explícito, apenas se contenta em indicar que Saussure, notemos bem, *teria se comportado*, no exemplo, *como se...* É uma afirmação no mínimo frágil e temerária, mais atribuível ao modo da leitura de Pichon do que a bem dizer evidente no exemplo concreto de Saussure. Voltarei a isso logo abaixo.

Ocorre, então, que tanto Benveniste quanto Pichon acusam Saussure com argumentos especulados, o primeiro levando-o a ter pensado “contra a vontade” na coisa-boi, o segundo imaginando um Saussure ter-se comportado como se o objeto sensorial (boi) estivesse presente. Coladas uma a outra, tais críticas, no meu entendimento, foram no geral mal fundadas, são, no mínimo, passíveis de suspeição, observada a letra do texto saussuriano. E o feitiço, por assim dizer, acaba virando contra o feiticeiro. Benveniste tanto quanto Pichon não deixam de se apresentar, em suas críticas, como vítimas (sem o querer?) do nomenclaturismo denunciado por Saussure na abertura do capítulo do *Curso*, sob crítica. Para evidenciar isso, basta que tenhamos em mente a posição que julgo a mais fecunda, a leitura de R. Amacker, que assim adverte: “Não há, quanto ao arbitrário linguístico, posição mediana: ou se considera a língua como radicalmente arbitrária [...] ou se é, de modo mais ou menos explícito, mais ou menos direto, um nomenclaturista” (1975, p. 88).

Com efeito, em Benveniste, esse nomenclaturismo mais ou menos inconfessado adquire contornos de um realismo, recôndito, que não coaduna com o radicalismo saussuriano do arbitrário: a coisa mesma,

a realidade como substância exterior ao signo, tida como um terceiro, é colocada como algo pacífico, um existente fora do signo, a parametrar a relação entre signo-coisa, a qual Benveniste admite de bom grado como arbitrária. Mas a *coisa* permanece externa à linguagem. No entanto, segundo a radicalidade do princípio do arbitrário, não adianta se esconder atrás de signos – *coisa mesma, realidade, substância, animal-boi* na sua particularidade concreta e substancial e mil outros signos congêneres – para enunciar algo terceiro, *fora* do signo. Todos esses recursos tentam contornar o problema, mas são esforços desesperados e sem eficácia, pois todas as expressões acima são igualmente signos, tão signos quanto o são *bœuf* e *ochs*, tão arbitrários quanto estes. Como querer ver na *coisa mesma* ou na *realidade* um *tertius* que não carregue o ônus, por assim dizer, ou, melhor dito, a façanha de ser igualmente signo e igualmente submetido à lei geral da arbitrariedade?!

Por sua vez, em Pichon, o nomenclaturismo se agrava até mesmo num realismo positivista ingênuo: “se é *bem verdade* que existem *bois* tanto na Alemanha quanto na França...” (cf. a citação acima – itálicos meus). A frase claudica em si própria: não há *bois* na Alemanha, isto é, na *língua alemã!* As fronteiras *linguísticas* do exemplo de Saussure foram trocadas realista e ingenuamente por fronteiras *geográficas* na pena de Pichon, e o *boi-no-pasto* ficou acatado como um existente autônomo, fora da língua, como ponto terminal da relação! Amacker continua tendo razão. Ora, é impossível tocar o dedo, por assim dizer, na *carne-boi*, pois tudo o que dissermos será dito *com signos*, jamais fora deles. Sob o imperativo do arbitrário do signo, o referente estará *internalizado*, para sempre. Resta o desafio de entender o que resta e qual estatuto resta ao que resta.

Tentemos salvar Saussure desse duplo ataque no seu texto e nos seus exemplos, segui-lo por novas vias e, com isso, continuar a defender a radicalidade do princípio do arbitrário. É certo que não vale tanto para isso o argumento clássico, embora justo, que quase todos os teóricos evocam em socorro: os exemplos são sempre ruins, atrapalham mais do que ajudam. Notemos primeiramente o seguinte: como se vê acima em Pichon, e mais claramente em todo o texto de Benveniste, acaba-se deslocando a questão do arbitrário para a relação do signo *in totum* perante o referente, a coisa, a realidade como um *tertius*.

Para o que concerne globalmente a uma reflexão que tente radicalizar e robustecer o arbitrário, seria cômodo notar que Benveniste não denega a estipulação do princípio do arbitrário na relação signo-coisa. Admite e concorda que tal relação é efetivamente arbitrária, embora, veremos logo mais, vá atenuar em seguida o seu alcance. Ora, será suficiente bastarmo-nos do argumento de autoridade numa questão que, no meu entendimento, é a mais difícil de demonstrar no horizonte de uma epistemologia de cunho semiológico? A facilidade sendo suspeita em matéria de epistemologia, convém trilharmos mais demoradamente o caminho, conquanto servindo-nos de boa pista oferecida pelo próprio Benveniste.

Embora admita a arbitrariedade na relação signo-realidade, Benveniste procura limitar sua zona de aplicação; atenua-a ao grau de contingência:

Vemos agora, e podemos delimitar, a zona do “arbitrário”. O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro. Nesse sentido, e somente nesse sentido, é permitido falar de contingência, e ainda assim é menos para dar solução ao problema que para assinalá-lo e afastá-lo provisoriamente (1991, p. 56).

Como se vê, Benveniste não apenas asseptiza o conceito radical de Saussure, anestesiando-o em baixa contingência, como desqualifica até mesmo esta, como se fora apenas espécie de saída honrosa para em seguida se demitir da tarefa, da solução. A demissão fica mais clara na sequência da reflexão:

De fato, esse problema não é senão o famoso *φύσει* ou *θέσει* e não pode ser resolvido a não ser por decreto. É, realmente, transposto em termos linguísticos, o problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo, problema que o linguista estará, talvez, um dia, em condições de abordar com sucesso, mas que no momento fará melhor se o deixar de lado. Propor a

relação como arbitrária é para o linguísta uma forma de defender-se contra essa questão e também contra a solução que o falante lhe dá instintivamente (1991, p. 56-57).

Ora, até quando o campo linguístico terá de deixar esse problema para um futuro e se demitir perante suas dificuldades presentes? Estaríamos ainda, transcorridos setenta anos dessas formulações, com tudo o que de filosofia e de ciências cognitivistas e bioneurológicas se fizeram sobre a relação espírito / mundo, no intercurso, sem nenhuma chance de tentar arriscar alguma solução? Felizmente o próprio Benveniste ofereceu desde então a chave de uma primeira porta: “Para o falante há, entre a língua e a realidade, adequação completa: o signo encobre (*recouvre*) e comanda a realidade: ele *é* essa realidade (*nomen, omen*, tabus de palavra, poder mágico do verbo, etc.)” (1991, p. 57).

Os espaços deste artigo não permitem esgotar hipóteses e discutilas exaustivamente para uma tentativa de solução. Apenas quero notar aqui que Benveniste rebaixa a “adequação completa” signo-mundo a uma espécie de ingenuidade do falante comum, espécie de primitivismo cognitivo, a uma solução instintiva que só valeria para o homem comum, usuário ingênuo da linguagem. E o desafio (a enfrentar) que subjaz à hipótese de uma epistemologia discursiva é justo este: o que vale para esse falante ingênuo vale também para qualquer pensador penetrante, o das profundas filosofias, bem como para qualquer cientista engenhoso, o das eficazes ciências naturalistas.

## **5 Pequeno entreato do princípio da arbitrariedade**

Detenho-me nesta pausa a apontar o que considero uma limitação ou insuficiência das discussões em torno do princípio da arbitrariedade. Salvo melhor juízo, elas se deram mormente na avaliação sobre o alcance *metodológico* dele. Para dizê-lo brevemente: na linguística, a maneira mais adequada de descrever a natureza do elemento de base da língua, o signo, é entendê-lo como dualidade íntima e inseparável (significante / significado), cuja relação é arbitrária, e em dois âmbitos.

No âmbito interno à célula do signo, há uma relação de arbitrariedade de estatuto *intrassígnico*: (i) nada há ou houve na matéria fônica de um significante, na consubstancialidade natural de um som – nem mesmo no que ela adquiriu como pertinência formal de fonema ou de morfemas lexicais e gramaticais–, que induza ou tenha induzido à imposição de seu(s) significado(s) pela história de outrora ou pela massa falante da língua de agora; (ii) igualmente nada há de natural no significado, não há eventual protótipo intrínseco do significado, que tenha induzido ou induza à determinação daquela cadeia fônica, fonema ou morfema específico para a efetuação da semiose sígnica. Tudo ficou e fica, assim, pactuado, tudo se tornou um pacto semiológico tácito, como sentimento de língua.

No âmbito externo à célula-signo, âmbito *extrassígnico* – sem fechar questão por enquanto sobre como entender algo *fora-signo*–, haverá arbitrariedade na designação-alvo do signo. O signo completo, composto arbitrariamente no seu interior, tem relação arbitrária também com seu *designatum*, seja este um dado substancial do mundo externo, uma imagem sensorial – os exemplos *bœuf, sæur*–, seja, ao contrário, um dado interno à própria cadeia discursiva, por exemplo, todas as formas igualmente arbitrárias pelas quais a língua compõe suas unidades morfológicas (lexicais e gramaticais, preposições, conjunções, conectivos...), suas estruturas narrativas e discursivas, qual seja, a gramática extensa, paradigmática e sintagmática, de todo discurso. Noutros termos, o princípio recobre todo o discurso em qualquer linguagem na acoplagem semiótica dos dois planos.

Assim, todo ato semiológico, arbitrário em seu fundamento e origem, se torna *não livre*, obrigatório e *necessário*; o falante não terá mais a veleidade da liberdade, ou a liberdade da veleidade, seja no âmbito intrassígnico, seja na remissão extrassígnica, ainda que o pacto tácito seja frágil por estar lançado na história material da língua, sujeita à ação do tempo na sua diacronia. O sujeito estará sempre, por assim dizer, condenado ao sentido desse pacto semiológico, tido por Saussure como “produto histórico”, condenado a se curvar ao “mais recente compromisso que aceita o espírito com certos símbolos” (2002, p. 209).

## 6 A Semiologia: uma epistemologia do conhecimento

Desvencilhemo-nos dos pesos semânticos graves que o termo epistemologia carrega em filosofia do conhecimento. Tomemo-lo simplesmente no sentido das decorrências possíveis que acarreta a estipulação saussuriana da arbitrariedade radical do signo, na base da sua Semiologia, isto é, das consequências que incidem não apenas sobre o modo como nos comunicamos sobre o mundo com linguagens, mas antes sobre o modo como *concebemos* o mundo *pela* linguagem, como o percebemos, como construímos todo o possível conhecimento sobre ele, via linguagens. Qual seja, estamos perante as implicações para as teorias do conhecimento sobre um mundo que se quer real e objetivo (das ciências exatas), e um mundo que se quer subjetivo, do espírito (das ciências humanas), perante o fato da *presença determinante* da linguagem no homem e da sua operação semiológica.

Nesse horizonte, temos de reconhecer que os dois parágrafos do *Curso* que dão direito de cidadania à nova ciência da Semiologia são pouco incisivos perante o que considero sua, por assim dizer, *Certidão de Nascimento*, apresentada em antigos manuscritos. Saussure batiza sua semiologia como “o estudo *do que se produz* assim que o homem tenta *significar seu pensamento* por meio de uma *convenção necessária* (2002, p. 262, *itálicos meus*).

Detenhamos um momento na pira batismal. A simplicidade surpreendente dos termos esconde uma exorbitância epistemológica. Eles nos levam a perguntar se essa frase não constrói de pronto uma *epistemologia semiológica* já inteira:

- (i) *o que se produz* : em minha leitura produz-se aí o próprio mundo dos objetos disponíveis ao homem, *construídos signicamente*, o mundo mesmo das coisas e do humano, o único mundo possível, assim criado e estabelecido pela convenção necessária do universo dos signos. Elaborados em discursos, em variadas racionalidades discursivas, paulatinamente nascidas e crescidas na diacronia da História, tais signos vão gerenciar, em decorrência, todos os universos de discurso, científicos numa ponta, filosóficos na outra, poéticos numa terceira, e os demais discursos humanos nos

entremeios. É pela fabricação semiológica dos signos, sobretudo por aqueles que criam enunciados acirradamente existenciais: as coisas *são*, a *realidade* existe, o mundo *existe*, existe a *matéria* do mundo, *há* montanhas, mares e florestas; é por tais tipos de signos existenciais que o mundo tomará a forma de uma *ontologia espontânea*, imediata, ao alcance das mãos e do olhar do homem, ao alcance do sentimento da língua do falante comum, seja como mundo real, objetivo, seja como mundo psíquico, subjetivo. Noutros termos, o mundo passa a se apresentar como espontaneamente real pela *complicada* maquinaria – fonológica, morfológica, sintática e semântica –, dos signos em discurso, como produto do ato de *significar* o pensamento;

- (ii) *significar o pensamento*: trata-se aqui do que vem a dar estatuto mesmo de pensamento propriamente dito à *massa amorfa* em *nebulosa*, das duas metáforas saussurianas (cf. atrás). Vejo aqui o imperativo epistemológico de exigir da filosofia ceder o passo e atribuir a primazia da linguagem perante o pensamento. O contrário disso é desconhecer a linguagem *de seu interior*, é desconhecer-lhe o papel na fundação do pensamento, desconhecer a integral peremptoriedade do ato semiológico de linguagem; e
- (iii) *convenção necessária*: eis o alicerce arbitrário de todo o edifício epistemológico da semiologia saussuriana. Deixemos de lado o lado técnico, descritivo, do princípio da arbitrariedade. Não se trata, neste nível da reflexão, de distribuir os signos por graus de arbitrariedade ou de motivação, sincronicamente no sistema ou diacronicamente na história da língua. Importa na radicalidade do princípio que tudo, na composição do ato semiológico arbitrário do signo, poderia ter sido diferente, seja internamente entre os dois planos do signo, seja externamente na designação de seu alvo referente. É o que resume a tão aguda quão simples observação do filósofo P. Maniglier: “O signo utilizado não

tem nenhuma razão *positiva* para ser este e não outro, mas, precisamente por isso mesmo, nenhuma razão também de ser outro (2006, p. 355). De maneira que o modo como tudo o foi é plenamente legítimo, ficou como ficou e ponto final (sem prejuízo dos fatores históricos que podem tudo alterar).

Por sua vez, tal arbitrariedade radical nos dispensa, com vantagem, de procurar o primeiro grito das origens da linguagem ou alguma motivação primeva saída do barro adâmico. Quanto a isso Benveniste teve novamente a boa formulação. Recusando a ideia simplista do entendimento da linguagem como *instrumento* fabricado pelo homem, o eminente linguista é assertivo:

A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. Inclino-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a (1991, p. 285).

Mas o próprio Saussure já anunciava esse entendimento e, de certa maneira, renunciava o que estou chamando de epistemologia discursiva a gerenciar o entendimento do mundo. Com efeito, sobre a questão da origem da língua ele é ferino e incisivo:

Nada prova melhor a nulidade de toda a pesquisa sobre a origem da língua [...]. Olhar a língua e se perguntar em que momento preciso uma tal coisa “começou” é tão inteligente quanto olhar o riacho da montanha e de acreditar que remontando-o encontraremos o lugar preciso onde ele tem sua fonte. *Innumeráveis coisas estabelecerão (Des choses sans nombre établiront)* que a todo momento o RIACHO existe enquanto se diz que ele nasce, e que reciprocamente ele só nasce enquanto se [ ]. (2002, p. 93-94).

Os enigmáticos *brancos* [ ] dos manuscritos impedem uma dedução mais abalizada do seu pensamento no episódio. O que importa nas últimas reflexões e questionamento das críticas de Benveniste e de Pichon é que o radicalismo do princípio do arbitrário do signo implica diretamente o descarte definitivo do referente externo. Isso fica patente quando Saussure reflete sobre a Semiologia nos antigos documentos manuscritos. Ao criticar a concepção adâmica e nomenclaturista dos filósofos da linguagem, Saussure refuta as concepções que partem de objetos *a priori*, dados de antemão:

*Primeiro* o objeto, em seguida o signo; portanto (o que negaremos sempre) base exterior dada ao signo e figuração da linguagem pela relação a seguir:

$$\text{Objeto} \left\{ \begin{array}{l} * \text{---} a \\ * \text{---} b \\ * \text{---} c \end{array} \right\} \text{Nomes}$$

Enquanto que a verdadeira figuração é: a – b – c, fora de todo conhecimento de uma relação efetiva como \* --- a, fundada num objeto. Se um objeto pudesse, onde quer que fosse, ser o termo sobre o qual está fixado o signo, a linguística cessaria instantaneamente de ser o que é, desde o cume até a base; de resto o espírito humano de igual modo, como fica evidente a partir dessa discussão (2002, p. 230).

Não é difícil de se convencer do valor epistemológico dessas reflexões. Fora de todo conhecimento de uma relação efetiva como objeto / signo, fundada no objeto (exterior), é formulação suficiente para nos levar a deduzir que o referente designado pelo signo é um referente internalizado à linguagem e acenar um estatuto imanente à sua Linguística e portanto à sua Semiologia. Fora da radicalidade do princípio do arbitrário, do ato semiológico imanente, não só a linguística e demais linguagens cessariam de ser o que são, mas também cessaria de sê-lo o próprio espírito humano. É assim que vejo sua Semiologia anunciar uma verdadeira epistemologia (discursiva) do conhecimento.

## 7 A língua como Instituição pura

Mesmo tomada com a brevidade aqui posta, a vasta e perene discussão em torno do arbitrário quase sempre tem deixado de lado o fato de que tal princípio não vem fortuitamente sem um agente. Trata-se do aspecto, menos discutido, de que ele induz e se deduz de um pacto, instituído como produto histórico em língua, como sentimento de língua *pelos sujeitos falantes*. E pacto tem justamente, ao mesmo tempo, o encargo de manter e comandar todo o ato semiológico, de linguagem, do sujeito falante.

Retenhamos primeiramente desse ato de linguagem, que estamos vendo como repactuação continuada e recorrente de um ato semiológico de fundação e de uso contínuo do signo, o fato de que ele advém de um pacto ou princípio de arbitrariedade:

O ato pelo qual [...] um contrato teria sido estabelecido entre os conceitos e as imagens acústicas – esse ato podemos imaginá-lo, mas jamais foi ele comprovado. A ideia de que as coisas poderiam ter ocorrido assim nos é sugerida por nosso sentimento bastante vivo do arbitrário do signo (SAUSSURE, 1995, p. 85-86).

Por sua vez, outro dado quase sempre no limbo secundarizado das reflexões sobre o arbitrário é que a língua tem, segundo Saussure, a natureza de *Instituição humana*, expressão creditada a Whitney, nas notas que esboçou para um artigo dedicado ao linguista: “Whitney disse: a linguagem é uma *Instituição* humana. Isso mudou o eixo da linguística” (2002, p. 211).

Não interessa propriamente aqui o contexto dessas proposições, não obstante importantes e epistemologicamente decisivas, que é o de acentuar seu estatuto de puro produto histórico e de combater a ideia da linguagem como faculdade natural, orgânica. O que nos interessa de perto é o cerne dessas notas preparadas, em que Saussure compara a linguagem com outras instituições humanas, como o direito, o sistema político de uma nação, ou mesmo a moda. A reflexão está voltada para

estabelecer uma profunda diferença de estatuto dessas instituições: elas são todas fundadas “(em graus diversos) sobre relações NATURAIS das coisas”. A moda por exemplo “não pode se afastar um instante sequer do dado das [proporções] do corpo humano”. E prossegue: “Mas a linguagem e a escritura NÃO SÃO BASEADAS numa relação natural das coisas”. A linguagem, como bem sublinhara sem cessar Whitney, diz Saussure, é uma instituição pura, ao que reforça com veemência: isso “demonstra muito mais, a saber que a linguagem é uma instituição SEM ANÁLOGO” (2002, p. 211 – caixas altas no original).

Ressaltemos primeiramente o estatuto de *Ins-ti-tu-i-ção*, como se pela silabação conseguíssemos a façanha de aferir cada grama do peso (epistemológico) que esse ato implica. É relevante acentuar que trata-se de uma operação instituidora, constituidora, determinante do modo como o sujeito falante terá não apenas de designar as coisas do mundo externo e do mundo interno à linguagem, mas também instituidora do modo como ele estará liminarmente *condenado*, por assim dizer, a *captar* tudo no mundo dessa maneira e não de outra, ou seja, via ato semiológico arbitrário de soldagem, em semiose, do significado e do significante.

Noutros termos, entendido como instituidor da operação da apreensão do mundo, o ato semiológico impõe ao sujeito falante o modo como vai *perceber e cogitar* esse mundo. O ato semiológico impõe à percepção uma *metamorfose* colossal: uma apreensão registrada e cifrada quantitativamente pelos órgãos sensoriais, advinda do mundo bruto, cifras de frequência sonora, de raios luminosos, átomos odorantes, e demais puras *quantidades* que assaltam constantemente os sentidos, *se transforma*, por determinação semiológica, em uma significação resultada *qualitativamente* para o mundo da fenomenologia humana, o mundo da *morfologia* fenomenológica do homem. Pleiteia-se com isso uma primazia das *morfologias languageiras* por sobre as *morfogêneses orgânicas* dos sentidos. É assim que o sujeito perceberá, no sentido pleno do ato, por exemplo, cores e arco-íris, bem entendido, cores que o pacto semiológico de sua língua oferece. É assim que dois sujeitos, com línguas diferentes perceberão diferentes cores em arco-íris, não obstante tenham igual sistema neuroperceptivo. É assim que um maestro perito, com ouvido adestrado pelas morfologias da semiologia musical, *ouvirá* uma única nota dissonante numa orquestra de dezenas de instrumentos,

coisa que o ouvinte comum deixará passar *despercebido*, mesmo tendo equivalente aparelho de audição. E o mesmo vale para a região dos demais sentidos humanos. O vasto mundo da(s) Semiologia(s) cria o mundo da fenomenologia do homem à sua imagem e estrutura.

Estamos, pois, adentrando aqui o cerne da vocação epistemológica da Semiologia saussuriana, caucionada pelo ato arbitrário radical como princípio fundante. Aos linguistas, a tarefa de robustecer tal princípio e debatê-lo com as demais epistemologias do conhecimento.

## 8 Referências

- AMACKER, R. *Linguistique saussurienne*. Genève: Dros, 1975.
- ARRIVÉ, M. *Em Busca de Ferdinand de Saussure*. M. Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. M. G. Novak e M. L. Neri. Campinas: Pontes, 1991.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o Sentido II*. Ensaios Semióticos. Trad. D. F. da Cruz. São Paulo: EDUSP, 2014.
- MANIGLIER, P. *La vie énigmatique des signes. Saussure et la naissance du structuralisme*. Paris: Éditions Léo Scheer, 2006.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 20ª ed. Trad. A. Chelini, J. P. Paes, I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SAUSSURE, F. *Écrits de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 2002.
- SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Edition critique par Tullio di Mauro, Paris: Payot, 2005.
- THOM, R. La science malgré tout... *Encyclopædia Universalis (Symposium)* Paris: Enciclopædia Universalis, France SA, 1985.
- THOM, R. La méthode expérimentale: un mythe des épistémologues (et des savants)? In: HAMBURGER, J. (Dir.). *La philosophie des sciences aujourd'hui*. Paris: Gauthier-Villars, 1986.

# Perception of Intonational Patterns and Speaker's Intentionality in English Yes-No Questions Produced by Brazilians

*Percepção de Padrões Entoacionais e da Intencionalidade dos falantes em Interrogativas Totais do Inglês Produzidas por Brasileiros*

Leonice Passarella dos Reis

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.  
leonicepr@gmail.com

Alison Roberto Gonçalves

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/CNPq), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.  
alisonrobertogoncalves@gmail.com

Rosane Silveira

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/CNPq), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.  
rosanesilveira@hotmail.com

**Abstract:** The current study investigated the perception of different intonational patterns and speaker's intentionality in English yes-no questions produced by Brazilian Portuguese speakers of English. The speakers were six Brazilians who recorded a dialogue. The listeners were 31 Brazilians from different parts of the country who took a Perception of Sentence Modality Test and a Perception of Intentionality Test. Three different contours were tested: English-L1 like, Brazilian-Portuguese like, and Interlanguage like. Results demonstrate that English-L1 like and Brazilian-Portuguese like were generally perceived as yes-no and misperceived as wh-questions, whereas Interlanguage like tended to be mostly perceived as yes-no questions. In the Perception of Intentionality Test, there was a tendency for listeners to consider that the speakers were asking neutral yes-no questions most of the times, which

somewhat is in tune with the results obtained at the perception test. Speakers' intentions were also interpreted by listeners with much variability, which could have been a test effect.

**Keywords:** L2 perception; intonational patterns; neutral yes-no questions; intentionality; L2 phonology.

**Resumo:** O presente estudo investigou a percepção de diferentes padrões entoacionais e da intencionalidade do falante em perguntas interrogativas totais do inglês. Os falantes foram seis brasileiros que gravaram um diálogo. Os ouvintes foram 31 brasileiros de diferentes partes do país que realizaram um Teste de Percepção da Modalidade da Sentença e um Teste de Percepção da Intencionalidade. Três contornos diferentes foram testados: padrão do inglês americano; padrão do português brasileiro; e padrão encontrado na interlíngua dos falantes. Os resultados demonstram que os padrões do inglês americano e do português brasileiro foram geralmente percebidos como interrogativas totais e percebidos inadequadamente como interrogativas WH. O padrão encontrado na interlíngua dos falantes foi na maioria das vezes percebido como interrogativas totais. O Teste de Percepção da Intencionalidade revelou que os ouvintes consideravam que os falantes faziam uso de interrogativas totais na maioria das vezes, o que parcialmente está de acordo com os resultados do teste de percepção. Não obstante, as intenções dos falantes foram interpretadas com muita variabilidade, o que pode ter sido um efeito do teste.

**Palavras-chave:** percepção em L2; padrões entoacionais; interrogativas totais neutras; intencionalidade; fonologia da L2.

Recebido em: 21 de outubro de 2014.

Aprovado em: 23 de janeiro de 2015.

## 1 Introduction

Research on speech perception has started to revolve around issues that are likely to impinge on communication among subjects who speak English as a common additional language in their interactions. Speech perception is a complex task that can be constrained by listeners'

inexperience in attending to the relevant dimensions of speech that are specific to a determined target language (SMILJANIC; BRADLOW, 2011). Therefore, practitioners in the field of Second Language Acquisition (SLA) have started to shift attention to how speakers from different language backgrounds react to certain speech traits that can affect L2<sup>1</sup> speech decoding. In order to shed light on classroom instruction, findings from studies of this nature can provide insight on training techniques and pedagogical materials so that they are developed in a way that students' chances for improvement at different levels are optimized (ZAMPINI, 2008). In addition, more attention is cast on certain speech properties that influence listeners' perception across multiple language backgrounds.

Much L2 research has been conducted on segmentals. However, learners need to be able to succeed at the different levels involved in speech production, including both segmentals and suprasegmentals. Thus, the present study investigates perception of intonational patterns (a dimension related to the suprasegmental level) and intentionality, which is related to the semantic level of the utterances (in other words, the intention behind each question). Firstly, neutral yes-no questions in American English (AE) and in Brazilian Portuguese (BP) are discussed, followed by the dimensions of perception and intentionality. Next, the method of each experiment is demonstrated, followed by the results and a discussion on their findings.

## **2 Neutral yes-no questions in Brazilian Portuguese and in American English**

Intonation refers to patterned variation related to units greater than segments, whose acoustic parameters are the F0 curve, that is, the pitch contour (BECKMAN; VENDITTI, 2013), which in research on intonation is often described by means of the Autosegmental Metrical (AM) System, introduced by Pierrehumbert (1980). The AM system has a phonological approach and represents intonation as a sequence of tones

---

<sup>1</sup> L2 refers to any languages acquired after one's first language.

that contrast by their height – low (L) or high (H). It represents the contour as a sequence of pitch accents and edge tones (LADD, 1996, 2008).

The pitch accent can be either L or H, or a combination of the two (LH, HL). Edge tones are divided into two types: phrase accents and boundary tones; only the latter is used in the patterns investigated in this paper. A phrase accent (or phrase tone) occurs between the last pitch accent tone and the boundary tone, that is, it is the tone that usually precedes the boundary tone; it is the peak (or the valley) at the end of the nuclear word (LADD, 1996). A boundary tone is a tone (L or H) that marks the end of the intonational phrase, in our case, the intonational pattern, and is followed by the diacritic %. Find below a schema of the notation conventions used in this paper:

L\* - the central tone of a pitch accent is low

H\* - the central tone of a pitch accent is high

L% - low boundary tone

H% - high boundary tone

!H% - a boundary tone that has not reached the necessary height in order to be considered an H%.

> - indicates that the peak of either tone is aligned at the left margin of the stressed vowel.

< - indicates that the peak of either tone is aligned at the right margin of the stressed vowel.

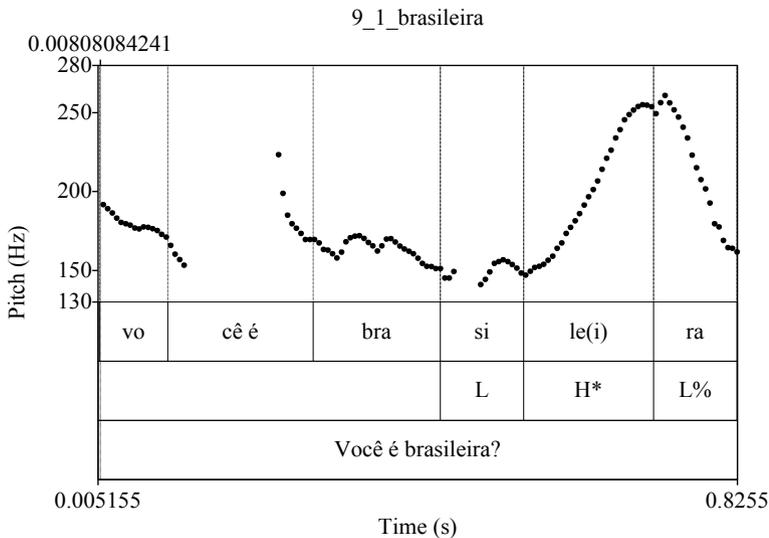
According to Moraes (2008), the intonational pattern of BP yes-no questions has three different possible notations:<sup>2</sup> (1) LH\*L%, (2)

---

<sup>2</sup> We would like to highlight, however, as commented by one of the reviewers, that these three patterns apply mostly to yes-no questions which end in unstressed syllables (e.g., *Você quer chocolate?* “Do you want some chocolate?”). If the last syllable is stressed (e.g. *Você quer chá?* “Do you want some tea?”), the boundary tone is likely to be an H% provided that there is no room for a descending movement. Nevertheless, although the low boundary tone in the three questions ending in syllables with the potential to take stress was not drawn by Praat, Passarella-Reis (2014) found instances in which such descending movement could be heard (eg., *Você gosta de rock?* “Do you like rock?”). It is definitely an issue which deserves further investigation.

L+>H\*L%<sup>3</sup> and (3) H+[LH]\*L%. The LH\*L% notation represents the intonational pattern of neutral BP yes-no questions, that is, questions that seek unknown pieces of information. The answer to a neutral yes-no question is a piece of totally new information. On the one hand, notations (2) and (3) contrast themselves from one another either by having the H (high tone) alignment anticipated (2) or by having a high tone (H) in the preceding stressed syllable followed by a fall and then a rise in the stressed syllable (LH\*) (3). In both cases (2 and 3), questions are seen as rhetorical questions or requests (2) and as incredulous questions (3) rather than as neutral. On the other hand, the three notations are alike given that they share the same boundary tone (L%). However, these subtle differences may play a role in identifying the speaker's intentions. Figure 1 illustrates the LH\*L% intonational pattern.

Figure 1 – Neutral BP yes-no question (LH\*L%)



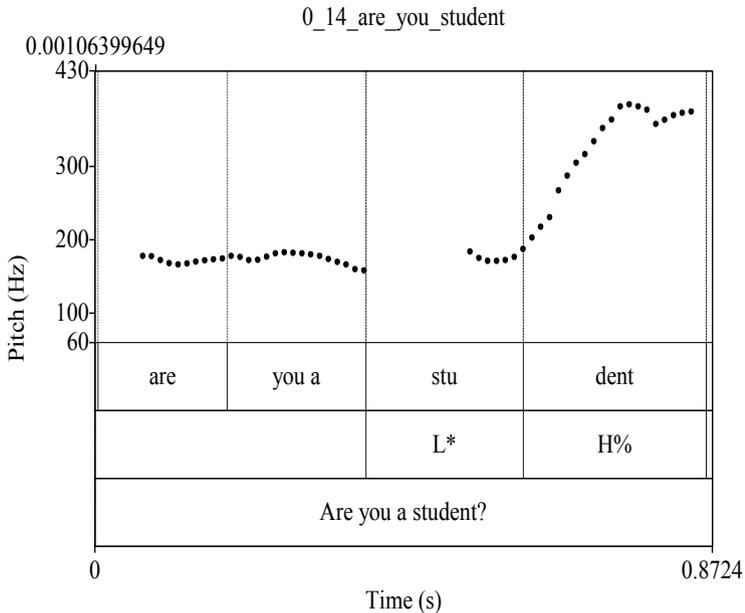
Source: Passarella-Reis (2014).

Hedberg, Sosa and Fadden (2004) highlight four possible intonational contours for positive yes-no questions in North-American

<sup>3</sup> The diacritic > indicates the anticipated alignment of a tone (MORAES, 2008).

English: (1) H\*HH%, (2) H\*LL%, (3) H\*HL%, and (4) L\*HH%. The latter represents the melodic contour of neutral yes-no questions in English. The contours (1), (2), and (3) contrast from (4) not only because they have a different boundary tone (2 and 3), but also because they do not share the same phrase accent and the same pitch accent. The contour represented by the notation H\*HH% (1) indicates that the question denotes surprise, that is, it is no longer a neutral / real question. Regarding contours (2) and (3), there is an indication that a positive answer is expected. The phrase tone was left behind for the intonational patterns investigated in Passarella-Reis (2014) whenever it was considered as irrelevant information, that is, when a phrase tone and a boundary tone were the same (SOSA, personal communication), which rendered the following notations: (1) H\*H%, (2) H\*L%, (3) H\*HL%, and (4) L\*H%. Figure 2 illustrates the intonational pattern L\*H%.

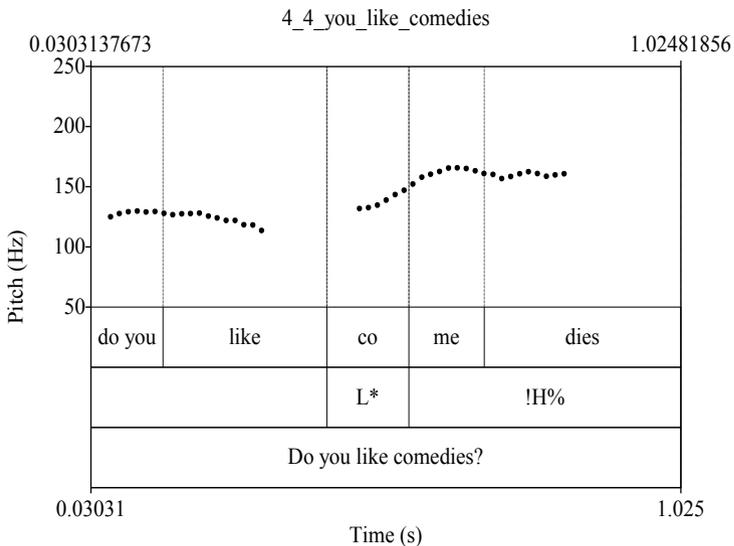
Figure 2 – Neutral English yes-no question (L\*H%)



Source: Passarella-Reis (2014).

Passarella-Reis (2014) found an intonational pattern for neutral yes-no questions produced by BP speakers of English (BPSE), namely, L\*!H%. As highlighted by the scholar, this intonational contour has not been described in the literature hitherto as being representative of a neutral yes-no question<sup>4</sup> and was, then, considered to represent the BPSE attempt to reach the intonational pattern L\*H% (for neutral English yes-no questions). The BPSE begin the pitch accent set at low (L), then they start to rise it until they reach the post accented syllable. However, the speakers are unable to go up the necessary amount of Hz in order to produce a tone that can be considered high (H) and keep that same height until they reach the boundary tone. The diacritic ! here represents this attempt and lack of success. The emergence of this contour was explained as being part of the learner's language which is in constant development. Figure 3 shows an example of this intonational pattern.

Figure 3 – Developing intonational pattern of Neutral AL yes-no questions by BPSE (L\*!H%)



Source: Passarella-Reis (2014).

<sup>4</sup> As indicated by one of the reviewers, this intonational pattern may indicate a more polite question.

In addition to L\*!H%, her results showed that BPSE from different proficiency levels also transferred their L1 intonational pattern LH\*L% to their additional language (AL) productions. The author highlights the importance of reaching discernment of the impact of these productions on the comprehension of the intended messages when heard by speakers of English from different nationalities.

Research on yes-no questions have shown that the subtle variations in the intonational patterns may change the meaning of an utterance. In BP, a yes-no question can be understood as a request, basically depending on the alignment of the tone in the stressed syllable. (COLAMARCO; MORAES, 2008). Yes-no questions that have a high boundary tone (H%) can be understood as if the speaker is being emphatic (MORAES, 2008), being kind and careful (PASSARELLA-REIS, 2014), or expecting a positive answer (SOSA; NUNES; SEARA, 2013). In English, Huynh (2012) describes that yes-no questions can sometimes have an L% boundary tone which can be interpreted as not being neutral. The speaker may already know the answer and is just making sure whether or not it is correct. Hedberg and Sosa (2011) explain that falling intonation may (1) convey a piece of information (an announcement) rather than a question (Did I *tell* you I have a new job?), (2) be a request for action (Can we *talk* about the job things now?), (3) be an observation (Do you *have* a cold?). Yet, a given yes-no question can be uttered as a totally different intonational pattern, for example, as that of a statement (LH\*L%) in English and be interpreted as if the speaker is assuming what is being uttered, not really asking for that information (PASSARELLA-REIS, 2014). The LH\*L% is a PB intonational pattern for yes-no questions, which Brazilians tend to transfer to the production of yes-no questions in English (PASSARELLA-REIS, 2014). This transfer may mislead the listener who may not respond in an expected neutral fashion and can cause communication discomfort and bias against the speaker.

This section briefly described the intonational patterns of AE and BP, and it paved the way to the central issues in the present study. Our purpose here is to investigate how BP listeners perceive and interpret speaker's intentions of the LH\*L% (first language) and the

L\*!H (interlanguage) intonational patterns when produced by other BP speakers.

### 3 Perception and Intentionality

Crystal (2008) defines perception as “[...] the process of receiving and decoding spoken, written or signed input. The underlying process is one of matching a set of cues to a stored representation” (CRYSTAL, 2008, p. 356). Thus, as regards perception, language is decoded in favor of a stored representation. Crystal (2008) also remarks that perception is usually related to production, so that it is possible to observe whether learners have already stored an underlying representation for a certain sound that they produce (which takes on the relationship of phonetics and phonology, as well). Auditory perception tasks make use of different types of tests (discrimination, identification, and goodness-of-fit tests, for instance), which present isolated pieces of linguistic information to test for contrasts, where cotextual<sup>5</sup> information is not of importance. In the present study, perception is evaluated by using a forced-choice identification test containing decontextualized questions.

Intentionality refers to the speaker’s intention that is conveyed by the different tunes<sup>6</sup> present in the uttered sentence. A given sentence can convey different meanings due to different tunes and, thus, resemble a different attitude of the speaker. Hirschberg *et al.* (1987) demonstrate that “a yes-no question contour on ‘Can you pass the salt?’ will be more likely to elicit a direct yes-no response, while a declarative pattern will be more likely to be interpreted as a request to pass the salt” (HIRSCHBERG *et al.*, 1987, p. 638). Likewise, the scholars assert that a yes-no question contour over the sentence “My name is Mark

---

<sup>5</sup> Cotext refers to the items that accompany an item under discussion (CATFORD, 1965).

<sup>6</sup> Pierrehumbert and Hirschberg (1990) define tune as “the abstract source of fundamental frequency patterns – the difference between a typical declarative intonation and a question intonation is a tune difference” (PIERREHUMBERT; HIRSCHBERG, 1990, p. 272).

Liberman?" does not convey a request for a yes-no response – but whether that name was known to the hearer.

Speaker attitude is generally inferred from the choices of the tunes conveyed by an utterance. Different tunes can convey, for instance, presupposition, uncertainty, ignorance, and belief (PIERREHUMBERT; HIRSCHBERG, 1990). Usually, a certain tune can be related to a specific attitude. The question *Do you agree?* uttered with the intonational pattern H\*LL% may be interpreted as an assertion, that is, when uttering *Do you agree?* the speaker is expecting that the listener will agree to something previously said and is trying to elicit conformation of this (HEDBERG *et al.*, 2004). The study of speaker's intentionality is relevant as it reveals that the suprasegmental level can convey a different meaning from what is expressed at the segmental level. In this piece of research, speakers' intentionality is analyzed by listeners in single utterances.

The present study also investigates how listeners who share the same L1 as the L2 speakers might have an advantage over the comprehension of utterances. This is explained by Bent and Bradlow (2003), who advocate that when listeners and speakers share the same L1, they “are both systematically linked to native language sound structure” (*Op. cit.*, p. 1607). As explained by the authors, speakers' and listeners' linguistic knowledge encompasses aspects of both the L1 and the L2, including “the system of consonant and vowel categories, phonotactics, stress patterns, and intonation as well as other features of the sound system” (*Op. cit.*, p. 1607). In sum, a non-native listener is well equipped to interpret certain acoustic-phonetic features of the L2 speech produced by a non-native listener “even if they deviate markedly from the target forms” (*Op. cit.*, p. 1607). In the present study, both speakers and listeners are Brazilian-Portuguese L1 speakers. This is especially relevant for context in which subjects who share the same L1 are required to interact in the L2, such as international business meetings, bilingual schools and language courses.

After having defined the most important constructs that guide this study, now the research questions and hypotheses are presented, followed by a description of the research method.

## 4 Research questions and Hypotheses

This paper sets out to investigate how three intonational patterns produced for neutral yes-no questions in English by BPSE are perceived and interpreted by other BPSE. The three intonational patterns are: L\*H% (English-L1 like), LH\*L% (BP like – transferred from BP), and L\*!H% (interlanguage<sup>7</sup> like). In order to achieve this, the following research questions and hypotheses were set down:

- 1) How are the developing intonational contours of English yes-no questions produced by BPSE perceived by other BPSE?
  - H1: Neither L\*H% nor L\*!H utterances will be perceived as questions.
  - H2: LH\*L% utterances will be perceived as questions.
- 2) How are the speakers' intentions interpreted by BPSE listeners?
  - H3: BPSE Listeners will mostly infer that something else rather than the intended message is being conveyed, given that questions under L\*H% and L\*!H utterances will probably not be perceived as questions (H1).
  - H4: Listeners will mostly interpret LH\*L% utterances as neutral questions, and thus they will understand the message as intended.

## 5 Method

### 5.1 Participants, procedures, and instruments

Participants were 6 speakers and 31 listeners. The speakers were five male Brazilian Portuguese speakers of English (BPSE), and one male North-American speaker of English (NSE), all of whom participated in a previous study by Passarella-Reis (2014).

The five BPSE speakers were all from Rio de Janeiro, where they lived most of their lives. Their age ranged from 18 to 39 years at the time of data collection ( $M = 26.20$ ). They were all military men at the

---

<sup>7</sup> “The existence of a separate linguistic system based on the observable output which results from a learner's attempted production of a TL norm. This linguistic system we will call interlanguage” (SELINKER, 1972, p. 214).

Brazilian Navy. At the time of data collection, three out of five were seaman-apprentices in the beginning of their military careers, had never been in an English speaking country, did not speak an additional language other than English, were going through formal English instruction (under 135 minutes to 300 minutes of exposure to English per week). In contrast, the other two BPSE speakers were already officers in the middle of their careers, had already been in English speaking countries, and were no longer under formal instruction of English at the time of data collection.

The BPSE speakers (1) answered a questionnaire designed to collect information about their profiles (e.g., age, origin, knowledge of foreign languages, etc.), (2) signed a Consent Form, (3) performed an oral activity, and (4) recorded, on different days, two versions of the same conversation: an English version on the first day and a Portuguese version on the second day, which generated the stimuli to be used in the present study.<sup>8</sup> The BPSE speakers were instructed to read each conversation as naturally as possible and one of the researchers acted as the interlocutor, providing answers.

The NSE speaker was monolingual, from California, U.S.A., where he lived most of his life. Data from this informant were collected in a single meeting. The NSE (1) completed a profile questionnaire, (2) signed the Consent Form, and (c) recorded the English version of the same conversation recorded by the BPSE, having his wife as an interlocutor. When data were collected, he was 41 years old, living in Canada, and daily interacted with speakers of English as an AL from two to four hours a day. Data from this native speaker of English were included in the test in order to better understand how the listeners perceived the intonational patterns and the intentionality of utterances that would not contain mispronunciations. Furthermore, these data are expected to provide us with a better understanding of how the listeners perform the two tests and can provide us with insights about the reliability and validity of the tests designed for this study.

---

<sup>8</sup> For detailed information on the procedures for the recording of the samples, please refer to Passarella-Reis (2014).

During the collection of speech data, all participants were asked to read the conversations as naturally as possible. The answers that the interlocutors provided to the participants were not typed in the sheet containing the conversation(s) recorded by the participants. This procedure aimed at having the participants ask neutral questions, giving that they were not aware of the responses and would be eliciting unknown information.

The stimuli encompassed five tokens for each intonational pattern produced by the BPSE - (L\*!H%), (LH\*L%), and (L\*H%); and 1 token for (LH\*L%) and one for (L\*H%) provided by the NSE, adding up to a total of 17 utterances. In each of the two tests, the NSE samples were presented at the end in order to avoid any bias towards the speakers' accent. Additionally, there was an attempt to avoid repetition of the same questions along each test. Nonetheless, because there was a lack of 17 different questions meeting the three different intonational patterns, two questions had to be repeated. The repetitions were, however, uttered by different speakers and were placed far from their first occurrences, that is, at the end of the tests. These audio files were used to design the Perception of Sentence Modality Test and the Perception of Intentionality Test, which were made available to the listeners at a website especially devised for collecting data.

Listeners were invited to participate through informal advertising (Facebook, e-mail, and personal conversations). Seventy-four people started participating, but only 44 finished the three experiments within the 22 days of data collection and were then considered as participants in this study. They were 31 BPSE, 10 AL speakers of English from different nationalities other than Brazilian (ALSE), and three speakers of English as an L1 (English-L1). The present paper focuses on the data gathered from the 31 BPSE, as our main focus here is to discuss the perception of listeners who share the same L1 as the speakers.

The 31 BPSE listeners were 10 male and 21 female from different parts of Brazil: Bahia (2), Pará (1), Paraíba (1), Paraná (4), Rio de Janeiro (1), Rio Grande do Norte (1), Rio Grande do Sul (6), Santa Catarina (12), and São Paulo (3). Five BPSE listeners were currently living abroad: one in France, two in the Netherlands, one in Canada, and one in the U.S.A. Only two BPSE listeners reported not being currently

in touch with English. Thirteen reported they had never been to an English speaking country, while 18 reported they had. Only one listener reported understanding English not well, whilst 7 and 23 reported understanding English fairly well and very well, respectively. Seventeen reported speaking an AL other than English. The BPSE listeners' age ranged from 19 to 49 years ( $M = 30.06$ ). Most of them were teachers of English, or were pursuing a degree in the field.

Listeners accessed a web page<sup>9</sup> put together for data collection. The web page contained a two-part questionnaire, and three different tasks that sought to obtain different perceptual data. Before each task, listeners had some explanation about the tasks and were offered practice trials to get familiar with the tests format. Each of the instruments shall be explained below.

## 5.2 Perception of Sentence Modality Test

The first task was a forced-choice identification test that contained 17 filtered speech samples that presented only suprasegmental information. They were manipulated through *Praat*, where the filter Hann band was passed so that all linguistic information (which is usually above 300 Hz) would be excluded.<sup>10</sup> Listeners had to decide whether the token sounded like (1) a statement, (2) a wh- question,<sup>11</sup> or (3) a yes-no question. The options were displayed right after the audio sample, which could be played as many times as the speaker required. The website allowed no randomization of files. The tokens encompassed different intonational patterns produced by a NSE and the five BPSE (see APPENDIX A). Figure 4 provides a snapshot of the Perception of Sentence Modality Test.

---

<sup>9</sup> Cf. <<http://www.leonicepassarella.pro.br>>.

<sup>10</sup> Intensity was also increased to 90 dB so that the volume of the utterances would not become an intervening variable.

<sup>11</sup> The wh-question was a distracter, as no intonational pattern for wh-questions were played.

Figure 4 – An example of a Perception of Sentence Modality Test item

### Experiment 1

You will hear 17 audio files. You have to indicate whether what you hear sounds more like a statement (You're from Japan.), a yes/no question (Are you from Japan?) or a WH-question (Where are you from?), by pushing the corresponding button.

**Audio 1**



**The audio sounds more like a:**

Statement.

Yes/No Question.

Wh- Question.

Source: the authors.

## 5.3 Perception of Intentionality Test

The Perception of Intentionality Test was designed to obtain data regarding the mood / intention of the speaker with each utterance presented in the stimuli. Thus, the experimenters could observe how the different intonational patterns presented influenced listeners' perceptions of intention. The 17 speech samples, with no adjustments made, were presented to the listeners. For each token, listeners had to choose the intention / mood of the speaker. Choices were presented, and listeners could insert a new option by typing it, in case they disagreed with the ones presented. Figure 6 illustrates the Perception of Intentionality Test.

Figure 6 – An example of a Perception of Intentionality Test utterance

### Experiment 3

You will hear the 17 utterances again. This time, your task is to give us your impressions about the speaker of each utterance either by choosing one of the choices given or by writing down words of your own. **You can play the audio as many times as you wish.**

**Audio 1**

**Speaker:** Do you like movies?



**The speaker:**

- WANTS TO KNOW if you like movies.
- IS ASSUMING that you like movies.
- IS CRITICIZING the fact that you like movies.
- IS DOUBTING that you like movies.
- IS SURPRISED that you like movies.
- IS MAKING FUN of the fact that you like movies.
- Your own answer:

Source: the authors.

## 5.4 Questionnaire

A questionnaire was administered to listeners so that background information could be gathered. Based on Gonçalves (2014), it elicited personal information, as well as information about participants' knowledge of foreign languages, exposure to English, and experience with the BP accent. This information will be used whenever possible to help us to explain the findings reported in the following section.

## 5.5 Data Analysis

The Perception of Sentence Modality Test data were analyzed first by observing the types of response provided by all listeners (statements, yes-no questions, Wh-questions), with the three intonational patterns combined. Descriptive statistics were obtained and the following will be reported: means, standard deviations, minimum and maximum scores, and percentages. In order to compare the means obtained for the three types of response, Friedman<sup>12</sup> tests were used, given the fact that the data set is small and not normally distributed. Pair-wise comparisons were made by running Wilcoxon<sup>13</sup> test. An additional analysis for the

<sup>12</sup> The Friedman test is a non-parametric alternative to test the difference between several related samples (similar to a repeated-measures ANOVA) (LARSON-HALL, 2010).

<sup>13</sup> A non-parametric test used to compare pairs of means within groups when the data are not normally distributed (similar to a dependent-sample t-test) (LARSON-HALL, 2010).

Perception of Sentence Modality Test resulted from splitting the results according to intonational patterns and type of response. Because the data set is small, this analysis was done by calculating the percentages only.

The Perception of Intentionality Test data were analyzed by checking how often each of the three intonational patterns was perceived as one of the seven options displayed for the listeners in the test (see FIGURE 6). In order to calculate whether a certain intonational pattern would lead to specific types of response, data were rearranged. Thus, considering the low percentages obtained by most types of response, the intonation test results were analyzed statistically considering two categories: (a) *Wants to know if* (response number 1 in the test sheet) and (b) *Other responses combined* (responses from 2 to 7 in the test sheet). For this analysis, Wilcoxon tests were used separately for each intonational pattern tested. Finally, the Perception of Intentionality Test data were examined combining the responses for all types of intonational patterns and running a Wilcoxon test to compare the percentages obtained by the two categories of responses: (a) *Wants to know if* and (b) *Other responses combined*.

## 6 Results and discussion

This section displays the results and attempts to answer the two research questions which guide this study.

### 6.1 Perception of Sentence Modality Test

In the Perception of Sentence Modality Test, listeners had to decide whether the fifteen utterances produced by the BP speakers resembled (1) a statement, (2) a wh- question, or (3) a yes-no question, by attending only to prosodic cues. So far, all listeners are included together in the analysis, with no L1 dialect specification. We decided to keep them all, given the reduced amount of participants from each region. To observe how these three categories were perceived, Table 1 displays the descriptive statistics, which demonstrates a general performance for listeners with the 15 tokens the test contained. Later on,

an analysis that takes into account the different contours of each token is presented (TABLE 3).

Table 1 – Listeners’ general performance in the Perception of Sentence Modality Test

Perception of Sentence Modality Test (15 tokens)				
	Mean	%	SD	Min-Max
Statements	5.19	35%	1.92	1-9
Yes-no	6.13	43%	2.21	2-12
Wh-	2.74	22%	1.57	0-6

Source: the authors.

Table 1 shows that BPSE listeners tended to consider most tokens as yes-no questions (43%,  $M = 6.13$ ), followed by statements (35%,  $M = 5.19$ ), and wh- questions (22%,  $M = 2.74$ ). The higher means for the yes-no questions can also be observed in the minimum and maximum scores (0 and 15, respectively) of listeners’ individual performance. The maximum score for yes-no questions assigned by a listener was 12, whereas for statements and wh- questions it was 9 and 6, respectively, which signals greater variance on the perception of yes-no questions ( $SD = 2.21$ ). The least chosen category was wh- questions, which received 0 as its minimum score, meaning that the BPSE productions of yes-no intonational patterns in English were perceived as wh- questions to a small extent, which coincides nicely with the fact that no patterns for English wh- questions were included in the stimuli.

A Friedman test was run to observe if the differences in the means presented for listeners’ performance with the three categories were significant. The test yielded a  $p$ -value of  $p = .000$ , which indicates significant differences. Moreover, to compare if the means obtained for each category were also significant when compared to a different tested category, Wilcoxon signed rank was run. The Wilcoxon tests showed that the differences reached statistical significance for all comparisons involving the Wh- question, but not for the Yes-no/Statement comparison, as can be observed in Table 2. This means that listeners did not distinguish yes-no questions from statements in their performance.

Table 2 – Wilcoxon signed rank for tested variables

	Yes-no / statements	Wh- questions / statements	Wh- questions / yes-no questions
Z.	-1.086	-3.802	-4.053
p.	.277	.000	.000

Source: the authors.

Table 3 demonstrates how each of the different intonational patterns was perceived. It is important to restate that these three groups were formed according to the linguistic influence attested in the contour: English-L1 like (L\*H%), Brazilian-Portuguese like (LH\*L%), and Interlanguage like (L\*!H%), as discussed in section 2.1.

Table 3 – Perception of contours by BPSE

	L*H%	LH*L%	L*!H%
Statement	41%	41%	21%
Yes-no	35%	35%	60%
Wh-	24%	24%	19%

\* English-L1 like – L\*H%; Brazilian-Portuguese like – LH\*L%;  
Interlanguage like – L\*!H%.

Source: the authors.

Sentences that contained both English-L1-like contour (L\*H%) and BP-like contour (LH\*L%) were mostly perceived as statements by BPSE listeners (41 %). Thus, listeners were not attuned to the differences in intonation between these two categories, and there was a tendency to consider the tested sentences as statements. Yes-no and wh-questions had the same percentages in both L\*H% and LH\*L% (YN = 35; WH = 24%) and, thus, were chosen the least. Moreover, as there were no wh- contours included in the Perception of Sentence Modality Test, for both L\*H% and LH\*L%, 24% are considered misperceptions of yes-no questions.

Different perception results were garnered for sentences that presented Interlanguage-like contour (L\*!H%). There was a tendency for listeners to perceive these utterances as yes-no questions (60%),

followed by statements (21%), and wh-questions (19%). Thus, results demonstrate that L\*H% and LH\*L% were overall perceived as statements by BPSE, while L\*!H% was surprisingly perceived as yes-no questions. The interlanguage-like pattern (L\*!H%) was perceived as a yes/no question more often than was the native-like pattern (L\*H%) (25% more often).

Results did not confirm Hypothesis 1, which predicted that neither L\*H% nor L\*!H% would be perceived as questions, given that BP intonational patterns for questions (both yes-no and wh-) have a low boundary tone. The perception of these two contours showed different behaviors. On the one hand, L\*H% partially confirmed H1, since it was perceived as a yes-no question to a little extent (only 35% of the times). A tentative explanation for this is that some BPSE taking part in the study may have been aware of the differences on the intonation of yes-no questions in English and were struggling to hear the rising intonation, succeeding 35% of the times. On the other hand, L\*!H% goes counter the H1 prediction, since it was surprisingly mostly perceived as a yes-no question (60%). Speculatively, this finding may be explained by the possibility that BPSE may have this underlying phonological representation for yes-no questions in English, which was also found to be representative of a developing intonational contour in the speakers' production (PASSARELLA-REIS, 2014). Further investigation is needed in order to draw some more definite conclusions.

Taking into consideration that the PB intonational pattern for neutral yes-no questions is LH\*L%, Hypothesis 2, which predicted that LH\*L% would mostly be perceived as questions, was not confirmed. The questions under the notation LH\*L% were mostly perceived as statements. This may be explained by the possibility that these listeners were aware of the intonational patterns for questions and were also aware of a high boundary tone for English yes-no questions, recognizing the L% as being mostly a representative of an intonational pattern other than that of yes-no (e.g., that of statements). From speculation, we can suppose that as a low boundary tone (L%) is way more frequent in BP, it was easier to be perceived, which yielded the recognition of the questions under the notation LH\*L% as being mostly statements (41% of the times).

As the data set contained two utterances produced by a North-American speaker of English (NSE), we can compare the results regarding the perception of the yes-no question utterances produced by the BPSE and the NSE. As Table 4 shows, the yes-no questions produced by the NSE were perceived as such (67.7%), which indicates that listeners were mostly attuned to the L\*H% pattern when it was produced by the NSE. However, Table 4 also shows that the listeners had difficulties perceiving the intonation contour of the statement produced by the NSE, which was most often identified as a statement (45.2%), but often misperceived as a question as well. All in all, these results confirm that the listeners face difficulties when asked to identify English intonational patterns, at least when they are presented with stimuli that contain suprasegmental information only. Moreover, the fact that the listeners performed differently with the L\*H% pattern produced by the BPSE and the NSE suggests that even when segmental information is erased from the stimuli, other speakers' pronunciation features may remain and somehow affect listeners' performance. Yet, although the pre-head and head of the utterances were not analyzed, it is likely that some slight intonational differences located in those parts of the utterances might exist and exert some influence on how they are perceived. Further research could include an analysis of the tones located in the head and pre-head in order to shed some light into understanding why the differences in performance were found.

Table 4 – Listeners' perceptions of the NSE intonational patterns

	LH*L%	L*H%
Statement	45.2%	9.7%
Yes-no	32.3%	67.7%
Wh-	22.6%	22.6%

Source: the authors.

It is important to highlight, however, that although BPSE listeners might be aware of the intonational patterns tested, there was some variation on how the nonoptimal productions were perceived, not only as yes-no but also as statements and wh- questions (specially for

LH\*L%). This may affect the way these questions are interpreted. This issue is addressed in Section 5.2.

## 6.2 Perception of Intentionality Test

As demonstrated by Figure 6, in the intentionality task, listeners had to decide about the intention/mood behind speakers' utterances. Table 5 provides the results for each intonational pattern tested.

Table 5 – Results for the Perception of Intentionality Test according to each contour

	L*!H% N = 155	LH*L% N = 155	L*H% N = 155
1 Wants to know IF	71.61%	69.03%	63.22%
2 Is assuming that	14.83%	10.97%	10.97%
3 Criticizing the fact that	2.58%	1.29%	1.93%
4 Is doubting the fact that	4.51%	5.81%	12.90%
5 Is surprised that	2.5%	9.68%	5.81%
6 Is making fun of the fact	3.22%	1.93%	3.87%
7 Something else <sup>a</sup>	0,5%	1.29%	1.29%

<sup>a</sup> Something else = is hesitating, wants to be sure that, is seducing the listener, is inviting the listener to, is being ironic, is not interested, thinks it is logical that.

Source: the authors.

L\*!H%, the interlanguage-like contour, in the Perception of Sentence Modality Test was mostly perceived as yes-no questions (60%), which is in tune with the results obtained with the Perception of Intentionality Test (71.61%), as listeners considered that, by using this pattern, speakers were asking a question whose answer could be either affirmative or negative, that is, a neutral yes-no question most of the times (e.g., “is that OK with you?”). Another interpretation for this intonational pattern was that the speaker was assuming rather than asking

a confirmation for some information (14.83%). Sosa, Nunes and Seara (2013) found that a high boundary tone (H%) for yes-no questions in BP may refer to a question whose answer is expected to be positive. By taking this into account, it can be proposed that, in 15% of the cases, listeners interpreted that the speakers were assuming (by stating) some information rather than asking, by relying on their L1 intonational patterns. Although the boundary tone was a downstep rise (!H), it seemed to be high enough to yield this interpretation. This agrees nicely with the Perception of Sentence Modality Test results, which shows that 21% of the occurrences of this contour were perceived as statements. Finally, the interlanguage-like contour (L\*!H%) was also interpreted as showing “criticism”, “incredulity”, “surprise”, “tease” and “lack of interest” to a smaller extent (7.35% of the cases altogether). The Wilcoxon test demonstrated that the differences in interpretation for this contour were significant ( $p = .001$ ), as can be drawn from Table 6.

Brazilian-Portuguese-like LH\*L% was mostly interpreted as neutral yes-no questions (69.03%). The fact that the contour LH\*L% is also the intonational pattern for neutral yes-no questions in BP may have exerted some influence on listeners’ interpretation of this pattern as a neutral question, even when knowing that the intonational pattern for neutral yes-no questions in English is L\*H% (knowledge that we speculatively assumed, given that most listeners were English teachers/professors and/or candidates to a degree in English). In the Perception of Sentence Modality Test, LH\*L% tokens had a smaller percentage, as only 35% of them were considered to be yes-no questions. Additionally, the pattern LH\*L% presents some variation as regards listeners’ evaluations. Listeners also considered that speakers were (1) assuming that (10.97%), (2) showing surprise (9.68%), (3) doubting (5.81%), (4) making fun (1.93%), and (5) criticizing (1.29%) rather than asking questions. In the Perception of Sentence Modality Test, 41% of LH\*L% utterances were perceived as statements. One possible explanation is that the many options included in the Perception of Intentionality Test might have misled listeners to interpret intentions that actually could not be conveyed by this pattern. This would account for the variation in listeners’ intentionality responses and also for the fact that these responses do not tally with the way that this pattern was

mostly perceived as statements. Research on yes-no questions with a low boundary tone (L%) have shown that these utterances refer to questions that (1) are a request for action (Can we talk about job things now?), (2) are observations (Do you have a cold?) (HEDBERG; SOSA, 2011), (3) are assumptions (PASSARELLA-REIS, 2014), and (4) are questions whose answer is expected to be positive (HUYNH, 2012). Therefore, another possible explanation is that the low boundary tone may have led the listeners' interpretations by making them follow their L1 intuition, not by chance. Finally, by having access to the questions in both audio and written forms, participants ended up having one more form of input to rely on, thus being able to base their interpretations on something else rather than the intonational pattern itself, that is, they may have turned their attention to syntactic clues and disregarded the intonation information. The Wilcoxon test demonstrated that the differences in interpretation for this contour were significant ( $p = .000$ ), as can be observed in Table 6.

English-L1-like L\*H% contours were also mostly interpreted as neutral yes-no questions (63.22%) in the Perception of Intentionality Test. This pattern was perceived as a neutral yes-no question to a smaller extent (35% of tokens) in the Perception of Sentence Modality Test. Also, listeners interpreted that L\*H% conveyed that speakers were (1) doubting (12.97%), (2) assuming something (10.97%), (3) showing surprise (5.81%), (4) making fun (3.87%), and (5) criticizing (1.93%) rather than asking a neutral question. Given that BP yes-no questions present more tonal movement in the intonational pattern than English yes-no questions, the tendency for listeners' variability in responses could be explained by the fact that only one rise towards the boundary tone is not enough to lead listeners to perceive this pattern as yes-no questions, and thus, (1) it tends to be misperceived as statements (41%) and, (2) it may confuse listeners as to speakers' intent (36.77%).<sup>14</sup> Research has shown that BP yes-no questions with a high boundary tone (H%) refer to a question that shows (1) emphasis (MORAES, 2008), (2) kindness (PASSARELLA-REIS, 2014), or (3) expectations for a positive

---

<sup>14</sup> Percentage calculated from Table 4, by summing up cases 2 to 7, that is, every instance in which an utterance under L\*H% was not interpreted as a yes-no question.

answer (SOSA; NUNES; SEARA, 2013). Another tentative explanation here is that listeners' L1 may have exerted some influence on their interpretations for the optimal production of yes-no questions by BPSE. However, drawing definite conclusions is still not possible due to a dearth of studies investigating interpretations of yes-no questions with non-canonical intonational patterns in BP. Wilcoxon tests showed that the differences in interpretation for this contour reached statistical significance ( $p = .008$ ), as can be drawn from Table 6.

Table 6 – Wilcoxon signed rank for tested variables:  
Neutral yes-no versus other interpretations

	L*!H%	LH*L%	L*H%
Z.	-3.456	-3.842	-2.648
p.	.001	.000	.008

Source: the authors.

As the experimenters observed a tendency for listeners to interpret the tokens as yes-no questions, Wilcoxon Signed Rank was run, taking into account the number of responses for yes-no questions and the number of responses which encompassed different interpretations, irrespective of intonational contours. The test confirmed that the differences between the two interpretations (yes-no and something else) reached statistical significance ( $z = -3.657$ ;  $p = .000$ ). Table 7 displays the interpretations of listeners irrespective of the intonational patterns involved. Most yes-no questions were interpreted as real questions, that is, as neutral yes-no questions (67.96%), while 32.04% of tokens were interpreted as having manifold meanings. It seems that the three different intonational patterns did not have a strong influence on how these questions were interpreted, since together they conveyed a real question more than 65% of the cases (TABLE 7), and separately more than 60% of the cases (TABLE 5).

Table 7 – Results for the Perception of Intentionality Test according to each intention

Interpretations	N	%
1 Wants to know IF	316	67.96
2 Is assuming that	57	12.26
3 Criticizing the fact that	9	1.93
4 Is doubting the fact that	36	7.74
5 Is surprised that	28	6.02
6 Is making fun of the fact	14	3.01
7 Something else <sup>a</sup>	5	1.08

<sup>a</sup> Something else = is hesitating, wants to be sure that, is seducing the listener, is inviting the listener to, is being ironic, is not interested, thinks it is logical that.

Source: the authors.

Hypothesis 3 predicted that both L\*H% and L\*!H would mostly have listeners to infer that speakers' intentions were other than asking a neutral question, given that the low nuclear accent followed by a rise (L\*H% or L\*!H%) would not be recognized as a real question by a BP listener, but it was not confirmed. Most tokens with both intonational patterns were interpreted as neutral questions (63.22% and 71.61%, respectively). Differences reached statistical significance in all categories ( $p < .05$ ).

Hypothesis 4 predicted that listeners would interpret questions under LH\*L% as neutral questions, because they would base their interpretations on their L1 intonational pattern for BP yes-no questions. This was confirmed, since 69.03% of the tokens were interpreted as neutral questions and the differences reached statistical significance ( $p = .000$ ).

Nonetheless, it is undeniable that a considerable number of different interpretations arose mainly for LH\*L% (30.97%) and L\*H% (36.77%) which are intonational patterns for neutral BP and English yes-no questions, respectively, followed by L\*!H% (28.14%) which is a new intonational pattern recognized as belonging to BP learners' interlanguage.<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Wilcoxon tests showed that the differences were not statistically significant, though ( $p > .05$ ).

Interestingly, similar results were found in the Perception of Sentence Modality Test, whereby LH\*L% and L\*H% were perceived as yes-no questions to a little extent (35% of the cases), while L\*!H% was perceived as yes-no questions most of the times (60%). These results may signal that the underlying representation for yes-no questions for these BP listeners was L\*!H%, which coincides well with the fact that listeners interpreted L\*!H% tokens as real questions most of the time. With regard to LH\*L% and L\*H%, these two intonational patterns may have categories formed in their phonological systems and listeners still struggle when they have to make decisions regarding both patterns.

Again we can compare the results obtained for the BPSE speakers with the results obtained for the NSE. Regarding the Perception of Intentionality Test, Table 8 shows that the Brazilian listeners seem to have difficulty perceiving the intentionality of the yes-no question patterns (but not of the statements), as the listeners inferred that the NSE intention was other than asking a neutral question (74.2%). These results suggest an overall difficulty perceiving the intentionality of the English yes-no questions produced by the NSE. However, this conclusion goes against the findings for the Perception of Sentence Modality Test, in which the listeners successfully identified the yes-no question pattern with the NSE data about 70% of the time, and against the results for the Perception of Intentionality Test with the BPSE data (listeners interpreted the L\*H% tokens produced by BPSE as neutral questions almost 70% of the time).

Table 8 – Listeners' interpretations of the NSE tokens

	LH*L%	L*H%
Wants to know if	6.5%	25.8%
Something else	93.5%	74.2%

Source: the authors.

One could also wonder whether the variety of interpretations provided in the Perception of Intentionality Test (7 items) caused the listeners to be confused about which option to choose when listening to the NSE tokens. Nonetheless, test design did not have a similar negative

effect on the listeners' performance with the BPSE data. Further investigation is required to pursue these issues.

## 7 Final remarks

The current study investigated how BPSE perceive yes-no questions that carry different prosodic information, and how these listeners evaluate the intentions behind each question, taking into account their prosodic cues. Research has shown that a low boundary tone for yes-no questions can yield manifold interpretations (PASSARELLA-REIS, 2014; HEDBERG; SOSA, 2011; HUYNH, 2012). Results showed that even though listeners and speakers share the L1, they interpreted LH\*L% as a neutral question but also as a question meaning something else. These kinds of interpretations may impact conversations held between listeners and speakers in contexts where only acoustic information is available (on a phone call, for instance).

It goes without saying that talking to someone in English when both parties have the same L1 is uncommon. Nonetheless, "due to various social, political, and historical circumstances, non-native talkers who share a native language may sometimes communicate in a shared foreign language" (BENT; BRADLOW, 2003, p. 1608). The present study shows that the nonoptimal intonational patterns produced by the BP speakers can exert some influence on interpretations by BP listeners. This influence when listeners from different L1 backgrounds are involved can be much higher. Thus, further research should investigate how these intonational patterns are interpreted by listeners of manifold nationalities, including English.

As concerns the limitations of the present study, it is noteworthy to acknowledge that the Perception of Intentionality Test had too many options, and this might have misled listeners to choose intentions / moods that did not correspond to the intonational pattern demonstrated in the utterance, which resulted in much variation in listeners' responses. Thus, the experimenters believe that only the options "wants to know if" and "is assuming that" should be presented in the test, along with the possibility for listeners to fill in their own answer. Notwithstanding,

Pierrehumbert and Hirschberg (1990) claim that the meaning of a speaker's attitude is better understood when interpreted within a context, rather than the utterance itself representing its meaning. Nonetheless, due to the test format and also the purposes of this study, such approach could not be followed, and single sentences, presented without a broader context, were used. Some problems also occurred with the website used for data collection as listeners did not have enough characters to type in their comments with some questions in the on-line questionnaire. Another aspect worth of attention regards listeners' L1 dialect. To conduct the analysis in the current paper, we did not separate them according to region as a limited amount of participants completed all tasks (plus questionnaires). For further research, more listeners from specific regions can participate in the study and then allow us to conduct specific analyses according to listeners' L1 dialect, as it can account greatly for language variation (CLOPPER; PISONI, 2005).

To warrant future research, the nonoptimal segmental production of the tokens used in the tests shall be acknowledged. In order to evaluate the impact these might have on listeners' judgments, an experiment on intelligibility could provide insight on the phonological aspects that are likely to hinder listeners' understanding of utterances. It would also be possible to draw assumptions on how this construct influences perception and leads to harsher judgments regarding speakers' intentions. More variables related to the listeners could be investigated, such as amount of experience with the tested language, and later on compared to their performance in the study tasks. Thus, the researchers could develop a more mature view on the many interacting variables, relating either to the learner or to the context, which dynamically influence the ongoing process of language learning. Moreover, further research should also examine listeners' performance by comparing data from NSE and of other L1 backgrounds in order to understand the extent to which experimental design may be influencing the results yielded by the Perception of Sentence Modality Test and the Perception of Intentionality Test.

The results presented here shed light on the complexity involved in speech perception and the way it is processed especially in contexts in which only acoustic and non-visual information is available (listening

tasks, for example). Also, the present study begins a brainstorm on the way unexpected intonational pattern realizations may be interpreted by different listeners and calls for the importance of drawing learners' attention to intonational aspects in English classes in Brazil.

## Acknowledgements

We would like to express our deepest gratitude to Hallthmann Lima Passarella dos Reis for the creation of the website, as well as to all participants of the present study, who made our achievements possible. Our gratitude is also extended to Professor Izabel Seara for helping manipulate the stimuli, and to the anonymous reviewers for their valuable contributions.

## References

- BECKMAN, M. E.; VENDITTI, J. J. Tone and intonation. In: HARDCASTLE, W. J.; LAVER, J.; GIBBON, F. E. *The handbook of phonetic sciences*. 2<sup>nd</sup> edition. Blackwell Publishing, 2013.
- BENT, T.; BRADLOW, A. R. The interlanguage speech intelligibility benefit. *The Journal of the Acoustical Society of America*, v. 114, n. 3, p. 1600-1610, 2003. <<http://dx.doi.org/10.1121/1.1603234>>
- CATFORD, J. C. *A Linguistic Theory of Translation: an Essay in Applied Linguistics*. London: Oxford University Press, 1965.
- CLOPPER, C. G.; PISONI, D. B. Perception of dialect variation. In: PISONI, D. B.; REMEZ, R. E. *The handbook of speech perception*. 1<sup>st</sup> edition. Blackwell Publishing, 2005. <<http://dx.doi.org/10.1002/9780470757024.ch13>>
- COLAMARCO, M.; MORAES, J. A. Emotion expression in speech acts in Brazilian Portuguese: Production and Perception. *SPEECH PROSODY*, 2008, May 6-9, ISCA Arquivo: Campinas. p. 717-719, 2008.
- CRYSTAL, D. A dictionary of linguistics and phonetics. Blackwell

Publishing. 2008.<<http://dx.doi.org/10.1002/9781444302776>>

GONÇALVES, A. R. *In search of speech intelligibility: the case of English high front vowels*. Dissertação (Mestrado em Inglês). 170f. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Brasil, 2014.

HEDBERG, N.; SOSA, M. J. A Unified Account of the Meaning of English Questions with Non-Canonical Intonation. INTERNATIONAL SEMINAR ON PROSODIC INTERFACES, November 25-27, 2011, New Delhi, India. *Proceedings...* New Delhi, India: Jawaharlal Nehru University, 2011.

HEDBERG, N.; SOSA, M. J.; FADDEN, L. Meanings and Configurations of Questions in English. SPEECH PROSODY 2004, Nara, Japan. *Proceedings...* Nara, Japan, 2004. Available at: <[http://www.sfu.ca/~hedberg/Hed\\_Sos\\_Fad\\_Fin\\_2004.pdf](http://www.sfu.ca/~hedberg/Hed_Sos_Fad_Fin_2004.pdf)>.

HIRSCHBERG, J., D. LITMAN, J. PIERREHUMBERT AND G. WARD. Intonation and the Intentional Structure of Discourse. INTERNATIONAL JOINT CONGRESS ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE, 10, 1987, Milan, Italy. *Proceedings...* Milan, Italy, August 1987.

HUYNH, L. T. Question intonation patterns in A Real-life Conversation and in Textbook Dialogs. Hanoi, Vietnam: Education Publishing, 2012. Available at: <[http://www.hpu.edu/CHSS/LangLing/TESOL/Professional Development/201210\\_TWPfall12/TESOL\\_WPS\\_2012\\_Huynh.pdf](http://www.hpu.edu/CHSS/LangLing/TESOL/Professional Development/201210_TWPfall12/TESOL_WPS_2012_Huynh.pdf)>.

LADD, D. R. Phonological representation of pitch in the autosegmental-metrical theory. In: \_\_\_\_\_. *Intonational phonology*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 79-112. 1996.

\_\_\_\_\_. Fundamental concepts of the autosegmental-metrical theory. In: \_\_\_\_\_. *Intonational phonology*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 43-84. 2008.

LARSON-HALL, J. A Guide to Doing Statistics in Second Language Research Using SPSS. New York and London: Routledge, 2010.

MORAES, J. A. The pitch accents in Brazilian Portuguese analysis by synthesis. SPEECH PROSODY 2008, 4, Campinas, Brazil.

*Proceedings...* Campinas, SP, may 2008. Disponível em: <[http://www.isca-speech.org/archive/sp2008/papers/sp08\\_389.pdf](http://www.isca-speech.org/archive/sp2008/papers/sp08_389.pdf)>.

PASSARELLA-REIS, H. L. *English research*. 2013. Disponível em: <[www.leonicepassarella.pro.br](http://www.leonicepassarella.pro.br)>.

PASSARELLA-REIS, L. Descendo or Rising? Intonational Patterns in American English and Brazilian Portuguese Polar Questions by Brazilian Speakers. *Revista X*, v. 1, p. 1-22, 2014.

PIERREHUMBERT, J. *The Phonology and Phonetics of English Intonation*. 1980. Thesis (PhD) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA, 1980.

PIERREHUMBERT, J.; HIRSCHBERG, J. The Meaning of Intonational contours in the Interpretation of Discourse. In: COHEN, P.; MORGAN, J.; POLLACK, M. (Ed.). *Intentions in Communication*. Cambridge MA: MIT Press, 1990. p. 271-311.

SELINKER, L., Interlanguage. *International Review of Applied Linguistics in Language Teaching*, v. 10, n.3. p.209-231, 1972. <<http://dx.doi.org/10.1515/iral.1972.10.1-4.209>>

SMILJANIC, R.; BRADLOW, A. R. Bidirectional clear speech perception benefit for native and high proficiency non-native talker-listener pairs: Intelligibility and accentedness. *Journal of the Acoustical Society of America*, 130(6), p. 4020-4031, 2011. <<http://dx.doi.org/10.1121/1.3652882>>

SOSA, J. M., NUNES, V.G., SEARA, I.C. Variação prosódica das sentenças interrogativas totais no falar catarinense: um estudo experimental. *Leitura*, v. 2, n. 52, p. 139-163, 2013.

ZAMPINI, M. L. L2 speech production research: findings, issues, and advances. In: HANSEN EDWARDS, J. G.; ZAMPINI, M. L. (Ed.). *Phonology and Second Language Acquisition*. Amsterdam: John Benjamins. 2008. p. 219-249. <<http://dx.doi.org/10.1075/sibil.36.11zam>>

**APPENDIX A** – Perception Test tokens and their corresponding intonational patterns

Audios	Questions	Speaker	Notations*
01	Do you like movies?	BP	LH*L%
02	Do you like rock?	BP	L*!H%
03	Did you like the movie?	BP	LH*L%
04	Is that OK with you?	BP	L*H%
05	Would you like to join me some day?	BP	L*!H%
06	Do you know William?	BP	LH*L%
07	Are you Brazilian?	BP	LH*L%
08	Do you live alone?	BP	L*H%
09	Would you like to go?	BP	L*H%
10	Do you listen to music?	BP	LH*L%
11	Would you like to listen to it?	BP	L*H%
12	Do you like sports?	BP	L*H%
13	Are you a student?	BP	L*!H%
14	Do you like comedies?	BP	L*!H%
15	Do you like movies?	BP	L*!H%
16	You're on vacation...	NSE	LH*L%
17	Are you a student?	NSE	L*H%

\* English L1 like – L\*H%; Brazilian Portuguese like – LH\*L%;  
Interlanguage like – L\*!H%.





## **Gramaticalização dos jutores “ainda”, “assim” e “logo”: um estudo da variedade mato-grossense do português brasileiro**

*Grammaticalization of “ainda”, “assim” and “logo” as linking words: a study on the variety of the mato-grossense Portuguese*

Lúcia Regiane Lopes-Damasio

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil.

luregiane@assis.unesp.br

Grasiela Veloso dos Santos

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil.

grasinhavs@hotmail.com

**Resumo:** Este estudo aborda os itens *ainda*, *assim* e *logo*, em *corpus* de cartas escritas na Capitania de Mato Grosso por pessoas ligadas ao governo local e ao clero, em meados do séc. XVIII até início do XIX. Fundamentado em pressupostos da gramaticalização, via análise quantitativa e qualitativa, objetiva dialogar com os resultados de outras pesquisas de mesma natureza (LONGHINTHOMAZI, 2006, 2005, 2004; LOPES-DAMASIO, 2011a, 2011b, 2008), que focalizaram os mesmos itens, em outras variedades linguísticas do português brasileiro. O estudo: (i) confirmou a trajetória de mudança dos itens focalizados – advérbio > juntor > marcador discursivo (MD) –, com mudanças semânticas que apontam para um ganho de abstração e pragmática; (ii) permitiu constatar uma recorrência expressiva de usos ambíguos / não prototípicos, associados a contextos que favorecem os diferentes caminhos de mudança, na relação entre Fonte e Alvo; e, por fim, (iii) revelou as cartas mato-grossenses como um ambiente linguístico-discursivo que favorece a captação da gradualidade da mudança linguística que faz emergir itens mais gramaticais.

**Palavras-chave:** gramaticalização; junção; base adverbial.

**Abstract:** This study approaches the items *ainda* (yet), *assim* (so) and *logo* (then), in *corpus* of letters written in the Captaincy of Mato Grosso by people who were connected to the local government and to the clergy, from mid-18<sup>th</sup> century to early 19<sup>th</sup> century. Based on presuppositions of Grammaticalization, quantitatively and qualitatively analyzed, it aims at finding a connection with results of other researches that belong to the same nature (LONGHIN-THOMAZI, 2006, 2005, 2004; LOPES-DAMASIO, 2011a, 2011b, 2008), and which focused on the same items, in different linguistic varieties of the Brazilian Portuguese. About the study: (i) it confirmed the trajectory of changes of the items we focused on – adverb > linking word > discourse marker (MD) – with semantic changes that indicate certain gain of abstraction and pragmatic; (ii) it allowed us to find some expressive recurrence of ambiguous / non-prototypical usages, associated with contexts that advantage the different forms of change in the relation between Source and Target; and (iii) it revealed these mato-grossense letters to be a linguistic-discursive environment that supports gradualness of linguistic changes that allows more grammatical items to emerge.

**Keywords:** grammaticalization; junction; adverbial basis.

Recebido em: 28 de janeiro de 2015.

Aprovado em: 19 de junho de 2015.

## 1 Introdução

Neste trabalho, investigamos os itens *ainda*, *assim* e *logo*, a partir dos pressupostos da gramaticalização (GR), via análise quantitativa e qualitativa, subsidiada pelas frequências *token* e *type* (BYBEE, 2003), com o objetivo de estabelecer um diálogo com resultados de outras pesquisas de mesma natureza (LONGHIN-THOMAZI, 2006, 2005, 2004; LOPES-DAMASIO, 2011a, 2011b, 2008), que focalizaram os mesmos itens, em outras variedades e recortes temporais do português brasileiro (PB).

O *corpus* do trabalho, coletado no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (MT), no Arquivo Público de MT e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (RJ), compreende a edição de 45

cartas manuscritas na Capitania de MT, por pessoas ligadas ao governo local e ao clero, em meados do séc. 18 até início do 19,<sup>1</sup> e apresenta conteúdos diversos, com destaque para a atuação do clero nessa região e outros fatos cotidianos.

Desenvolvemos o texto em três partes: (i) apresentação do quadro teórico; (ii) descrição e análise dos usos de *ainda*, *assim* e *logo*, levando em consideração estudos etimológicos e de sua descrição funcionalista já existente, em direção a uma análise pormenorizada de seus usos, em cartas mato-grossenses; (iii) sistematização dos principais resultados analíticos e, por fim, as considerações finais.

## 2 Quadro teórico: abordagem da mudança linguística via GR

A GR pode ser concebida como modelo conceitual / paradigma ou processo. Enquanto modelo conceitual, é definida como a parte do estudo da linguagem que focaliza o modo como formas / construções gramaticais surgem, são usadas e formam a língua. O modelo da GR relaciona-se com questões de discretude entre os limites categoriais e interdependência entre estrutura e uso, fixado e menos fixado na língua (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 1). Segundo Heine (2003, p. 578), em GR, a motivação para os processos é o sucesso da comunicação. Para isso, uma estratégia sobressalente é o uso de formas linguísticas associadas a significados concretos / acessíveis e / ou delineáveis, para expressar conteúdos menos concretos / acessíveis e/ou delineáveis. Assim, expressões linguísticas lexicais ou menos gramaticais são pressionadas a servir à expressão de funções mais gramaticalizadas.

---

<sup>1</sup> Frente à dificuldade da pesquisa diacrônica, optamos por privilegiar, nesse *corpus* (constituído de 22.500 palavras, aproximadamente), uma sincronia (diferente da atual), a fim de captar, nesse recorte temporal, os usos e funções dos itens destacados, capazes de refletir traços do período estudado e da mudança em processo. Não se trata, portanto, de um estudo que pretende mostrar a mudança na passagem de um século a outro, por meio de um *corpus* “pretensamente equilibrado”, mas de um estudo que busca, num recorte temporal, captar, a partir dos textos selecionados, uma variedade de usos e funções que aponta mudanças em relação ao que se conhece de recortes temporais anteriores e posteriores – via pesquisas etimológicas e outros estudos dos mesmos itens.

Portanto, GR é também um processo, por meio do qual expressões de significados concretos são usadas para codificar significados gramaticais, abstratos, unidirecionalmente. Contextos e construções específicos são requeridos para que a GR ocorra, por isso, a GR, como teoria, está também interessada no ambiente pragmático e morfossintático em que a GR, como processo, ocorre.

Enquanto processo, podemos considerá-la a partir de uma perspectiva *diacrônica*, que focaliza relações entre fonte, percurso e meta; *sincrônica*, que focaliza a fluidez dos padrões linguísticos, com base em enfoques pragmático-discursivo e sintático; ou *pancrônica*, caracterizada pela interdependência entre *sincronia* e *diacronia*, em que subjaz o “método de reconstrução interna” (TRAUGOTT, 1982): sincronicamente, sentidos adjacentes são também diacronicamente adjacentes, de forma que sentidos que são fonte de polissemia / ambiguidade, na perspectiva sincrônica, serão fonte de derivação na diacrônica.

Heine (2003, p. 578-579) menciona quatro mecanismos inter-relacionados na GR, cuja combinação caracteriza-a: dessemantização (*bleaching*): perda de conteúdo semântico; extensão (generalização contextual): uso em novos contextos; recategorização: perda e ganho de propriedades morfossintáticas das formas fontes; erosão: perda de substância fonética e / ou morfológica. Embora alguns desses mecanismos envolvam perdas de propriedades, há também ganhos: do mesmo modo que os itens linguísticos em GR perdem em substância semântica, morfossintática e fonética, também ganham em propriedades de seus usos em novos contextos (HEINE, 2003, p. 579). Existem, portanto, ganhos que podem contrabalançar suas possíveis perdas de propriedades, ou seja, ao requerer contextos específicos, a GR deve ser descrita também como produto de inferências e enriquecimento pragmático, implicaturas conversacionais (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 163-177) ou reinterpretação induzida pelo contexto. Nessa direção, enquanto alguns casos de GR caracterizam-se por esse balanceamento entre perdas e ganhos, intrínseco ao próprio processo, outros caracterizam-se por ganhos, devido à persistência de traços do item fonte no alvo (HOPPER, 1991), a depender da natureza pragmática,

morfossintática, semântica e fonética das categorias envolvidas (cf. LOPES-DAMASIO, 2008).

Considerando-se essa definição, destacamos alguns princípios importantes da GR, discutidos na literatura linguística (cf. KORTMANN, 1997; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; LEHMANN, 1995; HEINE *et al.*, 1991; TRAUGOTT; KÖNIG, 1991):

- (i) as categorias são consideradas não discretas, apresentando uma heterogeneidade estrutural interna (camadas centrais – periféricas), ligada a postulados básicos da linguística cognitiva, como a noção de *continuum* ou *cline*, que, metaforicamente, é um arranjo linear que apresenta pontos focais, nos quais características categoriais do fenômeno podem agrupar-se e, ao longo do qual, toma espaço a ilustração didática de processos de transição / mudança e aumento de gramaticalidade, numa perspectiva diacrônica e sincrônica, respectivamente;
- (ii) a visão pancrônica, frequentemente adotada nos estudos tipológicos e de semântica cognitiva, transcende a dicotomia saussuriana *sincronia vs. diacronia*. Em relação à conjugação das perspectivas, diacronicamente, a GR é um processo que transforma lexemas em formas gramaticais e formas gramaticais ainda mais gramaticais. Sincronicamente, permite a organização de usos / padrões em ordem crescente de gramaticalidade;
- (iii) o processo de GR, como é concebido e definido tradicionalmente, procede ao longo de um caminho como o hipotetizado por Givón (1979, p. 209): DISCURSO > SINTAXE > MORFOLOGIA > MORFOFONÊMICA > ZERO. A esse caminho, acrescentamos a noção de gramática emergente de Hopper (1991) e a ideia de fortalecimento pragmático, correspondente às mudanças semânticas que resultam na convencionalização de implicaturas conversacionais (cf. TRAUGOTT, 1982, 1989, 1995, 1999, 2003; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; e TRAUGOTT; HEINE, 1991). Ou seja, a

- circularidade do caminho proposto por Givón sugere uma noção de gramática em constante “fazimento”,<sup>2</sup> resultante de usos linguísticos específicos, empregados em contextos específicos, e que podem se convencionalizar com o tempo;
- (iv) na mesma direção de Coseriu (1979), Lehmann (1995) afirma que, em GR, não se buscam as causas da mudança, mas suas possibilidades e modalidades, mediante as necessidades expressivas dos falantes;
  - (v) a polissemia representa outra aceitação teórica crucial nos estudos, sendo vista como consequência natural para a determinação do grau de GR de itens / construções. É metodologicamente essencial assumir a polissemia, em GR, se existe uma relação semântica plausível, quer a forma pertença à mesma categoria sintática ou não;
  - (vi) associando os pontos de (i) a (v) com semântica cognitiva, metáfora e metonímia são reconhecidas como os dois principais processos, respectivamente, cognitivo e pragmático, motivadores das mudanças semânticas em GR.

Kortmann (1997, p. 17-18) enfatiza a importância da semântica cognitiva como fonte de inspiração para estudos baseados na GR e destaca o conceito de *semantic relatedness*, fundamentado na descrição da polissemia, mudança semântica observável e ambiguidade pragmática, em termos de processos cognitivos fundamentais para comunicação e percepção humana de mundo (cf. também SWEETSER, 1990, p. 1-5). Nesse domínio, estudos interlinguísticos são relevantes para reunir evidências e estabelecer relações semânticas, principalmente aquelas promovidas pelo exame interlinguístico de estruturas polissêmicas, seguido pela análise da mudança semântica, com o objetivo de constatar quais sentidos frequentemente dão origem a sentidos posteriores no tempo. A hipótese subjacente é de que essas evidências constituam o “Princípio de Produtividade”, cujo método correspondente é o da “reconstrução semântica interna” (TRAUGOTT, 1982), já mencionado.

---

<sup>2</sup> Emprestamos esse termo e sua significação de Coseriu (1979).

Em relação aos juntores de base adverbial, esse princípio ilustra-se por desenvolvimentos semânticos como: “Simultaneidade > Concessão”, “Anterioridade > Causa” ou “Posterioridade > Preferência”, observáveis em um grande número de línguas (KORTMANN, 1997). Traugott e König (1991) fornecem exemplos do inglês com base nos casos de *while*, *since*, *before* ou *rather than*. Muitas dessas mudanças semânticas podem ser vistas como consequências de inferências pragmáticas que têm se convencionalizado, mas que podem ainda permanecer como leitura opcional em determinada sincronia.

Considerando-se essa caracterização geral da GR como processo / paradigma teórico em relação com a semântica cognitiva, apresentamos as motivações cognitivas e comunicativas, vinculadas às mudanças metafóricas e metonímicas.

## 2.1 Mudanças metafóricas e metonímicas em GR

Os estudos em GR que focalizam a mudança semântica do CONCRETO > ABSTRATO por conta de motivações cognitivas e comunicativas são mais recentes se comparados àqueles que priorizam o enfoque na mudança categorial (predominantes até 1980). Enquanto as motivações cognitivas, relacionadas especialmente à metáfora, atuam na resolução de problemas na dimensão lexical / etimológica, as comunicativas, relacionadas à metonímia, atuam na tensa relação entre informatividade e relevância, existente na dimensão discursivo-textual.

A metáfora supõe a direcionalidade da transferência de um significado mais concreto para um mais abstrato, por meio de processos analógicos e icônicos que levam de um domínio cognitivo a outro, promovendo a especificação de algo mais abstrato e, portanto, mais complexo, em termos de algo menos abstrato e complexo, não presente no contexto, num processo paradigmático (p. ex.: ESPAÇO > TEMPO). A metonímia indica relações contextuais, permitindo que um significado seja especificado em termos de outro presente, explícita ou implicitamente, no contexto, e induzindo a reinterpretação mediante implicaturas conversacionais que podem se convencionalizar, via processo sintagmático de reanálise (HOPPER; TRAUGOTT, 1993; TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; HEINE *et al.*, 1991).

Destacamos o caráter discreto da metáfora, numa abordagem mais distanciada, em diferentes domínios cognitivos (cf. o *cline* ESPAÇO > TEMPO > TEXTO), face ao caráter contínuo da metonímia, numa abordagem aproximada, em movimentos contíguos que operam na transição de um domínio cognitivo a outro, contemplando transferências graduais, com etapas de sobreposição que caracterizam estágios de ambiguidade (A / B), em que o mesmo item apresenta traços de seu sentido menos e mais gramatical. Nesse modelo metafórico-metonímico (HEINE *et al.*, 1991), atuam forças pragmática e cognitivamente motivadas, que fazem emergir significados e funções que se sobrepõem numa estrutura em cadeia (metonímia) e que relacionam domínios cognitivos (metáfora). Propomos, nesse viés, que a metáfora corresponde ao processo motivador das relações cognitivas, em macronível, no sistema semântico interoracional, enquanto a metonímia responsabiliza-se por relações comunicativas em micronível, no interior de um mesmo sistema interoracional, ambas, de forma unidirecional.

Inferência pragmática e implicatura conversacional, envolvidas na metonímia, relacionam-se a falante e ouvinte e ao princípio do menor esforço. Essas estratégias determinam que o falante implique mais do que afirma, sob a determinação de não dizer mais do que o necessário, e que o ouvinte infira mais do que é afirmado, sob a expectativa de que o falante quer dizer mais do que é dito e que, portanto, é necessário incluir todas as implicaturas possíveis, a fim de extrair o máximo de significado da mensagem. Por esse caminho, um significado que não estava inicialmente presente numa forma pode se tornar inerente a ela como resultado de uma implicatura convencionalizada (BYBEE, 1994, p. 285-288).

Hopper e Traugott (1993, p. 75) destacam o papel da frequência e do contexto no processo de convencionalização de implicaturas. Para os autores, se alguma condição é preenchida frequentemente quando uma dada categoria é usada, num dado contexto, desenvolve-se uma forte associação entre “condição” e “categoria”, de forma que a condição torna-se inerente ao significado da categoria, via processo de motivação em que atuam, em competição, *expressividade e rotinização*.

## 2.2 A GR de juntores de base adverbial

O significado da GR para o desenvolvimento de juntores, pelas fontes adverbiais, é evidente, dado que um traço dos juntores é a polissemia e / ou a polifuncionalidade sintática. É típico que se desenvolvam – direta ou indiretamente – de membros de categorias lexicais tradicionais, correspondentes a palavras de conteúdo, integradas ao componente proposicional da linguagem, conforme ressalta Meillet (1912[1965]), quando afirma haver uma diversidade infinita de fontes para conjunções e que não há parte da fala que não possa originá-las (cf. KORTMANN, 1997, HOPPER; TRAUGOTT, 1993).

Mesmo que a classe de palavras fonte de juntores qualifique-se como uma categoria já gramatical, como advérbios, p. e., o desenvolvimento de juntores de base adverbial, sejam os paratáticos ou hipotáticos, os faz ainda mais gramaticais. O caminho percorrido, nesse desenvolvimento, é irreversível, por isso, unidirecional, no sentido de que juntores não desenvolvem usos como formas menos gramaticalizadas.

Nessa perspectiva, Kortmann (1997, p. 22) relaciona as pesquisas que demonstram o desenvolvimento de juntores de base adverbial, nos moldes da GR: (i) juntores causais, condicionais, concessivos e concessivo-condicionais (cf. TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; HARRIS, 1988; KÖNIG, 1985); (ii) de participios e *serial verbs*, em línguas não-Europeias, para subordinadores adverbiais (cf. GIVÓN, 1975; KORTMANN, 1992; KORTMANN; KÖNIG, 1992); e (iii) complementizadores, subordinadores de propósito e/ou causais de verbos (cf. SAXENA, 1988; EBERT, 1991). Kortmann ainda afirma que relações interoracionais, como as expressas por esses juntores, podem ser arranjadas em um *cline* de GR, com diferentes graus de “informatividade” ou “riqueza semântica”, podendo ser vistas como um canal de inferências (cf. TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; HEINE *et al.*, 1991).

Assim, Concessão pode ser considerada mais gramaticalizada do que Causa ou Condição, essas últimas, como mais gramaticalizadas do que Tempo, e Tempo como mais gramaticalizado do que Espaço. Similarmente, também Modo em relação a Instrumento. Algumas das

evidências para tais caminhos podem ser encontradas na história, a partir de análises diacrônicas, das mudanças semântico-cognitivas e das informações sobre inferências pragmáticas, em dependência contextual.

Apresentamos, por fim, duas hipóteses, propostas por Kortmann (1997, p. 23), que serão adotadas neste trabalho: (i) a existência de graus de “informatividade” ou “complexidade cognitiva” inerentes às relações interacionais; (ii) a possibilidade de organização do espaço semântico de relações interacionais em macro e microestrutura, envolvendo relações interacionais cujos sistemas podem ser iluminados por modelos polissêmicos, sincronicamente, e por caminhos de mudança semântica, diacronicamente.

### 3 Os casos de *ainda*, *assim* e *logo*

#### 3.1 Da etimologia à descrição funcional

O item *ainda*, que, segundo a gramática tradicional (GT), exerce a função de advérbio com valor semântico de tempo, é formado pelo étimo *inde* + *ab* / *inde* + *ad*, contendo, portanto, o advérbio latino *inde*, que gerou o arcaico *ende*, ambos de valor espacial (VASCONCELOS, 1921).

O advérbio *assim* deriva do composto latino *ad sic*, em que *ad* exercia o papel de preposição com sentido de aproximação no tempo ou espaço, *em direção a* / *para* e reforçava formas adverbiais (*adpost*, *adpressum*, *adprope*) com valor de aproximação, direção e adição. *Sic*, advindo de *seic*, advérbio modal, correspondia a *dessa maneira*.

O item *logo*, segundo Ferreira (1983) e Cunha (1986), provém do latim *locus(i)* e era empregado para referir a espaço e tempo, bem como situação social, emprego, ponto, questão, matéria, assunto e capítulo (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 94). Tradicionalmente, é definido como conjunção coordenativa conclusiva, que liga, à anterior, uma oração que exprime conclusão / consequência, podendo variar de posição, conforme o ritmo, a entoação, a harmonia da frase (CUNHA; PEREIRA, 2008, p. 336).

Longhin-Thomazi (2004, 2005, 2006) e Lopes-Damasio (2008, 2011a, 2011b, em relação a *assim*), com base nos dados do século 18, identificaram diferentes usos desses itens, sistematizados no Quadro 1:

Quadro 1 – Usos, funções e categorias dos itens *ainda*, *assim* e *logo*

ITENS	USOS	FUNÇÕES		CATEGORIAS
AINDA	Temporais	Tempo continuativo		Advérbio
		Tempo futuro		Advérbio
	Argumentativos	Operador de inclusão	Neutro	Advérbio
			Argumento + forte	Advérbio
			Argumento +fraco	Advérbio
		Intensificador	Advérbio	
Lógico-discursivo	Junção concessiva		Juntor concessivo Perífrase conjuncional	
ASSIM	Modal	Sinalização	extralinguística (situação)	Advérbio dêítico
			anáfora (texto)	Advérbio fórico
			catáfora (texto)	Advérbio fórico
	Lógico-discursivo	Junção	Conclusiva	Juntor coordenativo
			Temporal	Perífrase conjuncional
			Comparativa	Perífrase conjuncional
			Aditiva	Perífrase conjuncional
			Conformativa	Perífrase conjuncional
		Contrastiva	Perífrase conjuncional	
	Discursivo	Modalizador epistêmico quase-asseverativo		Marcador discursivo
LOGO	Espacial	Posição física, lugar		Substantivo
	Temporal	Posterioridade	em relação à situação comunicativa (referencialidade)	Advérbio dêítico
			em relação ao texto (construção textual)	Advérbio fórico
Lógico-discursivo	Junção conclusiva		Juntor coordenativo	

Fonte: compilação das autoras.

À luz dessa classificação, destacamos esses itens no *corpus* da pesquisa aqui apresentada, atentando para seus aspectos semântico-funcionais e categoriais.

### 3.2 Usos mais concretos: as fontes adverbiais

O uso temporal de *ainda* funciona como *marcador de tempo continuativo*, com formas verbais marcadas (particípio (1) e infinitivo (2)) e não marcadas (3), em que o item acrescenta noção de constância de um estado ou manutenção de algo que já está em andamento (parafraaseável por *até o momento / até então*):

- (1) Acanna *Excellentissimo Senhor* não te=|nho **ainda** acabado de moer por meter quebrado o emgenho [...] (Ms 19).
- (2) [...] e ter todo o conhecimento dos Seus Parochianos| existentes pelos Seus Citios, cujos dezobrigos **ainda** estavaõ por fazer| [...] (Ms 20).
- (3) No amplissimo Territorio da Jurisdicção de *Vossa Excellencia* es=|taõ Igrejas, *que* **ainda** pertencem a esta Dioceze do Rio [...] (Ms 21).

O operador argumentativo *ainda* funciona como *intensificador*, enfatizando uma ideia expressa em coocorrência com um advérbio ou partícula adverbial:

- (4) [...] he huma Camara de brejeiros, marotos, e mal criados.| 4º) que tornava [...] de tarde, | como quem **ainda** queria saciar mais o odio, evin=| gança [...].(Ms 33)

Os usos que sinalizam a adição de um novo tópico na argumentação envolvem operadores de inclusão que introduzem argumento mais forte ou mais fraco, conforme (5), introdutor de argumento mais forte (parafraaseável por *além disso*):

- (5) Os suca-|vadores que nomeei declararaõ de baixo de juramento serem parti-| veis taõ somente 12 Dattas, tendo tirado hum delles em hum bu-| raco de dez palmos em quadra *oito oitavas*, outro *sete quartos* em outro| semelhante; e outros *muito* pouco pela razaõ de ser o outro|de ((vieiro)) ou Caminho Com oqual não apertaraõ, certamente como| Creio, e he Costume, per não se quererem Cansar *muito*: oque| supposto **ainda** determinei que examinase o mesmo Descu-|bridor, e alguns dos Sucavadores os lugares Circunvizinhos,| que dizem tem a mesma formação [...] (Ms 17)

*Assim*, apresentado pela GT como advérbio de modo, que qualifica ações / processos ou estados, revela comportamentos que vão além dessa função de modificar as propriedades de verbos ou adjetivos. No *corpus* analisado, conforme Quadro 1, o item desempenha funções

modais fóricas, mais concretas, diferentemente da maior parte dos advérbios modais, que fazem parte de uma categoria não fórica. Apresenta, portanto, natureza pronominal em seu funcionamento de referenciador textual (NEVES, 2011, p. 242), realizando, em algumas ocorrências, referência anafórica (6) e catafórica (7), como elemento de coesão intratextual:

- (6) Fui Servido por resolução| de 20 do Corrente tomada em Consulta domeu Conselho Ultramarino que Sesuz| penda Logo o dito ouvidor actual Ioaõ Antonio Vaz Morilhas, ainda que| por qualquer incidente Sedillate, ou morra o novo ouvidor nomeado por mim,| o que **assim** o farey executar. (Ms 3)
- (7) Dezejando corresponder effectivamente aos desejos, com *que Vossa Excellencia*| se interessa pelo riquierimento dos officiaes da Camara de Matto Grosso,| naõ me he possivel mostralo **assim** na prezente Conducta. (Ms 25)
- (8) [...] Do Escrivão daCamara, pensão|que sou algum maroto, algum tratante, tratão-me de| bagatella ao que me respondeu **assim**= isso são couzas| do Escrivão= pois Vossas Mercedes, disse eu, não tem as Cart| as antes de as aSignar= tornou elle a mesma resposta| =isso são couzas do Escrivão= [...]. (Ms 33)

Retomando (7), o segmento *na prezente Conducta*, sinalizado cataforicamente por *assim*, completa a informação de que *Vossa Excellencia se interessa pelo riquierimento dos officiaese*. Em (8), preparando a inserção de um discurso direto, *assim* escopa a porção textual à sua direita, *isso são couzas do Escrivão*, sendo acompanhado pelo *dicendi* “respondeu”.

Em (9), o uso de *bem assim* atua na verificação, focalizando parte do enunciado que vem a seguir e colocando-a como foco da mensagem (NEVES, 2011, p. 240). O uso expressa, pois, uma espécie de averiguação do que já foi dito (as cobranças continuam da *mesma forma / igualmente* como ocorriam antes), daí a natureza comparativa da construção:

- (9) [...] ficou o Seo Casal onrado de Varias dependencias, e cobranças, as| sim como ja estava no tempo do falecimento de Sua Mae| e entre ellas **bem assim** saõ as Cobranças de Varios deve| dores na dita Villa de Matto Grosso [...] (Ms 23)

Quanto a *logo*, são frequentes seus usos, em cartas mato-grossenses, como marcador temporal (parafraaseável por *em breve / em seguida*), que localiza um momento próximo ao presente, podendo marcar a posterioridade: (i) em relação à situação comunicativa (referencialidade) – advérbio dêitico<sup>3</sup> (10); ou (ii) no texto (textualidade) – advérbio fórico (11) e (12):

- (10) [...] Illustrissimo e Excellentissimo Senhor| Namonçaõ que prezentemente chegou ao Porto desta Villa Veyo na| Campanha de meo Sucessor [...]: E procurando eu **logo** a licensa que havia, me respondeo| que atrazia dentro em Sua Cartas para Vossa Excellencia, que agora havia de| levar mesmo ou remeter avista do que lhe expresses, as ordems| que tinha [...]. (Ms 6).

- (11) [...] medei por prezo por evictar du| vidas, e alguma grande revoluçaõ no Povo, por que o maiz delle estava Senti| do da Sem rezaõ que comigo Seobrava, taõ conhecida que **Logo** em poucos dias| Me mandou Soltar [...]. (Ms 1).

- (12) Em comprimento da respeitavel Portaria| de Vossa Excellencia, e Carta, que Recebi hoje com da| ta de 27 do Corrente mes **Logo** fis dar com| primento ao que nela Vossa Excellencia me ordenava [...] (Ms 34).

Em (10), ocorrem as seguintes expressões dêiticas, relacionadas à significação pragmática por refletir características de usos mais concretos: (i) *eu* indica o falante e *desta Vila*, o lugar que ocupa; (ii)

---

<sup>3</sup> Segundo Castilho (2010, p, 123), a *dêixis* é uma categoria semântica “que depende crucialmente da situação discursiva [...]”. Sua origem na palavra grega *dêiksis* exprime a ação de apontar, mostrar e indicar, correlacionada a algumas categorias cognitivas como pessoa, espaço e tempo.

*Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor* indicam o interlocutor; e (iii) *agora* indica uma expectativa temporal do discurso. O trecho “[...] e procurando eu logo a licença [...], ou seja, e procurando eu em seguida [imediatamente após a chegada do religioso] a licença” remete à situação extralinguística ancorada pelas expressões mencionadas. Enquanto as expressões em (i) e (ii) referem-se a dêixis de pessoa e espaço, a em (iii) e *logo* referem-se à sequência cronológica do tempo; *logo*, em relação ao tempo imediatamente após a chegada do religioso, e *agora* em relação ao tempo imediatamente após “encontrada a licença”.

Enquanto advérbio fórico, *logo* realiza sinalizações endofóricas, em usos catafóricos (11) e anafóricos (12), em que são visíveis a semântica temporal atrelada à sua atribuição fórica: em (11), ocorre uma especificação temporal – “logo quando?”, *em poucos dias*; em (12), ocorre o mesmo tipo de especificação, em relação a uma porção textual já apresentada, *hoje com data de 27 do corrente mês*. Assim, na sinalização endofórica, a porção textual recuperada pelo item é, por si só, responsável pela semântica temporal, com a qual se estabelece a relação com o item analisado, pautada por uma imediaticidade temporal.

### 3.3 Usos ambíguos: os contextos metafórico-metonímicos para mudança

Segundo Camacho (2001), uma palavra ou construção é ambígua quando apresenta dois ou mais valores semânticos ou ainda um único valor semântico, mas múltiplas funções gramaticais e / ou discursivas. Nessa direção, os contextos metonímicos relativos, inicialmente, a *ainda* envolvem casos de ambiguidade semântico-funcional, em que há um deslizamento não discreto, entre uma função semântica mais concreta e outra mais abstrata.

Os dados revelam ocorrências, como (13) e (14), em que podem ser constatados traços semânticos de dois dos usos adverbiais apresentados: temporal continuativo e argumentativo intensificador. Nessas ocorrências, a semântica temporal, por meio da paráfrase por *até mesmo*, verifica-se em um contexto marcado pela intensificação de  *muito* e *bem*, respectivamente:

- (13) [...] *para* o prover no Posto de Capitam mor à pezar do *grande* im-  
pedimento de sangue infecto, por ser Caburé, e da idade **ainda**  
*muito* | verde, para reger a humas pessoas taõ puras no sangue, e  
taõ| privilegiadas como saõ os Indios [...] (Ms 20)
- (14) [...] recomendou a viva| mente, que se amassem os irmãos huns  
aos outros,| com inteireza e amor da Religiaõ: que naõ desam|  
parassem os que não estivessem **ainda** bem firmes, e ins| truidos  
na Doutrina Evangelica [...] (Ms 25).

Em (13), o adjetivo *verde* permite compreender que o sujeito a ser provido ao posto de capitão-mor, até aquele momento, não tinha a idade para tal cargo, justificando a concepção de tempo continuativo, intensificada por *muito*. Também em (14), ocorre a mesma ambiguidade, nesse caso, expressa por *bem*, que intensifica uma situação que, ao mesmo tempo, sugere tempo continuativo.

Em (15), *ainda* aparece numa relação de contiguidade entre as acepções temporal e contrastiva, marcadas por outros recursos linguísticos, como *mesma ocasião* e *apesar de*.

- (15) [...] e Como os Mineyros Estavaõ chegar teria com elles; e ao  
Co=| mandante da Villa de Borba Escrevia para bem da Sua a  
Comodaçaõ, ins=| tou que queria hir naquella mezma oCaziaõ  
**ainda** apezar de qual quer| inComodo [...] (Ms 5).

Como *operador de inclusão de argumento mais fraco*, *ainda* apresenta-se apenas em usos ambíguos com a acepção de *tempo*, conforme (16), em que a conjunção *nem*, somada a *ainda*, funciona, com acepção negativa, na adição de um argumento mais fraco, numa escala argumental que aponta para uma mesma direção (NEVES, 2011, p. 755). Por sua vez, a acepção temporal é marcada, no enunciado, também por *agora*. Mais uma vez, *ainda* ocorre em contiguidade com itens que garantem acepções diferentes, impossibilitando sua leitura em relação a apenas uma delas, dado que pode estar enfatizando a leitura de operador de inclusão, incidindo sobre *nem*, ou a temporal de *agora*:

- (16) [...] mandei vizitar as Suas Igrejas| e pedi as informações, de que necessitava e a *Vossa Excellencia* mesmo Se\ra cons| tante o infelís exito de semelhante Vizitaçãõ, da qual| nem **ainda** agora tenho podido conseguir saber sua rezulta. (Ms 22).

Em (17) e (18), apresenta-se uma nuance condicional-concessiva, em contextos de emergência de *ainda* concessivo. Em (17), além da condicional presente no contexto – marcada por *se* –, a concessão da oração iniciada por *ainda* poderia ser parafraseada por *mesmo se*, focalizando a condicional *se* pelo item *mesmo* e mostrando a proximidade das leituras condicional e concessiva nesse contexto. Em (18), *ainda*, diretamente contíguo a *se*, permite o mesmo tipo de paráfrase:

- (17) [...] e, como se esta| sua aferçaõ não fora já hú dezacato, **ainda** só conside| rada relativamente a mim, pasou a encher a morada dos| seos desvarios [...] (Ms 37).
- (18) Estimo, que o Padre Domingoz daSilva Xa| vier **ainda** se pudesse se aproveitar das Beneficencias de| *Vossa Excellencia* assim elle se saiba regular para o futuro [...] (Ms 22).

Em (19), constatamos uma ambiguidade entre a relação concessiva e a inclusão de argumento mais fraco: o correlato linguístico *nem* corrobora a leitura de *ainda* como operador de inclusão de argumento mais fraco, parafraseável por *ao menos*, e, no contexto, pode funcionar também em concordância com a leitura concessiva (“*nem mesmo*” a falar nele...).

- (19) [...] se eu tivesse as mesmas| ideas que agora tenho sobre o seu delicto, me não atreveria| nem **ainda** a fallar nelle a *Vossa Excellencia* [...] (Ms 16).

Em relação a *assim*, os contextos metonímicos envolvem casos de ambiguidade semântico-funcional e categorial, em que há deslizamentos não discretos: entre funções semânticas mais concretas e mais abstratas; e categorias gramaticais. Estão em jogo as funções fórica e juntiva de

*assim* e, semanticamente, suas acepções modal e conclusiva, em contextos específicos.

Em (20), o item remete anaforicamente a informações anteriores e à leitura de causa / consequência / conclusão, assumindo a noção de coordenação baseada em Bally (1965), que pressupõe uma concepção de oração desvinculada da representação sintática. Nesse caso, as orações equivalem a atos de enunciação que se bipartem em segmentos de importância comunicativa diferente: *tema* e *propósito*. O tema se refere ao ponto de partida ao qual é somado o propósito, centro de interesse da comunicação (BALLY, 1965). Dois enunciados se bipartem, pois, numa estrutura denominada C1 e C2 e são coordenados se C1 constituir um ato de enunciação independente e C2 completar o sentido de C1 (C2 = *propósito* de C1). C2, encabeçado por *assim*, conjuga a função de recuperar uma informação dada e predicar sobre ela, acrescentando informação nova. Nesse contexto morfossintático e funcional, em que o item assume posição inicial em C2, a emergência de sua acepção conclusiva e função conjunta é favorecida:

- (20) Dezejo de procurar noticias da saude de *Vossa Excelencia*, hé sempre| o primeiro objecto *que* me conduz a Sua Prezença: **assim** *Vossa Excelencia* as| possa dar tao boas como cordialmentelhe apeteço. (Ms 30).

*Assim* desempenha um movimento retroativo (C1 + *assim* C2), em que reitera C1 – a construção *Illustrissimo e Excelentissimo Senhor desejo de procurar noticias da saúde de Vossa Excelência, é sempre o primeiro objecto que me conduz a sua presença*, que constitui o tema, seguido pelo propósito: *assim Vossa Excelencia as possa dar tao boas como cordialmentelhe apeteço*. Os dois-pontos, nesse exemplo, reforçam a foricidade do item ao retomar anaforicamente o tema enunciado. Embora a natureza adverbial seja mantida, a posição já é a de seu uso como juntor coordenativo conclusivo.

Em (21), *assim* também apresenta uso modal, com sinalização textual anafórica, somado à possibilidade de leitura conclusiva, agora associada à coocorrência com o gerúndio (parafraaseável por  *dessa forma / desse modo* e também *portanto*):

(21) Seos vaçallos não tivessem o recurço de Seos Soberanos que violencias não ex-| perimentariaõ dos Menistros poderozos, e mal intencionados, e principalmente nas=| conquistas, aonde as largas distancias os fazem absolutos, abrogando **assy** as juris| diçoões todas e dando intelligencias Sinestras ás Leys por que *para* adicizaõ fica Lon| ge a *Magestade* [...] (Ms 1).

Em (22), o mesmo contexto de (21) é marcado, especificamente, pelo verbo *ser* no gerúndio, seguido por *assim*. Para Lehmann (1988, p. 210-211) e LOPES-DAMASIO (2011a, p. 148), a construção, equivalente a *assim sendo*, é um “connective phrase” que correspondente a uma oração adverbial reduzida. Nela, se considerarmos a elipse da forma verbal, também teremos *assim* desempenhando seu papel juntivo:

(22) [...] e fazendo com *que* a resposta chegue| a tempo ou de eu evitar os *ditos* festejos com o nome de *Vossa Excellencia* ou| de os disfarçar, sendo **assim** do agrado de *Vossa Excellencia* para o que tomo| o expediente de não fazer saber a pessoa alguma. (Ms 16).

Em (23), a ambiguidade está associada às funções anafórico-modal de *assim* e juntivo-conclusiva de *e*, que desempenha o papel juntivo prototípico, no complexo. Por meio da reinterpretação induzida pelo contexto (metonímia), compreende-se a transferência funcional entre os itens em questão:

(23) [...] por rezaõ doCargo menãõ podia prender, *quando*| pudesse havia ser elle empessoa, por eu ter oforo defidalgo daCasa de*Vossa Magestade*| elle memandou dizer, que *Ssim* podia **eaSsim** medei por prezo por evictar du| vidas, e alguma grande revoluçaõ noPovo [...] (Ms 1).

Os casos de ambiguidade relativos a *logo* envolvem aspectos semântico-funcionais e categoriais, relacionados a seus usos temporais, em contextos de ambiguidade entre as funções dêiticas e fóricas, e seus usos adverbiais e juntivo, em contextos de ambiguidade categorial.

Ressaltamos ainda um contexto que favorece a reanálise entre os usos adverbial e perifrástico, envolvendo manutenção de sua aceção temporal e mudança de fronteiras sintáticas.

Ocorrências como (24) revelam uma ambiguidade entre dois usos adverbiais de *logo*, enquanto marcador de tempo posterior:

- (24) Há dois mezes que recebi a Carta d'Oficio, emque Vosa|Excelencia houve por bem participar-me, que já tinha nomea-| do Capelaõ Militar do Quartel General ao Reverendo IozeRoíz| Pereira; eque precisava de mais outroSacerdote para ser ocupa-| do em outra Capelania Militar, epara aqual podia servir| o Reverendo Iezuino Teixeira de Carvalho; pelo que me Ordenava| fizese eu o competente avizo a este Sacerdote, pará que se-pozése| **logo** a caminho para esa Vila Capital, para preencher o| indicado fim. (Ms 7).

No exemplo, a função é dupla, dêitica e fórica, mas o sentido é um só, de tempo, garantido pela marcação temporal, realizada pela oração *Há dois mezes que recebi a Carta d'Oficio* e pelo próprio *logo*, que também apresenta valor dêítico, por fazer referência a um tempo posterior à situação comunicativa (*pelo que me ordenava fizese eu o competente avizo a este Sacerdote, para que possesse logo a caminho*). Em todos os usos desse tipo, o valor semântico de *logo* indica uma sequência de acontecimentos no tempo, localizando posterioridade próxima ao presente, com sentido de *em breve / em seguida*, em contextos linguísticos em que essa marcação temporal é realizada em outras porções textuais.

Não foram encontradas ocorrências de *logo* como juntor conclusivo prototípico. Esse uso, parafraseável por *portanto / por conseguinte*, conforme Longhin-Thomazi (2004), data do séc. 14, embora a autora tenha encontrado suas primeiras ocorrências prototípicas no séc. 16, como mostra (25), ou seja, em período anterior ao do *corpus* investigado aqui. Isso indica que, apesar de mais difundidos a partir do séc. 17, esses usos não são recorrentes nas cartas examinadas, que somente revelaram usos ambíguos, semelhantes ao encontrado no século 14 pela autora:

- (25) (...) e que isto seja verdade se vee acerca de nos, e muito mais acerca dos Indios se põe pera leuantar o membro, e elles o tem muito em vso: **logo** não vem a proposito pera a deminuiçam do coito vsar o tal çumo (16CSD, p.19).

Em (26), *logo* possui acepção de tempo posterior, com função dêitica, que aponta a posterioridade em relação à situação comunicativa, em contexto com sinalização de tempo (*do ano próximo passado*), em que é possível ainda inferir uma relação conclusiva. Trata-se, portanto, de ocorrência dêitico-fórica com traços conclusivos, em que a ambiguidade de *logo* é semântico-funcional e categorial: ao mesmo tempo, o item sinaliza tempo, conforme seu uso adverbial, e remete à leitura conclusiva (parafraaseável por *portanto*), principalmente se considerarmos o juntor *e* que coocorre no contexto. A coordenação conclusiva, estabelecida por *e*, favorece a leitura coordenativa-conclusiva de *logo*, mais abstrata e gramaticalizada que a temporal, num caminho produtivo de mudança semântica via reinterpretação induzida pelo contexto:

- (26) Os *officiaes* de Justiça que devem Donativos do anno proximo| passado pediraõ espera athe o fim do Corrente Mez para os| pagarem: e porque executando os naõ cobraria mais depressa| concedilhe adita espéra e **logo** pelo *primeiro* portador idoneo| farei remessa do que cobrar, que creio todos pagaraõ. (Ms 29).

A ambiguidade desse contexto subsidia a emergência do uso juntivo de *logo* advindo de sua base temporal (fórica e dêitica). Apresenta-se, dessa forma, uma construção em que o item atua numa construção de implicação (Se *P logo Q* / Se *P, portanto Q*), como as descritas por Longhin-Thomazi (2004), na qual *P* atua como argumento para conclusão em *Q*. Pelo seu caráter temporal e, concomitante, pela possibilidade de leitura conclusiva, captamos a gradualidade da mudança propiciada pelo contexto, em que a ambiguidade é o gancho para a descategorização do advérbio a juntor.

Em (27), *logo* atua como marcador de tempo, com função dêitica:

- (27) [...] huma das principaes virtudes de Vossa Excellencia| hera a Clemencia, e acontevaõ por certa desde **logo** que| a sorte permittisse a felis occasiaõ de relançarem a ospés| de Vossa Excellencia. (Ms 43).

Contiguamente ao item, apresenta-se a conjunção subordinativa circunstancial temporal *que* e tempos verbais no passado, ilustrando um contexto de reanálise, que origina a perífrase, conforme Longhin-Thomazi (2004). Nesse caso, *logo* e *que* podem pertencer a orações distintas, o que é corroborado pela coocorrência de *desde*:

[e acontevaõ por certa *desde logo*] [**que** a sorte permittisse]

[e acontevaõ por certa (*desde*)] [**logo que** a sorte permittisse]

*Que*, pronome relativo, quando acompanhado de nomes e advérbios de tempo, equipara-se a *quando* ou *em que*. Segundo Bechara (2009), *que* é um transpositor relativo que funciona como um “repetidor” de advérbio. Na ocorrência, a circunstância de tempo é marcada por *desde logo* e retomada, em seguida, por outra construção de valor temporal *quando a sorte permitisse*. “A sentença temporal tem a propriedade de qualificar de alguma forma a relação de posterioridade sinalizada por *logo*” (LONGHIN-THOMAZI, 2004, p. 5), nesse caso: “*Logo quando? Logo que a sorte permitisse*”. Segundo a autora, como já sinalizamos, a perda de fronteira entre os constituintes ocasiona a mudança, originando a perífrase temporal.

### 3.4 Usos mais abstratos: as metas de natureza conjunta

Entre os usos mais abstratos de *ainda*, estão os que o item, sozinho ou em perífrases, atua na junção de orações e / ou porções textuais maiores. Trata-se de usos lógico-discursivos, que, em contextos apropriados, habilitam leituras contrastivas e / ou concessivas, numa escala crescente de complexidade cognitiva (KORTMANN, 1997) e na categoria *qualidade* (HEINE *et al.*, 1991), como em (28), juntor concessivo prototípico, parafraseável por *mesmo*:

- (28) Provisão porque se mandou que Se Suspendesse O-| Ouvidor do Cuyabá Ioam Antonio Vaz Morilhas **ainda**| no Cazo de Se dilatar ou morrer o Ouvidor que de novo fosse| nomeado. (Ms 3).

Nessas construções, a manobra argumentativa apresenta uma objeção presumida como sendo do ouvinte ou da opinião pública e que logo é descartada, fazendo prevalecer o que está expresso na oração núcleo (LONGHIN-THOMAZI, 2005, p. 1365). Por isso, as concessivas apresentam um forte teor dialógico, conforme Neves (2006, p. 233): previsão de objeção + reconhecimento do peso da objeção + prevalência do ponto de vista do falante / escrevente, como em (28), em que o fato de “ser o Ouvidor morto” não é causa suficiente para se deixar de “suspender o Ouvidor de Cuiabá”. Embora reconhecida, essa objeção não evita que prevaleça o ponto de vista do escrevente, codificado na oração núcleo. Percebe-se que a expectativa abre o valor concessivo e gera uma contra-causa e que os jutores concessivos são marcados por uma condição inoperante / insuficiente em que o sentido que se espera é o de negar, contrariar ou contrastar. Por isso, a relação concessiva, também chamada de causa frustrada, às vezes é enquadrada junto às adversativas / contrastivas.

Em (29), exemplificamos o uso contrastivo da perífrase *ainda assim*, parafraseável por *apesar disso*, que, argumentativamente, funciona como partícula de reforço contrastivo, em contexto contrário ao primeiro segmento, em que ocorre a asseveração: *que o reconhecimento das virtudes é dito por todos*:

- (29) [...] na| certeza, de que hé hua prova de reconhecimento das virtu|des deVossa Excellencia, que constantemente ouço a todos, que tem a fe|licidade de conhecerem nesse paíz: e que **ainda assim**| naõ he das mesmas intençoens affligir taõ bem a Vossa Excellencia [...]. (Ms 28).

Em (30) e (31), ilustramos, respectivamente, usos não prototípicos e prototípicos de *ainda que* concessivo:

- (30) [...] mas pouco tempo depois rom| peuse a noticia de que o mesmo Capitam mor se hia queixar à| Vossa Excellencia naõ só do

Vigario mas de mim tambem, o que **ainda que**| não quiz acreditar em toda sua extensaõ, com tudo remettido| huma ordem [...] (Ms 20).

- (31) [...] os porcos revolverão a mes|ma ((terra)) e o Adro ficou com insupportavel fetido,|vendo eu isto fui ter com o Reverendo Senhor Vigario para |mandar cobrir a dita Sepultura com mais terra|**ainda que** a mesma ficace fora do nivel de *primeira* de bem pilada, para assim evitar a exhalação|putrida, o que logo feito, ficou remediado o mal [...].(Ms 44).

Sintaticamente, a construção, em (30), não pode ser considerada prototípica, devido a seus aspectos morfossintáticos: verbo *querer*, no pretérito perfeito do indicativo, em vez do imperfeito do subjuntivo; *acreditar* no infinitivo e, em seguida, a expressão com verbo no particípio *com tudo remetido*, que deveria figurar-se como *remeto*. Apesar dessa morfossintaxe, os traços semânticos de contrastividade ainda são verificados na construção. A prototipicidade de (31), além da simultaneidade de dois eventos, fatos ou situações que geram algum estranhamento / contraste, é reforçada pelos aspectos morfossintáticos esperados.

Por sua vez, os usos prototípicos mais abstratos de *assim*, no *corpus*, são os que o item, na configuração de perífrases, junta orações e / ou porções textuais maiores, paratática ou hipotaticamente, a depender da perífrase resultante. Trata-se de usos lógico-discursivos, que, em contextos apropriados, habilitam leituras aditivas, comparativas, temporais ou contrastivas, numa escala crescente de complexidade cognitiva (KORTMANN, 1997), de acordo com as categorias modo, tempo e qualidade, respectivamente.

Para exemplificar, partimos da junção com acepção temporal, em que a perífrase hipotática *assim que*, parafraseável por *logo que*, indica sequência imediata de ações:

- (32) **Assim que** no dia des do corrente abrimos-|em Camara a carta de Vossa Excellencia datada de Vinte e quatro do-| proximo Setembro nos deregimos com ella cheio do=| mayor prazer ao Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo. (Ms 41).

No início de oração, *assim que*, conforme LOPES-DAMASIO (2011a), determina a localização temporal da situação descrita na principal, funcionando como adjunto temporal. O verbo, em (32), no pretérito perfeito do indicativo, revela a culminação de eventos que denotam acontecimento, ação ou movimento num determinado momento no tempo. Esse uso, pouco recorrente, não foi constatado nos dados do séc18 (a única ocorrência, em (32), é do séc. 19), o que pode ser justificado pelo uso abundante no período, na variedade pesquisada, de *logo que*, substituindo *assim que*, na indicação de tempo imediato.

Na perífrase comparativa *assim como*, *como* exerce a função de comparação hipotática, sendo reforçado pela partícula correlativa *assim* (SAID ALI, 1966, p. 145). Nesse domínio, destacam-se dois tipos de comparativas: correlativas e não correlativas. Primeiramente, segue ocorrência que exemplifica as comparativas não correlativas:

- (33) [...] eu assevero com verdade, que **assim como** sou fa=| cil em confessar a culpa que reconheço, **igoalmente** e com a=| mesma facilidade, confessaria a que ignoro, e a respei=| to da qual me julgo innocent. (Ms 33).

A comparativa é iniciada pela locução comparativa de igualdade, *assim como*, em Q (Q = oração comparativa; P = principal / nuclear). Em construções desse tipo, não é possível a inversão da ordem de P e Q: em (33), a comparativa (Q) é anteposta a P; em P, *igualmente* enfatiza a comparação e a elipse de *culpa* torna inapropriada a inversão da ordem sintática sem a alteração de parte da estrutura.

Construções comparativas correlativas, por sua vez, segundo Neves (2011, p. 898), apresentam oração principal e comparativa (segundo termo da comparação, de mesma natureza que o primeiro). Na linha de LOPES-DAMASIO (2011b), esse tipo de comparativa codifica exclusivamente a igualdade, via implicação de uma adição correlativa, do tipo *não só... mas também*. São esperadas, pois, as comparativas que apresentam elementos de inclusão, em P (como *também*, *assim também* etc.), e a conjunção prototípica *como* precedida pelo indicador fórico modal *assim* (*assim como*), em Q, conforme (34). Em (35), apresenta-se

a correlativa de termos, com a locução disjunta (*assim...como...*) e, em (36), a de sintagmas (SPrep):

- (34)[...] *que* revestidas| do receyo senão Concluaõ Com aquella ponderaçãõ permittida| aos cazos, e **assim Como** são os Contractos deste Sennnado *que* se| achãõ Como Onus de naõ serem rematados sem apermisãõ| do dito Ouvidor Geral Me quer, **como tãobem** não permittir o mes-| mo *que* Te façãõ obras publicas Como erecçãõ de Fontes [...] (Ms 2).
- (35) pois a fũaza dos fugidos os que|naõ andaõ estaõ furtando **aSim** porcos|**como** cabras, e gualinhas dentro do Arraial [...] (Ms13).
- (36) Eu nunca deixo de padecer molestias **assim** no corpo, **como** no espiri-|to [...] (Ms 45).

Na parataxe ou coordenação aditiva, *assim como* se apresenta de forma mais neutra do que nas comparativas (cf. LOPES-DAMASIO, 2011b). Em (37), adiciona uma informação: além do recibo entregue ao Provedor também foram entregues duas guias, sendo possíveis a inversão da ordem das orações e a paráfrase por *e também*:

- (37) O mesmo entregou hum|recibo de Gregorio *Pereira* de Souza, por onde comta haver re-|cebido do procurador daquele seis Guias, que devem alguns |Negociantes dessa Capital para cobralos, cujo recibo remeto ao *Doutor*| Provedor, **assim como** duas Guias que o mesmo Moura [...] (Ms 29).

A análise das comparativas permite a seguinte sistematização, reforçando LOPES-DAMASIO (2011b): (i) as comparativas não correlativas são interdependentes e binárias; (ii) as aditivas articuladas por *assim como* são independentes e enerárias; e (iii) as comparativas correlativas são dependentes e binárias. Graças à redundância entre comparação e adição, o valor aditivo pode ser depreendido em todas elas, em graus diferenciados, ou seja, mais fortemente nas coordenadas e mais opacamente nas correlativas mais prototípicas, do tipo (iii).

Em (38), a acepção conclusiva é garantida por *e*, e somada à contrastiva, expressa por *assim mesmo*, no âmbito paratático. Além da

leitura modal (*do mesmo modo*), os itens *assim* e *mesmo* podem formar uma locução juntiva, permitindo leitura contrastiva, que se dá pela situação não esperada / incompatível em Q, não correspondente à situação factual / verdadeira em P:

- (38) [...] aliaz naõ os desobri|gueis da Quaresma; **eassim mesmo** Commutais em igual|quantia, as promessas das Ladaÿnhas em Leomil|a Nossa Senhora da saude [...] (Ms 26).

Por sua vez, em usos mais abstratos e prototípicos, *logo*, sozinho e / ou em perífrase, junta orações e porções textuais maiores em usos lógico-discursivos, que, em contextos apropriados, habilita leitura temporal (KORTMANN, 1997; HEINE *et al.*, 1991).

A articulação de *logo* + *que* reflete um processo antigo de criação linguística, que atrela a partícula *que* a palavras de várias categorias e forma novas construções com função juntiva, como as já apresentadas. Nas ocorrências abaixo, *logo que* possui valor temporal, destacando acontecimentos anteriores, numa sequência imediata de ações, com tempos verbais no passado:<sup>4</sup>

- (39) O mesmo Capitam mor facultou Licença há| poucos mezes a hum Antonio Luiz para arrancharse e plan-| tar Com dous escravos nos mattos da Missaõ, prohibindo-lhe| *que* me desse parte disso, pena de ser Lançado **logo que** o fizesse [...] (Ms 20).

Completando os usos temporais, apresentamos a única ocorrência de *logo* com aceção de tempo imediato, frequente em seus usos perifrásticos:

- (40) [...] vendo eu isto fui ter com o Reverendo Senhor Vigario para |mandar cobrir a dita Sepultura com mais terra|ainda que a mesma ficace fora do nivel de *primeira*|de bem pilada, para assim evitar a exhalação|putrida, o que **logo** feito, ficou remediado o mal [...] (Ms 44).

---

<sup>4</sup> Não foram encontradas ocorrências de *tanto que* com aceção temporal, o que evidencia que, nesse período, a partir do século XVIII, na variedade pesquisada, o uso temporal de *logo que*, amplamente recorrente, já havia suplantado o de *tanto que*.

Em (40), *o que logo feito* sintetiza o contexto de tempo simultâneo, ou seja, a ação acontece (cobrir a sepultura) num ponto do futuro próximo, a fim de evitar a exalação pútrida da sepultura.

#### 4 Algumas sistematizações

Todos os usos, funções e categorias dos itens investigados, à luz dos estudos de Longhin-Thomazi (2004, 2005, 2006) e LOPES-DAMASIO (2008, 2011a, 2011b), apresentam-se elencados, dos mais concretos aos mais abstratos, no Quadro 2:

Quadro 2 – Usos, funções e categorias dos itens investigados em cartas mato-grossenses

(Continua)

ITENS	USOS	FUNÇÕES		CATEGORIAS	
AINDA	Temporais	Tempo continuativo	Com formas verbais marcadas e não marcadas		Advérbio
			Não prototípico	tempo + intensificação tempo + contraste	Advérbio
	Argumentativos	Operador de inclusão	Argumento mais forte		Advérbio
			Não prototípico	argumento mais fraco + tempo argumento mais fraco + concessão	Advérbio
		Intensificador	Prototípico		Advérbio
			Não prototípico	intensificador + tempo continuativo	Advérbio
	Lógico-discursivo	Junção contrastiva	Prototípica e Não prototípica		Perífrase conjuncional
		Junção concessiva	Prototípica e Não prototípica		Juntor
			Prototípica e Não prototípica		Perífrase conjuncional
ASSIM	Modal	Sinalização	anafórica (texto)		Advérbio dêitico
			Sinalização anafórica em posição C2		Advérbio fórico
			catafórica (texto)		Advérbio fórico
			Não prototípica	sinalização anafórica (texto) + junção com aceção conclusiva	Advérbio fórico + juntor coordenativo conclusivo
			Locução adverbial comparativa ( <i>bem assim</i> )		Locução adverbial
	Lógico-discursivo	Junção	Temporal		Perífrase conjuncional
			Comparativa		Perífrase conjuncional
			Aditiva		Perífrase conjuncional
		Contrastiva		Perífrase conjuncional	

(Conclusão)

ITENS	USOS	FUNÇÕES		CATEGORIAS	
LOGO	Temporal	Posterioridade	Em relação à situação comunicativa (referencialidade)		Advérbio dêitico
			Em relação ao texto (textualidade)		Advérbio fórico
			Não prototípica	referencialidade + textualidade	Advérbio dêitico-fórico
			Não prototípica	referencialidade + textualidade + conclusão	Advérbio dêitico-fórico + juntor
			Tempo imediato	Perífrase conjuncional	

Fonte: compilação das autoras.

Na Tabela 1, visualizam-se as frequências *token* e *type* dos itens analisados, com destaque, em cinza, para os usos ambíguos / não prototípicos:

Tabela 1 – Frequência *token* e *type* dos itens analisados  
(VA= Valor absoluto/P=Porcentagem)

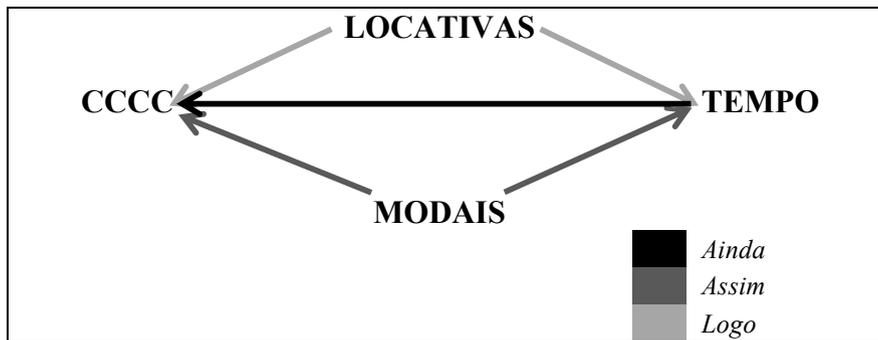
Itens	Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>		
AINDA	29 (100%)	11		
		<b>Usos</b>	<b>Funções</b>	<b>VA e P</b>
		Temporais	Tempo Continuativo (T1)	7 (24,13%)
			Tempo continuativo + intensificador (T2)	2 (6,88%)
			Tempo + contraste (T3)	1 (3,44%)
		Argumentativos	Operador de Inclusão de argumento mais forte (T4)	1 (3,44%)
			Operador não prototípico de Inclusão de argumento + fraco (T5)	3 (10,32%)
			Intensificador (T6)	1 (3,44%)
		Lógico-discursivos	Perífrase contrastiva (T7)	2 (6,88%)
			Juntor de concessão (prototípico) (T8)	4 (13,76%)
			Juntor de concessão (não prototípico) (T9)	3 (10,32%)
Perífrase concessiva (prototípica) (T10)	5 (17,2%)			
Perífrase concessiva (não prototípica) (T11)	1 (3,44%)			
ASSIM	47 (100%)	10		
		<b>Usos</b>	<b>Funções</b>	<b>VA e P</b>
		Modal	Sinalização anafórica (texto) (T1)	16 (34,04%)
			Sinalização anafórica em posição C2 (T2)	5 (10,63%)
			Sinalização catafórica (texto) (T3)	2 (4,25%)
			Não prototípica: sinalização anafórica (texto)/ junção com aceção conclusiva (T4)	6 (12,76%)
			Locução adverbial comparativa ( <i>bem assim</i> ) (T5)	1 (2,12%)
		Lógico-discursivos	Junção com aceção temporal (T6)	1 (2,12%)
			Junção com aceção comparativa (T7)	10 (19,14%)
			Junção com aceção aditiva (T8)	3 (6,38%)
			Junção com aceção contrastiva (T9)	3 (6,38%)
LOGO	33 (100%)	7		
		<b>Usos</b>	<b>Funções</b>	<b>VA e P</b>
		Temporais	Advérbio dêitico (T1)	10 (30,30%)
			Advérbio fórico (T2)	6 (18,18%)
			Não prototípico: dêitico-fórico (T3)	4 (12,12%)
			Tempo imediato (T4)	1 (3,03%)
			Não prototípico: dêitico-fórico e juntivo (T5)	3 (9,09%)
			Perífrase temporal (T6)	8 (24,24%)

Fonte: as autoras.

Para a sistematização desse estudo de GR, enquanto paradigma, que mostra como o processo de GR atua, o Quadro 2 e a Tabela 1 apontam funções associadas a categorias em que os itens com significados mais concretos são usados para codificar significados mais abstratos e gramaticais, de forma unidirecional. Nesse processo, a perda de conteúdo semântico e propriedades morfossintáticas das categorias e usos fontes, acompanhada de ganhos morfossintáticos, semânticos e pragmáticos, correspondentes às categorias e usos alvos, como os empregos dos itens em novos contextos, permitem associar a GR a produtos de inferências e enriquecimento pragmáticos e reinterpretação induzida pelo contexto, nos moldes de Hopper e Traugott (1993).

A polissemia, identificada nos usos ambíguos / não prototípicos, atua na determinação do grau de GR dos itens e ilustra o “princípio de produtividade”, a partir do “método da reconstrução semântica interna”, em trajetórias de desenvolvimentos semânticos a partir do esquema de Kortmann (1997):

Esquema 1 – Trajetórias de desenvolvimento semântico



Fonte: KORTMANN (1997).

Segundo Kortmann (1997), as relações interoracionais podem ser arranjadas em um *cline* de GR que identifica diferentes graus de enriquecimento semântico, vistos como canais de inferências. Nessa direção, o Esquema 1 ilustra, de acordo com as hipóteses (i) e (ii) deste trabalho: (1) a organização do espaço semântico de relações

interacionais em *macroestruturas*, indicadas pelos domínios das *locativas*, *modais*, *temporais* e *CCCC*, e em *microestruturas*, ilustradas, por sua vez, pelo domínio *CCCC*, que engloba, ainda numa escala de complexidade cognitiva crescente, as relações de *Causa*, *Condição*, *Contraste* e *Concessão*, sendo que *Causa*, por exemplo, engloba outras relações, como *causa-consequência*, *causa-efeito* etc.; e (2) também ilustra diferentes graus de complexidade semântico-cognitiva e canais de inferências inerentes às relações interacionais: *locativas* > *CCCC* e *locativas* > *temporais*; *modais* > *CCCC* e *modais* > *temporais*; e *temporais* > *CCCC*. A organização do espaço semântico de relações interacionais em macro e microestruturas, cf. (1) e (2), está pautada, como é visível, no princípio da unidirecionalidade.

As análises permitem identificar, no Esquema 1, as seguintes trajetórias que apontam a produtividade dos domínios alvos, *CCCC* e tempo:

Quadro 3 – Trajetórias em macro e microestruturas de *ainda*, *assim* e *logo*

MACROESTRUTURA	MICROESTRUTURA	ALVOS
<b>Tempo &gt; CCCC</b>	Concessão	<i>ainda</i>
	Concessão	<i>ainda que</i>
<b>Modal &gt; CCCC</b>	causa (causa-consequência)	<i>assim</i>
	Contraste	<i>assim mesmo</i>
<b>Modal &gt; Tempo</b>	Tempo imediato	<i>assim que</i>
<b>Locativo &gt; CCCC</b>	causa (causa-consequência)	<i>logo</i>
<b>Locativo &gt; Tempo</b>	Tempo imediato	<i>logo</i>
	Tempo imediato	<i>logo que</i>

Fonte: as autoras.

Para completar o Quadro 3 e o Esquema 1 correspondente, localizamos, em nível de microestrutura, as relações da perífrase comparativa *assim como*, em suas diferentes manifestações, que, conforme seus itens integrantes, não extrapolam o domínio Modal.

Os dados analisados permitem visualizar, portanto, a implementação entre os mecanismos metafóricos, que supõem o caráter discreto e a direcionalidade da transferência dos significados, e os

mecanismos metonímicos, que, complementando aqueles, indicam as relações contextuais, captando o caráter contínuo da mudança, conforme as indicações destacadas (em cinza) na Tabela 1.

## 5 Considerações finais

Os usos e funções dos itens destacados refletiram traços do período estudado, evidenciados pelas mãos dos escribas, e da maneira de escrever da época, por meio dos modelos textuais utilizados. A análise mostra que, dentro / entre dos / os períodos recortados, a mudança se consolida em seu tempo conforme as necessidades dos falantes / escreventes e, portanto, emerge por pressões comunicativas, em contextos específicos, que configuram a heterogeneidade e não estaticidade das línguas naturais.

No cotejo entre os resultados dos trabalhos de Longhin-Thomazi (2004, 2005, 2006) e LOPES-DAMASIO (2008, 2011a, 2011b), com os constatados na variedade mato-grossense, alguns pontos são ressaltados:

- (i) em relação a *ainda*: muitos usos observados no *corpus* mato-grossense confirmam os que Longhin-Thomazi (2005) destaca em seus estudos, como o de marcador de tempo continuativo, operador de inclusão, intensificador e juntor / perífrases juntivas de concessão. No entanto, algumas peculiaridades foram identificadas: além da apresentação de perífrases concessivas prototípicas (*ainda que*), coerentes às constatadas pela autora, verificou-se ocorrências não prototípicas, com aceção contrastiva (*ainda assim*). Quanto aos usos temporais, não foram encontrados os de tempo futuro, mas somente os que sinalizam tempo continuativo, somando-se também àqueles com aceção contrastiva. O operador de inclusão de argumento mais fraco *ainda* foi descrito, aqui, também em contextos ambíguos, com destaque para funções temporais e concessivas. Quanto ao aspecto argumentativo, foram encontradas ocorrências em que o item atua como intensificador de caráter ambíguo com a aceção de tempo continuativo, assim como o de juntor

concessivo, envolvendo condição no contexto, fato que revela indícios da emergência de sua aceção concessiva:

- (ii) em relação a *assim*: os dados revelaram aspectos congruentes aos das pesquisas realizadas por Longhin-Thomazi (2006) e LOPES-DAMASIO (2008, 2011a, 2011b), principalmente relacionados aos recorrentes usos fórico-modais, aos com função de juntor coordenativo não prototípico e aos perifrásticos de aceção temporal, comparativa, aditiva e contrastiva. A função *dêitica*, mais concreta, e de marcador discursivo intensificador não foram encontradas no *corpus*, devido às peculiaridades do material analisado (modalidade escrita); e
- (iii) em relação a *logo*: são congruentes com a pesquisa de Longhin-Thomazi (2004) as ocorrências em que o item estabelece relação temporal posterior (dêitica e fórica). Entretanto, não foram observados usos substantivos espaciais, que configuram, portanto, uma função em desuso no período histórico e na variedade analisada. Os dados também revelaram a perífrase temporal *logo que* e um contexto que ajuda a explicar sua emergência. Essa perífrase, na expressão de tempo imediato, revelou-se mais frequente do que a *assim que*, sugerindo que os usos desta são mais tardios, na variedade pesquisada. Para a ambiguidade funcional / categorial, não referendada nas pesquisas anteriores, de usos temporais, nos dêitico-fóricos, com encaminhamento para a leitura conclusiva, coocorre a conjunção *e*, que desempenha o papel juntivo, propiciando a leitura mais abstrata e gramaticalizada de *logo*, através da reinterpretção induzida pelo contexto (metonímia), via extensão de significados, baseada na contiguidade.

Nos usos ambíguos, em que os itens não se encaixam categoricamente em uma ou outra função, a atuação metonímica abre portas para a emergência e interpretação de mudanças. Nessa cena, o

contexto é fundamental para o estabelecimento categorial dos itens analisados, já que engendra o discurso e reflete-se em seus usos. Em tais contextos, chamados *bridging* (HEINE, 2003), as inferências realizadas pelo leitor permitem captar as propriedades e a gradualidade da mudança, mediante novas interpretações.

Em linhas de sistematização, o estudo proporcionou, no cotejo que estabeleceu entre resultados analíticos, em variedades distintas do PB, confirmar a trajetória de mudança dos itens focalizados, com a apreensão de mudanças semânticas que apontam para um ganho de abstração e pragmática, e, o que se releva como um resultado ímpar, permitiu constatar uma expressiva recorrência de usos ambíguos / não-prototípicos, intrinsecamente associados a contextos que favorecem diferentes caminhos de mudança, na relação entre Fonte e Alvo. Assim, as cartas mato-grossenses revelaram-se como um ambiente linguístico-discursivo que favorece a captação da gradualidade da mudança linguística que faz emergir itens mais gramaticais.

## 6 Referências

- ALI, M. S. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 6ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique historique*. 4ª .ed. Berne: Éditions Francke, 1965.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BYBEE, J. Mechanisms of changes in grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEF, B.; JANDA, R. (Ed.) *The handbook of historical linguistics*. Blackwell Publishing, 2003.  
<<http://dx.doi.org/10.1002/9780470756393.ch19>>
- BYBEE, J., PERKINS, R., PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar*. Chicago / London: The University of Chicago Press, 1994.
- COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

CUNHA, C.; PEREIRA, C. C. (Org.). *Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon; Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

CUNHA, C. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, A.G. *Dicionário latim-português*. Lisboa: Porto Editora, 1983.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. London: Academic Press, 1979.  
GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. CARVALHO, C. S. (Org.). *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

SANTOS, G. V. dos. *Manuscritos mato-grossenses: da Filologia à Gramaticalização*. 2014. 363 f. Dissertação (Em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

HARRIS, M. Concessive clauses in English and Romance. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 71-99.

<<http://dx.doi.org/10.1075/tsl.18.06har>>

HEINE, B. Grammaticalization. In: JOSEF, B. D.; JANDA, R. *The handbook of historical linguistics*. Blackwell Publishing, 2003.

<<http://dx.doi.org/10.1002/9780470756393.ch18>>

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

KÖNIG, E. On the history of concessive connectives in English. Diachronic and synchronic evidence. *Lingua*, v. 66, p. 1-19, 1985.

<[http://dx.doi.org/10.1016/S0024-3841\(85\)90240-2](http://dx.doi.org/10.1016/S0024-3841(85)90240-2)>

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, P. J. On Some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (Ed.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 17-35.

<<http://dx.doi.org/10.1075/tsl.19.1.04hop>>

HOUAISS, A; VILAR, M. S. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KORTMANN, B. *Adverbial Subordination: a typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages*. Berlin-New York, Mouton de Gruyter, 1997.

<<http://dx.doi.org/10.1515/9783110812428>>

LEHMANN, C. *Thoughts on Grammaticalization*. München, Newcastle: Lincom Europa, 1995.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Gramaticalização (inter)subjetivização e modalidade epistêmica: o caso de ‘assim’. *Estudos Linguísticos*, v. XXXV. São Paulo, p. 1772-1779, 2006.

\_\_\_\_\_. Um exemplo de (inter)subjetivização na linguagem: a reconstrução histórica de ‘ainda’. *Estudos Linguísticos*, v. XXXIV. São Paulo, p. 1361-1366, 2005.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre gramaticalização de conjunções na história do português. In: CONGRESSO CELSUL – CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, 6, 2004, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: s. e., 2004.

LOPES-DAMASIO, L. R. *Diacronia dos processos constitutivos do texto relativos a assim: um novo enfoque da gramaticalização*. 2011. 285f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2011a.

\_\_\_\_\_. Assim, como estas, muitas outras questões interessantes e de actualidade ficarão pairando na dúvida: uma análise de *assim como* no domínio da junção. *Filologia e Linguística Portuguesa*, nº 13 (1), p. 167-205, 2011b.

\_\_\_\_\_. *A emergência do marcador discursivo “assim” sob a óptica da gramaticalização: um caso de multifuncionalidade e (inter)subjetivização*. São José do Rio Preto. 244f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista, 2008.

MARTELOTTA, M. E. Gramaticalização de conectivos portugueses: uma trajetória do espaço para o texto. *Estudos Linguísticos*, Lisboa, v. 2, p. 41-60, 2008.

MEILLET, A. [1912] L' évolution des formes grammaticales. *Scientia* 12, nº 26, 6. Reimpresso em A. MEILLET *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Libraire Honoré Champion, 1965.

NEVES, M. H. M. N. Gramática de usos do português. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990. <<http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511620904>>

TRAUGOTT, E. Constructions in Grammatization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. D. (orgs). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwells, 2003.

<<http://dx.doi.org/10.1002/9780470756393.ch20>>

\_\_\_\_\_. *From subjectification to intersubjectification*. Paper presented at the Workshop on Historical Linguistics, Vancouver, Canadá, 1999. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~traugott.html>>. Acesso em: 20 fev. 2004.

\_\_\_\_\_. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON HISTORICAL LINGUISTICS, 12, Manchester, 1995. *Proceedings...* Manchester, 1995. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>. Acesso em: 20 fev. 2004.

\_\_\_\_\_. On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. *Language*, v. 65, p. 31-55, 1989.

\_\_\_\_\_. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMMAN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam, John Benjamins, 1982. p. 245-271. <<http://dx.doi.org/10.1075/cilt.24>>

TRAUGOTT, E.; KÖNIG, E. The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.)

*Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company, 1991. <<http://dx.doi.org/10.1075/tsl.19.1.10clo>>

TRAUGOTT, E.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company, 1991.

VASCONCELOS, C. M. *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. Lisboa: Editora Clássica, Lisboa, 1921.

# Formas tratamentais em cartas escritas em Pernambuco (1869-1969): tradição discursiva e sociopragmática<sup>1</sup>

*Forms of address in letters written in pernambuco (1869-1969): discursive tradition and sociopragmatic*

Valéria Severina Gomes<sup>2</sup>

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, Pernambuco, Brasil.  
lelavsg@gmail.com

Célia Regina dos Santos Lopes<sup>3</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.  
celiar.s.lopes@gmail.com

**Resumo:** Este estudo objetiva analisar as formas de tratamento de base nominal e pronominal localizadas em cartas escritas em Pernambuco, entre o século 19 e o século 20 (1869-1969). O intuito é observar a distribuição dessas formas, com base na teoria do Poder e da Solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960), a Teoria da Polidez (BROWN; LEVINSON, 1987), a Tradição Discursiva (KABATEK, 2006) e a Sociolinguística Histórica (CONDE-SILVESTRE, 2007). Os resultados mostraram que as formas de tratamento nominal (*Vossa Mercê* e *O Senhor*) ainda eram usadas por motivações pragmáticas e pela natureza do texto no século 19 e que houve um aumento progressivo de uso da nova forma (*você*) em quase todos os tipos de relações sociais ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** cartas pernambucanas, formas de tratamento nominal e pronominal, segunda pessoa.

---

<sup>1</sup> Este estudo foi desenvolvido durante o estágio de pós-doutoramento da primeira autora, realizado no período de nov. / 2013 a out. / 2014. O estágio foi supervisionado pela segunda autora (II/Pq 2 CNPq) e foi financiado pelo CNPq, Pós-doutorado Júnior – PDJ.

<sup>2</sup> Bolsista de Pós-Doutorado Júnior do CNPq.

<sup>3</sup> Bolsista de Produtividade do CNPq.

**Abstract:** This paper aims to analyze the nominal and pronominal forms of address found in letters written in state of Pernambuco (Brazil) in the 19<sup>th</sup> century and the 20<sup>th</sup> century (from 1869 to 1969). We intend to observe the distribution of forms of address, according to the theory of Power and Solidarity (BROWN; GILMAN, 1960), Politeness Theory (BROWN; LEVINSON, 1987), Discursive Tradition (KABATEK, 2006), the Historical Sociolinguistics (CONDE-SILVESTRE, 2007). The results showed that the nominal address forms (*Vossa Mercê e O Senhor*) were still used by pragmatic motivations and by the nature of the text in the 19<sup>th</sup> century and a progressive increase in the use of the form *você* in almost all types of social relations over time.

**Keywords:** letters from Pernambuco (Brazil), nominal and pronominal forms of address, second person.

Recebido em: 11 de outubro de 2014.  
Aprovado em: 23 de fevereiro de 2015.

## 1 Introdução

A forma *você*, advinda do processo de gramaticalização de *Vossa Mercê*, século 15 (RUMEU, 2004), assumiu, na passagem do século 19 ao 20, um comportamento híbrido, ora guardando o caráter cerimonioso da forma originária, ora assumindo um caráter mais informal em variação com o *tu-íntimo*. A passagem do *você* de forma tratamental de base nominal para forma tratamental pronominal promoveu a existência simultânea de diferentes subsistemas de representação de segunda pessoa do singular no Português Brasileiro (PB) (LOPES; CAVALCANTE, 2011).

O presente estudo investiga, adotando a perspectiva de Lopes (2011, 2013), o comportamento variável das formas de 2<sup>a</sup> pessoa de base nominal e pronominal em documentação relativa a Pernambuco. Discutimos os resultados obtidos com base em cartas pessoais de autores pernambucanos dos séculos 19 e 20, com o intuito de adicioná-los aos estudos anteriores sobre as formas tratamentais do português brasileiro (PB) (LOPES; DUARTE, 2003; RUMEU, 2008, 2013; BARCIA, 2006;

LOPES, RUMEU, CARNEIRO, 2013; entre outros). Na análise, serão levados em consideração:

- a) a relevância do conceito das Tradições Discursivas na explicação das mudanças ocorridas no sistema de tratamento pronominal do português brasileiro;
- b) os contextos sociopragmáticos que favoreciam o emprego das formas *você* e *tu* como sujeito em 100 anos de produção escrita pernambucana (1869-1969); e
- c) a variação entre *tu* e *você* na posição de sujeito em cartas dos âmbitos familiar, pessoal e amorosa dessa localidade ainda não contemplada pelos trabalhos sobre a sociolinguística histórica do quadro pronominal do português brasileiro.

Optamos, para este artigo, por uma discussão em quatro seções. Na primeira, apresentamos a base teórico-metodológica adotada para, na sequência, descrever o *corpus*, a constituição das cartas pessoais e o perfil dos escreventes. Na terceira seção, discutimos brevemente as motivações de uso das raras formas nominais de tratamento encontradas nas cartas mais remotas da amostra. Na quarta, analisamos os dados de *tu* e *você* na posição de sujeito nos eixos cronológico e social. Por fim, tecemos algumas considerações sobre os resultados obtidos e as referências utilizadas.

## **2 Breve enquadramento teórico-metodológico e hipótese norteadora**

Para atingir os propósitos mencionados anteriormente, adotamos uma abordagem que envolve a interface entre os pressupostos da pragmática sociocultural e histórica (Teoria da Polidez e Sociolinguística Histórica), associadas ao conceito de Tradição Discursiva (BROWN; LEVINSON, 1987; CONDE-SILVESTRE, 2007; KOCH, 2008; KABATEK, 2006).

À luz da Teoria da Polidez, idealizada por Brown e Levinson (1987), estamos levando em conta que, durante uma interação, os

interlocutores fazem uso de estratégias de polidez, por exemplo, as formas tratamentais, para manter preservada a própria face e a do outro. Tais recursos funcionam como formas mitigadoras dos atos de fala que por si só são considerados ameaçadores à face do interlocutor. Os autores fazem uma distinção entre face positiva (face) e face negativa (território).<sup>4</sup> A ideia elementar é a de que a interação é o lugar do conflito e as estratégias de polidez são recursos para evitá-lo. Assim é preciso lidar com a preservação pessoal e o modo como se é visto socialmente.

Do ponto de vista da Sociolinguística Histórica, a discussão dos dados transita da análise quantitativa à análise qualitativa com base nos fatores pragmáticos e nos papéis sociais dos interlocutores (CONDE-SILVESTRE, 2007) que condicionam a opção por certas formas tratamentais e variantes. No âmbito da Sociolinguística Histórica (*Op. cit.*), são aplicados alguns princípios da sociolinguística sincrônica para o estudo e interpretação dos dados do passado. É preciso considerar, entretanto, as especificidades e as dificuldades enfrentadas nos trabalhos com fontes históricas. Não basta, para as análises da sociolinguística histórica, a simples transposição da metodologia de base laboviana. Os estudos de sociolinguística histórica enfrentam diversos problemas para a análise de textos de sincronias passadas, uma vez que a informação sobre as fontes que nos chegam às mãos é “fragmentária, escassa e dificilmente vinculável com a produção real de seus falantes” (CONDE-SILVESTRE, 2007, p. 35). Um dos problemas centrais está relacionado à constituição da amostra. Os dados são procedentes de textos escritos que sobreviveram na atualidade ‘por sorte’. Isso significa, por exemplo, que o controle de fatores externos, como faixa etária, escolaridade, gênero, categoria social, pode ser lacunar, pois os informantes não estão mais à disposição do investigador como ocorre nos estudos sincrônicos. Os dados costumam se restringir aos grupos alfabetizados da comunidade, em geral, constituídos por homens com *status* médio a alto. Além disso, só determinados estilos e registros são recuperáveis nos acervos; nem sempre a amostra para análise é homogênea. Em diversos estudos de sociolinguística histórica, como o que propomos aqui, a análise é feita

---

<sup>4</sup> Para o conceito de *faces*, ver Goffman (1980) e Brown e Levinson (1987).

com base nas frequências brutas dos fatores linguísticos e sociais controlados, porque nem todas as “células” puderam ser preenchidas.<sup>5</sup> Outra diferença básica é que o “resultado” da mudança linguística, diferentemente do que ocorre na análise da sociolinguística sincrônica, já é conhecido pelo analista histórico. O propósito, assim, é distinto, porque o objetivo é tentar acompanhar o processo de mudança em suas diversas etapas, observando as tendências do comportamento linguístico com base na amostra escrita constituída. A descoberta de novos materiais sempre poderá elucidar as lacunas observadas nos estudos parciais feitos com os dados disponíveis.

No viés sociopragmático, procuraremos identificar a motivação e a intencionalidade comunicativa embutida na forma de tratamento escolhida pelos missivistas da amostra, baseado no controle do tipo de relação social existente entre remetente e destinatário. Para tanto, será revisitada a clássica dicotomia “poder e solidariedade” proposta inicialmente por Brown e Gilman (1960) e seguidores. Em termos amplos, o parâmetro do *poder* refere-se ao controle que umas pessoas exercem sobre outras em uma determinada situação interativa, o que pode desembocar em uma assimetria tratamental. Como a relação de *poder* entre duas pessoas não é recíproca, elegem-se certas formas de tratamento diferentes em função da hierarquia que se estabelece entre os interlocutores. O parâmetro da *Solidariedade* estabelece o mesmo nível na hierarquia social: a igualdade entre as pessoas. Nesse tipo de relação, em geral, se outorga o uso mútuo do *TU*<sup>6</sup> (recíproco ou igualitário), logo o uso simétrico de *TU* configuraria intimidade (sentimento de solidariedade entre os participantes da situação comunicativa). Estabeleceram-se, para este estudo, os tipos básicos de relação com ênfase nas relações de parentesco e entre amigos:

- a) Relações assimétricas descendentes (de superior para inferior):  
pai-filho, mãe-filho.

---

<sup>5</sup> Para detalhes sobre os limites e problemas enfrentados pela Sociolinguística Histórica, veja Conde-Silvestre (2007), Hernández-Campoy e Conde-Silvestre (2012).

<sup>6</sup> A oposição é estabelecida entre o *tu* [+ familiar] e *vous* [+ polido] ou *T/V*, utilizando o francês como padrão, embora em cada língua exista o mesmo tipo de tratamento com formas variantes e diversificadas.

- b) Relações assimétricas ascendentes (de inferior para superior): filho-pai, filho-mãe.
- c) Relações simétricas (solidárias): entre amigos, entre namorados, cônjuges.

Com a perspectiva das Tradições Discursivas verificamos que as escolhas do sistema tratamental, na virada do século 19 ao 20, são motivadas também pela natureza e pela historicidade do texto, neste caso pela natureza das cartas pessoais. Partimos, então, do entendimento de que Tradição Discursiva (TD)

é a **repetição** de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que **adquire valor de signo próprio** (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição **estabelece uma relação de união entre atualização e tradição**; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que **evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos lingüísticos empregados**. (KABATEK, 2006, p. 157).

A relevância da incorporação do modelo de Tradição Discursiva ao tripé de sustentação teórica desta pesquisa advém do fato de tal perspectiva, no processo analítico sócio-histórico dos usos linguísticos, contribuir com a distinção entre as ocorrências que retratam a norma vigente no período estudado e as fórmulas fixas, convencionalizadas em determinado gênero particular.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Um bom exemplo de uso linguístico convencionalizado em um determinado gênero particular é o caso do emprego predominante da forma tratamental **vós** nos benditos do município de Lajes/RN, estudados pelo Professor Lucrécio Araújo de Sá Júnior. A segunda pessoa do plural mantém-se conservada nesses cânticos religiosos da tradição cultural popular como uma forma tradicional de tratamento cerimonioso e assimétrico entre os fiéis e a Divindade evocada.

Para a proposta de análise adotada neste artigo, defendemos, com Koch (2008), que certos atos linguísticos diretivos, como um pedido, uma ordem, uma recomendação, seriam atos ameaçadores, já que pressupõem uma ação futura do ouvinte / destinatário. Por essa razão, constituem uma intromissão no “território” do outro (GOFFMAN, 1967, *apud* KOCH, 2008). O “tratamento nominal abstrato” (*Vossa Mercê*) teria herdado o caráter indireto e atenuante da estratégia nominal de tratamento, por isso seria menos invasivo, menos “ameaçante ao interlocutor”, ao passo que um pronome de segunda do singular (*tu*) pode ser um ato de ameaça à face negativa do interlocutor (BROWN E LEVINSON, 1987) quando a forma pronominal não funciona como uma estratégia mitigadora à imposição do ato (KOCH, 2008, p. 59). As línguas, no geral, apresentam procedimentos distintos de cortesia para evitar ou atenuar essas ameaças pragmáticas, como ocorre com os tratamentos abstratos de base nominal (*Vossa Mercê*, *Vossa Majestade*, *O Senhor*, etc) ou mesmo com a pluralização do pronome (o emprego de *vós* no lugar de *tu*). Nos dois casos a referência se dá a um grupo mais amplo, a uma entidade abstrata ou a uma qualidade do interlocutor. Adotando tal perspectiva, defendemos que a forma pronominal *você* pode ter mantido algum valor de cortesia, formalidade, distanciamento ou indiretividade advinda de *Vossa Mercê*. Nesse sentido, o seu emprego no lugar do tratamento direto *tu* poderia ser uma estratégia de polidez/cortesia, em fins do século XIX, que foi se espraiando com maior ou menor velocidade pelo PB ao assumir os contextos antes destinados ao íntimo e solidário *tu*. Pela preservação de alguns traços originais, *você* tornou-se uma estratégia de referência neutra, ou seja, uma estratégia “coringa” para os novos papéis sociais das sociedades contemporâneas.

### 3 Constituição das cartas e o perfil dos escreventes

Para explicar processos históricos de mudança é preciso o registro nos textos escritos. Como explica Maia (2012, p. 537):

Uma vez que consideramos que a história da língua deve depreender-se dos textos que nela se escreveram e do conhecimento da história dos mesmos [*sic.*] e,

portanto, que a sua construção deve ter o imprescindível apoio das fontes textuais, a constituição de *corpora* é uma exigência da pesquisa diacrônica.

Com o propósito de relacionar a historicidade da língua e do texto com base no conceito de Tradição Discursiva, a carta pessoal tem servido de base a inúmeras pesquisas diacrônicas em virtude da característica que tende à informalidade, pela diversidade temática, pela recorrência dos seus elementos constitutivos, pelo caráter diverso dos interlocutores, pela variedade dos propósitos comunicativos, etc., ocupando, de acordo com essas características e com outras, diferentes espaços no contínuo da proximidade à distância comunicativa.

Para traçar esse contínuo entre a imediatez e a distância comunicativas Koch e Osterreicher (2007) estabeleceram os parâmetros que determinam um grande número de formas comunicativas e que definem diferentes combinações das condições comunicativas que estabelecem os dois polos. Os autores postulam que as formas comunicativas passam por dois meios dicotômicos de realização, o fônico e o gráfico, e a concepção dessas formas comunicativas ocorre no contínuo das extremidades falada (proximidade comunicativa) e escrita (distância comunicativa). A carta de caráter mais pessoal prototípica, por exemplo, tem concepção falada e meio de realização gráfico e apresenta uma combinação paramétrica que favorece a proximidade comunicativa no que diz respeito à privacidade, à familiaridade entre os interlocutores, à emocionalidade, à espontaneidade relativa e ao desenvolvimento temático livre. Daí a carta pessoal ter um caráter de “conversação escrita”.

Pesquisas anteriores têm demonstrado que o gênero textual tem influência no emprego da forma tratamental (RUMEU, 2008; LOPES, 2011). Nesse sentido, concordamos com Souza (2012), ao considerar o gênero carta pessoal um hiperônimo que abrange os subgêneros: carta amorosa, familiar e pessoal (esta última mantém o rótulo por falta de um nome mais preciso e inclui apenas as cartas não-familiares trocadas, geralmente, entre amigos). Em cada subgênero desses, há níveis diferentes de intimidade entre remetente e destinatário, o que acarreta no

maior ou menor grau de cumplicidade, de afetividade, de expressividade, com implicação direta na escolha do tratamento a ser empregado.

As cartas pessoais pernambucanas que compõem o *corpus* desta pesquisa, coletadas na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, seguem, como os demais textos dessa tradição discursiva, um padrão composicional reconhecido que ancora o texto: o local, a data, o vocativo, a captação de benevolência, o corpo do texto, a despedida e a assinatura. Por meio dessas cartas, passamos a conhecer o entorno de quem as escreveu, sobre o local onde vivia, quando escreveu, além obviamente de podermos identificar as estratégias linguísticas utilizadas. Essas estratégias expressam as variantes linguísticas de acordo com o tempo histórico, o local, o perfil social dos envolvidos, por vezes escasso, e da natureza tradicional do texto. Outro traço significativo na constituição das cartas é o conhecimento partilhado entre remetente e destinatário acerca de saberes variados e sobre temáticas diversas. Esses e outros traços fazem parte do acervo das correspondências ativas e passivas de Pernambuco entre os séculos 19 e 20.

Para esta pesquisa, coletamos 123 cartas, compreendidas no período de 1869 a 1969 (séculos 19 e 20), divididas nos seguintes subgêneros: 83 cartas familiares, 32 cartas pessoais (entre amigos) e 8 cartas amorosas. Essa amostra totalizou 47.500 palavras. Foram levantados acervos de 11 famílias: Arthur Orlando – político e jornalista (22 cartas no período de 1894 a 1929)–, José Mariano – líder abolicionista, político e jornalista (5 cartas no período de 1869 a 1900)–, Joaquim Nabuco – político, diplomata, jornalista e jurista (17 cartas no período de 1872 a 1909)–, Arnaldo Guedes – não identificado (2 cartas no período de 1922 a 1930), Ascenso Ferreira - poeta (1 carta de 1962), Gilberto Freyre – sociólogo e escritor (10 cartas no período de 1939 a 1969), Manoel Borba – promotor, político e industrial (16 cartas no período de 1923 a 1924), Mário Sette – escritor e professor de Filosofia (13 cartas no período de 1905 a 1937), Nelson Ferreira – compositor e maestro (1 carta de 1925), Waldemar de Oliveira – médico, escritor, teatrólogo e compositor (28 cartas no período de 1907 a 1917) e Breno Braga – major do Exército brasileiro (8 cartas no período de 1941 a 1948).

As cartas coletadas constituem a produção escrita de pessoas ilustres com um alto grau de escolaridade e letramento. Essa informação é bastante significativa para justificar o padrão predominantemente regular dos usos linguísticos identificados com relação às formas tratamentais. No entanto, nesse conjunto de cartas de escreventes ilustres, também são encontradas correspondências de outros familiares e amigos que ampliam a margem de verificação de contextos de variação das formas tratamentais *tu* e *você*. Nas próximas seções, daremos o resultado geral das formas na posição de sujeito e discutiremos qualitativamente os poucos dados referentes às formas oriundas de sintagmas nominais, as denominadas formas de base nominal (*Vossa Mercê* e *O Senhor*).

#### **4 As formas nominais de tratamento na posição de sujeito: cartas pernambucanas (1869-1969)**

Em termos da totalidade de dados levantados, observamos que, em nossa amostra de cartas pessoais pernambucanas relativas ao período de 1869-1969, foram identificados 589 dados de formas de tratamento de 2ª pessoa na posição de sujeito, sendo 482 dados de *você*, 96 dados de *tu*, 5 dados de *Vossa Mercê* e 6 ocorrências de *O/A senhor(a)*, conforme consta na Tabela 1. No cômputo geral de *você* e *tu*, foram incluídos os dados de formas imperativas, assim distribuídas: 203 ocorrências de imperativo afirmativo e negativo pertencentes ao paradigma de *você* (*esqueça / não se esqueça*) e 32 ocorrências do imperativo do paradigma de *tu* (*esquece / não se esquece*).<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Embora tenhamos controlado separadamente, incluímos os dados de imperativo no cômputo geral da Tabela 1. Na Tabela 2, os dados aparecem separadamente em duas colunas (não-imperativo e imperativo) para que se tenha uma visão panorâmica dos dados da amostra. Consideramos, entretanto, que as formas imperativas mereçam um estudo a parte, por conta de aspectos de natureza variada (preenchimento do sujeito, natureza do gênero em si, tradição discursiva, etc.), que não serão abordados neste momento, tendo em vista os limites deste estudo. Para mais detalhes, ver Lopes (2011).

Tabela 1 – Distribuição das formas de tratamento na posição de sujeito

	Você	Tu	Vossa Mercê	O/A senhor(a)
Tratamento na posição de sujeito	482/589 82%	96/589 16%	05/589 1%	06/589 1%

Fonte: as autoras.

Os estudos sobre o tema já mostraram que as formas *Vossa Mercê* e *O/A senhor(a)* denotam traços de cortesia e respeito entre os interlocutores deste gênero textual e de outros materiais. No estudo de Lopes e Duarte (2003), com base em peças teatrais brasileiras e portuguesas, as autoras também identificaram tais estratégias marcando as relações de inferior a superior com uma ligeira diferença de comportamento. Nas peças produzidas no Brasil, houve uso majoritário de *Vossa Mercê*, e em peças escritas em Portugal, o predomínio foi de *O Senhor / A senhora* e de outras formas nominais. O esvaziamento do conteúdo cerimonioso da forma *Vossa Mercê*, nos séculos 18 e 19, já foi registrado por Rumeu (2004), com o aumento de sua produtividade em cartas não oficiais a partir do século 19.

Na amostra analisada, todas as ocorrências de *Vossa Mercê* e *O / A senhor(a)* foram identificadas nas cartas de missivistas masculinos e adultos. Quanto ao subgênero, os registros dessas formas estão em cartas pessoais entre amigos e familiares, filho e pai, excluindo, desse modo, as relações mais íntimas estabelecidas nas cartas amorosas. Embora sejam pouquíssimos dados, cabe-nos analisar a motivação para o emprego de formas tratamentais oriundas de sintagma nominal, observando quem as empregou, em que momento histórico, para quem e qual o efeito pretendido.

No caso do emprego da forma *O Senhor*, todos os seis dados ocorreram em uma só correspondência enviada por Joaquim Nabuco ao amigo Dr. Galvão, no início do século 20. Computamos aqui apenas os casos de sujeitos plenos e nulos, mas destacamos em [1] os casos de possessivo, clítico e imperativo que mantêm a simetria com a forma tratamental empregada, caracterizando a escrita de um escrevente de elevado grau de escolaridade, como é o caso do jurista Joaquim Nabuco:

- [1] Meu caro Colega Dr. Galvão, Acabo de ler os versos do *seu* [ilegível] <↑filho> poema “A morte da Águia” e venho felicital-o pela <↑belleza> grandeza do mytho que *o Sr.* creou. Faço, se me permite a franquesa, al- gumas reservas quanto <↑ilegível> á deco- los á decoração litterária e [ilegível] litterária e mythologicos lógica do do quadro, em que o *sr.* Traçou de mas em si mesma a criação [ilegível] me figura parte<sup>2</sup> [espaço] e o meio da inspiração poderosa e original <↑visível> se assim <↓e alguns> clarões que illuminam e dos raios que o cruzam mostram que *o Sr.* pertence a essa família e apenas *contou* o ideal da sua morte, que espero será muito diversa. Para isto seria bom acostumar a águia que *o Sr.* tem em si a visitar as Ca- tacumbas. Alem d morte pagou há morte Christan. *Creia*-me seu Patricio e amigo [rubrica] Joaquim Nabuco. (Carta JN 14, 20/03/1903) (ATAÍDE; GOMES, 2014).

Nessa carta, o vocativo já se encarrega de expressar um tom respeitoso ao se dirigir ao colega pela utilização do título de “Doutor”, acompanhado do sobrenome. Esse tom mantém-se ao longo da missiva, mas aparece com menos distanciamento no fechamento da carta, ao alçar o destinatário da posição de colega a de amigo. O tratamento pareceu-nos no contexto discursivo bastante adequado, em função do conteúdo da carta marcado pelo comentário crítico a um poema produzido pelo destinatário. A polidez e a cortesia expressas pela forma tratamental adotada também ficam explícitas na introdução da crítica feita à obra “Faço, se me *permite* a franquesa, algumas reservas quanto...”. A escolha tratamental e esse preâmbulo teriam o propósito de atenuar o ato da crítica, funcionando, na perspectiva de Brown e Levinson (1987) e seguidores, como uma estratégia de polidez que evitaria o conflito entre os interactantes.

No caso dos dados de *Vossa Mercê*, chamou-nos atenção o distanciamento temporal dos dois documentos em que essa forma apareceu. Em [2], as ocorrências situam-se no ano de 1869 (século 19) e,

em [3], temos uma carta do final da década de 1950 (século 20), quase 100 anos depois:

- [2] Mio querido Pae – deixe-me sua benção. Recebi a carta de *Vosmecê* com Data de 25 do corrente e fico inteirado de tudo *quanto* nella *Vosmecê* me mandou diser. Remeto hoje cosido em uma estopa a roupa suja que aqui havia – segundo me ordena *Vosmecê* em sua carta. [...] Recomendamos a todos, lanse sua benção a meos manos [inint.] sempre. Seo filho *muito* [amado] José Mariano (Carta JM 01, 27/04/1869) (GOMES, 2014).
- [3] Meu caro Prof. Gilberto Freire: Conforme combinamos aí vão algumas copias do seu magnifico prefacio ao “*Morão, Rosa e Pimenta*” – bem como os respectivos originais datilografados. Gostaria de, quando me mandasse o exemplar definitivo para impressão, receber os originais manuscritos para a exposição que será feita no lançamento do volume. Junto envio uma copia da desprerenciosa “nota do editor”. Gostaria que passasse os olhos nessa pobre nota. O que penso do seu magnifico pre facio será dito em viva voz. Quem sabe se um jantarzinho de três ou quatro casais, no máximo, não seria oportuno para conversar sobre a materiá? A Maria da Penha está convalescendo de uma violenta pneumonia que veio forte. Logo que tudo se normalize combinaremos os por-menores se o meu caro amigo e senhora concordarem. *Eu e Maria da Penha formulamos para vossa mercê e toda a sua Família os melhores votos de Ano Novo. Deus guarde vossa mercê*  
Jordão Emerenciano (Carta GF 09, 1958) (TRAVASSOS; GOMES, 2014).

Em [2], temos uma missiva enviada por José Mariano (jornalista) ao seu pai. O vocativo e a captação da benevolência, na abertura, revelam a afetividade e a proximidade respeitosa estabelecida entre os

dois interlocutores “Mio querido Pae – deixe-me sua benção”. O tratamento mais respeitoso que cerimonioso evidenciado pelo uso de *Vosmecê* é mantido do início ao fim da carta. O emprego da variante representada na carta como *Vosmecê* evidencia uma das etapas de erosão fonética sofrida pelo tratamento original *Vossa Mercê*. Tal uso elucida também o desgaste semântico do tratamento base rumo a um traço mais interpessoal que será assumido por *ocê* em outra fase do seu processo de mudança. De qualquer forma, a escolha dessa variante não é aleatória e marca ainda uma relação de poder denotada pela assimetria entre filho e pai, percebida também na construção com o verbo ordenar “Remeto hoje cosido em uma estopa a roupa suja que aqui havia – segundo *me ordena Vosmecê* em sua carta. (...)”.

Em [3], reproduzimos trechos de uma carta enviada por Jordão Emerenciano (Bacharel em Direito e membro da Academia Pernambucana de Letras) a Gilberto Freyre. O conteúdo da carta pode ser dividido em dois blocos. O primeiro, iniciado pelo vocativo que se reporta a uma titulação do interlocutor, “Prof. Gilberto Freire”, diz respeito à editoração de um livro, e o missivista envia a nota do editor para submissão do olhar do autor. Esse ato de solicitação é feito com certa dose de polidez, com o emprego do futuro do pretérito e do adjetivo que antecede o termo nota “(...) *Gostaria* que passasse os olhos nessa *pobre* nota...”. Esse tom mais solícito cede lugar a um tom mais informal, no segundo bloco da carta, quando o missivista sugere um “jantarzinho” entre casais amigos, para discutir a matéria em questão. O emprego do diminutivo e a sequência de tópicos referentes ao contexto familiar (saúde da esposa e felicitações de ano novo em nome do casal) expressam uma emotividade e uma proximidade aparentemente incompatíveis com a forma tratamental empregada. Resta-nos, no bojo dos comentários referentes a um tom mais informal do segundo trecho da carta, compreender o emprego da forma tratamental *Vossa Mercê* em plena segunda metade do século 20: um uso que não retrata a norma linguística predominante nesse período e nesse contexto.

No viés das Tradições Discursivas, tal uso se justifica pela natureza e historicidade do texto. Como é possível perceber na leitura da carta, o emprego de *Vossa Mercê* deu-se com uma intenção comunicativa específica e numa seção da carta bastante fixa: a despedida. O missivista

escreve primeiramente “Eu e Maria da Penha formulamos para *vossa mercê* e toda a sua Família os melhores votos de Ano Novo”, com o intuito de captar a benevolência do destinatário e, logo em seguida, se despede: “Deus guarde *vossa mercê*”. Trata-se, pois, de uma prática convencional das missivas de sincronias passadas, ou seja, configura-se como uma Tradição Discursiva, uma parte constitutiva da carta que guardou uma tradição de uso das formas tratamentais mais cerimoniais. Essa prática tem registros, por exemplo, nas cartas administrativas que faziam o circuito luso-brasileiro do Arquivo Histórico Ultramarino do século 18.

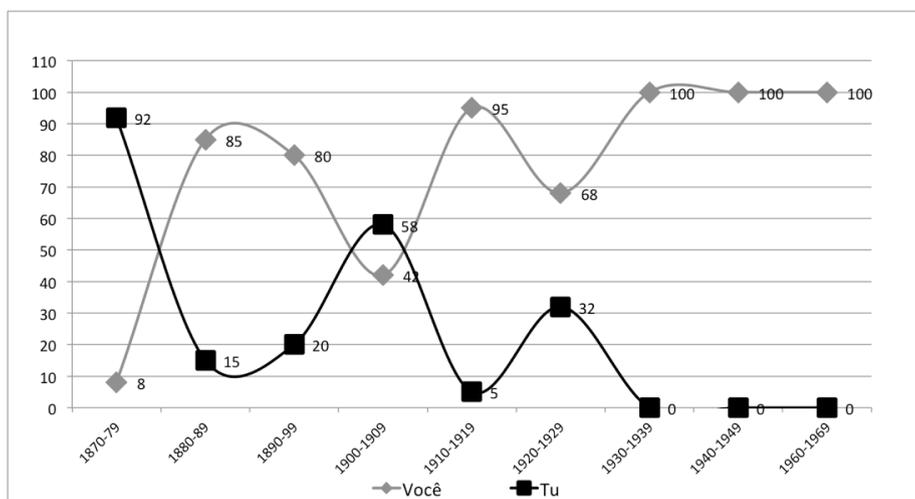
Como mostram os exemplos comentados, as formas *Vossa Mercê* e *O Senhor* tiveram incidência bastante reduzida em relação às formas pronominais (*tu* e *você*) no nosso recorte temporal e documental. Seu emprego apresenta claramente motivações de ordem sociopragmática e da natureza do texto. Passemos aos tópicos seguintes nos quais veremos o cenário de variação das formas pronominais *tu-você* na posição de sujeito.

## **5 O uso de *tu* e *você* na posição de sujeito em cartas pernambucanas: 1869-1969**

O acompanhamento do tratamento pronominal na escrita epistolar em Pernambuco consiste em um recorte diatópico, cujo resultado será incorporado ao mapeamento realizado em diferentes localidades do Brasil acerca do sistema de tratamento pronominal de segunda pessoa (2P). Com o levantamento dos dados pernambucanos, tínhamos o propósito de verificar se havia o predomínio do pronome *tu* na posição de sujeito, como ocorre, por exemplo, no Rio Grande do Sul, se predominava *você*, como em Minas Gerais e São Paulo, ou se havia a simultaneidade no uso de *você* e *tu* na posição de sujeito, como ocorre no Rio de Janeiro (LOPES, RUMEU; CARNEIRO, 2013). Quisemos observar se havia, na documentação remanescente do período, vestígios das diferenças atuais no sistema pronominal do português brasileiro, em particular, do subsistema em vigor em Pernambuco (*você* e *tu*).

Em termos dos resultados globais da variação entre *você* e *tu* na posição de sujeito, localizamos 578 dados na amostra de cartas em um período de 100 anos de produção escrita dos missivistas analisados. O maior número de ocorrências foi de *você* com 482 dados (83,4%), contra apenas 96 dados de *tu* (16,6%). A distribuição desses dados ao longo do tempo mostra-nos, entretanto, que a coexistência das duas estratégias de referência à segunda pessoa apresentou um comportamento diferenciado, como pode ser visto no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Distribuição de frequência de *você* e *tu* na posição de sujeito em cartas pernambucanas (1869-1969)



Fonte: as autoras.

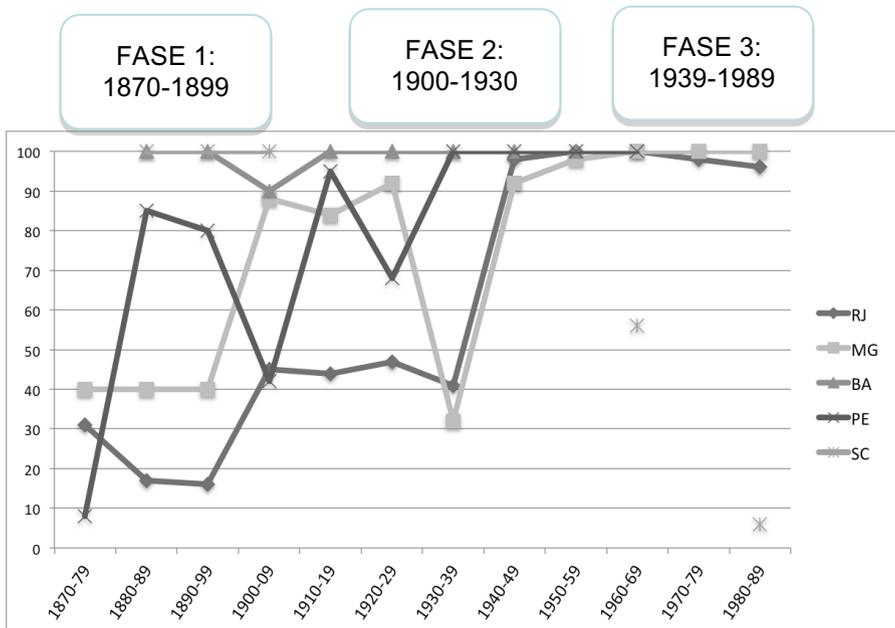
O Gráfico 1 indica o forte predomínio, nas cartas pernambucanas, da estratégia mais frequente (*você*) em vários momentos, com índices de frequência acima de 60%. Podemos perceber, entretanto, alguns aspectos interessantes das duas formas em competição ao longo do tempo:

- supremacia de *tu* (92%) em fins do século 19 (1870-79);
- predomínio de *você* entre 1880-1900;

- forte coexistência de *tu* e *você* em dois períodos da primeira metade do século 20: década de 1900-10 e décadas de 1920-29; e
- generalização de *você* a partir de 1930.

Cabe destacar que tal comportamento, observado nessa amostra de cartas pernambucanas, não difere substancialmente do que foi detectado, para o mesmo período, em outras localidades brasileiras. Quando são sobrepostas, em um único gráfico, as linhas que marcam as frequências de *você* em relação a *tu*, verificamos certa regularidade ao longo do século 20 que poderia configurar um indício de mudança por três grandes fases:

Gráfico 2 – Síntese da difusão de *você* sujeito em diferentes localidades brasileiras



Fonte: as autoras.

Embora haja diferenças regionais na difusão de *você*, percebemos uma tendência para a generalização ou ampliação do seu uso, ao longo do século 20, nos materiais analisados até aqui, referentes às regiões Sudeste (Rio de Janeiro e Minas Gerais), Nordeste (Bahia e Pernambuco) e, um pouco menos, na região Sul (Santa Catarina).<sup>9</sup>

Mesmo com taxas de frequência distintas, além de outros fatores, como a história particular de cada área, natureza da documentação e o perfil social dos missivistas, é possível delinear três grandes fases, como postulou Souza (2012):

Fase 1: 1870-1899: *tu* era mais frequente que *você*.

Fase 2: 1900-1939: *tu* e *você* em plena variação.

Fase 3: 1940-1989: Predomínio de *você* sobre *tu*.

Para compreender como se deu a difusão de *você* nas cartas pernambucasas, verificada no Gráfico 1, observaremos os fatores sociopragmáticos motivadores, tendo em vista as relações de poder e solidariedade estabelecidas e controladas com base no grau de parentesco e nos papéis sociais assumidos pelo remetente e destinatário das missivas:

---

<sup>9</sup> Esses resultados foram sintetizados por Lopes e Rumeu (2014) e apresentados no XVII Congresso da ALFAL, realizado em João Pessoa em 2014. Os resultados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro constam de Lopes, Rumeu e Carneiro (2013). Os resultados de Santa Catarina são de Souza e Coelho (2013).

Tabela 2 – Distribuição das formas de tratamento nas relações entre os informantes

Tipo de relação entre informantes		Grau de Parentesco	Você		Tu	
			Não-imperativo	Imperativo	Não-imperativo	Imperativo
Relações simétricas		Amigos	82	36	22	06
			118/146 – 80,82%		28/146 – 19,18%	
		Irmãos	21	17	--	01
			38/39 – 97,43%		01/39 – 2,57%	
Primos	14	07	--	--		
	21/21 – 100%		--			
Simétricas (casal)		Marido-mulher	01	06	01	04
			07/12 – 58,3%		05/12 – 41,7%	
Relações assimétricas	Descendentes	Mãe-filho	05	06	--	03
			11/14 – 78,57%		03/14 – 21,42%	
	Pai-filho	58	48	29	13	
		106/148 – 71,7%		42/148 – 28,3%		
	Ascendentes	Filho-mãe	97	77	12	05
			174/191 – 91%		17/191 – 9%	
Filho-pai	01	06	--	--		
	07/07 – 100%		--			
<b>TOTAL</b>		279	203	64	32	
		482/578 – 83,4%		96/578 – 16,6%		

Fonte: as autoras.

Na Tabela 2, as relações foram divididas em simétrica e assimétrica. As relações simétricas correspondem aos informantes que mantêm um contato de igualdade, como ocorre entre irmãos, primos e amigos. As relações assimétricas consistem nos contatos estabelecidos entre interlocutores que ocupam posições hierárquicas de distanciamento. As relações assimétricas descendentes ocorrem, por exemplo, de pai / mãe para filho(a); já as relações assimétricas ascendentes ocorrem, por exemplo, de filho(a) para pai / mãe.

Observando a totalidade dos dados, verificamos, como já discutido, o predomínio de *você* nas variadas relações observadas nas cartas pernambucanas (acima de 70% na maior parte delas, com exceção da relação entre marido / mulher). Essa predominância confirma que a forma inovadora *você* teve sempre um comportamento híbrido, o que pode ter facilitado sua generalização no PB. Vemos, em nossa amostra, como já foi observado em outros estudos, o termo *você* que, ora marcava mais intimidade, como a carta escrita por Izabel Maria Fragoso para a filha Maria Fragoso Orlando da Silva, em [4], ora funcionava como estratégia de respeito, como na correspondência de Waldemar de Oliveira para a sua mãe, solicitando dinheiro para a sua manutenção na Bahia, durante o curso de medicina, em [5].

[4] Minha Filha

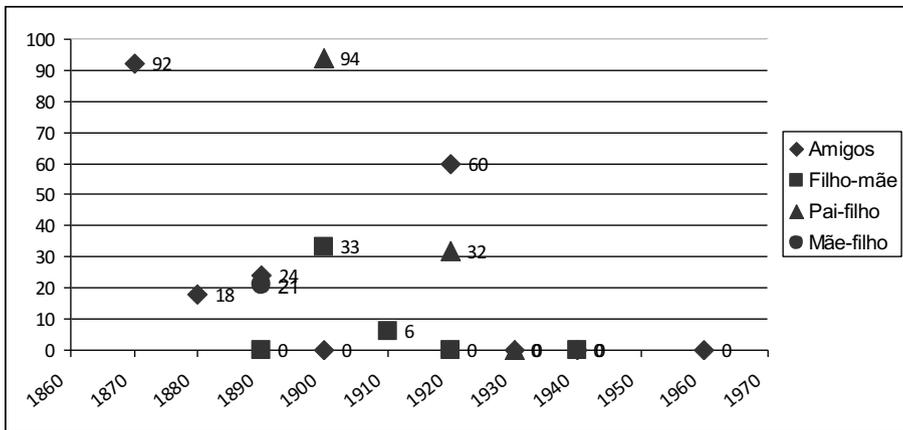
Todos os dias espero receber carta sua perguntei a Joãosinho disce elle q' *voce* a muito não escreve a elle q' já *se esqueceo* de escrever não basta o cuidado q' tenho em Eduardo. (...) (Carta AO 06, 06/09/1895) (FRAGA; GOMES, 2014).

[5] Minha querida mamãe (...) Não podia *voce* mandar me na segunda-feira, alguma cousa em carta não registrada? Seria um bom allivio para mim e estou bem certo não seria grande transtorno para *você*, pois se estivesse ahi, *você* me dando 200# diarios e 1000 semanaes, só me tinha dado 6.800, quantia inferior ao que me tem mandado. Já vê que sobre materia de dinheiro, não lhe estou dando grandes prejuisos. (...) (Carta WO 13, 23/11/1916) (SILVA; GOMES, 2014).

O emprego eventual de *tu* foi detectado nas relações assimétricas entre pais e filhos. Nas relações simétricas, *tu* ocorre, como previsto, nas relações íntimas entre amigos. Entre casais, os índices de *tu* são os mais altos da tabela (41,7%) que foram alavancados, entretanto, pela presença de formas imperativas. No que se refere aos dados de formas não imperativas, localizamos apenas um dado de *tu* e outro de *você* que serão discutidos oportunamente.

Em função de o uso variável ocorrer somente nessas relações, observaremos, no Gráfico 3, de dispersão, os índices de *tu* ao longo do tempo. Os exemplos também darão destaque à forma menos frequente, para que sejam discutidos os contextos motivadores de seu emprego em uma amostra com supremacia quase absoluta de *você*:

Gráfico 3 – Frequência de *tu* nos eixos temporal e social



Fonte: as autoras.

Os resultados do Gráfico 3 confirmam o que foi observado em outros estudos sobre as formas de tratamento de 2P (RUMEU, 2013; SOUZA, 2012). Em fins do século 19 e na primeira metade do século 20, a forma *tu* era empregada, também nas cartas pernambucanas, nas relações mais íntimas entre amigos (92%). Em [6], temos um exemplo de *tu*, utilizado em uma correspondência trocada entre amigos numa relação solidária. Trata-se de uma carta escrita por Joaquim Nabuco ao amigo Salvador, para solicitar um favor. A forma carinhosa com que o escrevente se dirige ao destinatário é marcada, desde seu início, pelo tom afetivo da saudação (*Meu caro Salvador*):

- [6] Meu caro Salvador,  
 (...) Ela é cunhada de Mistress Hallek aviuva do celebre general, e por qualquer modo *tu* saberás onde enconral-a. Na carta fallo em ti, e Ella, desejará muito

conhecer te pelo que eu lhe digo, e estou certode que será um muito agradável conhecimento para ambos. Adeus, meu caro Salvador. Cada dia mais eu te invejo – fazendo votos para que não *voltes* tão cedo á esta <↑capital>do café. (...) (Carta JN 02, 25/12/1875) (ATAÍDE; FORCIONE, 2014).

A partir de 1870, entretanto, os índices de *tu* sofreram um declínio acentuado nas cartas destinadas a amigos: 18%, em 1880; 24%, em 1890; 0%, de 1990 em diante. Em 1920, contudo, temos novamente uma esporádica ascendência de *tu* nesse tipo relação (60%).

Outro aspecto que reitera o que foi observado nos estudos sobre o tratamento no PB é a presença do *tu* nas relações assimétricas de superior / inferior (pai / filho). No Gráfico 3, observamos uma frequência alta, apenas em 1900: (94%). Em 1930, os índices de *tu* nessa relação atingem 32% apenas. O uso de *tu* nas cartas entre mãe / filho ocorreu em 1890, com 21% de frequência. Em [7], temos um dado extraído de uma correspondência de pai (José Mariano) para filha (Yayá). Trata-se de uma relação assimétrica descendente (pai / filha), mas com forte presença de marcas solidárias e de intimidade: uso de um adjetivo qualificativo (*querida*) e diminutivo (*filhinha*) na saudação; tom afetuoso e melancólico na despedida quando o pai pede por notícias (*fico triste*):

[7] Minha querida filhinha Yayá.

(...) Vi portanto *porque saudaste* essa *que* não chegou aqui. Já estou inteiramente bom. Foi bom que me *mandasses* o retalho d'A concentração que é *para* eu mandar um cartão de felicitações ao [inint.] e não sahir em falta maior. Eu devia ter telegraphado mas passou-me a data. Não *deixes* de me escrever sempre. Fico triste quando chega um vapor e não me traz noticias dahi. (...) (Carta JM 04, 13/07/1900) (GOMES, 2014).

Nas relações assimétricas de inferior / superior, houve menor presença de *tu* como era esperado. No Gráfico 3, vemos, na década de 1900, 33% de *tu* em cartas de filho para mãe. Em [8], Mário Sette se

dirige a sua mãe com formas do paradigma de *tu* (*podes*), dando notícias sobre as reconciliações familiares depois de um desentendimento entre os membros de duas famílias. Em [9], apesar do tom afetivo e íntimo, o estudante de medicina Waldemar de Oliveira emprega *você* para tratar sua mãe:

[8] Minha adorada mãe.

Abençoe a mim e a Maria Laura. Até a presente data ainda não recebi uma carta escripta por ti, felicidade que anciosamente aguardo, como bem *podes* calcular. (...) (Carta MS 01, 16/11/1905) (FALCÃO; GOMES, 2014).

[9] Minha Querida Mamãe Como *tem* passado? Eu sahi doente, ás 11 horas hontem Porque *você* não veio a Communhão hontem? (Carta WO 01, 14/10/1907) (SILVA; GOMES, 2014).

A partir das décadas de 1930-40, a presença de *tu* tornou-se bastante rara ou quase inexistente nas cartas pernambucanas. Fica evidente que houve, desde então, uma mudança de comportamento com a difusão de *você* nos contextos discursivo-funcionais mais típicos do íntimo *tu*.

Cabe ainda comentar, por fim, aspectos relacionados à atuação conjunta desses diversos fatores discutidos: o papel social, o valor discursivo-pragmático variável das formas de tratamento e a interferência do subgênero da carta nos resultados observados.

Embora tenhamos observado nas cartas pessoais analisadas uma elevada simetria no tratamento, justificada pelo alto grau de escolarização dos missivistas estudados, foi possível detectar o emprego, ora de *tu*, ora de *você*, em cartas diferentes, mas escritas pelo mesmo missivista a um único destinatário. Trata-se de duas cartas trocadas por um casal. Como pode ser visto em [10] e [11], o conteúdo da carta definiu, com base na sua temática, o emprego de um tratamento mais íntimo (formas do paradigma de *tu*) ou menos íntimo (predomínio de formas do paradigma de *você*). As duas cartas amorosas foram enviadas por Arthur Orlando à esposa, Maria Fragoso Orlando da Silva. A

primeira carta, escrita em 1908, em [10], traz declarações amorosas e íntimas do casal; a segunda, também escrita em 1908, em [11], trata da compra de um imóvel.

[10] Recife, 2 de Novembro de 1908

[...] Não **tenhas** medo, minha febre não é paludismo, é loucura **por ti**. Vem ver-me e olhar muito para mim. Não **te esqueças** de que é com as linhas de **teus** braços e com a cor de **teus** olhos que minha alma vai todos os dias desenhando o seu ideal. Arthur Orlando (Carta AO 16, 02/11/1908) (FRAGA; GOMES, 2014).

[11] Recife, 5 de 9<sup>bro</sup> de 1908

Minha Babona

Fui à Varzea e lá encontrei uma casa, no pateo das Igrejas, com jardim ao lado, grande sitio e abacateiros e laranjeiras e cajueiros e figueiras e videiras, e groselheiras, e videiras e grande cosinha com grande fogão de ferro, tanque, latrina, tudo por 100 *Réis*, garantindo por 3 mezes, ao todo, por tanto, 300 *Réis*. **Que acha?** É preciso decidir quanto antes. **Não se esqueça** de mandar-me os meus Novos Ensaios. [...] Venha Babona. De **teu** velho babão. (Carta AO 17, 05/11/1908) (FRAGA; GOMES, 2014).

Em [10], o emprego exclusivo do *tu* condiz com o propósito comunicativo de expressar o afeto e a relação íntima do casal. Já em [11], as formas verbais em terceira pessoa (*Que acha? Não se esqueça*) remetem à interlocutora em segunda pessoa. Prevalece, nesse exemplo, o comunicado sobre a compra de uma casa, portanto, uma temática de menor intimidade. As expressões de proximidade e emotividade ficam evidenciadas no vocativo e na assinatura, com os pseudônimos “Minha Babona” e “De teu velho babão”. Vale destacar a única ocorrência do possessivo “teu” do paradigma original de 2P em uma correspondência de construção exclusiva com formas do paradigma de *você*. Esse emprego tem uma explicação pragmática, uma vez que denota uma proximidade afetiva entre os interlocutores.

Em suma, apesar de a forma *você* ter sido majoritária nas diferentes relações sociais ao longo do tempo, verificamos algumas fases em que a variação entre *você* e *tu* imperou nas cartas pernambucanas: fins do século 19 (1870) e início do século 20 (1900-1910). O emprego de *tu* era sociopragmaticamente motivado, ocorrendo, nas cartas pernambucanas, eventualmente, nas relações assimétricas descendentes, mas solidárias. Nas relações simétricas entre amigos, tal uso também se fez presente apenas nas últimas décadas do século 19 (1870-1899) e nos anos de 1920 quando o pronome *tu* perdeu efetivamente espaço para *você*.

## 6 Considerações finais

Com o propósito de adicionar os resultados obtidos na amostra de cartas pernambucanas dos séculos 19 e 20 aos demais estudos desenvolvidos por outras equipes brasileiras, esta pesquisa sócio-histórica visa contribuir com o entendimento da configuração do sistema pronominal do português brasileiro. Desse modo, retomamos os pontos norteadores iniciais.

O conceito de Tradição Discursiva mostrou-se relevante na explicação das mudanças ocorridas no sistema de tratamento pronominal do português brasileiro. O gênero “carta pessoal” apresenta repetição de fórmulas típicas em sua composição que retêm a usos pertencentes à natureza do texto. Algumas partes constitutivas das cartas favoreceram a permanência de formas tratamentais menos inovadoras (a abertura, a captação da benevolência, a despedida, por exemplo) e outras possibilitam mais a inserção de formas mais inovadoras (o corpo do texto). Assim, a carta configura-se como um documento propício para os estudos diacrônicos, em virtude da circunstância espontânea de comunicação verbal, mas conserva fórmulas fixas que precisam ser controladas para não interferir em pesquisas que buscam as normas de uso da língua no curso da história.

Além das partes constitutivas, os subgêneros da carta (familiar, pessoal e amorosa) revelam graus diferenciados de intimidade, confiança e emocionalidade que, conseqüentemente, interferem na escolha

tratamental entre os interlocutores, favorecendo os contextos de variação entre as formas relacionadas ao paradigma de *você* e *tu*. A metodologia aplicada possibilitou identificar as formas tratamentais empregadas nos documentos pernambucanos, correlacionar com o resultado de outros estados do Nordeste, Sudeste e Sul e verificar as motivações dos usos vinculados às tradições do texto, aos fatores pragmáticos e aos indícios da norma linguística da época.

O traçado do perfil tratamental nas correspondências de Pernambuco possibilitou verificar que as formas oriundas de sintagmas nominais (*Vossa Mercê* e *O/A Senhor/a*), cuja incidência foi bastante reduzida dentro do nosso recorte temporal e documental, tiveram motivações de ordem pragmática e da natureza do texto.

Na análise da variação entre *tu* e *você* na posição de sujeito, foi possível detectar particularidades das fontes documentais pernambucanas: predomínio de *você*, com usos bastante episódicos de *tu* na primeira metade do século 20. Os períodos pontuais de variação, entretanto, demonstraram que, também nas cartas pernambucanas, o pronome *tu* já foi empregado para relações bastante íntimas entre casais e nas relações assimétricas. Tais resultados não contradizem, assim, o que se tem observado em amostras de sincronias passadas de outras partes do Brasil estudadas. O estudo mostrou que houve nitidamente uma generalização de *você* nos diferentes tipos de relação, confirmando o seu caráter *polifuncional* encontrado desde o século 19. A forma inovadora de 2P se firmou, desde o início do século 20, como estratégia neutra para qualquer situação, acompanhando as mudanças nas relações sociais.

Outras amostras documentais e outras reflexões precisam complementar os resultados aqui apresentados, mas esperamos que os fatores extralinguísticos aqui analisados e discutidos possam contribuir para os estudos acerca da variação e da mudança do português brasileiro, no que diz respeito às formas tratamentais.

## 7 Referências

ATAÍDE, C.; FORCIONI, D. *Cartas Pessoais do século XIX – Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010. Cartas: JN 2.

- ATAÍDE, C.; GOMES, V. S. *Cartas Particulares – Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB /PE, 2014, Carta: JN 14
- BARCIA, L. R. *As formas de tratamento em cartas de leitores oitocentistas: peculiaridades do gênero e reflexos da mudança pronominal*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEEK, T. A. *Style in Language*. Cambridge, MA: MIT Press, 1960. p. 253-276.
- BROWN, L.; LEVINSON, S. *Politeness: some universal in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CONDE-SILVESTRE, J. C. *Sociolinguística histórica*. Madrid: Gredos, 2007.
- FALCÃO, S. C. L.; GOMES, V. S. *Cartas pessoais – Recife, Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB/PE, 2014. Carta MS 01.
- FRAGA, I. P. de; GOMES, V. S. *Cartas pessoais – Recife, Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB/PE, 2014. Cartas: AO 6; AO 16; AO 17.
- GOFFMAN, E. A elaboração da face – uma análise dos elementos rituais da interação social. In: FIGUEIRA, S. (Org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.
- HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE-SILVESTRE, J. C. *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Oxford, Wiley-Blackwell, 2012. p. 63-79. <<http://dx.doi.org/10.1002/9781118257227>>
- GOMES, V. S. *Cartas pessoais – Recife, Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB/PE, 2014. Cartas: JM 01; JM 04.
- KABATEK, J. Tradiciones discursivas y cambio linguistic. In: CIAPUSCIO, G.; JUNGBLUTH, K.; KAISER, D.; LOPES, C. R. S. (Ed.). *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas em Latinoamérica*. Iberoamericana, Vervuert, 2006, p. 151-172.

KOCH, P.; OESTERREICHER, W. Oralidade y escrituralidad a luz de la Teoria del Lenguage. In: \_\_\_\_\_. *Lengua Hablada en La Romania: español, francés, italiano*. Madrid; Editorial Gredos, 2007, p. 20-42.

KOCH, Peter. Tradiciones Discursivas y Cambio Linguístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced en español. In: KABATEK, Johannes (Ed.) *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid / Frankfurt: Iberoamericana / Vervuert (Linguística Iberoamericana 31), 2008. p. 53-88.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LOPES, C. R. dos S. Mudança gramatical do ponto de vista funcionalista: o capítulo dos pronomes. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 8, Natal. 30 jan.-2 fev. 2013. *Anais...* Mesa-redonda 16. História do Português Brasileiro, Natal, RN, 2013.

\_\_\_\_\_. Tradição discursiva e mudança no sistema de tratamento do português brasileiro: definindo perfis comportamentais no início do século XX. *Alfa*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 361-392, 2011.

LOPES, C. R. dos S.; CAVALCANTE, S. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Revista Linguística*, Madrid, v. 25, p. 30-65, 2011.

LOPES, C. R. dos S.; DUARTE, M. E. L. De “Vossa Mercê” a “Você”: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, S. F.; MOTA, M. A. (Org.). *Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: In-fólio, 2003. p. 61-76.

LOPES, C. R. dos S.; RUMEU, M. C. de B.; CARNEIRO, Z. de O. N. A configuração diatópica-diacrônica do sistema de tratamento do português brasileiro. *Revista do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste*, v. 15, n. 1/2, p. 187-212, 2013.

LOPES, C.R. dos S. e RUMEU, M.C. A entrada de *você* e a correlação entre sujeito e outras funções no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. In:

CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALFAL, 27, João Pessoa. 14 a 19 jul. 2014. *Anais...*, João Pessoa, 2014.

MAIA, C. Linguística histórica e Filologia. In: LOBO, Tânia *et. al.* (Org.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012.

RUMEU, M. C. de B. *Língua e sociedade: a história do pronome “você” no português brasileiro*. Rio de Janeiro: Ítaca, 2013.

\_\_\_\_\_. *A implementação do ‘você’ no português brasileiro oitocentista e novecentista: um estudo de painel*. 2008. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. *Para uma História do Português no Brasil: Formas Pronominais e Nominiais de Tratamento em Cartas Setecentistas e Oitocentistas*. 2004. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, A. S. e; GOMES, V. S. *Cartas pessoais – Recife, Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB/PE, 2014. Cartas: WO 01; WO 13.

SOUZA, J. P. F. de. *Mapeando a entrada do você no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX-XX*. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, C. M. N. de; COELHO, I. L. O sistema de tratamento em Santa Catarina: uma análise de cartas pessoais dos séculos XIX E XX. *Revista do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste*, v. 15, n. 1/2, p. 213-244, 2013.

TRAVASSOS, T.; GOMES, V. S. *Cartas pessoais – Recife, Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB/PE, 2014. Carta GF 09.





# A identidade religiosa na antroponímia de Marechal Cândido Rondon

## *Religious identity on Marechal Cândido Rondon anthroponymy*

Márcia Sipavicius Seide

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) *campi* Marechal Cândido Rondon e Cascavel, Paraná, Brasil.

marciaseda4@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo investiga a escolha de nomes por motivação religiosa em Marechal Cândido Rondon, município situado no oeste do estado do Paraná, com base em três *corpora*, um de 2012, coletado de relatos de alunos do 2º ano de Letras; outro de 2013, de questionários aplicados a alunos do 4º ano de Letras; e uma amostra de certidões de nascimento – 500 nomes, no total, cobrindo o período de 1961 a 2001. A pesquisa tem como pressupostos que os nomes próprios são caracterizados por apresentar lema e função de nome próprio (LANGENDONCK, 2007) e serem resultado de uma escolha consciente por parte do designador da qual resulta um fato onomástico cuja análise requer estudos interdisciplinares. Os resultados mostram uma diminuição da escolha de nomes por motivo religioso, a qual não está relacionada a uma diminuição na religiosidade, mas, sim, a mudanças no conceito de identidade religiosa.

**Palavras-chave:** Onomástica; antroponímia; identidade religiosa.

**Abstract:** This paper investigates proper name's choice for religious motives in Marechal Cândido Rondon, a city located on the West side of the state of Paraná in the South of Brazil. This research is based on three corpora: one collected in 2012 from reports of 2<sup>nd</sup>-year students of Letters; another collected in 2013 from questionnaires given to 4<sup>th</sup>-year students of Letters; and a sample of 500 birth certificates from 1960 to 2000. The article assumes the point of view that anthroponymy is characterized by presenting lemma and function for the first name's choice (LANGENDONCK, 2007); therefore naming is a result

of a conscious choice by the designator, which generates an onomastic fact that requires interdisciplinary studies to be analyzed. The results show a reduction on choices of names for religious motives, and also that this is not related to a decrease in religiosity, but rather to changes in religious identity conception.

**Keywords:** Onomastics; anthroponymy; religious identity.

Recebido em: 15 de outubro de 2014.

Aprovado em: 25 de maio de 2015.

## 1 Introdução

A pesquisa descrita ao longo deste artigo se inscreve na Onomástica, área da Linguística que se dedica ao estudo dos nomes próprios. Uma de suas áreas de estudo é a Antroponomástica, voltada ao estudo dos nomes próprios de pessoas, os antropônimos. Um dos artigos mais antigos sobre antropônimos a que se tem acesso pelo Portal de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) foi publicado em 1930. Trata-se de uma investigação sobre a escolha de nomes próprios para os filhos numa comunidade negra de uma região dos Estados Unidos (HOLMES, 1930). Em seu artigo, Holmes cita uma tese de doutorado defendida em 1927. (MICHAELSSON, 1927 *apud* HOLMES, 1930 p.464). Outro marco de início da área é a publicação de Dalzat *Les mons de personnes: origine et évolution*, em 1925, citada em um texto que historiza o International Council of Onomastics Sciences (DE STEFANI, 2014, s/p).

Em língua portuguesa, o estudo dos nomes próprios de pessoa começou por iniciativa de Leite de Vasconcelos “quem, pela primeira vez, em 1887, empregou o termo <<Antroponímia>>” (DICK, 1992, p. 179) para se referir ao conjunto de antropônimos, isto é, nomes próprios de pessoa.

A investigação ora apresentada se inscreve na Antroponomástica; utiliza metodologias qualitativas de pesquisa e adota uma perspectiva interdisciplinar, haja vista que a investigação apresentada, ao relacionar os estudos sobre religião, religiosidade e identidade aos estudos sobre

motivações para a escolha antroponímica instaura “um <<segundo nível>> de colaboração entre disciplinas diversas, ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência que conduz a interações propriamente ditas, isto é, certa reciprocidade dentro das trocas, de maneira que aí haja um total enriquecimento mútuo” (ALVARENGA *et. al.* 2011, p. 36-37).

Contudo, considerando a diferença existente entre disciplinas-meio e a disciplina-fim em Onomástica, o fim das investigações concerne ao nome próprio. Para se entender o fenômeno onomástico, porém, não é suficiente proceder à descrição linguística, são necessárias contribuições de outras áreas do conhecimento, como a História, a Geografia, a Sociologia e a Antropologia, entre outras. Em cada uma dessas áreas, pode haver estudiosos que estudam os nomes próprios, porém, não como um fim, mas, sim, como um meio pelo qual se consegue investigar melhor outro objeto de estudo. Sabe-se, por exemplo, que muitos antropólogos se dedicam ao estudo do nome próprio como um meio para conhecer melhor certas características de um dado grupo social.

O presente artigo tem por escopo estudar a escolha de nomes próprios de pessoa (os antropônimos) por motivação religiosa em Marechal Cândido Rondon, município situado no oeste do estado do Paraná, e investigar se os fatos antroponímicos observados estão relacionados a mudanças ocorridas no âmbito religioso tanto no nível nacional, quanto no nível regional. Não se trata, contudo, de estudar o fato linguístico como indício de mudanças no âmbito religioso, sendo essas objeto de estudo do antropólogo e do teólogo.

Há antropônimos cujo significado remete diretamente à religião. Nomes como *Maria*, *José*, *Jesus* e *Mateus* são nomes com conotação religiosa. *Maria de Lourdes* é um nome duplo que aponta para a tradição católica de se escolher um nome segundo o calendário litúrgico, caso a pessoa chamada *Maria de Lourdes* tenha nascido no dia da santa, 11 de fevereiro, e a pessoa que assim designou a recém-nata o tenha escolhido para prestar homenagem à santa do dia.

Se bem que o caráter religioso desses nomes esteja relacionado aos significados que os nomes apresentam no contexto cristão e católico do qual o Brasil faz parte, não há nada que garanta que uma pessoa

chamada *José* o seja em decorrência de uma escolha motivada pela religião, pois o significado do nome pode ser divergente da motivação pragmática que resultou na escolha antroponímica. Percebe-se, pelo exemplo dado, a diferença existente entre o estudo do significado do nome e a investigação dos motivos que resultaram na escolha de um nome para designar um indivíduo.

Langendonck distingue o estudo do significado etimológico de um nome próprio do estudo de seus usos para dar conta tanto de usos que transformam um nome próprio em nome comum quanto de usos que transformam nomes comuns em nomes próprios (LANGENDONCK, 2007, p. 7-9, 84-102). Assim, por exemplo, os nomes próprios Tânia e Tatiane, analisados como lema, são nomes russos, o segundo uma forma diminutiva do primeiro. Se o que se leva em consideração é a função nome próprio, o nome Tânia apresenta função de nome próprio na frase “Eu vi a Tânia hoje”, mas não na frase: “Conheço muitas Tânicas” que, no caso, significa que o enunciador conhece muitas pessoas chamadas Tânia, não havendo a referencialidade unívoca que caracteriza a função de nome próprio. Em palavras homônimas podem ser encontrados exemplos de que um mesmo nome pode ou não ser usado em função de nome próprio: a palavra “rosa” é nome comum se designa nome de flor, e um nome comum em função de nome próprio quando é usado para fazer referência a uma mulher.

O lema de um nome próprio, por sua vez, pode ou não ser levado em conta por aquele que escolhe o nome próprio para nomear outrem. Exemplificando a primeira alternativa, pode-se imaginar o caso hipotético de uma moça que se chama *Rosa* porque seu pai o escolheu por achar a filha parecida com uma rosa. Ilustrando a segunda alternativa, a moça chamada *Rosa* foi assim chamada por seu pai querer homenagear outra pessoa chamada *Rosa*.

Com base nas distinções entre lema de nome próprio, função de nome próprio e motivação para a escolha antroponímica, entende-se melhor o objeto de estudo da pesquisa ora apresentada: se os nomes próprios que apresentam lema religioso, apresentam motivação religiosa, isto é, se foram escolhidos pelos pais em virtude de seu lema. Tratando dessa questão, nesse artigo, são apresentados resultados de um estudo que investigou quantos nomes pretensamente religiosos têm sido

escolhidos em Marechal Cândido Rondon, e se esses nomes resultam de uma motivação religiosa por parte de quem os escolheu.

A investigação está respaldada por dados oriundos de três fontes: *corpus* formado por certidões de nascimento de pessoas nascidas no município de 1961 a 2001 (500 registros), *corpus* formado por relatos narrativos escritos por acadêmicos do segundo ano curso de Letras da Unioeste de Marechal Cândido Rondon (23 relatos escritos em 2012) e *corpus* formado por questionários respondidos por acadêmicos do quarto ano do curso de Letras da mesma universidade (19 questionários preenchidos em 2013). Cumpre informar que a população atual do município, segundo o último IBGE publicado, é de 50.229 munícipes (IBGE, 2010). Nas análises baseadas nos dados do IBGE, apresentam-se os dados por percentuais e não pelo número de pessoas entrevistadas, procedimento que torna comparáveis os dados ao longo do eixo cronológico, não obstante a evolução populacional do município.

Numa primeira etapa, foram selecionados nomes que apresentam lema religioso nos *corpora* de 2012 e 2013. Na segunda etapa, foi analisado o significado etimológico e / ou enciclopédico dos lemas segundo informações do dicionário onomástico de Guérios (1981). Na sequência, foi investigada a utilização deste elenco de nomes num *corpus* mais amplo formado por 500 certidões de nascimento. Então, as motivações citadas nos relatos de 2012 e nos questionários de 2013, para os nomes que apresentam lema religioso foram analisados. Por fim, pesquisas e análises oriundas de outros campos do conhecimento foram utilizadas para melhor entendimento dos resultados obtidos. Nesta última etapa investigativa, foram utilizados os censos de 1960 e de 2010 publicados pelo IBGE, pesquisas realizadas por um padre católico (ANTONIAZI, 2004) e as desenvolvidas por um antropólogo (BRANDÃO, 2004), além dos estudos de Hall sobre o descentramento da identidade (HALL, 2006).

## **2 Nomes próprios que apresentam lema religioso**

Os dados mais recentes foram coletados em 2013, mediante questionários aplicados aos alunos do quarto ano de Letras. Para a

análise, levou-se em consideração o significado etimológico e se os nomes estavam relacionados ao cristianismo. Ao todo, foram coletados dezoito questionários, cada um trazendo informações que o portador do nome sabia sobre o seu próprio nome. Do elenco de 18 nomes, todos femininos, 7 apresentam lemas religiosos: *Aline Cristina*, nascida em 1993; *Andreia Regina*, nascida em 1987; *Daiane Maria*, nascida em 1990; *Fernanda Maria*, nascida em 1985; *Gabriela Cristina*, nascida em 1988; *Lucimara Teresinha*, nascida em 1992 e *Mariana*, nascida em 1988.

A conotação religiosa desses lemas é atestada por Guérios, de seu dicionário de nomes e sobrenomes (1981) e / ou pelo conhecimento socialmente compartilhado sobre a Bíblia e o cristianismo. O nome *Cristina* provém do diminutivo latino *Christinus* (GUÉRIOS, 1981, p. 97), isto é, relativo a Cristo. O nome *Teresinha* remete à Santa Teresinha de Jesus, nascida em 1873 e falecida em 1897 (GUÉRIOS, 1981, p. 236). Guérios não aponta um só étimo para explicar a origem do nome *Maria* (GUÉRIOS, 1981, p.171), contudo, é notório que esse nome remete ao nome da mãe de Jesus Cristo; com relação ao nome *Mariana*, afirma ele que se trata de um nome composto, formado pela união dos nomes Maria e Ana (GUÉRIOS, 1981, p. 171). *Regina*, por fim, vem da palavra latina *regina*, que significa rainha, e é utilizado para referir-se à Nossa Senhora (GUÉRIOS, 1981, p. 210).

Outro *corpus* foi formado por narrativas pessoais escritas por acadêmicos do segundo ano de Letras, em 2012. Nessas narrativas, os portadores dos nomes contam o que eles acreditam serem as motivações para a escolha de seus nomes. Do elenco de 23 nomes, 8 remetem ao cristianismo, são eles: *Ana Paula*, nascida em 1985; *Paula*, nascida em 1991; *Chrystine*, nascida em 1992; *Michele Cristina*, nascida em 1989; *Lygia Cristina*, nascida em 1982; *Pâmela Cristina*, nascida em 1993; *José Valdiney*, nascido em 1980; e *Rosane de Fátima*, nascida em 1992.

Enquanto *José* tem conotação religiosa, por remeter ao pai de Jesus Cristo, *Paula* apresenta lema religioso por remeter ao apóstolo *Paulo* e *Ana*, por ser o nome da mãe de Maria de Nazaré, canonizada como Santa Ana. O nome *Fátima*, se bem seja etimologicamente um nome árabe, segundo Guérios, teve sua popularidade devida “às

aparições de Nossa Senhora do Rosário (1917) na localidade Fátima, em Portugal (Nossa Senhora de Fátima)” (GUÉRIOS, 1981, p. 118).

A verificação dos nomes ora elencados no *corpus* mais amplo, formado por certidões de nascimento dos anos de 1961 a 2001, totalizando 500 nomes de recém-natos, fornece indícios sobre a frequência de utilização desses nomes ao longo do tempo na região. Ressalve-se, porém, que nem todos os alunos consultados são naturais de Marechal Cândido Rondon, fato que explica a ausência de alguns nomes no *corpus* formado por amostragem de certidões de nascimento. A Tabela 1 a seguir informa a frequência dos nomes, as décadas em que foram registrados e seu estatuto no sintagma formado pelo nome próprio completo, isto é, se o nome é prenome único (n.u.) , primeiro nome (n.1) ou segundo nome (n.2). Cumpre esclarecer que as variantes gráficas foram lematizadas segundo a forma padrão, tendo em vista que, conforme relata a portadora do nome, *Crystine* é uma variante de Cristina.

Tabela 1 – Frequência dos lemas religiosos no *corpus* de Marechal Cândido Rondon

Nome	1961	1971	1981	1991	2001
Ana	Zero	zero	2 (n1)	Zero	3 (n1)
Paula	Zero	zero	1 (n1) 1 (n2)	1 (n1)	Zero
Cristina	Zero	zero	1(n1) 5 (n2)	6 (n2)	2 (n 2)
Fátima	Zero	zero	Zero	Zero	Zero
Maria	6 (n1) 3 (n2)	2 (n1) 2 (n2)	1 (n2)	Zero	1 (n1); 3 (n2)
Mariana	Zero	zero	Zero	Zero	Zero
Teresinha	1 (n2)	2 (n2)	Zero	1 (n2)	Zero
José	1(n1) 2 (n2)	2 (n1)	Zero	1 (n2)	Zero

Fonte: a autora.

Os dados do *corpus* de Marechal Cândido Rondon dão indícios da utilização de cada nome no município. O nome *Paula* é o menos utilizado de todos, o foi por apenas duas décadas. O nome *Ana* foi mais utilizado, e, assim como *Paula*, em décadas alternadas. O nome *Teresinha* também foi pouco utilizado, tendo sido registrado apenas nas décadas de 60 e 70 do século passado. O nome *Cristina*, por sua vez, teve seu auge em 1981 e 1991, indicando ter sido adotado por modismo.

O nome *Maria* destaca-se: só não foi usado na década de 90 do século passado, indicando ser este um nome tradicional na região. O nome *José*, por sua vez, por ter sido utilizado por três décadas é, na região, menos tradicional que *Maria*.

É importante observar que há bastante correlação entre os nomes dos alunos e os nomes coletados por amostragem de certidões de nascimento. Dos doze nomes de alunos analisados poucos não apresentam correspondência com os dados coletados em cartórios. Todas as ocorrências de *Cristina* nos *corpora* acadêmicos são de pessoas nascidas nas décadas de 1980 e 1990, as mesmas em que houve utilização desse prenome no *corpus* de Marechal Cândido Rondon. Mesmo para *Paula*, nome pouco utilizado, houve corroboração, já que as alunas chamadas *Paula* nasceram na década de 90 quando também houve registro desse prenome nas certidões de nascimento. Isso não ocorreu com os prenomes *José* e *Teresinha*, cujos portadores nasceram em décadas nas quais não houve registro de seu uso na amostragem de certidões. Outra discrepância é a ausência, no *corpus* mais amplo, dos nomes *Mariana* e *Fátima*. Percebe-se, assim, que os nomes dos alunos, quase sempre, são nomes em uso no município, o que evidencia não só a representatividade da amostragem de certidões mas também a possibilidade de, com base nos dados coletados no meio acadêmico, se fazer generalizações sobre a antroponímia da região.

Considerando a totalidade dos nomes de alunos que apresentam lema religioso e comparando-se os números de ocorrência dos mesmos nomes no *corpus* de Marechal Cândido Rondon, percebe-se uma tendência de manutenção da frequência de nomes com conotação religiosa: no *corpus* do município, esses nomes correspondem a 34,% do total; nos *corpora* de 2012 e 2013, a média de utilização foi de 30,25% (34,8% em 2012 e 25,71% em 2013).

Será que esta continuidade de utilização indica uma manutenção na religiosidade daqueles que escolheram os nomes dos alunos pesquisados, marcando isso um sinal de conservadorismo? Será que o significado etimológico de um nome pode trazer informações sobre a motivação que levou à sua escolha? Ou, em outras palavras, será que um nome que apresenta lema religioso é escolhido, em detrimento de outros, por ser religioso? Na seção seguinte, apresentam-se os dados relativos às

motivações citadas pelos portadores para explicar a escolha do nome por parte dos pais.

### **3 Motivações para a escolha de nomes próprios pretensamente religiosos**

A análise dos relatos dos portadores dos nomes, ao contrário daquilo que a análise dos lemas indica, demonstrou que houve escolha de lemas religiosos por outros motivos. Por exemplo, o nome *Crystine*, variante de *Cristina*, foi escolhido por motivações estéticas, pois, conforme afirma a portadora, o pai escolheu esse prenome “por causa da sonoridade “ist” e “Crist” que, para ele, é uma composição de sons chamativa”.<sup>1</sup>

Em seu relato, *Michele Cristina* não informa nenhuma motivação para a escolha do segundo nome. Ela comenta somente sobre o seu primeiro nome, o que pode ser um indício de que apenas esse seja utilizado. O mesmo ocorreu no relato de *Pâmela Cristina*.

*Lygia Cristina*, ao contrário, conta que seu segundo nome foi escolhido por haver uma “tradição de família, na qual a primeira filha deveria ter Cristina no nome”. Ela disse que a tradição foi estabelecida por sua avó chamada *Erna Cristina* (provavelmente nascida no Rio Grande do Sul, tendo em vista a história de colonização da região) “por pedido ou ordem, todos os filhos cumpriram a tradição”.

A homenagem familiar foi também a motivação que levou à escolha do nome *José* como segundo nome: “José foi dado para homenagear meu pai – José (...)–, que o recebeu para homenagear São José.” Interessante notar que o nome do homenageado, mas não do portador, é que foi escolhido por motivo religioso, dado cuja análise será feita na seção seguinte. Outra homenagem familiar ocorreu na escolha do nome *Paula* e para a escolha de *Paula* como segundo nome, de acordo com a portadora do nome *Ana Paula*.

No *corpus* de 2012, apenas dois nomes foram realmente escolhidos por motivação religiosa. Conforme relato da portadora do nome *Rosane de Fátima*, “minha mãe acrescentou o nome do meio – *de*

---

<sup>1</sup> Para manter o anonimato dos sujeitos não serão feitas referências bibliográficas dos relatos, para não informar o nome completo das pessoas citadas.

*Fátima* – porque nasci no dia 13 de maio, dia de nossa Senhora de Fátima”. A escolha do nome *Ana* também foi norteadada por motivos religiosos. A portadora do nome conta que ele foi escolhido por sua tia, após saber que “a mãe de Maria, avó de Jesus, tinha o nome de Ana”.

Nos questionários coletados em 2013, observaram-se os mesmos fenômenos ora descritos. Nome com lema religioso na segunda posição não foi comentado nem por *Andréia Regina*, nem por *Daiane Maria*, nem por *Gabriela Cristina*. Há também registro de escolha por motivo estético. *Lucimara Terezinha* informa no questionário: “meus pais contam que o meu nome e dos meus irmãos foi escolhido porque acharam o nome bonito”; *Mariana* diz apenas que o seu nome foi escolhido por a mãe dela gostar do nome desde que ela era adolescente. Também houve uso de segundo nome de lema religioso para homenagear familiares. *Aline Cristina* conta que o segundo nome foi escolhido por ser o nome de sua mãe; *Fernanda Maria* informa que seu nome faz homenagem aos avós maternos, *Ferdinando* e *Maria*.

Com relação ao nome *Maria*, é digno de nota ele fazer parte de nomes duplos em todas as ocorrências de todos os *corpora*. Esse uso remete à crença de que seria desrespeitoso chamar alguém utilizando apenas o nome da mãe de Jesus, tabu que se resolvia pela escolha de nomes compostos como *Maria Rosa*, *Maria Antônia*, *Maria da Conceição*, etc. (DICK 1992, p. 194). Nota-se, contudo, uma diferença entre usos: enquanto o uso tradicional tornava o nome *Maria* um primeiro nome, nos usos de 2013, o nome *Maria* ocupa a segunda posição, e nenhum deles foi escolhido por motivação religiosa.

Os resultados obtidos pela análise das motivações dos nomes que apresentam lema religioso mostram que, dos 15 nomes supostamente religiosos, apenas dois foram escolhidos em virtude do significado de seu lema. Esse fenômeno pode ser datado, conforme a data de nascimento dos portadores, como tendo início na década de 1980 e se acentuando a partir de 1990.

A seção seguinte propõe uma hipótese explicativa para o fato antroponomástico do desuso de escolha antroponímica por motivo religioso, bem como investiga a identidade religiosa.

#### **4 Nome, Identidade e Identidade religiosa**

Escolher um nome para um filho sinaliza um desejo de identidade para o recém-nato. Assim, a escolha de um nome frequente numa dada comunidade pode sinalizar o desejo dos pais de inserir o filho nessa comunidade, o que pressupõe certo compartilhamento de valores. Numa família na qual os pais são migrantes num país estrangeiro, pode haver a escolha de um nome comum na comunidade de origem dos pais, atitude que indicaria uma identificação com a cultura e os valores dos pais; ou, então, pode ser dada preferência por um nome bem aceito no país que recebeu a família. Também pode haver escolha de nomes neutros, universais ou cosmopolitas, que possam pertencer a ambas as culturas; ou mesmo a escolha de dois nomes: um referendando a cultura de chegada, e outro, a cultura de partida.

Essa relação entre a escolha do antropônimo e a identidade desejada pelos pais foi mostrada pela pesquisadora sueca Emilia Aldrin (2007), assim como outros autores. A autora fez uma enquete com pais de crianças nascidas em Gothenburg, na Suécia, entre maio e junho de 2007. As famílias responderam a um questionário enviado pelo correio pela pesquisadora. Elas foram divididas em dois conjuntos: um formado por famílias monolíngues e suecas; outro formado por famílias multilíngues, nas quais um ou ambos os pais falavam, pelo menos, outra língua além do sueco, tendo um ou ambos nascido em outro país. Com relação às famílias multilíngues, 68% delas escolheram nomes considerados normais para os suecos e as demais escolheram nomes vistos, pelos suecos, como estrangeiros (ALDRIN, 2007, p. 4).

Enquanto a primeira escolha sinaliza a intenção de integrar o filho na cultura local, a segunda sinaliza a intenção ou de se manter fiel às culturas de origem, ou de atribuir ao filho uma identidade cosmopolita, nos casos em que o nome escolhido tampouco era típico dos países de origem dos pais. Como aponta Aldrin:

Diferentes escolhas de nomes podem significar a construção de identidades étnicas diferentes para a

criança. Mediante a escolha de um nome tipicamente sueco, ou um nome que é típico de outra cultura, ou um nome que é comum a ambas as culturas, ou um nome que não é comum a em nenhuma delas, os pais estabelecem uma base pela qual a criança irá perceber-se a si mesma: como essencialmente sueca, como essencialmente “estrangeira”, ou como nenhuma delas. O nome é também um sinal para os outros sobre quem a criança é, em termos de identidade étnica e de filiação a um grupo étnico. (ALDRIN, 2007, p. 3, tradução nossa).<sup>2</sup>

Utilizando esse raciocínio para o que concerne a identidade religiosa, pode-se afirmar que a escolha de um nome apresentando lema religioso em virtude de seu significado etimológico, por partes dos pais, é uma maneira de assinalar a identidade religiosa da família e inscrever o filho neste mesmo âmbito religioso.

Este raciocínio só é válido, caso se conceba a noção de identidade como algo fixo, racional e imutável. Nesse contexto, por exemplo, se uma pessoa nasce numa família católica, torna-se católica, identidade religiosa que se mantém durante toda sua vida. Nesse caso, a escolha de nome por motivo religioso é uma maneira de sinalizar e indicar a identidade religiosa pretendida pelos pais. Dessa forma, surgem duas hipóteses explicativas iniciais: ou há um decréscimo na identificação das pessoas que vivem em Marechal Cândido Rondon com a religiosidade, ou a expressão da identidade religiosa não tem sido feita mediante a escolha antroponímica, mas, sim, por outros meios.

Para averiguar essas hipóteses, investigamos as mudanças ocorridas no âmbito religioso desde 1960 até os dias de hoje, no Brasil e em Marechal Cândido Rondon. Assim, como já dissemos, foram

---

<sup>2</sup> Different name choices may mean the construction of different ethnic identities for the child. Through choosing a typically Swedish name, or a name that is typical of another culture, or a name that is common to both cultures, or a name that is common to neither of them parents can lay a foundation for how the child will perceive him- or herself: as primarily Swedish, primarily “foreign”, or both or neither. The name is also signal to others who the child is in terms of ethnic identity and ethnic group membership (ALDRIN, 2007, p. 3).

analisados dados oriundos dos Censos do IBGE de 1960 e de 2010, com análise aprofundada baseada nos dois artigos dedicados ao tema: o de um do antropólogo (BRANDÃO, 2004), outro de um padre católico (ANTONIAZI, 2004). A análise das mudanças ocorridas no âmbito religioso se baseou na comparação dos dados oriundos desses dois censos. Cumpre ressaltar que as características de cada censo já indicam diferenças importantes a respeito de como a identidade religiosa é concebida.

No censo de 1960, há oito categorias relativas ao tópico. No relatório, os autores explicam: “discriminaram-se aquelas que congregavam maior número de adeptos no país (IBGE, 1960, p. 13). Além disso, observando-se as tabelas, percebe-se que pessoas de todas as faixas etárias foram incluída nos cálculos, o que significa que os menores de idade tiveram sua identidade religiosa estabelecida pela pessoa entrevistada. Deve ter havido o seguinte: numa família formada por um casal e três filhos, o entrevistado ou o censor considerou que, sendo os pais de uma religião, toda a família compartilha a mesma identidade religiosa, pensamento que revela uma concepção fixa e estável de identidade religiosa.

No censo de 2010, há 22 categorias, muitas delas discriminadas em subcategorias indicando uma multiplicidade de alternativas e um aumento significativo da diversidade religiosa no país. Para os cálculos, levou-se em consideração apenas a escolha religiosa do entrevistado. Além disso, o fato de haver uma alternativa chamada “religião não definida ou múltiplo pertencimento” indica que foi considerada a possibilidade de haver indivíduos religiosos, porém sem religião, e de sujeitos que compartilham mais de uma crença religiosa. Essas características do censo mais recente são sinais de que a definição subjacente de identidade religiosa adotada não é a mesma adotada em 1960. Atualmente, a identidade religiosa parece ser vista como algo pessoal, fruto de escolha individual e passível de se modificar.

Não obstante as peculiaridades de cada censo, é válido cotejar os dados, cotejo possível quando são feitas algumas adaptações das categorias utilizadas em cada um. Na tabela a seguir, nota-se que os designados como protestantes em 1960 correspondem aos que hoje em dia são considerados evangélicos, e a categoria daqueles que não têm

uma religião determinada, ou pertencem a mais de uma, foi equiparada com aqueles que, em 1960, declararam não ter religião.

A comparação que a Tabela 2 visualiza mostra uma diminuição significativa de católicos e aumento de fiéis em religiões evangélicas. Os aumentos mais drásticos estão entre aqueles que não têm religião e aqueles que declaram não pertencer a uma religião definida. Esses últimos dados revelam uma tendência geral à laicização da sociedade, na qual está deixando de ser um tabu ou um estigma não ter uma religião definida ou assumir não ter religião. Uma análise mais minuciosa de dados relativos a Marechal Cândido Rondon revela se as tendências observadas em termos nacionais estão presentes no município.

Tabela 2 – Censo IBGE Religião 1960 E 2010 Brasil

IBGE1960	IBGE 2010
Católicos 91,21%	Católicos 64,83 %
Protestantes 5,30%	Evangélicos 22,26%; Evangélicos luteranos 0,52%.
Sem religião 0,38%	Sem religião 8,039%
Sem declaração 0,039	Não det. ou mult.pert.0,337%

Fonte: compilação de dados do IBGE.

A Tabela 3 mostra a comparação dos dados nacionais com os dados do município. Chama a atenção os luteranos estarem numa posição marginal no país, mas, na região, ocuparem a segunda posição em número de fiéis.

Tabela 3 – Censo IBGE Religião Brasil 1960 e Marechal Cândido Rondon em 2010

IBGE 2010	IBGE 2010 para Mal. C. Rondon
Católicos 64,83 %	Católicos 56, 21%
Evangélicos,22,26%	Evangélicos 38,85%
Evangélicos luteranos 0,52%.	Evangélicos luteranos. 25,11%
Sem religião 8,039%	Sem religião 2,06%
Não det. ou mult. pert. 0,337%	Não det. ou mult. pert. 0,221%

Fonte: compilação de dados do IBGE.

Segundo o censo de 2010, de cada cinco municípios, um é luterano. Essa proporção explica-se pelo fato de o município ter sido

colonizado, principalmente, por gaúchos de ascendência germânica muitos dos quais luteranos. Segundo Antoniazzi:

[e]ntre os protestantes que chegaram ao Brasil, depois de pequenos grupos de anglicanos (ou episcopais), ligados à presença inglesa após 1810, os imigrantes mais numerosos foram **luteranos** de origem alemã. As duas primeiras comunidades da hoje Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) foram constituídas em Nova Friburgo (RJ) e São Leopoldo (RS), em 1824. “A IECLB tem sido considerada igreja de etnia, igreja de alemães e seus descendentes” (MENDONÇA, 1989, p. 54). (ANTONIAZI, 2004, p. 27, grifo nosso).

Os dados indicam que as tendências nacionais também se fazem presentes, porém, em menor grau. O percentual de pessoas que assumem não terem religião no município é quatro vezes menor do que no país, contudo, a tendência a não ter religião determinada, ou de professar mais de uma religião, mantém-se com poucas alterações.

Os dados do IBGE mostram, e a história da região confirma, que há mais luteranos e menos católicos no município em comparação com o resto do país. Além disso, parece haver uma tendência à manutenção maior da religiosidade em decorrência do menor número de pessoas sem religião. Para saber se, realmente, há conservadorismo religioso, neutralizou-se a desproporção local entre luteranos e católicos, incluindo-os numa mesma categoria em todos os censos, para fins de comparação, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4 – Religiões majoritárias no Brasil e em Mal. Cândido Rondon

IBGE 1960	IBGE 2010 BRASIL	IBGE 2010 Mal. C. Rondon
Cat. e Evang. 96,51%	Cat. e Evang. 87,09 %	Cat. e Evan. 95,06%
Sem religião 0,38%	Sem religião 8,039%	Sem religião 2,16%
Sem decl. 0,039%	Não det. ou mult. pert. 0,337%	Não det. ou mult. pert. 0,221%

Fonte: compilação de dados do IBGE.

Essa última comparação evidencia a manutenção das crenças no município desde a época em que foi criado na década de 1960: a proporção de fiéis das religiões hegemônicas praticamente não se alterou. À luz desses resultados, a hipótese explicativa inicial segundo a qual a diminuição de nomes escolhidos por apresentarem lema religioso seria decorrente de um decréscimo na identificação das pessoas com a religiosidade foi refutada. Cumpre, então, investigar a segunda hipótese: a expressão da identidade religiosa não está mais sendo expressa pela escolha de nomes religiosos para os filhos.

Para a investigação dessa hipótese, as práticas nomeadoras citadas pelo aluno *Valdiney José*, nascido em 1980, são emblemáticas. O nome de seu pai, provavelmente nascido entre 1950 e 1960, foi escolhido para homenagear São José. Trata-se de uma escolha parental que caracteriza o filho como identificado pela religião católica. Subjaz a essa escolha a crença de que a religião dos pais é e será a religião dos filhos, concepção também adotada pelo censo de 1960. O nome do filho, por sua vez, foi escolhido para prestar homenagem ao pai, e não ao santo. Essa escolha inscreve o nomeado como pertencente à família, sem identificar ou sinalizar a religião do filho.

Essa opção, por não determinar a religião do filho, pressupõe outra relação com a religião e com a religiosidade: trata-se do ponto de vista segundo o qual a religião é uma escolha individual, escolha que pode dar-se com base num elenco cada vez mais amplo de alternativas e que pode ser também uma escolha provisória, haja vista haver, hoje em dia, a possibilidade de um indivíduo mudar de religião várias vezes ao longo de sua vida.

Ambas as concepções de identidade religiosa são assim apontadas e descritas por Brandão:

Desde uma ótica do ator cultural, mais do que da instituição social, isto tem a ver com todo um processo bastante atual de individualização que, com o atraso de vários anos chega, afinal, também à América Latina. Em síntese, uma *dívida de crença* do sujeito para com instituições que começam com a sua família e podem terminar com a sua pátria, pensada e

vivida através da religião, tende a tornar-se o seu oposto. Isto é, tende a converter-se em um *direito de fé* franca e crescentemente individualizado (BRANDÃO, 2004, p. 281).

Com a análise de Brandão, entende-se melhor o que mudou na identidade religiosa dos brasileiros e dos habitantes de Mal. C. Rondon. Quando o pai de *Valdiney José* nasceu, a crença era uma dívida a ser saldada na família ou no país. Se a família é católica, os filhos devem ser católicos, identidade a ser mantida por toda a vida. No caso específico dos cidadãos de Mal. C. Rondon com ascendência germânica, a família deve ser e se manter luterana. Na época do nascimento de *Valdiney José*, o cenário religioso brasileiro já estava se modificando. Desde então, a fé começa a ser vista também como um direito individual, possibilitando a existência do ponto de vista segundo o qual os pais não devem impor aos filhos sua própria religião. Desse modo, os filhos devem fazer, individualmente, sua opção religiosa, está aí um possível motivo para os pais evitarem a escolha de um nome de lema religioso.

Outro motivo factível, possivelmente de surgimento recente, vem da percepção de que a escolha feita pode não se manter durante toda a vida de uma pessoa. A percepção da escolha de crença como algo provisório faz parecer desaconselhável vincular o filho, desde o nascimento, a uma religião determinada, a qual o filho possa, no futuro, abandonar. Conforme explica Brandão,

uma certa, relativa e sempre não previsível lógica de mercado vivida como experiência cultural da busca-de-sentido-de-vida-através-da-fé, faculta a que as pessoas possam se relacionar com a religião de uma tal maneira que, ao mesmo tempo e (...) a um só momento de suas vidas, elas se reconheçam compartilhando mais de um sistema religioso. Vivendo a experiência pessoal de dirigir a vida segundo os valores e as sensibilidades de mais de uma religião, sem se reconhecerem necessariamente fiéis a uma única. Ainda que esta possibilidade não seja por agora a norma, há uma tendência crescente a que as pessoas creditem um amplo e generoso valor potencial do

sagrado a todas as religiões de seu campo visível de escolhas. E, ao pensarem assim, optem por relacionar-se com algumas delas, de acordo com a lógica pessoal de suas próprias necessidades, sentindo-se, no limite, vinculadas a duas ou mesmo três delas a um só tempo ou entre movimentos pendulares de adesão provisória (BRANDÃO p. 280).

Ressalte-se que a possibilidade de escolher entre várias religiões ao longo da vida e, quantas vezes for necessário, torna a identidade religiosa algo fluído, instável. Tem-se, assim, o descentramento da identidade (HALL, 2006) atuando no âmbito religioso e resultando no estado atual de mobilidade e multiplicidade religiosas observada nacionalmente e, em menor grau, em Marechal Cândido Rondon, onde se constatou o decréscimo de escolha antroponímica por motivo religioso.

## **5 Considerações finais**

Esta pesquisa investigou em que medida nomes que remetem ao universo religioso cristão foram escolhidos pelos pais dos portadores desses nomes em Mal. C. Rondon em virtude da religiosidade professada por eles. A análise dos relatos e das respostas dos alunos mostrou que uma parte ínfima dos nomes que apresentavam significado religioso foi escolhida por assim o serem.

Tal resultado confirma a existência de dois modos diferentes de se estudar os nomes próprios: enquanto nome cujo significado está atrelado ao seu étimo; e fruto de uma escolha consciente e motivada que se encontra no ato de designação atribuidora do nome a um indivíduo no mundo, ato cuja motivação requer investigação.

A constatação de que a motivação religiosa para a escolha de nomes é cada vez mais infrequente ensejou pesquisas complementares para averiguar se essa diminuição era devida a certa laicização da comunidade, ou a mudanças relativas à identificação religiosa. Estudos realizados sobre essa questão com base em dados censitários e análises teológicas e antropológicas mostraram que a decisão de se evitar escolher um nome religioso ao filho, indicando que a pertença religiosa

pode ser explicada pela crença de que cada indivíduo deve ser livre para escolher a religião que professará.

Apesar de a pesquisa ter abrangido duas vertentes de estudo de nome próprio e ter sido suficiente para explicar o fato antroponomástico relacionando linguagem, cultura e sociedade, trata-se de uma investigação limitada, primeiro pela quantidade de relatos e questionários considerados, apenas 42; segundo, por apenas ter sido considerada uma das motivações citadas pelos alunos. Pesquisas amplas sobre a motivação religiosa na escolha de nomes e outras investigações focando os demais tipos de motivos que resultam na escolha antroponímica são ainda necessárias.

## 6 Referências

ALVARENGA, Augusta Theresa de. *et. al.* Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antonio J. (Ed.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação*. Barueri, SP: Manole, 2011. p. 3-68.

ALDRIN, Emilia. The choice of firsts names as a social resource and act of identity among multilingual families in contemporary Sweden. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ONOMASTIC SCIENCES, 23<sup>rd</sup>, August 17 to 22, 2007. York University, Toronto. *Proceedings...* Toronto, Canada, 2007. p. 86-92.

ANTONIAZI, Alberto. Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto? *Horizonte*, Belo Horizonte-MG, v. 3, n. 5, p. 13-39, 2º.sem. 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Fronteira da fé – Alguns sistemas de sentido, crenças e religiões no Brasil de hoje. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18 (52), 2004.

DE STEFANI, Elwys. 2014. *Notes on the history of ICOS*. Disponível em: <<http://www.icosweb.net/index.php/brief-history.html>>. Acesso em: 7 out. 2014.

DICK, M. de P. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFCLH/USP, 1992.

GUÉRIOS, Mansur. *Dicionário Etimológico de nomes e sobrenomes*. São Paulo: Editora Ave Maria, 1981.

HALL, S. A. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz T. da Silva, Guacira L. Louro. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HOLMES, U. T. A study in Negro Onomastics. *American Speech*, v. 5, n. 6, p. 463-467, August, 1930. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/452375>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (Paraná). *Censo Demográfico de 1960*. Paraná. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. *Censo 2010*. Mapa interativo. Variável religião por município. (Rio de Janeiro, RJ). Disponível em: <[www.censo.ibge.gov.br/apps/mapa](http://www.censo.ibge.gov.br/apps/mapa)>. Acesso em: 20 mar. 2014.

LANGENDONCK, Willy Van. *Theory and Typology of Proper Names*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2007.

MICHAELSSON, Karl. *Etudes sur les Noms de Personne français d'après les Rôles de Taille Parisiens*. Uppsala Universitet, Sweden, 1927.

# Diferentes tendências em pesquisas sobre a fala egocêntrica: análise de produções brasileiras

*Different tendencies in research on egocentric speech: analysis of Brazilian productions*

Alessandra de Moraes

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil.  
alemoraiss.shimizu@gmail.com

Bruna Assem Sasso

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil.  
bru.sasso@hotmail.com

**Resumo:** O objetivo desta investigação foi o de realizar uma revisão de pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre a fala egocêntrica, de forma a identificar as principais questões teórico-metodológicas presentes em seu estudo. A busca foi feita no banco de Teses da CAPES e abarcou o período de 1987 a 2012; foram encontradas oito teses / dissertações. Os resultados demonstraram a abordagem predominante da fala egocêntrica à luz da perspectiva Histórico-Cultural, de Vigotski, com a presença, sobretudo, de duas tendências: estudos que confirmam seus postulados e os que sugerem contribuições de outros teóricos, em especial de Bakhtin. Uma terceira tendência foi também reconhecida, que, embora sinalize para os trabalhos de Piaget e Vigotski, tece críticas a ambos e não adere a nenhum deles.

**Palavras-chave:** desenvolvimento da Linguagem; fala egocentric; implicações educacionais.

**Abstract:** The purpose of this research was to conduct a review of research developed in Brazil about egocentric speech, in order to identify key theoretical and methodological issues present in its study. A search was made in the CAPES Thesis databank, comprising the period from 1987 to 2012, and eight

theses / dissertations were found. The results demonstrated the predominance of studies in the light of Vygotsky's cultural-historical perspective, which can be divided according to two tendencies: those studies that confirm its postulates and those that suggest other theoretical contributions, particularly from the Circle of Bakhtin. A third tendency can also be recognized which, although signaling to the work of Piaget and Vigotski, criticizes both and does not adhere to any of them, proposing a different way of conceiving this linguistic occurrence.

**Keywords:** language development; egocentric speech; educational implications.

Recebido em: 9 de outubro de 2014.

Aprovado em: 15 de abril de 2015.

## 1 Introdução

Tem-se como foco a fala egocêntrica, no intuito de se compreender sua abordagem em produções brasileiras, uma vez que, desde que foi considerada objeto de estudo, não ficou imune a controvérsias decorrentes das diferentes acepções a ela concernentes. Este trabalho não se detém em reconhecer qual teoria seria mais plausível para explicar esse tipo de linguagem, porém, volta-se para as respectivas formulações realizadas no âmbito da Epistemologia e Psicologia Genéticas de Piaget e da Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, e, mormente, para as produções que integram o cenário acadêmico brasileiro.

Inicialmente, a fala egocêntrica foi nomeada e conceituada por Piaget, na obra *A Linguagem e o Pensamento na Criança* (PIAGET, 1923 [1999]), sendo, em seguida, reconhecida por Vigotski (1934 [2001]), em sua importância, no entanto, com discordâncias em relação às interpretações de Piaget. Todavia, foi somente após 25 anos que Piaget teve acesso às considerações de Vigotski, o que lamentou, expressando seu forte desejo por um encontro pessoal em que pudessem ter discutido diversos pontos relevantes. Mesmo impossibilitado de satisfazer a essa sua aspiração, Piaget (1966) se voltou às observações de

Vigotski, procurando respondê-las e analisá-las à luz de seus trabalhos mais atuais.

Com efeito, dando continuidade aos estudos de Piaget e / ou Vigotski, várias investigações foram desenvolvidas, buscando-se entender a gênese, as funções, a estrutura e as implicações da fala egocêntrica. Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo é realizar uma revisão das pesquisas realizadas, no Brasil, sobre a fala egocêntrica. Tem-se o intuito de apresentar uma análise crítica e sistematizada do conhecimento acumulado sobre essa temática, possibilitando sua contextualização, problematização e identificação das principais questões teórico-metodológicas presentes, de modo a analisar as aproximações, distanciamentos e / ou ampliações sobre as duas abordagens que inauguraram esse campo de investigação – a Epistemologia e Psicologia Genéticas, de Piaget, e a Teoria Histórico-Cultural, de Vigotski.

Diante do exposto, antes de iniciar a apresentação da pesquisa bibliográfica efetuada, considera-se pertinente explicar, brevemente e de forma introdutória, sobre alguns aspectos: a fala egocêntrica em Piaget, a crítica de Vigotski a Piaget, a fala egocêntrica em Vigotski e as respostas de Piaget a Vigotski.

## 2 A fala egocêntrica em Piaget e Vigotski

Piaget (1923[1999]) divide a linguagem da criança em dois grandes grupos – *socializado* e *egocêntrico* – que se diferenciam basicamente por suas funções. De maneira geral, no primeiro, a criança tenta estabelecer comunicação com outras, informando, trocando ideias, pedindo, ordenando, ameaçando, criticando, perguntando. Já no segundo, a criança não se preocupa em saber a quem fala nem se é escutada; "[...] esta linguagem é egocêntrica, em primeiro lugar, porque a criança não fala a não ser de si mesma, e, em segundo lugar, porque não procura colocar-se no ponto de vista do interlocutor" (PIAGET, 1923[1999], p. 8). Para Piaget (1923 [1999]), a fala egocêntrica se reparte em três categorias: a *repetição (ecolalia)*, o *monólogo*, e o *monólogo a dois ou coletivo*. Genericamente, por *ecolalia* se entenderia apenas a repetição de sílabas ou de palavras pelo prazer de falar, sem nenhuma preocupação de

se dirigir a alguém, nem mesmo, porventura, de pronunciar palavras que tenham sentido. Nas outras duas formas de fala egocêntrica, a criança fala para si mesma, como se pensasse em voz alta, não se dirigindo a ninguém (monólogo); ou fala sem conseguir fazer-se escutar pelos interlocutores, porque não se volta realmente a eles, visto que, na verdade, não se dirige a ninguém – tanto faz que o interlocutor compreenda ou não, mas se supõe escutada e isso é tudo o que deseja–, ou apenas fala alto para si mesma diante dos outros (monólogo a dois ou coletivo).

Em ambos – tanto no monólogo quanto no monólogo a dois ou coletivo –, “[...] se a criança permanece inteiramente restrita a seu ponto de vista, é por acreditar que todas as pessoas pensam como ela” (PIAGET, 1947[2005], p. 141); assim, tanto seu sentimento de resistência das coisas é tão inexistente quanto o da dificuldade das demonstrações; por isso, também, afirma sem provas, dado que não sente a necessidade de convencer, pois, em sua concepção, não há multiplicidade de perspectivas (sua perspectiva é a única possível) (PIAGET, 1924[1967]). Desse modo, a linguagem, ao se relacionar à forma com que a criança compreende os fenômenos do mundo, se apresentará como, ao mesmo tempo, uma manifestação de seu egocentrismo – pela dificuldade de descentração e conseguinte impossibilidade de coordenação das perspectivas.

No texto *A linguagem e o pensamento da criança na teoria de Piaget*, Vigotski (1934[2001]) desenvolve e apura toda uma argumentação, de sorte a criticar a interpretação de Piaget sobre a questão do egocentrismo e da fala egocêntrica. Suas críticas se concentram, especialmente, no fato de Piaget fazer referência a um tipo de pensamento infantil – o egocentrismo – como caracteristicamente intermediário e transitório entre formas primárias e superiores de pensamento, além de Piaget não ter relevado suficientemente o aspecto funcional da fala egocêntrica. De acordo com Vigotski (1934[2001]), isso se deve à circunstância de a fala egocêntrica se apresentar, nas descrições de Piaget, como produto secundário da atividade infantil, como descoberta do caráter egocêntrico do seu pensamento; assim, segundo Vigotski (1934[2001], p. 51), para Piaget, “[...] a linguagem egocêntrica não desempenha nenhuma função objetivamente útil no

comportamento da criança. É uma linguagem para si, para a própria satisfação, que poderia nem existir que nada de essencial mudaria na atividade infantil". Outrossim, contesta Piaget quanto ao destino que este dá à fala egocêntrica, porque Vigotski (1934[2001]) defende que, na medida em que se socializa, deveria ser cada vez mais explicitada e compreensível aos outros. Na opinião de Piaget, no entanto, não é isso que ocorre – a fala egocêntrica simplesmente se extingiria e congelaria, desaparecendo no limiar da idade escolar.

Para Vigotski (1934[2001]), nem a função nem o destino da linguagem egocêntrica confirmam a já referida tese de Piaget, segundo a qual a fala egocêntrica da criança é expressão direta do seu pensamento egocêntrico. Além do mais, Vigotski (1934[2001]) sustenta que a fala egocêntrica da criança não só pode não ser expressão do pensamento egocêntrico, como ainda exerce uma função diametralmente oposta ao pensamento egocêntrico, a saber, a função do pensamento realista.

Mediante diversas investigações, Vigotski (1934[2001]) conclui que a função dessa linguagem é expressiva, de descarga, de formar o plano de solução de uma tarefa que surge no comportamento. Assim, sua função compreende o planejamento e a direção da futura ação; ele alega que, quando há a complicação da tarefa, o uso da linguagem emocional aumenta, assim como os esforços da criança para atingir uma solução mais inteligente e menos automática. Nessa mesma linha, Vigotski (2007) vai aduzir que a fala egocêntrica está ligada à social por meio de várias formas de transição.

O primeiro exemplo dessa ligação é que, quando não consegue resolver um problema por si, as crianças recorrem ao adulto e descrevem o método o qual não conseguiram colocar em ação. A outra e maior mudança na capacidade da criança de fazer uso da linguagem como um instrumento de solução de problemas acontece quando, no seu desenvolvimento, há a internalização da fala socializada e, em vez de solicitar a ajuda a um adulto, a criança recorre a si mesma. Nesse momento, ela coloca a si mesma uma atitude social, uma vez que desenvolve um método de comportamento para guiar-se, o qual tinha sido utilizado anteriormente em relação a outra pessoa, organizando sua atividade com base em uma forma social de comportamento.

Isso porque, Vigotski (1934[2001]) postula que, em seu desenvolvimento filogenético e ontogenético, o pensamento e a fala têm raízes genéticas diferentes, desenvolvendo-se em trajetórias independentes e distintas, uma vez que o pensamento encontra-se em uma fase pré-linguística – por justamente manifestar-se por meio de uma inteligência prática e de forma independente “das reações intelectuais rudimentares em relação à fala” (p. 129) –, e a fala detém-se ao comportamento predominantemente emocional e de contato social, isto é, pré-razional. Mas, em certo momento, por volta dos dois anos de idade, as curvas da evolução do pensamento e da fala, até então separadas, encontram-se – por causa da inserção da criança no convívio e interação em grupos sociais e membros mais maduros da cultura–, unindo-se para iniciar uma nova forma de comportamento, em que “o pensamento se torna verbal e a fala se torna intelectual” (p. 131). A linguagem passa, então, a ter função simbólica e generalizante e o pensamento a ser mediado pelos significados da linguagem.

Vigotski indica, portanto, que a linguagem egocêntrica da criança deve ser vista como uma forma de transição entre a fala exterior e a interior: “Funcionalmente, a fala egocêntrica é a base para a fala interior, enquanto em sua forma externa está incluída na fala comunicativa.” (VIGOTSKI, 2007, p. 15). Nesse contexto, a linguagem egocêntrica, para Vigotski (1934[2001], p.136) “[...] se torna pensamento na verdadeira acepção do termo”. A linguagem interior terá seu desenvolvimento por meio de mudanças estruturais e funcionais, separando-se da linguagem exterior, ocorrendo sua diferenciação no que tange às funções sociais e egocêntricas da linguagem, até que as estruturas da linguagem dominadas pela criança se transformarão em estruturas básicas de seu pensamento.

Ainda segundo Vigotski (2007), a relação entre a fala e a ação sofre mudanças no desenvolvimento da criança e na função da fala sobre ela. Em um primeiro momento, a fala acompanha a ação, os problemas são solucionados de maneira caótica e dispersa, quando a fala é provocada e acompanhada pela atividade. Posteriormente, a fala antecede a ação, de modo a dirigir, determinar e dominar seu curso, tendo assim uma função planejadora e de refletir o mundo exterior.

Quanto ao destino da fala egocêntrica, a conjectura de Vigotski (1934[2001]) é a de que o rápido declínio de seu coeficiente na idade escolar se deve aos processos de linguagem interior que se constituem na criança, mais ou menos na primeira idade escolar. Dessa forma, para o autor, a via que conduz ao surgimento da fala egocêntrica é diametralmente oposta àquela traçada nas investigações de Piaget, já que a hipótese de Vigotski (1934 [2001]) é a de que “[...] a linguagem egocêntrica surge com base na linguagem social, com a criança transferindo formas sociais de pensamento e formas de colaboração coletiva para o campo das funções psicológicas pessoais.” (p. 64). Nesse sentido, para Vigotski, o movimento real do processo de desenvolvimento do pensamento infantil se realiza do social para o individual.

Posteriormente, Piaget (1966) lamentou que a obra de Vigotski só viesse a seu conhecimento após a morte daquele estudioso, impossibilitando-os de discutirem pessoalmente e detalhadamente muitos pontos de interesse mútuo. Procurou, então, ponderar se as críticas de Vigotski eram ou não justificadas, à luz de seus mais recentes trabalhos – e a resposta foi, ao mesmo tempo, sim e não. De forma sintética, pode-se considerar que, sobre a relação entre pensamento egocêntrico e fala egocêntrica, Piaget reconhece que ambos são fenômenos distintos e que o egocentrismo intelectual vai além do social. Em decorrência disso, defende a existência do egocentrismo intelectual, sendo que o referido pensamento egocêntrico não se reduz à linguagem egocêntrica, a qual, por sua vez, relaciona-se também com o egocentrismo social; por isso mesmo, não pode ser desconsiderado como um fenômeno importante para se reconhecer a lógica da criança.

O próprio Piaget (1966), além de argumentar que não há como não reconhecer o egocentrismo intelectual, no campo das relações interpessoais, e, tendo em vista sua expressão na linguagem, admite igualmente que haja grande variação na mensuração da linguagem egocêntrica, conforme os ambientes e as situações. Por seu turno, ao desconsiderar o pensamento egocêntrico na criança, Vigotski não reconhece esse fenômeno e suas repercussões no desenvolvimento psicológico.

Desse modo, ao ponderar que cada troca entre a criança e o seu ambiente pode ser sujeita a limitações, as quais não garantem o êxito, desde o início, Piaget (1966) critica Vigotski por seu otimismo quanto aos processos adaptativos, ao não considerar a relação entre o egocentrismo intelectual e o erro sistemático – decorrente do fenômeno do egocentrismo –, que constitui, na criança, um dos maiores obstáculos à coordenação de perspectivas, descentração e cooperação. Piaget (1966) admitira ainda que é razoável pensar na transformação da fala egocêntrica em fala interna e, embora concorde com Vigotski sobre que a função inicial da linguagem deve ser a de comunicação, diferenciando a fala egocêntrica e a comunicativa propriamente dita, exprime aversão a seu posicionamento, quanto à consideração de que essas duas formas linguísticas possam ser igualmente socializadas (ou com função de socialização). Isso justifica o motivo pelo qual Piaget (1966) se referiu com certa indignação a Vigotski, por ele ter dado mais relevo à questão da fala egocêntrica e não ter levado em conta o fenômeno do egocentrismo como principal obstáculo à coordenação dos pontos de vista e à cooperação, pois, segundo Piaget (PIAGET, 1923[1999]), o egocentrismo verbal é apenas um indício, e não a causa primeira, convindo determinar as relações precisas desse indício com as realidades mais profundas que ele manifesta, antes de valer-se das variações para contestar sua significação.

Na sequência das formulações e discussões de Piaget (1923[1999], 1966) e Vigotski (1934[2001], 2007) – dois dos estudiosos mais representativos da área da Psicologia Genética – sobre a fala egocêntrica, podem ser encontrados vários estudos que se voltam para essa temática, os quais têm sido desenvolvidos por teóricos de diferentes áreas – sobretudo na área da Aquisição da Linguagem – e países (WEIR, 1962; FLAVELL, 1966; DIAZ, 1992; RAMIREZ, 1992; MONTERO; DIOS; HUERTAS, 2001; WINSLER; NAGLIERI, 2003; SAN MARTÍN, 2004, 2008; MONTERO; DIOS, 2006; BERK, 2007, entre outros).

Acerca desses autores que vêm tratando mundialmente a fala egocêntrica, na sua obra, Ruth Weir (1962) cunhou o termo “*language practice*”, o qual vingou na área de Aquisição de Linguagem – área em que, com exceção de seu trabalho de 1962, é bastante recente o interesse

pela fala egocêntrica. Seu objetivo primeiro é oferecer, com base nos monólogos no berço, argumentos favoráveis à ideia de que as “produções solitárias” da criança exibem sua independência em relação ao outro, independência que é correlativa ao controle gradual que passa a ter dos padrões da língua; e sua tese se aproxima, dessa forma, de Vigotski, ao assumir a noção de internalização implicando-lhe uma subjetividade que se desenvolve e se consolida em uma esfera privada, em um retiro interno / individual. Flavell (1966), por sua vez, em seu artigo “*Le langage privé*”, apresenta o vocábulo “fala privada” com o propósito de distinguir, com clareza, o fenômeno geral da linguagem de fala para si próprio, da interpretação piagetiana sobre esse fato.

Diaz (1992) fornece uma análise em profundidade das questões metodológicas críticas no estudo da fala privada, e aborda quatro questões metodológicas, oferecendo sugestões concretas para resolvê-las que prometem aumentar a sofisticação de pesquisas futuras. San Martín (2004, 2008), além de ter investigado a função planejadora e lúdico emocional da fala privada, aponta que não apenas a dificuldade na tarefa conduz à emergência desta fala, mas situações de conflito comunicativo (ou seja, expressão e confrontação de perspectivas diferentes) as provocaram no grupo estudado. Ao também discutir estudos realizados com crianças e a emergência de fala privada de caráter afetivo e de fantasia, concorda com Berk e Diaz (1992) que, possivelmente, os contextos lúdicos podem emergir como contextos privilegiados para a exploração dessas outras possíveis funções.

Outrossim, Berk (2007) apresenta dados de sua pesquisa na qual ela acompanhou 16 “indiozinhos” apaches de faixa etária entre 5 a 10 anos, e notou que a linguagem egocêntrica, do ponto de vista de Piaget, raramente ocorria, pois falavam mais consigo mesmas quando executavam sozinhas tarefas desafiadoras ou quando seus professores não podiam ajudá-las de imediato. Para a autora, a linguagem egocêntrica, além de ser um instrumento de resolução de problemas, universalmente disponível para aqueles que crescem em ambientes ricos em interações sociais, trata-se de um comportamento saudável e adaptativo.

Ademais, outros autores (bem como supracitado, por exemplo: WINSLER; NAGLIERI, 2003; MONTERO; DIOS; HUERTAS, 2001;

MONTERO; DIOS, 2006; RAMÍREZ,1992), tiveram fala privada como alvo de suas investigações. Os primeiros se interessaram, sobretudo, pela transição das crianças para a escola, no desenvolvimento da autorregulação, na fala privada, na teoria sociocultural de Vigotski, no bilinguismo e na escolaridade precoce de alunos da língua inglesa. Já Montero, Dios e Huertas (2001) propuseram-se a explorar o papel da fala privada como ferramenta de motivação, indo além da pesquisa clássica na sua função reguladora para processos cognitivos como atenção ou função executiva; e os dados das pesquisas de Montero e Dios (2006) sugerem que é possível apoiar mais fortemente a função motivacional da fala privada, fornecendo dados relevantes para que se estenda a função de autorregulação de expressão para além da atividade motora e certas habilidades cognitivas, sem contradizer a teoria de Vigotski sobre a natureza mediada das funções psicológicas superiores. De semelhante modo, Ramirez (1992) sugere que o diálogo mental, entre Eu-falante e Eu-ouvinte, manifesta-se como fala privada. Sendo que esse ponto de vista do desenvolvimento do *eu*, por meio das perspectivas dos *outros*, requer à criança adotar papéis diferentes em contextos sociais e, portanto, faz uma afirmação implícita sobre a compreensão das crianças de perspectivas mentais distintas na mesma situação.

Destarte, procurando atender aos objetivos desta pesquisa, a seguir serão apresentados e analisados aqueles estudos produzidos nos programas brasileiros de Pós-Graduação, nas últimas três décadas, procurando-se compreender quais suas principais características e contribuições.

### **3 Procedimentos Metodológicos**

A investigação realizada foi de abordagem qualitativa e de natureza bibliográfica. Consistiu no levantamento e análise de teses e dissertações defendidas nos Programas brasileiros de Pós-Graduação, reconhecidos pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior–, que abordassem a fala egocêntrica. O levantamento foi feito no Banco de Teses da CAPES, que disponibiliza os resumos de teses e dissertações defendidas desde 1987. A busca foi

executada no início de 2013 e abarcou todos os anos de base (de 1987 a 2012). Os descritores utilizados foram “fala egocêntrica”, “linguagem egocêntrica” e “fala privada”.

Procurou-se contemplar, na análise do material, os seguintes aspectos: a área de inserção da tese / dissertação; o referencial teórico no qual o trabalho se fundamenta; os objetivos do estudo; o tipo de pesquisa realizada; os sujeitos participantes e o contexto priorizado; os resultados alcançados, e as implicações educacionais decorrentes.

Antes de iniciar a exposição dos dados obtidos, esclarecimentos sobre a terminologia empregada se fazem necessários. Por fidelidade aos trabalhos pesquisados, foram mantidos os termos usados por seus respectivos autores. Assim, na apresentação dos textos, algumas vezes foi utilizado o termo *fala egocêntrica*, outras, *linguagem egocêntrica*, *monólogos* ou ainda *fala privada*.

### 3.1 Resultados do Levantamento Bibliográfico

Por meio da pesquisa efetivada, foram encontrados oito produtos (cinco dissertações de Mestrado e três teses de Doutorado), os quais foram adquiridos na íntegra e analisados. Das oito teses / dissertações, três foram desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em Educação (AZULAY, 1995; AGUIAR, 1998; QUAIST, 2009); duas em Programas de Psicologia (ANDRADA, 2006; CAVATON, 2010), e três da Linguística (LIER DE VITTO, 1994; FERREIRA, 2000; PINHO, 2009).

Em relação ao referencial no qual as teses / dissertações se fundamentam, constata-se que nenhuma se embasa na Epistemologia e Psicologia Genéticas de Piaget. E, entre aquelas que mencionam essa teoria, fazem-no, sobretudo, no intuito de reiterar as críticas de Vigotski (1934 [2001]) às formulações de Piaget (1923 [1999]), apesar de reconhecerem a importância desse autor na identificação, investigação e descrição da fala egocêntrica. Averigua-se, assim, no conjunto analisado, a predominância da perspectiva Histórico-cultural, com exceção apenas de Lier-De Vitto (1994), a qual, a despeito de sinalizar para os trabalhos de Piaget (1923 [1999]) e Vigotski (1934 [2001]), por terem sido os pioneiros a colocarem em evidência os monólogos da criança sob a

expressão “fala egocêntrica”, tece críticas a ambos e não adere a nenhum deles.

Não obstante os trabalhos, mormente, fundamentarem-se na Teoria Histórico-Cultural, pode ser sugerida a presença de duas tendências: aqueles estudos que confirmam os postulados de Vigotski (1934 [2001], 2007) sobre a linguagem egocêntrica e os que, embora reconheçam a importância de suas formulações e as tenham como referencial de base, apontam para limitações e sugerem que a compreensão desse tipo de linguagem pode ser enriquecida com contribuições provenientes de outros teóricos, em especial, de Bakhtin (1929 [1981], 1929 [1986], 1979 [1992]). Na primeira tendência, inserem-se os estudos de Azulay (1995), Aguiar (1998), Andrada (2006) e Cavaton (2010). Na segunda, os de Ferreira (2000), Pinho (2009) e Quast (2009).

Ademais, haveria, por assim dizer, uma terceira tendência em que se tem uma interpretação alternativa sobre a fala egocêntrica, não sendo admitida nem com base na perspectiva Histórico-cultural, nem na Epistemologia e Psicologia Genéticas. Nesta, encontra-se a pesquisa de Lier-De Vitto (1994). Por conseguinte, devido ao enfoque dado ao momento genético, à estrutura e função da linguagem egocêntrica, os estudos também podem ser diferenciados com base na faixa etária dos sujeitos pesquisados, em que, na primeira tendência, as pesquisas são realizadas com crianças em idade pré-escolar; na segunda, com jovens adultos aprendizes de língua estrangeira, e, na terceira, na qual, ao se voltar para os monólogos no berço, o olhar se dirige para a criança na tenra infância.

No que concerne à presença das obras de Piaget, Vigotski e Bakhtin, nesses estudos, há alguns aspectos dignos de nota. Por exemplo, em relação às de Vigotski, entre as diversas citadas, aquelas que mais comparecem são: *Pensamento e linguagem* (1934 [1987]), utilizada em todos os estudos das três tendências, e *A formação social da mente* (1984), referenciada entre os da primeira tendência por Azulay (1995), Andrada (2006) e Cavaton (2010); nos da segunda, por Ferreira (2000) e Quast (2009); e, no da terceira, por Lier-De Vitto (1994). Quanto a Piaget, a obra mais presente é *A linguagem e o pensamento na criança* (1923 [1986]), citada por todas as autoras da segunda tendência e, na

primeira, por Azulay (1995) e Cavaton (2010), sendo que as demais autoras dessa tendência não se reportam diretamente a nenhuma obra de Piaget. O texto *Comentários de Piaget sobre observações críticas de Vygotsky* (1966) é mencionado apenas por uma autora da primeira e uma da segunda tendência, respectivamente Azulay (1995) e Quast (2009). Por sua vez, Lier-De Vitto (1994), representante da terceira tendência, realiza uma leitura de várias obras de Piaget, a saber: *A linguagem e o pensamento na criança* (1923 [1986]), *Comentários de Piaget sobre observações críticas de Vygotsky* (1966), *A formação do símbolo na criança* (1945 [1975]), *A linguagem e as operações intelectuais* (1973a) e *Estudos Sociológicos* (1965 [1973b]). Quanto aos escritos de Bakhtin, o mais empregado é *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929 [1986]), referenciado na primeira tendência por Azulay (1995) e Cavaton (2010), e, na segunda, por Ferreira (2000) e Quast (2009). Outras obras de Bakhtin também são lembradas: *Problemas da poética de Dostoievski* (1929 [1981]), por Cavaton (2010), na primeira tendência, e por Ferreira (2000) e Quast (2009) na segunda; e *Estética da criação verbal* (1979 [1992]), por Andrada (2006), na primeira tendência, por Ferreira (2000) e Quast (2009) na segunda, e por Lier-De Vitto (1994), na terceira.

Serão focalizados, de início, os trabalhos da primeira tendência. E, sucessivamente, os da segunda e o da terceira.

### 3.2 Pesquisas nacionais sobre a fala egocêntrica: primeira tendência

Como já mencionado, os trabalhos ora denominados como da primeira tendência são aqueles que abordam a fala egocêntrica, sobretudo com base nas formulações de Vigotski e desenvolvem suas pesquisas com crianças em idade pré-escolar. A seguir, são explicitados esses estudos, levando-se em conta os critérios de análise adotados.

Com o objetivo de descobrir, de um lado, que representações sógnicas a criança surda profunda congênita utiliza para dar significado ao seu pensamento em desenvolvimento e, de outro, se existe “fala” egocêntrica nesta criança e como se expressam suas manifestações, Azulay (1995) realiza, além de um estudo de caráter qualitativo (descritivo), referente a questões que envolvem a abordagem do desenvolvimento cognitivo e das raízes histórico-sociais da linguagem,

também uma investigação de caráter comparativo. Assim, cotejou uma população-alvo de crianças surdas (oito crianças surdas profundas congênitas, com idade entre dois e cinco anos, sem nenhuma língua adquirida, seja portuguesa, seja de sinais), com uma população de crianças ouvintes (no caso, quatro crianças, com idade entre dois a quatro anos). Embora seu objetivo não se detivesse em provar ou comparar os pressupostos de Piaget e Vigotski relacionados à quantidade de linguagem egocêntrica na criança surda, esses referenciais são expostos por Azulay (1995); porém, nas considerações dos resultados encontrados e nas sugestões de aplicações pedagógicas, indicadas ao término do trabalho, percebe-se a influência epistemológica da teoria vigotskiana.

A investigação ocorreu no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Cada criança participou de duas sessões lúdicas e, por intermédio do registro por vídeos, Azulay (1995) pôde fazer uma classificação dos indicadores considerados como manifestações de linguagem egocêntrica. A autora constatou que tanto as crianças ouvintes como as crianças surdas adotam outras manifestações de linguagem egocêntrica para expressar seu pensamento, entre elas a corporal, uma vez que o corpo também falaria consigo próprio, externalizando, por meio de determinados movimentos analisados, a presença de atividade mental. Exemplos desse tipo de expressão apresentados por Azulay (1995, p. 82-3) são: abrir os braços, balançar os joelhos e bater os pés, como indícios de satisfação; gestos com as mãos, mãos na cabeça, arrastar o pé, diante de frustração e / ou dificuldades; levantar o dedo indicador, balançar a perna e o joelho, em momentos de decisão, entre outros.

Nesse sentido, o corpo não manifestaria apenas ação e emoção mas ainda a reflexão e, de uma forma muito peculiar, que é a exteriorização dela. Entre suas considerações, tem-se que não se deve interromper a criança quando está em atividade lúdica, falando ou gesticulando com o brinquedo ou consigo mesma, pois isso revela momento de atividade pensante, geradora de processo decisório, elemento constituinte e indispensável ao desenvolvimento cognitivo; o fato de a criança estar em atividade concentrada, consigo mesma, falando ou gesticulando, não expressa falta de atividade social, mas exatamente uma introspecção derivante da atividade social, um percurso

a caminho da interiorização, da atividade intrassubjetiva, de acordo com a teoria de Vigotski.

A fim de abordar a apropriação da linguagem oral / escrita e o seu papel no desenvolvimento humano, de sorte a compreender a importância da ação educativa nesse processo, Aguiar (1998), por uma pesquisa bibliográfica, desenvolve uma detalhada apresentação das concepções de Vigotski sobre a linguagem egocêntrica e suas argumentações contrárias em relação ao posicionamento de Piaget. Conforme Aguiar (1993), a linguagem egocêntrica permite, de acordo com a perspectiva de Vigotski, confirmar uma de suas categorias-chave: a da passagem do intersíquico para o intrapsíquico, porque seu surgimento anuncia a trajetória dos processos socializados para os internos, um procedimento de transição apresentado na forma externa com características estruturais internas. A autora chama a atenção, igualmente, para o fato de que foi se utilizando de experimentos sobre a fala egocêntrica que o estudioso teorizou sobre a linguagem interna, devido às suas semelhanças funcionais, estruturais e genéticas, sendo mediante aquela que esta se faz acessível à observação.

Com o propósito de entender as dinâmicas interativas em contexto de sala de aula, Andrada (2006), em seu estudo, descreve e analisa como ocorre a construção do conhecimento na interação professora(s)-criança(s), em situação de roda, indicando os tipos de estratégias comunicativas e conhecimentos construídos nesse processo. A pesquisa contou com a participação de sete crianças de ambos os gêneros, com idade entre 24 e 32 meses, e de duas professoras, todas integrantes de uma turma da Educação Infantil. Foram feitas sessões de filmagem, com anotações em diário de campo, ao longo de sete meses, relativas a duas atividades da rotina (de roda inicial e primeira atividade), analisando-se dez episódios com base no método microgenético, com a utilização da conversação adaptada à Psicologia.

Os resultados alcançados por Andrada (2006) demonstraram, no que concerne à fala egocêntrica, que ela compareceu ora com um caráter de fala descritiva, com a função de auxiliar e acompanhar as atividades da criança, ora com a qualidade de planejamento, em que a ação é antecipada pela fala, contribuindo com a organização do pensamento e desenvolvimento da atividade. De acordo com a autora, isso confirma a

concepção de Vigotski de que, primeiramente, a criança age e fala ao mesmo tempo, atribuindo-se, nesse caso, um caráter descritivo à fala egocêntrica. Gradualmente, a ação passa a ser antecipada pela fala, o que define a função planejadora da fala egocêntrica, até que esta tenha sua diminuição e transformação em uma forma silenciosa, representada pela linguagem interior, a qual ampliará seu papel de instrumento na resolução de problemas.

O trabalho de Cavaton (2010) teve como escopo analisar a fala, o desenho e a escrita de crianças, como ferramentas culturais mediadoras para a construção de conhecimento, nos diferentes tipos de interações, quer no contexto da sala de aula, quer em atividades individuais. A autora considera a fala egocêntrica com base na perspectiva de Vigotski, que atribui a esse fenômeno a função de autorregulação da criança e de regulação das ações, e apresenta estudos contemporâneos que confirmam essas funções, na execução de atividades escolares e do dia a dia.

Essas pesquisas indicam que, ao se depararem com dificuldades no desenvolvimento de tarefas, as crianças empregam uma fala com um caráter de autorregulação, de modo a assumir, paulatinamente, o controle que era desempenhado pelo adulto no desenrolar da atividade, o que atua, assim, como uma Zona de Desenvolvimento Proximal. A investigação de Cavaton (2010) foi feita em uma sala do primeiro ano do Bloco Inicial de Alfabetização de uma escola pública, ao longo de oito meses. Foram observadas e gravadas situações de fala, desenho e escrita de cinco crianças, com idades entre seis e sete anos, em sala de aula, nas interações professora / crianças, criança / criança e criança consigo mesma, além de atividades individuais de cada criança com a pesquisadora.

Os resultados apresentados por Cavaton (2010) demonstraram que a fala egocêntrica apresentou a qualidade de função organizadora do desenho e de soletração da escrita livre. Nas atividades de desenho, a criança falava para si mesma, com a função de organizar seu desenho, anunciar o que ia desenhar e fazer a narrativa da história, ao desenhar. No que tange à escrita, a criança soletrava a relação fonema / grafema, com o propósito de descobrir a letra que deveria usar na palavra ou texto que estava escrevendo.

Um ponto de destaque nessa pesquisa é que, de acordo com a autora, diferentemente do que estudos apontam, de que a fala egocêntrica tem sua maior frequência no enfrentamento de dificuldades, durante a realização de tarefas, os resultados evidenciaram que, quando a criança tenta escrever ou copiar uma palavra, ela fala para si, não pelo fato de estar em dificuldade, mas para compreender o mecanismo presente na relação fonema / grafema: “Ela repete várias vezes o som, há um esforço intelectual para descobrir qual letra faz aquele som” (CAVATON, 2010, p. 161). Foram observadas ainda funções da fala egocêntrica na construção de conhecimento na intersubjetividade, tais como: a de geradora da fala comunicativa, em que um enunciado sobre si serve de interlocução para que o coletivo realize determinada atividade, por exemplo, “o caso de Clara, quando de seu anúncio de desenhar o castelo [...] levou outras meninas a também desenharem [...] a partir de então, todos passaram a falar o que iam fazer [...]”; a de provocadora de questões no ouvinte ao solicitar esclarecimentos ao falante, como quando “[...] Felipe narrando sua história [...] o colega quis ver e saber do que tratava [...]. O Felipe elaborou sua explicação apresentando suas estratégias de imaginar a história.”; a de eliciadora de outras falas egocêntricas em diversos falantes: “É o caso de Renato e seus colegas, em que um dos meninos começou a nomear seus desenhos [...] e gerou a nomeação de outros elementos pelos demais meninos [...]; e a de geradora de avaliação, quando algum ouvinte reconhece um fato por ele considerado como errôneo e busca corrigi-lo (CAVATON, 2010, p. 96).

### 3.3 Pesquisas sobre a fala egocêntrica: segunda tendência

Em prosseguimento, são considerados aqueles estudos que se enquadram na segunda tendência, uma vez que proclamam as concepções de Vigotski a respeito da fala egocêntrica, no entanto, procuram ampliar o entendimento desse fenômeno com base em outros teóricos. Destaca-se que, em tais estudos, os sujeitos investigados são adultos aprendizes de língua estrangeira.

A pesquisa de Ferreira (2000) representa um importante esforço nesse sentido. Com o intuito de estudar a fala privada em sua relação com a habilidade oral, de forma a indicar alternativas para melhores

práticas didático-pedagógicas em língua estrangeira (LE), propõe sua abordagem sob uma perspectiva dialógica. Segundo a autora, as definições de fala privada, decorrentes das interpretações da própria concepção de linguagem em Vigotski, em especial pelos estudiosos da língua estrangeira, limitam-se à consideração de que é um fenômeno linguístico, no qual as elocuições do falante são dirigidas a si próprio, com as funções de autorregulação, de natureza cognitiva e de alívio emocional. A discordância está no fato de não ser levada em conta a função comunicativa da fala privada, em uma relação dialética com a cognitiva. De acordo com Ferreira (2000), tomando-se o estabelecido, na perspectiva de Vigotski, de que as funções mentais superiores têm seu desenvolvimento, em primeira instância, no plano interpsicológico, para posteriormente se manifestarem no intrapsicológico, em que a consciência é, então, socialmente dada, e que a lógica do discurso interior é a da sociedade, da interação verbal e do psiquismo, pode-se deduzir que a fala privada, pertencente ao psiquismo individual, não é totalmente privada, porque sua origem é social.

Esse aspecto salientado por Ferreira (2000) é igualmente passível de ser defendido com base em Bakhtin, já que, sendo a palavra um signo ideológico, gerado em sociedade, o discurso interior também será dirigido pela ideologia, não sendo possível, por conseguinte, a distinção nítida entre linguagem interna e externa. E mais árdua ainda seria a diferenciação entre a linguagem externa e a fala egocêntrica, compreendendo-se que esta seja de caráter intermediário. Assim, parece inútil insistir na rigorosa delimitação entre os enunciados sociais e os privados.

A pesquisa de campo de Ferreira (2000) foi efetuada em um centro de línguas de uma universidade federal, em duas turmas de nível iniciante – formadas, na maioria, por estudantes universitários de diferentes cursos–, em que foram observadas aulas de inglês, em específico, momentos de prática oral oferecidos pelo professor aos alunos, em pares.

Na análise dos resultados, a autora buscou evidenciar que a fala social e privada convivem dialogicamente, não sendo passíveis, na produção linguística, de separações rígidas. Embora haja o convívio da fala social com a fala egocêntrica, esta tem sua existência, a qual pôde

ser identificada por marcas linguísticas indicativas do processo de reflexão sobre a língua, da atividade epi / metalinguística, as quais se referiram ao processo de elaboração e reelaboração, que ocorreu por meio de repetições, uso da linguagem materna, alongamento de sons e tentativas de elaboração, acompanhadas de apelo ao interlocutor, com interjeições e traduções de termos. Tal processo interno expressa o alcance de compreensão e o embate do aluno com a língua estrangeira, de maneira reflexiva e elaborativa (ações epi e metalinguística), o que perpassa o processo de composição do enunciado, que é externo (ação linguística). A autora aponta ainda para a importância de esse trabalho com a língua(gem) ser respeitado e considerado pelo professor.

A pesquisa de Pinho (2009), também retratada em Pinho e Lima (2010), teve o propósito de investigar o papel da fala privada na aprendizagem de inglês, como língua estrangeira, por meio da análise de sua utilização por adultos envolvidos em tarefas colaborativas. Pinho (2009) destaca que, apesar de os estudos vigotskianos indicarem que a fala privada pode ser diferenciada da fala social, com base nos critérios de predicação, condensação e subvocalização, outras pesquisas têm demonstrado que essa diferenciação não é tão nítida, visto que a fala social pode ter função regulatória, e a privada, a faculdade de compartilhar de propriedades estruturais com a comunicação social.

A investigação empírica de Pinho (2009) contou com a participação de catorze alunos de duas turmas de um curso de inglês de uma universidade federal. Os alunos eram de nível iniciante e pré-intermediário, com idades entre 32 e 54 anos. O estudo contemplou a aplicação de uma tarefa desafiadora colaborativa, em duplas, e os dados foram gravados em áudio e vídeo.

Os resultados revelaram que a natureza dos diálogos, presentes durante a realização da tarefa, influenciou a produção da fala privada vinculada à social. O uso da fala privada compareceu na busca de compreensão da tarefa, na manutenção do foco, na organização do raciocínio, assim como estratégia autorreguladora recíproca, nesse caso, na forma de diálogo ou por meio de metacomentários, para alívio emocional. A ocorrência da fala privada, na presença de outrem, favoreceu não somente a construção do conhecimento individual, como também do coletivo. Os participantes “pensavam em voz alta”, com

propósito tanto cognitivo como social, havendo o intercâmbio entre as atividades intrapsicológicas e interpsicológicas (PINHO, 2009, p. 72).

A pesquisa de Quast (2009) parte das críticas de Vigotski quanto às acepções sobre linguagem interior vigentes em sua época e, além de focar alguns aspectos salientados nos estudos em torno da fala privada / interna, as funções e papéis para elas apontadas e a questão da dicotomia interno / externo, relaciona-se ao trabalho de Ferreira (2000), que faz um esforço para vencer a dicotomia social / privado. Além do mais, com base nos trabalhos do Círculo de Bakhtin, busca redimensionar a compreensão da fala privada. Assim, parte da hipótese de que a investigação da fala privada (responsável pela compreensão consciente, pelo planejamento, monitoração, autorregulação, autorreflexão, reelaboração, (re)estruturação do pensamento) poderia permitir reflexões sobre a relação discurso / cognição e a apropriação da língua estrangeira.

Essa pesquisa, a qual se insere no campo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras (LEs), foi conduzida pela professora-pesquisadora em uma Instituição Federal de Ensino Superior do Estado de São Paulo. Os participantes foram três alunos, com idade entre 18 e 22 anos, que não haviam cursado inglês em institutos de línguas, previamente. A metodologia de pesquisa empregada fora o paradigma indiciário ou modelo epistemológico baseado na semiótica, além da análise microgenética. Entre os instrumentos usados para coleta dos dados, encontram-se as entrevistas informais, a gravação em vídeo das aulas (e posterior transcrição), além do diário da professora e dos relatos verbais espontâneos dos alunos.

Quast (2009) aborda os problemas metodológicos que a maioria dos pesquisadores procede, ao “recortar” a fala privada, entre os quais está a diferenciação entre fala privada e fala social, que, segundo a autora, é algo extremamente complexo, pois a fala privada compartilha propriedades da fala social, enquanto a fala social também atua como autorreguladora.

No plano epistemológico, ao passo que as pesquisas revisadas partem de uma abordagem monológica, Quast (2009) se embasa em uma perspectiva dialógica, bakhtiniana, de linguagem. A fala privada é tomada, portanto, como indício da atividade que ocorre no âmbito do

discurso interior, podendo exprimir parte do diálogo que ali se desenrola. A partir disso, com base no signo ideológico, no dialogismo, devido a cada enunciado já ser uma tomada de posição avaliativo-valorativa, conter ao menos um ponto de vista, estar sempre orientado ao outro, a autora arriscou afirmar que a fala privada é argumentativa. Quast (2009) enfatiza, igualmente, a atividade epilinguística, constituída das ações sobre a linguagem, ou melhor, da reflexão que envolve os recursos expressivos enquanto objeto. Na idade adulta não se trataria mais de “fala egocêntrica”, mas de atividade epilinguística, a qual integra o processo verbal.

Os resultados de sua pesquisa enfatizam a plurifuncionalidade da fala privada e que ela pode estar misturada à fala dirigida ao outro, presente na interação. Indicam, em acréscimo, sua natureza dialógica e argumentativa. Verifica-se um denso diálogo entre palavras, enunciados, contextos, confrontos de vozes e posições, desvelando a intensa movimentação e interlocução que acontecem nessa fala, a qual pode ser, em várias circunstâncias, tratada com indiferença, ou ainda, calada. Chama-se a atenção ao fato de que a fala em questão pode dar sinais do trabalho realizado no processo de constituição de conhecimento, revelando outros elementos da dinâmica discursiva de sala de aula, até então inaudíveis.

### 3.4 Pesquisas sobre a fala egocêntrica: terceira tendência

Será abordado, enfim, o estudo de Lier-De Vitto (1994), que se enquadra na terceira tendência, uma vez que, apesar de sinalizar para os trabalhos de Piaget e Vigotski, diferentemente dos demais, oferece outra abordagem sobre a fala egocêntrica, a qual não se fundamenta à luz nem da perspectiva histórico-cultural, nem da Epistemologia e Psicologia Genéticas. Além disso, o foco, nessa tendência, está na criança em sua tenra infância, uma vez que se volta a estudos sobre os monólogos no berço, em especial nas situações em que a criança está sozinha.

Em sua pesquisa, Lier-De Vitto (1994) objetiva localizar o porquê da presença sintomática dos monólogos (fala descontínua e irregular) e oferecer uma interpretação alternativa para eles. A autora mostra-se afiliada ao interacionismo, por meio do qual tem sua definição

maior na noção de especularidade e na proposição de que, ao se ter que se colocar diante da linguagem a conhecer, a interação com o outro se torna uma condição necessária. Nessa proposta, o outro é apresentado como lugar de funcionamento, isto é, enquanto discurso ou instância de funcionamento da língua constituída; e o sujeito é “lugar” em que se tecem as tramas das relações e dos sentidos: ele não está diante da linguagem, mas a linguagem acontece nele, o atravessa, desliza e / ou se articula.

A autora efetua uma revisão bibliográfica acerca de produções sobre os monólogos das crianças, a iniciar por Piaget e Vigotski, avançando, posteriormente, para a área da Aquisição da Linguagem, especialmente pela obra de Ruth Weir (1962). Ao argumentar sobre o fato de a linguagem ser condição necessária, mas insuficiente, na teoria de Piaget, Lier-De Vitto (1994) ressalta que Piaget (1945 [1975]), na obra *A formação do símbolo na criança*, não abandona os pontos de vista assumidos em *A linguagem e o pensamento* (Piaget, 1923 [1986]), pelo contrário, que o paralelismo entre os desenvolvimentos cognitivo e social nesta declinado ganha consistência naquela, ao ser subordinado ao funcionamento de um regulador central. No esforço dessa explicação, Lier-De Vitto (1994) se opõe a Piaget, por retirar da linguagem o poder de significar. A linguagem se constitui como condição necessária, mas não suficiente à constituição das operações, sendo necessária a sua “formulação” ou objetivação, mas nunca a sua construção. Para a autora, na descrição de Piaget de que o monólogo seria “[...] a fala por meio de frases curtas, entrecortadas de silêncios prolongados ou de palavras de outras crianças” (LIER-DE VITTO, 1994, p. 36), essas palavras dos outros são presenças no falar da criança, como contraface de seu silêncio, espelhando, inclusive, sua sociabilidade – e não o contrário –, de modo que critica o estudioso, por não enxergar o avanço dessa linguagem e tê-la concebido como “sinal negativo”, no que concerne à socialização.

Embora haja uma divergência radical entre as trajetórias do desenvolvimento ontogenético concebidas por Piaget e Vigotski, segundo a autora, este mantém a fala egocêntrica, a exemplo de Piaget, no livro de 1923 (PIAGET, 1923 [1986]), como lugar empírico de expressão de um plano que não se dá a ver, reinterpretando-a no sentido de lhe atribuir um estatuto capaz de torná-la mais ajustada ao modelo de

desenvolvimento que propõe. Esse é o motivo de a ideia de internalização se impor, sendo a fala egocêntrica chamada a explicitar o início e o desenvolvimento desse processo, conferindo-se a ela o estatuto de elo genético (período de transição).

A autora aponta ainda que, para Vigotski, é na fala egocêntrica que se realizaria o cruzamento entre as linhas genéticas, até então independentes, para inaugurar as “formas tipicamente humanas” de comportamento; contudo, ele não esclarece o que leva à convergência dessas linhas, de maneira que ela o critica, porque, acima de tudo, isso não exclui o impasse decorrente da permanência da dicotomia interno / externo (a separação dos domínios da função externa / interpessoal e a função interna / intrapessoal da linguagem). Conquanto, incontestavelmente, os passos de Vigotski resultassem na novidade da introdução da linguagem como elemento revolucionário na Psicologia do Desenvolvimento, a fim de realizar o deslocamento teórico que almejou (o de colocar a linguagem como protagonista), Vigotski teria que remover, ou melhor, romper, o obstáculo inicial, ou seja, sua aceitação da separação interno / externo. Assim, teria de haver uma ruptura na explicitação de que a linguagem é um mero instrumento inter ou intrapsicológico de regulação, ou de controle de comportamento, passando a desempenhar o papel de “estruturante”, com um modo de funcionamento como produtora de sentidos.

Segundo Lier-De Vitto (1994), Ruth Weir (1962) aproxima-se de Vigotski, ao assumir que a noção de internalização implica uma subjetividade que se desenvolve e se consolida em uma esfera privada, em um retiro interno / individual. Nesse sentido, os monólogos, na opinião de Weir (1962), refletirão esse momento crucial da unificação do sujeito, no qual ele passa a objeto de si mesmo; no entanto, a “natureza dialógica do discurso interior” fica diluída no interior de um trabalho cujo objetivo primeiro é oferecer, com base nos monólogos no berço, argumentos favoráveis à ideia de que as “produções solitárias” da criança exibem sua independência em relação ao outro, independência que é correlativa ao controle gradual que passa a ter dos padrões da língua.

Entretanto, a importância de Ruth Weir é ressaltada, pois, conforme a autora, é ela que *localiza* um problema que se pode dizer propriamente teórico. Embora tenha mantido a hierarquia entre a

aquisição do sistema subjacente e o discurso, Weir (1962) se inquieta e procura atribuir dignidade ao “discurso cotidiano”. É no caminho aberto por Weir (1962) que Lier-De Vitto (1994), com sua posição interacionista, vai considerar que os monólogos deixam ver, sobretudo, sua determinação dialógica e discursiva. Sustentar que nos monólogos a criança “fala de si” e “para si” significa negar que lá estejam o outro e os outros. Significa, igualmente, atrelar interação à ideia simplista de alternância ou reversibilidade de papéis entre indivíduos / sujeitos, entre “seres-em-si-mesmos”. Os “erros categoriais”, arranjos textuais desajeitados, inconclusos, e a “falta de clareza” dessas produções são momentos em que a criança decide explorar a linguagem: quando predomina a função poética, ela “explora intencionalmente” os sons da linguagem; quando está em questão a função metalinguística, ela interrompe o discurso para “testar” itens em uma posição particular num “padrão estrutural”; quando prevalece a função fática, os ruídos e os vocativos denunciam a “determinação” da criança em “manter o canal aberto”; ou seja, dependendo da intenção de momento da criança, a fluência discursiva será afetada.

Para a autora, portanto, vozes diversas circulam na criança, nos diálogos e nos monólogos. Nos diálogos, a criança tem a palavra do outro, daquele que, por ser da ordem da linguagem, tira da deriva os fragmentos múltiplos que circulam pela voz da criança, ao submetê-los à cadeia significativa num domínio de sentido particular. Nos monólogos, os enunciados articulam-se dialogicamente, mas nem sempre têm direção. Será frente aos monólogos que o sujeito irá nascer no campo da linguagem, onde se encontrará no outro e com ele mesmo. E o que conta nesse outro é exatamente o que ele fala. Por isso, a questão relativa à condição de produção dos monólogos deve ser colocada indagando-se sobre o efeito que tem, sobre a criança, o silêncio do outro. Lier-De Vitto (1994) conclui, então, que é nesse silêncio que o sujeito é situado no interior de uma articulação significativa a qual o aprisiona em redes históricas que se entrecruzam, resultado este decorrente da condição de produção de “não ser escutado”.

#### **4 Discussões**

Inicialmente, chama a atenção a escassez de pesquisas sobre o tema tratado, considerando o período de busca, ou seja, em três décadas, conforme informações disponíveis no Banco de Teses da CAPES, somente oito investigações se voltaram para a análise da fala egocêntrica, três na década de 1990, e cinco no período de 2000 a 2010. Destaca-se também o fato de, entre as produções encontradas, nenhuma abordar a fala egocêntrica à luz da Epistemologia e Psicologia Genéticas; na maioria dos casos em que há referência a essa perspectiva, ressaltam-se as críticas de Vigotski às interpretações de Piaget, a despeito de se reconhecer sua importância e pioneirismo, nesse âmbito. Há ainda aquelas estudiosas (FERREIRA, 2000; PINHO, 2009) para as quais, mais do que discordâncias entre as concepções de Piaget e Vigotski sobre a fala egocêntrica, existiriam diferentes elementos de análise, sob a argumentação de que a distância entre ambos se daria mais pelo interesse de investigação do que pelas formulações em si. Piaget teria se voltado mais a aspectos relativos à (não) sociabilidade, enquanto Vigotski teria privilegiado à implicação dessa linguagem no desenvolvimento cognitivo. Lier-De Vitto (1994) levanta em sua tese, conforme suas próprias palavras, “pontos de contato no *fundamental*” entre Piaget e Vigotski, sendo que o principal seria a circunstância de ambos aceitarem a dicotomia interno / externo, ou seja, um domínio subjetivo / inacessível / interno e outro objetivo / social / externo.

Nesse mesmo sentido, quanto à diferenciação que pode ser evidenciada no que tange à idade dos participantes conforme as diferentes tendências, na primeira, que tem como referencial os pressupostos de Vigotski, em que os estudos são feitos com crianças em idade pré-escolar, a linguagem egocêntrica é retratada, sobretudo, no percurso genético da constituição das funções psicológicas superiores, como um “elo” de transição entre o discurso social e o interno, e em sua função fundamental no desenvolvimento do pensamento infantil. Ela se manifesta no momento da passagem dos processos interpsicológicos para os intrapsicológicos, por isso mantém a forma da fala socializada e a função da linguagem interior.

Quast (2009, p. 63) esclarece que a fala egocêntrica na criança possibilita visualizar como duas linhas genéticas, que tinham seu

desenvolvimento paralelamente (o pensamento pré-verbal e a linguagem pré-intelectual), encontram-se e originam uma “forma especificamente humana de funcionamento verbal”, o pensamento verbal, que passa a ser mediado simbolicamente pela linguagem, transformando a organização da consciência. Em sua interpretação, a autora aponta para a discussão de Vigotski com relação à fala egocêntrica como vinculada às novas funções que a linguagem assume na criança, o que lhe permite formas mediadas de ação. Porém, segundo a autora, não obstante Vigotski anunciar o funcionamento dialógico da fala egocêntrica e da linguagem interior, ele não vai adiante nesse sentido, oferecendo pouca contribuição ao entendimento da fala egocêntrica no adulto.

Assim, podemos entender porque em estudos sobre esse tipo de fala em adultos, como é o caso daqueles denominados neste texto como da segunda tendência, os pesquisadores buscam se fundamentar também em outros teóricos, em especial em Bakhtin, de modo a considerarem a função comunicativa da fala privada, e sua convivência dialógica com a fala social.

De acordo com Ferreira (2000), as limitações de estudos de autores circunscritos a Vigotski e que, predominantemente, realizam suas pesquisas em crianças é a de que a fala privada seria considerada como, principalmente, voltada para si mesmo com as funções de autorregulação, de natureza cognitiva e de alívio emocional, não se contemplando o papel comunicativo da fala privada, em uma relação dialética com a dimensão cognitiva. E, segundo Pinho (2009), deve-se haver uma compreensão diferente da fala egocêntrica / privada com relação à sua manifestação na criança e no adulto, uma vez que enquanto na primeira sua constituição ainda está atrelada ao desenvolvimento do pensamento verbal, no adulto, comparece mais como um meio de autorregulação do próprio comportamento. No entanto, a fala privada também pode assumir outras funções, tal como apontado por Quast (2009), em que, ao se considerar a indistinção entre interno e externo e considerar a linguagem como atividade significante, ela pode se revelar em sua complexidade, e como um indício da atividade que ocorre no âmbito do discurso interior, porém pressupondo um interlocutor e exprimindo parte do diálogo que ali se desenrola, e não unicamente como internalização da linguagem ou em sua função de autorregulação.

Apesar dessas diferenças, podem ser reconhecidos os alcances dos estudos que se inserem nas três tendências. Naqueles da primeira tendência, que desenvolveram suas pesquisas com crianças em idade pré-escolar, são realçadas as seguintes contribuições: indicam a relevância da fala egocêntrica para a compreensão de aspectos essenciais da teoria de Vigotski, como da passagem do intersíquico para o intrapsíquico (AGUIAR, 1998); confirmam, empiricamente, formulações de Vigotski a respeito, tal qual o estudo de Andrada (2006), que verificou nas crianças participantes de sua pesquisa, primeiramente, o caráter descritivo da fala egocêntrica, e, posteriormente, sua função planejadora; e não obstante irem ao encontro dos postulados de Vigotski, enfatizam aspectos que podem ser considerados, até mesmo, originais, como o trabalho de Cavaton (2010), que reitera o papel de organização e regulação da fala egocêntrica, mas também ressalta a possibilidade de esse tipo de linguagem ser direcionado ao outro social, o que dá destaque à sua função de eliciadora da fala comunicativa e da construção do conhecimento, na relação interpsicológica.

No que tange às implicações educacionais apontadas por esses estudos, Azulay (1995), Andrada (2006) e Cavaton (2010) indicam a importância de se reconhecer as intenções e necessidades de expressão da criança, assim como seu papel ativo na construção do conhecimento, em que algumas estratégias são colocadas em ação – entre as quais a fala egocêntrica. Além disso, ao focar a função de autorregulação da fala egocêntrica, na perspectiva de Vigotski, Cavaton (2010) arrola várias pesquisas recentes que atestam a validade dos postulados de Vigotski sobre esse aspecto no desenvolvimento de tarefas escolares, podendo, até mesmo, atuar como Zona de Desenvolvimento Proximal.

Verifica-se, assim, que esses trabalhos propiciam o entendimento da fala egocêntrica e, essencialmente, confirmam as formulações de Vigotski e a relevância de se considerar esse fenômeno no contexto educativo, para que tenha sua livre manifestação e que, ao contrário de ser repreendido, seja utilizado como um instrumento promovedor do aprendizado e, conseqüentemente, do desenvolvimento cognitivo. Nota-se, igualmente, que Azulay (1995), Andrada (2006) e Cavaton (2010) citam Bakhtin, em seus estudos – teórico bastante lembrado por aqueles autores que procuram trazer novas compreensões para o fenômeno em

pauta – no entanto, esse mesmo autor não é empregado nesses trabalhos, com o propósito de entender e / ou explicar a fala egocêntrica.

Quanto aos trabalhos qualificados como da segunda tendência, de início, esses merecem reparo no emprego do termo *fala privada* em vez de *fala egocêntrica*. Em relação a esse fato, as autoras exploram justificativas com base em Flavell (1966), que foi quem o cunhou, porém, elas se valem de diferentes argumentos. Ferreira (2000) salienta os problemas da terminologia *fala privada*, por remeter literalmente à fala para si próprio, acessível apenas a si, que não é pública, apenas privada. E, a despeito de utilizá-lo, admite sua preferência por *fala egocêntrica* – termo adotado por Piaget –, por concordar com o sentido presente nessa perspectiva, que considera, mesmo que seja de maneira frágil, o aspecto dialógico, já que esse teórico considerou o monólogo coletivo. Pinho (2009) e Pinho e Lima (2010), por sua vez, destacam que a adoção do termo *fala privada* se deu por trazer a marca de autorregulação da fala, de modo que representa melhor o significado atribuído na perspectiva de Vigotski, assim como anuncia o retorno da fala egocêntrica no adulto, no esforço de autocontrolar seu comportamento.

Quast (2009) emprega igualmente o termo *fala privada*, para fazer referência à fala egocêntrica, conforme discutida por Vigotski. Elege esse termo, observando a recomendação de que não possui a acepção de inabilidade de adotar a perspectiva do outro, relacionada à interpretação piagetiana. E, ainda que entenda que ambas as terminologias soem inadequadas, decide pela manutenção de *fala privada*, porque é usada no campo de aquisição de segunda língua / língua estrangeira (SLA), à luz da perspectiva Histórico-Cultural.

Conquanto o texto de Smolka (1993) não integre o conjunto de trabalhos atinentes à pesquisa bibliográfica aqui apresentada, é proveitoso fazer referência a ele, uma vez que evidencia como o estudo desse aspecto do desenvolvimento humano traz ambiguidades, dissensos e problemas de interpretação. Conforme Smolka (1993), uma das dificuldades em nomear o fenômeno da fala egocêntrica está em sua associação com o que Piaget chamou de pensamento egocêntrico, e à concepção, nesse contexto, de que a fala egocêntrica, como não socializada e não comunicativa, parece prescindir, totalmente, da

presença física ou imagem internalizada do outro, em que a orientação da vocalização como “fala para si” deixa de levar em conta a possibilidade de verbalização “para o outro”. Não concordando com esse sentido proveniente da perspectiva piagetiana, Smolka (1993) analisa a possibilidade do uso de *private speech*, proposto por Flavell, o qual ela também considera como inadequado na versão em português (“fala privada”), já que Smolka (1993) propõe uma leitura mais dialógica. Em face da impropriedade dos termos, sugere a continuidade do uso de *fala egocêntrica*. Nota-se, assim, que as interpretações de Smolka (1993) são confirmadas por Quast (2009), todavia, por outro lado, são discrepantes com respeito às de Ferreira (2000).

É grande a pertinência em recorrer a Smolka (1993), nesse contexto, pois é justamente a compreensão à qual ela se refere – de uma leitura mais dialógica – que representa o elo entre os estudos da segunda tendência.

Não obstante Smolka (1993) se posicionar de maneira a atribuir à hipótese de Vigotski maior razoabilidade quando comparada à de Piaget, para explicar o fenômeno da fala egocêntrica, ela afirma que aspectos das formulações de Vigotski apresentam algumas dificuldades que merecem mais investigações. A discussão fundamental refere-se à concepção de Vigotski da fala egocêntrica como um “estágio” de “transição”, de “elo intermediário” no processo de internalização, de “precedência” em relação à fala interna, o que conduz a uma linearidade que precisa ser reconsiderada, entre “[...] fala social (oral) / fala egocêntrica / fala interna / (e posteriormente) a escrita [...]” (SMOLKA, 1993, p. 39).

De acordo com Smolka (1993), no estudo da oralidade, da escrita e da fala interna, Vigotski afirma que, enquanto a fala externa, a qual possui predominantemente uma estrutura estendida, é a fala para o outro, a fala interna é a fala para si, com estrutura abreviada e predicativa. A fala egocêntrica, por sua vez, passa por diferentes estados, os quais antecedem o desenvolvimento da fala interna: da extensão à abreviação; é a mediação no movimento de internalização da fala externa, de forma a marcar a transposição fala-para-o-outro/fala-para-si e o surgimento das funções de planejamento e autorregulação. Para Vigotski, a forma oral da

linguagem é comumente dialógica, enquanto a escrita e a fala interna são formas monológicas.

O critério para a diferenciação entre as formas dialógicas e monológicas, usado por Vigotski, é a presença ou ausência de interlocutores nas situações concretas dos intercâmbios verbais. Conforme a autora, apesar de Vigotski ter considerado a natureza social e dialógica da linguagem, ele não elaborou de maneira explícita a dialogia internalizada, tanto no que diz respeito à atividade mental individual como sobre a escrita. E, segundo ela, é Bakhtin que possibilitará ampliar o conceito de diálogo, ao propor que as palavras alheias se transformarão em palavras próprias, as quais, ao serem incorporadas, se tornarão progressivamente anônimas, em um processo de monologização da consciência.

Esse processo, descrito por Bakhtin, de apreensão e transformação da fala do outro na constituição de significados e sentidos, vai ao encontro da noção de internalização proposta por Vigotski. O monólogo será, por conseguinte, a reprodução de um diálogo que o excede, pressupondo que a linguagem sempre consistirá em alguém falando para outro, mesmo que este seja um interlocutor ou um destinatário interior. O que caracteriza e define a dialogia, em Bakhtin, é justamente aquilo que o diferencia de Vigotski, a “[...] necessária *orientação para o outro*”, podendo-se prescindir da “presença do outro” (SMOLKA, 1993, p. 44).

Voltando-se aos estudos da segunda tendência, é possível confirmar, seja naqueles trabalhos fundamentados em Bakhtin, como os de Ferreira (2000) e Quast (2009), seja nos que não mencionam esse teórico, como o de Pinho (2009), ou até mesmo o de Lier-De Vitto (1994) – da terceira tendência –, a centralidade da dialogia na compreensão da fala egocêntrica, em que é defendida a recusa de posições dicotômicas e / ou lineares e reconhecida a dificuldade de nítida diferenciação entre esse tipo de fala e a social, já que a primeira tem um caráter intermediário, sendo inútil instar na rija delimitação entre os discursos sociais e os privados. Em acréscimo, é necessário admitir as inter-relações entre as funções comunicativas e reguladoras da linguagem (FERREIRA, 2000); certo tipo de fala é passível de conter propriedades do outro, visto que a fala social pode apresentar funções de

autorregulação, ao passo que a privada é suscetível de emergir em um espaço capaz de privilegiar a linguagem, em sua função comunicativa (PINHO, 2009).

Munidas desses pressupostos, essas estudiosas descortinam as marcas da dialogia, na fala egocêntrica, por meio de seus dados de campo, resultantes de pesquisas com adultos, entrelaçadas com as implicações educacionais que sugerem. Em vários casos, são justamente essas implicações que dão propulsão às investigações, uma vez que se têm como prioridade o uso cognitivo da fala egocêntrica e sua ligação com elementos comunicativos. Nesse sentido, buscam verificar como essa linguagem pode favorecer processos educativos, principalmente em adultos aprendizes da língua estrangeira. E os resultados confirmam essa direção. Tanto os dados de Ferreira (2000) como os de Quast (2009), por exemplo, evidenciam que, na aprendizagem da língua estrangeira, em atividades com pares, a fala privada e a social convivem dialogicamente, mesmo sendo possível delimitar a existência e função da privada, mediante diversas estratégias cognitivas – de elaboração, reelaboração, reflexão, interjeição, entre outras–, que favorecem o empenho e aprendizado dos alunos. Cavatton (2010), Pinho (2009) e Pinho e Lima (2010) enfatizam a relação da fala egocêntrica com a Zona de Desenvolvimento Proximal, seja por atuar dentro desse espaço, já que tende a comparecer quando as atividades são desafiadoras, seja por expandir capacidades cognitivas, tendo-a como recurso regulador.

Observa-se que, malgrado Ferreira (2000), Pinho (2009) e Pinho e Lima (2010) admitam, em relação à fala egocêntrica, uma dialogia constitutiva, dando maior ênfase que a atribuída por Vigotski à sua função comunicativa, além de a cognitiva e de alívio emocional, os dados de suas pesquisas de campo se restringem aos contextos interativos, ou seja, à presença (física) do interlocutor, diferentemente de Quast (2009), por exemplo, que, tal como Smolka (1993), dá saliência à dialogia internalizada. Assim, Quast (2009) apresenta possibilidades de análise da linguagem egocêntrica que extrapolam o observável, permitindo vislumbrar o diálogo, no até então considerado monológico, pressupondo-se os diferentes contextos e interlocutores que, embora não estejam presentes materialmente, têm sua existência e participação

psicológica. Atribui-se à fala egocêntrica, pois, a representação externa de diálogos internos, que podem e devem ser reconhecidos.

## **5 Considerações finais**

Procurou-se, com este estudo, contribuir para a divulgação de pesquisas nacionais sobre a fala egocêntrica, produzidas em diferentes Programas de Pós-Graduação, assim como ampliar sua compreensão, por meio da apresentação de dados científicos, favorecendo sua acessibilidade a pesquisadores e educadores.

Salienta-se que, apesar de a questão da fala egocêntrica ter sido tematizada e discutida por Piaget e Vigotski, é viável atentar para a escassez de trabalhos nacionais mais atuais que abordem esse fenômeno como objeto de estudo, o que sugere o pouco interesse demonstrado por esse aspecto. Adverte-se ainda que as reflexões de Piaget a esse respeito constituem um domínio que tem sido “negligenciado” nas pesquisas – o que, de certa maneira, acaba reforçando e validando as críticas sobre a irrelevância da questão linguística, em sua perspectiva–, e tais reflexões implicam uma compreensão que merece ser discutida nos dias de hoje.

Não obstante terem sido encontrados poucos trabalhos, destaca-se sua relevância e peso, sobretudo daqueles que não se limitam às formulações iniciais de Vigotski e buscam redimensionar a compreensão da fala egocêntrica, com o foco embasado, especialmente, nos trabalhos do Círculo de Bakhtin. Com efeito, a maioria destes tem concebido a fala dirigida ao próprio sujeito como dialógica, procurando suprimir a dicotomia interno / externo, social / privado.

Observou-se ainda que os estudos se diferenciam conforme as características dos sujeitos pesquisados, mormente àquelas relativas à idade e aos contextos em que os esses sujeitos se situam. Nesse sentido, no referente às implicações educacionais, na primeira tendência, dá-se relevância à importância de se considerar as necessidades e intenções de expressão da criança, e o alcance da fala egocêntrica como atividade de planejamento, organização e autorregulação em tarefas cognitivas e escolares, assim como para a aprendizagem e desenvolvimento da criança.

Na segunda tendência, as implicações voltam-se, de modo geral, e principalmente, à contribuição do papel da fala privada na compreensão do processo de ensino-aprendizagem inerente à apropriação da língua estrangeira em adultos aprendizes, sendo, então, investigada em sua relação com a habilidade oral. É enfatizada a relevância de se estudar seu uso cognitivo e regulador (mas não ficando restrito a ele), assim como para a compreensão de como os alunos buscam a superação de suas dificuldades na comunicação em língua estrangeira.

Na terceira tendência, as implicações teriam seu alcance na determinação dialógica e discursiva da linguagem na constituição do sujeito na tenra infância. Por fim, independentemente da tendência a partir da qual a fala egocêntrica / privada seja abordada, esta deve ser reconhecida, respeitada e estudada, em vários contextos e em manifestação pelos diferentes sujeitos. E, sobretudo, deve-se ter com relação a tal fala uma postura de escuta ativa e atenta, uma vez que sua expressão propicia o acesso a processos de elaboração, reflexão, planejamento, organização, autorregulação, e de construção do conhecimento pelo próprio sujeito e de modo intersubjetivo, na interação com o outro. Por conseguinte, a fala egocêntrica pode revelar ao educador não somente as dificuldades de seus alunos mas também aquilo que o sujeito coloca em pauta para a compreensão dos mecanismos da própria ação e o que por ele está em apropriação e / ou já foi apropriado. Estudos evidenciam ainda a dimensão dialógica dos enunciados desse tipo de fala, ou seja, sua função comunicativa em uma relação dialética com a cognitiva.

## 6 Referências

AGUIAR, Maria Aparecida Lapa. *A relevância da linguagem para o desenvolvimento humano: contribuições da perspectiva vygotskiana para a educação*. 1998. 140p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1998.

ANDRADA, Lorena Pimenta de. *Interação e construção de conhecimento em situação de roda na Educação Infantil*. 2006. 176f.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

AZULAY, Kelman Celeste. *Sons e gestos do pensamento: um estudo sobre a linguagem egocêntrica na criança surda*. 1995. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981. (Original publicado em 1929).

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV, V.N.). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1986. (Original publicado em 1929).

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Original publicado em 1979).

BERK, Laura. Crianças que falam sozinhas. *Revista Mente e Cérebro*, Ano XIV, n. XIV, jan. 2007.

CAVATON, Maria Fernanda Farah. *A mediação da fala, do desenho e da escrita na construção de conhecimento da criança de seis anos*. 2010. 174f. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

DIAZ, Rafael M. Methodological concerns in the study of private speech. In: DIAZ, R. M.; BERK, L. E. (Org.). *Private speech: from social interaction to self-regulation*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1992.

DIAZ, Rafael M.; BERK, Laura E. (Org.). *Private speech: from social interaction to self-regulation*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1992.

FERREIRA, Marília Mendes. *A fala privada (não tão) em interações de alunos realizando atividades orais em língua estrangeira*. 2000. 210f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

FLAVELL, John. Le Langage Privé. *Bulletin de Psychologie*, v.19, n.4, p. 698-701, 1966.

LIER-DE VITTO, Maria Francisca De A. *Os Monólogos da criança: "Os delírios da língua"*. 1994. 205f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1994.

LIER-DE VITTO, Maria Francisca. Subjetividade e linguagem: um olhar sobre a psicologia do desenvolvimento e a aquisição da linguagem. *Distúrbios da Comunicação*, v. 9, n. 1, p. 22-33, dez. 1997.

MONTERO, Ignacio; De DIOS, Mária-José; HUERTAS, Juan A. El desarrollo de la motivacion en el contexto escolar: Un estudio a través del habla privada. *Estudios de Psicología*, v. 22, p. 305-18, 2001.  
<<http://dx.doi.org/10.1174/021093901753581367>>

MONTERO, Ignacio; De DIOS, Mária-José. Vygotsky was right. An experimental approach to the relationship between private speech and task performance. *Estudios de Psicología*, v. 27, n. 2, p. 175-189, 2006.  
<<http://dx.doi.org/10.1174/021093906777571709>>

PIAGET, Jean. Comentários de Piaget sobre observações críticas de Vygotsky concernentes a duas obras: A linguagem e o pensamento da criança e O raciocínio na criança. In: VYGOTSKY, L. S. *Pensiero e Linguaggio*. Firenze: Giunti, 1966. (Apêndice).

PIAGET, Jean. *O raciocínio na criança*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1967. (Original publicado em 1924).

PIAGET, Jean. A linguagem e as operações intelectuais. In: AJURIAGUERRA, J.; BRESSON, F.; FRAISSE, P.; INHELDER, B.; OLÉRON, P. (Org.). *Problemas de psicolingüística*. São Paulo: Mestre Jou, 1973a. p. 63-74.

PIAGET, Jean. *Estudos Sociológicos*. Rio de Janeiro: Forense, 1973b. (Original publicado em 1965).

PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: INL, 1975. (Original publicado em 1945).

PIAGET, Jean. *A linguagem e o pensamento da criança*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. (Original publicado em 1923).

PIAGET, Jean. *A linguagem e o pensamento da criança*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Original publicado em 1923).

PIAGET, Jean. *A representação do mundo na criança*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2005. (Original publicado em 1947).

PINHO, Isis da Costa. *A fala privada na aprendizagem de inglês como língua estrangeira em tarefas colaborativas*. 2009. 88p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

PINHO, Isis da Costa; LIMA, Marília dos Santos. A fala privada no desenvolvimento de tarefas colaborativas em inglês. *Calidoscópico*, Unisinos, v. 8, n. 1, p. 38-38, jan./abr., 2010.

QUAST, Karin. *Discurso interior e o processo de ensino-aprendizagem da língua estrangeira*. 2009. 200p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

RAMIREZ, Juan D. Functional differentiation of social and private speech: A dialogic approach. In: DIAZ, R, M.; BERK, L. E. (Org.). *Private speech: from social interaction to self-regulation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1992. p. 199-214.

SAN MARTÍN, Concepcion. Estudio de la emergência del habla privada en una situación comunicativa infantil de juego y sus relaciones con el conflicto comunicativo. *Anuario de Psicología*, Barcelona, v. 35, n. 1, p. 71-85, 2004.

SAN MARTÍN, Concepcion. Diversidad funcional del silencio en situación comunicativa: emergencia del silencio como marcador reflexivo en los mensajes infantiles. *Anuario de Psicología*, Barcelona, v. 39, n. 2, p. 231-248, 2008.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A dinâmica discursiva no ato de escrever: relações oralidade-escritura. In: GÓES, M. C. R.; SMOLKA, A. L. B. (Org.). *A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento*. Campinas: Papyrus, 1993.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. O instrumento e o símbolo no desenvolvimento da criança. In: VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 3-20.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987. (Original publicado em 1934).

VIGOTSKI, Lev Semenovich. A linguagem e o pensamento da criança na teoria de Piaget: estudo crítico. In: VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 19-96. (Original publicado em 1934).

WEIR, Ruth. *Language in the crib*. The Hage, Holanda: Mouton & Co, 1962.

WINSLER, Adam; NAGLIERI, J. Overt and covert verbal problem-solving strategies: Developmental trends in use, awareness, and relations with task performance in children aged 5 to 17. *Child Development*, v. 74, p. 659-678, 2003. <<http://dx.doi.org/10.1111/1467-8624.00561>>





# A memória cognitivo-discursiva: entre discurso, Psicanálise e cognição

*The cognitive memory discourse:  
between discourse, Psychoanalysis and cognition*

Bruno Focas Vieira Machado<sup>1</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.  
b\_machado@uol.com.br

**Resumo:** Este texto pretende promover um debate interdisciplinar sobre as relações entre os conceitos de *sujeito*, de *discurso* e de *memória*, tal como são encontrados na Análise do Discurso Francesa e na Psicanálise; contrastando-os com as teorizações contemporâneas do campo da *cognição social*, mais propriamente pelas contribuições trazidas por Sophie Moirand e por Marie-Anne Paveau. Para cumprir esse objetivo, busca-se problematizar o paralelismo cognitivista que a contemporaneidade coloca para ambos os campos, o que culmina na construção de um novo conceito: a *memória cognitivo-discursiva*. Esse novo conceito é problematizado à luz da Análise do Discurso e da Psicanálise, consolidando uma reflexão sobre os efeitos contemporâneos do cognitivismo e do discurso da ciência em cada um dos campos de saber, assim como sobre a maneira em que ambos podem estabelecer um diálogo.

**Palavras-chave:** discurso; cognição; memória; Psicanálise.

**Abstract:** This text aims to promote an interdisciplinary debate on the relationship between the concepts of *subject*, *speech* and *memory*, such as they are found in the French Discourse Analysis and Psychoanalysis; contrasting them with contemporary theories from the field of *social cognition*, more properly the contributions made by Sophie Moirand and Marie-Anne Paveau. To achieve this goal, we problematize the cognitive parallelism that the contemporary world poses for both fields, culminating in the construction of a new concept: the *cognitive-discursive memory*. This new concept is questioned in the light of Discourse Analysis and Psychoanalysis, consolidating a

---

<sup>1</sup> Bolsista do PNPd/CAPES pela FALE/UFMG.

reflection on the contemporary effects of cognitivism and the discourse of science in each of the fields of knowledge, as well as about the way both of them can establish a dialogue.

**Keywords:** discourse; cognition; memory; Psychoanalysis.

Recebido em: 11 de julho de 2014.

Aprovado em: 14 de maio de 2015.

## 1 As ciências cognitivas e a Análise do Discurso

Proponho iniciar este texto com uma afirmativa de Paveau (2005), presente no artigo *Retrouver la mémoire. Parcours épistémologique et historique*. A autora, de uma forma que considero provocativa, aborda a pertinente problemática de uma *renovação* da Análise do Discurso no mundo contemporâneo, especialmente no que diz respeito à noção de *memória*:

Nous proposons de retravailler la notion de mémoire en AD, grâce aux résultats de travaux dans la domaine de la cognition distribuée. C'est un renouvellement qui voudrait à la fois conserver la richesse conceptuelle de la sémantique discursive et rendre compte des formes contemporaines de production et de circulation des discours (PAVEAU, 2005, p. 3).<sup>2</sup>

Em *Discours et cognition: les prédiscours entre cadres internes et environnement extérieur*, Paveau (2007) explicita que a *cognição distribuída*, surgida no início da década de 90, é um conceito dinâmico no campo da cognição social por levar em consideração o contexto entre o *interno* e o *externo*, assim como por reconhecer a existência de uma

---

<sup>2</sup> “Propomos um novo trabalho sobre a noção de memória em AD, em função dos resultados de trabalhos no domínio da cognição distribuída. É uma renovação que busca, ao mesmo tempo, conservar a riqueza conceitual da semântica discursiva e dar conta das formas contemporâneas de produção e de circulação dos discursos.”

colaboração entre as produções discursivo-cognitivas individuais de cada um e entre as produções individuais e sociais. Nas palavras da autora, a hipótese da *cognição distribuída* é a mais pertinente para o tratamento verdadeiramente contextualizado das produções discursivas. Paveau prossegue sua argumentação colocando em causa o polêmico lugar das ciências cognitivas no campo da Análise do Discurso Francesa:

Il pourrait sembler paradoxal d'articuler sciences cognitives et AD, cette dernière, dans la version qui nous intéresse, s'étant construite sur le politique, l'historique et le psychanalytique, en un mot et pour aller très vite, sur tout ce que la révolution cognitive des années 1950 a contribué à remettre en cause (PAVEAU, 2005, p. 3).<sup>3</sup>

A autora, ao se reportar à *cognição social*, primeiramente desenvolvida em um contexto anglo-saxão a partir do final da década de 1980, observa que uma *revisão de crenças* se impõe na atualidade, tanto para os analistas do discurso quanto para os cognitivistas: a Análise do Discurso e a cognição social são compatíveis, e suas respectivas teorias, saberes e métodos podem dialogar.

O conceito de *cognição social*, desenvolvido por Paveau (2005) e Moirand (2007) é crucial para o primeiro ponto de interface proposto neste texto. Em *Discours et cognition: les prédiscours entre cadres internes et environnement extérieur*, Paveau (2007) defende a ideia de que a AD está em busca de um novo *sopro teórico*.

Trata-se de repensar a cognição como um fenômeno discursivo, articulado ao social e, dessa forma, para além de uma hipótese do reducionismo biológico do funcionamento cognitivo. Ainda de acordo com Paveau (2005), adotar o ângulo sociocultural em ciências cognitivas implica fazer um certo número de escolhas epistemológicas, entre elas, a de sustentar uma hipótese contrária à da cognição neurobiológica.

---

<sup>3</sup> “Poderia parecer paradoxal articular ciências cognitivas e AD, sendo essa última, na versão que nos interessa, construída sobre o político, o histórico e o psicanalítico; em uma palavra e de forma direta, sobre tudo o que a revolução cognitiva dos anos 1950 contribuiu para pôr em xeque”.

Em *Discours et cognition: les prédiscours entre cadres internes et environnement extérieur*, Paveau (2007) comenta que a cognição social é constituída por uma miríade de trabalhos, discussões e orientações que, desde a década de 1990, oferecem uma alternativa para a chamada cognição dita *clássica* ou *tradicional*, que repousa sobre a *hipótese internalista*. O *paradigma internalista* foi desenvolvido a partir da década de 1950, no campo da inteligência artificial, da psicologia cognitiva e também da filosofia, da linguística e da neurociência. O *paradigma externalista* ou *social e cultural*, por sua vez, tem raízes na sociologia, na antropologia e, em menor grau, na psicologia e na filosofia. Assim, as abordagens para a cognição social são baseadas em escolhas teóricas que se apoiam sobre a natureza do espírito e na definição de contexto como ambiente material.

Essa hipótese se apoia na existência de estruturas cognitivas *externas* ao indivíduo, que são as *ferramentas linguísticas* utilizadas pelo falante na produção do discurso. Citando Paveau (2005, p. 3): “Nous pensons qu’il existe bien des savoirs et de croyances, bref des propositions et une pensée, mais articulées avec le monde extérieur, l’environnement, les artefacts, et non pas seulement encapsulées dans de modules internes.”<sup>4</sup>

Essas ferramentas linguísticas podem ser instrumentos externos, como livros e demais instrumentos de leitura; assim como as próprias estruturas sociais de produção e acumulação de conhecimento, tais como as enciclopédias. Proponho denominar essas estruturas cognitivas externas de *campo semântico*, um conceito que compreende a articulação entre os elementos linguísticos e suas relações em uma área de significação dada, tal como foi trabalhado por Pêcheux, em *Análise Automática do Discurso*, obra de 1969.

De fato, a Análise do Discurso se define também como semântica, um ponto de articulação pelo qual atravessam as questões que desafiam os estudos sobre a linguagem em suas diversas vertentes. De acordo com as palavras de Orlandi (1994), a semântica é a pedra de toque na constituição da Análise do Discurso europeia. Para melhor

---

<sup>4</sup> “Acreditamos que existam saberes e crenças, em suma, proposições e um pensamento, mas articulados ao mundo exterior, ao ambiente, aos artefatos, e não somente encapsulados em sistemas internos.”

articular a noção de *ferramentas externas*, oriunda da corrente sociocultural das ciências cognitivas, com fundamentos da Análise do Discurso, lanço mão de uma citação de Orlandi (1994):

O objeto da Linguística é a língua (...); **o objeto da AD é o discurso**, que supõe uma autonomia apenas relativa do linguístico (...), **já que ele postula que a linguagem tem uma relação necessária com a exterioridade** e a possibilidade de encontrar regularidades no discurso se vincula ao fato de referir-lo às suas condições de produção (ORLANDI, 1994, p. 295; grifos meus).

Moirand (2007), por sua vez, propõe uma aproximação entre a noção de *memória discursiva*, surgida no campo da AD no início da década de 1980, e a noção de *memória sociocognitiva* ou *memória cognitivo-discursiva*, desenvolvida pelo cognitivismo social. A *memória discursiva* surge de um encontro entre a Filosofia (Foucault), a História (Braudel), a ideologia (Althusser) e a teoria do discurso (Pêcheux), ou seja, ela é um conceito que é, em si, anticognitivista. No entanto, ao prosseguir na leitura do texto de Moirand, encontro uma passagem fundamental para demonstrar a convergência entre ciências cognitivas e o campo do discurso:

Or, si les représentations mentales sont à la fois modelées par les bases biologiques du cerveau et sans cesse remodelées par le contexte social avec lequel on interagit, elles le sont aussi au travers des représentations qui sont “données à voir” dans les matérialités discursives ou sémiotiques auxquelles on est exposé (MOIRAND, 2007, p. 14).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> “Ora, se as representações mentais são, ao mesmo tempo, modeladas por bases biológicas do cérebro e sem cessar remodeladas pelo contexto social com o qual interagimos, elas o são também por meio das representações que nos são ‘dadas a ver’ nas materialidades discursivas ou semióticas a que somos expostos.”

Com a passagem acima, a autora evidencia que o cognitivismo com o qual a Análise do Discurso pode dialogar e trabalhar é um cognitivismo que não negligencia a dimensão do *Outro da linguagem* e do *Outro do discurso* na experiência humana. Interrogar por um viés discursivo as *representações mentais* e os *traços de memória*, expressões caras às ciências cognitivas, é um desafio que o mundo contemporâneo coloca ao campo dos estudos sobre o discurso. Ainda de acordo com Moirand (2007), o que se tem em vista é um interesse metodológico de articular o espaço mental e suas representações com uma análise de discurso que se apoia nesses traços de memória, levando em conta que a experiência do sujeito, seja ela constituída de fatos vistos, vividos, ou de construções fantasmáticas, é modelada pela linguagem.

Já Paveau (2005) refere-se à memória cognitivo-discursiva como uma concepção dinâmica que faz da memória um verdadeiro operador pré-discursivo e discursivo. A construção da memória cognitivo-discursiva é fundamentalmente inscrita no desenvolver da história, das práticas sociais e discursivas. De acordo com Moirand (2007, p. 11): “Le fonctionnement de la mémoire individuelle n’est pas possible sans ses instruments que sont les mots et les idées, que l’individu n’a pas inventés, et qu’il emprunte à son milieu, à travers les discours et les images auxquels il est exposé, pourrions-nous dire.”<sup>6</sup>

Dessa forma, a noção de *memória* em AD ganha destaque no debate tão atual com as ciências cognitivas. A memória, como demonstra Moirand, está inscrita nas palavras, as quais a autora pertinentemente denomina de *palavras-acontecimento*.<sup>7</sup> Essas *palavras-acontecimento* operam como uma marca psíquica que é construída com base nas experiências que se tem do mundo, por meio do discurso que o organiza e o configura. Elas são, simultaneamente, um conjunto de representações

---

<sup>6</sup> “O funcionamento da memória individual não é possível sem seus instrumentos, que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, e que são por ele capturadas de seu meio, pelos discursos e pelas imagens aos quais ele é exposto, poderíamos dizer.”

<sup>7</sup> Em francês: *mot-événements*. O termo *événement* é mais usualmente traduzido por *evento*. Optei pelo termo *acontecimento* para salientar o fator contingência que afeta essas palavras. Ver, por exemplo, o título da obra de Pêcheux: *O discurso: estrutura ou acontecimento*.

mentais que são chamadas à memória por associações que se dão de uma forma contingente e pela própria marca psíquica que um evento imprime no aparelho mental. Segundo a autora, são as palavras-acontecimento que permitiram rediscutir a ancoragem cognitiva da memória e do discurso.

Esses *efeitos de memória* funcionam como operações *cognitivo-linguageiras*, que se inscrevem no entrecampo da memória cognitiva e da memória linguístico-discursiva. Moirand afirma que, no fio de um texto, de um estímulo visual ou de uma produção discursiva qualquer, certas palavras evocam a lembrança de um fato ou de um acontecimento, e que devemos presumir que há uma inscrição prévia dessa palavra e daquilo que ela evoca em uma *memória semântica*. Essa dimensão da memória é novamente enfatizada por Moirand (2007, p. 7): “Les événements ont des effets de mémoire qui dépassent en effet le sens des mots: ils véhiculent des représentations, voire des émotions, liées à des connaissances, à des faits et à des savoirs plutôt qu’à des dires.”<sup>8</sup>

São, assim, inscritas no fio do discurso as representações que são mentalmente associadas às *palavras-acontecimento*, tais como palavras, imagens e sons que pertencem ao mesmo domínio de memória. Nesse ponto, a reflexão de Moirand parece particularmente importante, pois a autora observa que podem estar inscritos no fio do discurso segmentos discursivos que não se associam a dizeres realmente enunciados ou palavras concretas, ou seja, que não remetem a enunciados previamente situados, a situações anteriores concretas e nem a discursos precisos; mas a *posições enunciativas ou argumentativas*. Isso a autoriza a concluir que as representações mentais não se ligam às palavras-acontecimento de uma maneira evidente e necessariamente consciente para o falante.

Ao lançar mão de exemplos do discurso midiático, Moirand constata que existem palavras inscritas na materialidade discursiva que cumprem o papel de *desencadeadoras de memória*, sem que seja possível falar de um “discurso relatado”, e sem que pareçam remeter a representações relevantes de domínios de memória a curto ou a longo prazo. Tais palavras funcionam como representações de uma *memória*

---

<sup>8</sup> “As palavras- acontecimento têm efeitos de memória que ultrapassam, de fato, o sentido das palavras: elas veiculam representações, até mesmo emoções, ligadas mais a conhecimentos, a fatos e a saberes do que a dizeres.”

*parcialmente inconsciente* que se constitui pela própria articulação da teia discursiva que envolve o mundo do sujeito:

Dans le traitement de cette progression de la schematization, **interviennent de manière partiellement automatique et inconsciente, partiellement intentionnelle**, différentes mémoires: (...) la mémoire des mots et des dire **dont on n'a pas toujours conscience** (l'interdiscours), la mémoire des événements tels qu'on les a stockés avec leur histoire (mémoire sémantique, mémoire épisodique), et tels que les communautés auxquelles on appartient s'en souviennent (mémoire collective) (MOIRAND, 2007, p. 13; grifos meus).<sup>9</sup>

A noção de uma *memória inconsciente* em Análise do Discurso remete a uma articulação com o campo psicanalítico. E é com esse chamado à Psicanálise que passo para o próximo tópico.

## 2 A Análise do Discurso e a Psicanálise

Articular a Psicanálise ao campo da Análise do Discurso é um gesto inaugural da/na AD. A própria fundação da disciplina por Michel Pêcheux, em 1969, implica uma aliança com o campo psicanalítico. Como nos lembram Pêcheux e Fuchs (1990), o empreendimento da Análise Automática do Discurso, primeira fase da AD, reside na articulação de três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico (com Althusser e sua releitura de Marx), a Linguística (com o movimento estruturalista) e a teoria do discurso. Essas três regiões, por

---

<sup>9</sup> “No tratamento dessa progressão da esquematização intervêm, de maneira parcialmente automática e inconsciente, parcialmente intencional, diferentes memórias: (...) a memória das palavras e dos dizeres dos quais nem sempre temos consciência (o interdiscurso), a memória dos acontecimentos, tais como nós os armazenamos com suas histórias (memória semântica, memória episódica), e tais como as comunidades a que pertencemos deles se recorda (memória coletiva).”

sua vez, são atravessadas e articuladas por uma teoria do sujeito de natureza psicanalítica (com Lacan, baseado no seu “retorno” a Freud).

De acordo com Maingueneau (1990, p. 69): “Nos fins dos anos 60 a frente do palco intelectual estava ocupada ao mesmo tempo pelo marxismo, pela psicanálise e pelo estruturalismo. Para os que estavam presos a esse universo, tratava-se mais de um ser tricéfalo do que de três correntes distintas e convergentes.” De acordo com Paveau (2008), a Psicanálise, sobretudo a partir dos seminários de Lacan iniciados em 1953, impregnou de maneira às vezes subterrânea e invisível todos os trabalhos dessa época. Para a autora, “A elaboração da noção de Outro por Lacan é realmente um marco fundamental em todas as ciências humanas, ao introduzir uma verdadeira ruptura epistemológica, transformando a concepção do sujeito.” (PAVEAU, 2008, p. 5)

Ao tratar mais especificamente sobre o lugar da Psicanálise nesse momento histórico, Gadet *et alii* (1990) comentam que a vasta coletânea intitulada *Escritos*, publicada por Lacan em 1966, se tornaria, mais do que qualquer outra obra publicada na época, o livro de cabeceira de toda uma geração de intelectuais franceses. Esse livro, que conta com quase mil páginas, reúne artigos e intervenções proferidas por Lacan entre 1936 e 1966, ano em que redige o artigo que encerra o referido volume e cujo tema é de grande relevância para este texto: *A ciência e a verdade*. Esse artigo é evocado por Pêcheux na obra *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, de 1975.

No percurso dessa obra, vemos Pêcheux fazer um balanço e uma retomada crítica dessa tríplice aliança, em um movimento de conjunção e disjunção dos fundamentos sobre a teoria da ideologia herdada de Althusser. Em sua retificação de 1978, Pêcheux tece uma autocrítica e aponta que a insubmissão ideológica teve por consequência uma tendenciosa indistinção entre o *sujeito* (simbólico) e o *eu* (imaginário) no corpo teórico de sua própria obra. Em suas palavras: “... a ordem do inconsciente não coincide com a ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento, nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro do inconsciente.” (PÊCHEUX, 1988, p. 301).

Se a teoria da ideologia e a teoria do inconsciente estão historicamente imbricadas na constituição da AD, Orlandi (1994) lembra

que Pêcheux não teve como proposta na AD produzir uma teoria do sujeito ou uma teoria da ideologia. Pêcheux, ainda nas palavras de Orlandi, diz que, pela teoria do discurso, pode-se considerar que ideologia e inconsciente estão materialmente ligados na produção de sentidos e que a AD pode interferir no campo dessas teorias.

O denominador comum entre Análise do Discurso e Psicanálise pode ser exemplarmente demonstrado na seguinte passagem extraída de Maingueneau:

(...) a escola francesa de análise de discurso se afirma como uma “análise” (= uma psicanálise) aplicada aos textos. Há aí muito mais que uma coincidência de nomes: é a materialização de uma certa configuração do saber em que o mesmo termo “análise” funciona ao mesmo tempo sobre os registros linguístico, textual e psicanalítico (MAINGUENEAU, 1990, p. 69).

Em contrapartida, não é possível negligenciar as grandes contribuições que os estudos da linguagem trouxeram para a Psicanálise, seja por meio do *retorno a Freud*, empreendido por Lacan via Estruturalismo de Saussure; seja por meio das próprias teorias enunciativas e discursivas. Para Ansermet (2013, p. 42), “a interrogação psicanalítica pode fazer progredir a ciência. Do mesmo modo, a psicanálise pode progredir também em afinidade, e em alteridade, com outros campos. Esse foi o método de Freud e também o de Lacan.” Ansermet lembra que essa abertura ao interdisciplinar implica ir ao encontro do *desejo de Freud* de que a psicanálise não fosse um sistema, que permanecesse sempre inacabada, sempre pronta a rearranjar ou a modificar as suas doutrinas, seja pela prática clínica, seja pela interface com outros campos. O autor alerta ainda sobre o risco de a Psicanálise tornar-se obscurantista, se escolher isolar-se ou manter uma vertente conservadora: ela mantém uma relação de necessidade com outros campos que lhe são conexos, campos que constituem avanços possíveis para ela e para a sua clínica. Azevedo (2010) discorre sobre a insistência freudiana no fato de o psicanalista ter de percorrer outros campos do conhecimento, como a Biologia, a História, a Mitologia, a Literatura e a

Filologia (que é era Linguística praticada no tempo de Freud). Nas palavras da autora (*Ibid.*, 2010, p. 73), “em suma, o que ele [Freud] pede, ao mesmo tempo que reconhece a dimensão utópica de sua proposta, é uma escola de formação de analistas fundada no que hoje está em voga sob o nome de **interdisciplinaridade**.” (grifo meu). Posteriormente, nas décadas de 1950 e 1960, Lacan soma duas disciplinas, oriundas dos estudos da linguagem, à lista interdisciplinar elencada por Freud: *as teorias discursivas e enunciativas*. Maurano destaca que:

Na ótica lacaniana, o termo discurso tem lugar privilegiado. Sua teorização constitui um dos mais preciosos instrumentos existentes na investigação do que é produzido pelo sujeito e pela ordem social em que ele se insere. Para Lacan, de fato, os discursos são como o aparelho que governa tudo o que pode surgir da palavra (MAURANO, 2010, p. 211).

### 3 As ciências cognitivas e a Psicanálise

A Psicanálise, assim como a Análise do Discurso, se vê diante de uma necessidade de renovação imposta pelas formas contemporâneas de produção e circulação de discursos. De forma semelhante ao que foi exposto por Paveau (2005) e por Moirand (2007), as ciências cognitivas ou, de forma mais ampla, as novas formas de discursos produzidas pelas neurociências, estão no centro desse debate iminentemente atual. Ansermet (2013) situa o centro desse debate no *cientificismo contemporâneo*. O cientificismo, para esse autor, tem uma grande proximidade com as ilusões da religião, ao se apoiar em uma crença reducionista nos resultados e nas construções da ciência. Essa “religião da ciência” se apoia nos *sofismas das bases biológicas* que regem o mundo contemporâneo e que produzem consequências que afetam diretamente o conceito de *sujeito*, um forte ponto de união entre a Análise do Discurso e a Psicanálise:

Como a ciência se transforma em ilusão? Através de qual reviravolta ela chega a se reduzir a uma crença?

Com base na psicanálise, duas grandes balizas poderiam explicar essa transformação: por um lado, a ciência se tornaria cientificismo a partir do momento em que ela rejeita o sujeito, [sujeito] que, no entanto, foi uma das condições de sua emergência; por outro lado, ela se torna cientificismo quando rejeita seu limite, seu ponto de impossível (ANSERMET, 2013, p. 39).

Esse *ponto de impossível* é o que Lacan denominou *real*, aquilo que escapa à possibilidade de a linguagem atribuir sentido e significação. A Psicanálise coloca em primeiro plano a exterioridade da linguagem em relação ao real, e Lacan leva às últimas consequências essa não relação entre a linguagem e o real. Ainda de acordo com o autor, se a Psicanálise é uma obra aberta, ela se encontra em uma relação de necessidade e alteridade com outros campos, inclusive com a ciência, com a condição de que se trate de uma versão da ciência que mantenha aberta a questão do seu ponto de impossível. O discurso contemporâneo das neurociências e das ciências cognitivas, em conformidade com o paradigma biológico, busca dar uma significação ao todo do real, recobri-lo sem deixar restos. Esse gesto tem novamente como consequência uma exclusão do sujeito e a redução a uma analogia entre função do cérebro e função psíquica. Nas palavras de Ansermet, as neurociências constroem um modelo ideal do humano, emergindo do organismo, inteiramente determinado, sem a dimensão do Outro da linguagem. A Psicanálise, nesse debate, sustenta uma posição que, guardadas as devidas diferenças, interessou à Análise do Discurso desde sua fundação: “A psicanálise, ao menos na orientação que lhe dá Lacan, se interessa pelo real na medida em que ele escapa. Ela se interessa pelo sujeito” (ANSERMET, 2013, p. 41).

Essa interseção entre *sujeito* e *real*, características do ensino mais tardio de Lacan, não é desprovida de interesse e de consequências para o campo da AD de tradição pecheutiana. Isso pode ser verificado ao se atentar a determinadas passagens de *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, conferência proferida por Pêcheux no ano de sua morte. O real que escapa à estrutura do discurso é evocado por Pêcheux ao afirmar que, especialmente no que diz respeito à semântica, o

estruturalismo linguístico desemboca em um estruturalismo filosófico que tenta abarcar no explicável o *resíduo inexplicável*. Pêcheux parece solidário à tese de Lacan de se tomar o real como um resto impossível de ser absorvido pela estrutura do simbólico. Ao discorrer sobre as teorias semânticas estruturais e gerativas, o autor assim se expressa:

[...] essa perspectiva cartesiano-leibniziana, segundo a qual o sujeito falante calcula espontaneamente, encontra seu próprio limite na existência do “contexto” e da “situação”, que impedem o “fechamento do sistema” por constituir **um resto cuja reabsorção é radicalmente impossível** (...). O segundo ponto característico das teorias semânticas atuais nos é, por aí mesmo, designado, de algum modo, por dualidade: trata-se, com efeito, da teoria da enunciação como *teoria desse resto inerente à existência do “sujeito falante” em situação...* (PÊCHEUX, 1988, p. 62; grifos meus).

Os últimos trabalhos de Pêcheux, posteriores à retificação de 1978, que promoveu uma maior abertura à Psicanálise, voltam-se de forma mais diretiva para essa questão da antinomia entre linguagem e discurso em relação ao real. Seu último livro *O discurso: estrutura ou acontecimento*, de 1983, foi visionário, ao problematizar o que Pêcheux denominou de *momento contemporâneo do rigor positivo* na constituição das ciências que, ainda em suas palavras, buscam *homogeneizar o real* ou buscam uma *cobertura lógica das regiões heterogêneas do real*. Para o autor, essa *homogeneização do real* afeta desde a lógica matemática até os espaços administrativos e sociais, através do método hipotético-dedutivo e as técnicas de “administração de prova”. Para Pêcheux (2012, p. 33), o que guarda uma sintonia com as hipóteses de Ansermet, esse *neo-positivismo* forma uma das “epistemes” maiores do nosso tempo, o que também vem a afetar o conceito de sujeito: “*O sujeito pragmático* (...) tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica.”

Ressonâncias do dizer de Pêcheux podem ser encontradas nas elaborações contemporâneas do campo da Psicanálise que empreendem

uma reflexão sobre as consequências da aliança do discurso da ciência com o discurso do capitalismo. Em *Encontros do real*, Brusa afirma que a única condição para o sujeito ser acolhido na nova ordem, essa ordem marcada pelo casamento da ciência com a economia, é consentir em se tornar objeto da prática da avaliação que vem integrar, com um suplemento de racionalidade, o vazio deixado pelos princípios da tradição. Nas palavras da autora, “A tradição não é unívoca, tem suas raízes no discurso do Outro, está inevitavelmente exposta ao mal-entendido da interpretação. A nova ordem resolve o risco do mal-entendido com a evidência numérica.” (BRUSA, 2014, p. 131-132). É interessante, até mesmo surpreendente, cotejar essa passagem de Brusa com comentários de Pêcheux em sua última obra de 1983. O que o autor ali chama de “coisas-a-saber” é a própria incidência de *um real impiedoso* que arrisca “a felicidade do sujeito pragmático”. Em suas palavras, o projeto de um saber que unificaria essa multiplicidade heteróclita das coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea, a ideia de uma possível ciência da estrutura desse real, capaz de explicitá-lo fora de toda falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação (logo uma autoleitura, científica, sem falha, do real) responde, com toda evidência, a uma urgência tão viva, tão universalmente humana.

Pêcheux, ainda comentando esse projeto que tampona o impossível próprio do real, demonstra-se sensível aos efeitos do discurso da ciência no momento atual ao qual Brusa (2014) e os psicanalistas contemporâneos denominam de *nova ordem*: “[...] ele amarra tão bem [...] os interesses dos sucessivos mestres desse mundo [...] que o fantasma desse saber, eficaz, administrável e transmissível, não podia deixar de tender historicamente a se materializar por todos os meios” (PÊCHEUX, 2012, p. 35). Reinocando um momento anterior da reflexão do autor, Pêcheux (1988) não se furta a afirmar que o discurso da ciência tem como característica o apagamento do sujeito em sua estrutura, permanecendo, no entanto, “presente por sua ausência”.

Retomando a expressão de Pêcheux, esse *pragmatismo do sujeito contemporâneo*, objeto de um debate atual entre os psicanalistas, o analista do discurso o evocou três décadas antes. O autor se interessou pelo real da estrutura do discurso, pelo inassimilável, por aquilo que

ameaça a estabilidade do sujeito pragmático e que produz *efeitos de sujeito*. Em suas palavras: “há real, isto é, pontos de impossível” (PÊCHEUX, 2012, p. 29). A esse respeito, enuncia o autor:

Interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação exige que o não-llogicamente-estável não seja considerado a *priori* como um defeito, um simples furo no real. É supor que – entendendo-se o “real” em vários sentidos – possa existir um outro tipo de real diferente dos que acabam de ser evocados, e também um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das “coisas a saber” ou a um tecido de tais coisas. Logo: **um real constitutivamente estranho à univocidade lógica**, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, **e que, no entanto, existe produzindo efeitos** (PÊCHEUX, 2012, p. 43; grifos meus).

É possível encontrar já em *Semântica e discurso* rudimentos dessa elaboração mais tardia do pensamento de Pêcheux. Nessa obra, o autor aponta que, a partir do momento em que “o ponto de vista cria o objeto”, em uma implícita referência a Saussure, o que faz com que, em suas palavras em uma nota de rodapé, haja coincidência entre o modo de apresentação com o próprio objeto, todo conceito se torna uma *ficção cômoda* que põe em dúvida *a existência independente do real como exterior ao sujeito*. Em um ponto posterior de seu texto, Pêcheux parece antecipar sua retificação de 1978 e reconhece *o primado do real sobre o pensamento*. É fato que, nesse momento de sua obra, o pensamento pêcheutiano ainda se encontrava ancorado e marcado pelos efeitos da esfera da ideologia, provenientes de seu encontro com os trabalhos de Althusser. Mas, o reconhecimento sobre a divisão irreduzível do sujeito e sobre a falha do real que não se recobre pelo recurso à ideologia, se encontra satisfatoriamente esboçado.

#### 4 As ciências cognitivas, a Análise do Discurso e a Psicanálise

Reinvocando a Psicanálise, no que concerne especificamente aos conceitos de *cognitivismo* e *memória*, Laurent (2013) oferece ferramentas importantes para fomentar o debate. Ele nos alerta sobre as reduções organicistas que a Psicanálise sofre no mundo contemporâneo e toma como exemplo os trabalhos neurológicos de Eric Kandel, que se referem à memória em geral e seus modos de inscrição no sistema nervoso. Kandel decidiu-se pelo estudo da memória e da aprendizagem com base nos seus traços, célula por célula, no cérebro. Laurent denuncia os desvios perpetrados por Kandel, ao frisar que o que ele chama de “psicanálise”, desenvolve-se exclusivamente pelo sistema cognitivo, portanto fora da linguagem, da interpretação e da dimensão do sentido, esquecendo-se de que “o vínculo entre a lembrança assim inscrita e a experiência do lembrar em psicanálise supõe uma homologia entre linguagem, indispensável ao desenvolvimento de um tratamento” (ANSERMET, 2013, p. 76). Isso implica, ainda nas palavras de Laurent, uma tradução em termos neuronais dos *processos subjetivos* que constituem a memória.

Dessa forma, as correntes atuais das ciências cognitivas e das neurociências desconhecem que o *fenômeno subjetivo* como tal escapa à redução a uma cartografia do estímulo cerebral e do comportamento. Ao fazer um balanço do trajeto freudiano desde o *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895, até *O mal estar na civilização*, de 1930, Laurent apresenta uma reflexão particularmente importante para um debate sobre a Psicanálise que inclui a Análise do Discurso:

Com a hipótese de um “mais além” do princípio do prazer, a ruptura é consumada com os mecanismos biológicos supostos no Projeto. E “O mal estar na civilização” vem afirmar que é **na articulação com o laço social** que é preciso dar conta de um impossível a descarregar, do impossível no cerne mesmo da satisfação sexual como tal. Passa-se, assim, no percurso da obra, da referência à biologia à hipótese de uma antibiologia, onde **a articulação do corpo ao social** implica uma relação essencial a uma morte que não é mais aquela que a biologia dá conta (LAURENT, 2013, p. 78; grifos meus).

Pêcheux (2012) problematiza a tensão entre biologia e laço social ao comentar que, ao restituir o trabalho específico da letra, abre-se uma falha no bloco compacto das pedagogias, das tecnologias, dos humanismos moralizantes. Em suas palavras, coloca-se em questão essa articulação dual do biológico com o social.

É fundamental, então, a distinção entre a atividade cognitivo-neuronal e a *função subjetiva*, sempre marcada pela falha, pela falta, pelo malogro e pelo mal-entendido. E é nessa hiância entre o saber e o real, esse impossível que insiste nas falhas irreduzíveis da trama discursiva, que se aloja o sujeito que interessa à Psicanálise e à Análise do Discurso. Como nos lembra Ansermet (2013, p. 84), “A língua como laço social é a nossa única naturalidade. Língua e natureza estão, nessa perspectiva, do mesmo lado. Da mesma forma, na experiência da psicanálise, os enunciados com os quais ela lida (...) fazem, mais ou menos, laço social.” Assim, ao desconhecer a realidade psíquica, as neurociências se reduzem a um fisicalismo que mantém intacta a problemática do *sujeito*, tal como aponta Carvalho (2013, p. 33): “as neurociências incorrem no risco de resvalarem para o delírio cientificista; ao confundirem realidade psíquica e realidade cerebral.” A realidade psíquica, como nos lembra ainda o autor, comporta o endereçamento ao Outro, razão pela qual o aparelho psíquico, tal como Freud o concebe, comporta também o *laço social*. O significante, dessa forma, não tem inscrição no sistema nervoso, mas em um *sistema simbólico*.

Entretanto, se há antinomia entre a Psicanálise e as ciências cognitivas (incluídas nas neurociências), qual o diálogo possível entre ambas? Laurent (2013) propõe um contraponto entre os *usos imediatos* e os *usos mediatos das neurociências*. O *uso imediato* é precisamente o uso até aqui descrito, em que há uma sutura da divisão subjetiva e da experiência de gozo do falante. O ser falante, sobre o qual se conecta o sistema simbólico como um parasita, produz o *impossível de representar*, que em nomenclatura lacaniana é chamado de *real*. O resíduo dessa operação da linguagem sobre o corpo é uma satisfação fora do campo do sentido, mas que comporta uma relação com a língua, chamada *gozo*. O gozo é o que há de mais singular em um sujeito, é o que tece sua cena fantasmática pela conexão sempre contingente de suas

experiências com certas palavras, certos enunciados. Essa relação entre língua e gozo, ou seja, *o real da língua*, é objeto de investigação de uma corrente da Análise do Discurso voltada para os trabalhos de Jean-Claude Milner e Jacqueline Authier-Revuz. Pêcheux evoca o trabalho desses autores em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, valorizando o *real da língua* como o lugar possível de abordar explicitamente o fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico:

A primeira exigência consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. Uma descrição, nessa perspectiva, não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual *descrever* se torna indiscernível de *interpretar*: essa concepção de descrição supõe ao contrário o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua. (c.f. J. Milner, especialmente em *L'amour de la Langue*). Eu disse bem: a língua. (...), aquilo que é colocado pelos linguistas como a condição de existência (de princípio), sob a forma da existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan (PÊCHEUX, 2012, p. 50).

Pêcheux prossegue em sua argumentação sobre uma pesquisa linguística e discursiva que inclua o gozo próprio da língua:

A pesquisa linguística começaria assim a se descolar da obsessão da ambiguidade (entendida como lógica do “ou... ou”) para abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc. Esse jogo de diferenças, alterações, contradições não pode ser concebido como o amolecimento de um núcleo duro lógico: a equivocidade, a “heterogeneidade constitutiva” (a expressão é de J. Authier) da língua corresponde a esses “artigos de fé” enunciados por J. Milner em “A Roman Jakobson ou le Bonheur de la Symétrie” (PÊCHEUX, 2012, p. 50-51).

Há, como demonstra Pêcheux, uma relação intrínseca entre o sistema simbólico e a experiência de gozo que o *uso imediato das neurociências* insiste em apagar. Já os *usos mediatos das neurociências* se aproximam da *cognição social* ou da *corrente sociocultural* das ciências cognitivas, tais como foram trabalhadas por Paveau (2005) e por Moirand (2007). Trata-se de um uso dessas correntes de discurso que não rechaça a dimensão da linguagem e a singularidade do sujeito. Nas palavras de Laurent (2013, p. 88): “O uso mediato das neurociências é ainda aquele que garante o maior grau de liberdade ao sujeito e à psicanálise para dar conta daquilo que se apresenta sempre como fuga, deslize, desvio na experiência de gozo do sujeito.” As palavras de Laurent sobre o sujeito encontram uma curiosa ressonância no Pêcheux de 1978, momento de sua tão conhecida retificação cujo próprio título evoca um enunciado de Lacan de seu 11<sup>o</sup> Seminário, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise: “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: o início de uma retificação”* (grifos meus). Segundo o autor, os traços inconscientes do significante trabalham na pulsação sentido / nonsense do sujeito dividido.

Delineia-se para um diálogo interdisciplinar, de forma semelhante com o que se passa no campo da Análise do Discurso, a oposição entre uma neurociência que rejeita o sujeito e uma que o inclui; uma neurociência que pretende recobrir o todo do real e uma que inclui o *ponto de impossível*, expressão de Pêcheux (2012). Essa versão da neurociência e das ciências cognitivas que inclui a Psicanálise é convocada no próprio paradoxo surgido no discurso da ciência no contemporâneo. Conforme relata Laurent, nas neurociências, a plasticidade neuronal implica seus paradoxos. Se, por um lado, descobrem-se mecanismos universais, eles sempre culminam na produção do único, do diferente e do singular. De uma forma que considero surpreendente, Ansermet (2013), valendo-se de achados recentes da neurofisiologia, demonstra que os impactos produzidos pelas *experiências subjetivas*, nos quais se associam um estado somático e uma experiência de percepção, geram efeitos de deformação permanentes nas redes de sinapse neuronal. É uma concepção do *cognitivo* e da *inscrição da memória* que não se desvincula da

contingência das experiências singulares de cada sujeito, que são experiências de linguagem.

Esse para além do biológico culmina, de acordo com Ansermet (2013, p. 46), no “encontro com o real da psicanálise, um real traumático, **que resulta da lógica do discurso**, muito mais que da lógica do vivente” (grifos meus). Ainda sobre essa neuroplasticidade, Ansermet (2013) aponta que esse fato faz com que nunca se acione duas vezes o mesmo cérebro e que, assim, em um interessante paradoxo, nos revelemos ser biologicamente determinados para não sermos totalmente biologicamente determinados. Assim, aponto uma citação de Ansermet (2013, p. 44) que legitima essa interface entre Psicanálise e neurociências, na qual proponho incluir a Análise do Discurso:

A singularidade, a descontinuidade, a imprevisibilidade constituem, dessa forma, **pontos-limite** para as neurociências, provindos do interior de sua lógica e de seus questionamentos, que são também **pontos de encontro inéditos com questões fundamentais próprias à psicanálise** (grifos meus).

## **5 Entre a memória cognitivo-discursiva e Psicanálise: algumas análises**

Retomo aqui determinados pontos da proposta, desenvolvida por Paveau (2005) e por Moirand (2007), de articular o conceito de *memória discursiva*, pertencente ao campo da AD, com o de *memória cognitiva*. De acordo com Paveau, as aquisições da cognição sociocultural parecem particularmente pertinentes para uma renovação da AD na contemporaneidade, permitindo trabalhar o conceito de *memória discursiva* na perspectiva da cognição. Conforme já foi visto, são as *ferramentas linguísticas*, as estruturas cognitivas *externas*, que possibilitam adotar o ângulo sociocultural em ciências cognitivas. Paveau discute a noção de uma *memória em discurso*, uma memória estritamente articulada às condições sócio-históricas e cognitivas de produção dos discursos, aos dados extradiscursivos e, principalmente, pré-discursivos, que participam da elaboração e da circulação das

produções verbais dos sujeitos socialmente e culturalmente situados. Nas palavras de Paveau:

Cette mémoire n'est pas innée ni déposée comme un trésor dans l'esprit individuel mais dépend de l'expérience et du contexte, ce qui implique bien sûr que le discours ne relève pas uniquement de la compétence individuelle et intentionnelle des sujets parlants (PAVEAU, 2005, p. 2).<sup>10</sup>

Reconvoco, nesse ponto, a noção de *memória inconsciente*, tal como aparece no artigo de Moirand (2007) – como memória *exterior* e discursiva–, e proponho uma articulação com a Psicanálise, com base na seguinte citação: “a experiência do inconsciente, tomada no nível em que a instalo, não se distingue da experiência física. **É igualmente externa ao sujeito**, tomando-se este no sentido tradicional. Eu a aponto no lugar do Outro: o inconsciente é o discurso do Outro, eis minha fórmula” (LACAN, 2003, p. 228; grifos meus). De fato, durante seu primeiro ensino, Lacan faz do inconsciente uma *alteridade discursiva*, que se encerra nesse aforismo: *O inconsciente é o discurso do Outro*. Miller (2010, p. 136) retoma a questão de forma incisiva: “**O inconsciente não é o que há de singular em cada indivíduo**. E foi para apreender isso que Lacan o alojou no Outro com maiúscula” (grifos meus). Tais considerações fornecem uma possível chave de leitura para a construção da memória *cognitivo-discursiva* – expressão cunhada por Paveau (2005)–, esse conceito dinâmico que faz da memória um verdadeiro operador pré-discursivo e discursivo. Ao refletir sobre o ato de *tomar a palavra* para relatar um acontecimento, Moirand (2007) afirma que isso consiste em efetuar atos de categorização do acontecimento, assim como dos atores desse acontecimento, o que implica evocar as palavras e construções da língua com base no seu armazenamento na memória. Moirand (2007, p. 5) conclui que “[...] c’est-à-dire avec les sens qu’ils

---

<sup>10</sup> “Essa memória não é inata e nem depositada como um tesouro no espírito individual, mas depende da experiência e do contexto, o que implica, certamente, que o discurso não se sustenta unicamente da competência individual e intencional dos sujeitos falantes.”

ont pris dans les situations où on les a rencontrés auparavant, y compris ceux dont on est pas toujours conscients” (grifos meus).<sup>11</sup>

### 5.1 O caso Emma

Com o objetivo de discernir melhor essa aproximação entre Análise do Discurso e Psicanálise, tomando como ponto de enlace a *memória cognitivo-discursiva*, discorro brevemente sobre o *Caso Emma*, apresentado por Freud em seu *Projeto para uma psicologia científica*, texto pré-psicanalítico,<sup>12</sup> de 1895. No caso em questão, Emma é uma jovem tomada por um impedimento de entrar sozinha em lojas, em razão da ideia compulsiva de ser alvo do riso dos vendedores. Relata uma lembrança de seus doze anos (pouco depois da puberdade, acrescenta Freud): a jovem entrou em uma loja para comprar algo, viu dois vendedores rindo juntos e saiu correndo, tomada por um *afeto de susto*. Por fim, recordou que ambos riam das roupas dela e que um deles a havia agradado sexualmente.

Sobre essa cena, Freud observa que tanto a relação desses fragmentos entre si quanto o efeito da experiência são ininteligíveis. Se o mal-estar de Emma foi causado pelo fato de suas roupas serem alvo de riso, isso deveria ter sido remediado quando ela cresceu e passou a se vestir como uma moça. Além desse fato, entrar sozinha ou acompanhada em lojas nada tem a ver com as roupas que ela usa. Tampouco se trata de estar acompanhada pela necessidade de proteção: até a companhia de uma criança pequena é suficiente para dar-lhe segurança. Por fim, existe o fato, totalmente incongruente, de um dos vendedores tê-la agradado; para isso também é indiferente estar acompanhada ou não. As lembranças despertadas não explicam nem a compulsão, nem o impedimento.

---

<sup>11</sup> (...) quer dizer, com os sentidos que elas [as palavras] assumiram nas situações em que as encontramos anteriormente, o que inclui aqueles [sentidos] dos quais não estamos sempre conscientes.

<sup>12</sup> O texto considerado a obra inaugural da Psicanálise é *A interpretação de sonhos*, de 1900.

Em um momento posterior, Emma evoca uma nova lembrança: aos oito anos de idade, ela entrou em uma confeitaria em duas ocasiões para comprar doces e, na primeira, o dono agarrou suas partes genitais por cima da roupa. Apesar dessa experiência, Emma retornou uma segunda vez à mesma confeitaria. No momento presente de seu relato a Freud, a jovem recrimina-se por ter ido novamente lá, como se tivesse querido provocar a (re)investida do proprietário da loja com esse ato. Emma é, então, tomada por *um estado de consciência pesada e opressiva*.

Freud estabelece um *vínculo associativo* entre a cena I (na confeitaria) e a cena II (na loja). O riso dos vendedores evocou inconscientemente a lembrança do sorriso do dono da confeitaria no momento de sua investida. Em ambas as situações, ela estava sozinha. Lembrou-se ainda de que o dono a agarrara por cima da roupa e de que pouco depois desse fato Emma alcançara a puberdade. A lembrança da primeira cena, após a puberdade, desperta em Emma algo que não despertara na época em que ela tinha oito anos: uma *excitação sexual* que se transformou em angústia. Devido a essa angústia, ela temeu que os vendedores da loja pudessem repetir o atentado e correu. Em todo esse elo associativo, nada esteve consciente para Emma a não ser o elemento *roupas*, e seu pensamento estabeleceu duas conexões falsas: a primeira, de que os vendedores riam de suas roupas; a segunda, de que havia ficado sexualmente excitada por um dos vendedores. Nas palavras de Freud (1987, p. 371): “No nosso exemplo, porém, o que chama a atenção é justamente que o elemento que penetra na consciência não é o que desperta o interesse (o atentado), mas um outro, na qualidade de símbolo (as roupas).”

Teixeira (2013), a respeito desse caso, comenta que, para Freud, interessa menos o valor *semântico* da ideia compulsiva do que o nível *mecânico* de excitação que faz com que determinadas representações *excessivamente intensas*, usando o termo de Freud, apareçam de uma maneira que não se justificaria no curso normal dos fatos. O que esclarece o mecanismo da ideia compulsiva encontra-se para além de um suposto sentido atribuído à sua representação. A ideia compulsiva de não entrar sozinha em lojas se explica pela conexão da segunda cena com a primeira, não estritamente por um elo semântico, mas pela evocação de

uma experiência anterior de assédio marcada por intensa carga de excitação, que somente posteriormente, na puberdade, receberá sua significação sexual. Teixeira (2013, p. 5) conclui: “O que importa não é o sentido da loja em si, nem [*sic.*] tampouco do riso dos vendedores, mas a **rede de conexões** que fez com que Emma fosse afetada pela **associação dessas representações**” (grifos meus).

Retorno, após esse fragmento clínico, ao campo da Análise do Discurso. Conforme já foi exposto, Moirand (2007) afirma que estão inscritas, na materialidade discursiva, palavras e formulações que cumprem o papel de *índices desencadeadores da memória*, sem que seja possível falar de um “discurso relatado”, e sem que pareçam remeter a representações relevantes de domínios de memória a curto ou a longo prazo. Essa memória, inscrita nas palavras muitas vezes de forma inconsciente, recebe pela autora o nome de *palavras-acontecimento*, termo que também já foi discutido (ver nota 6).

Se as *palavras-acontecimento* contribuem para a discussão sobre a ancoragem cognitiva da memória, elas são um ponto de encontro entre a memória cognitivo-discursiva, a Análise do Discurso e determinados aspectos da reflexão psicanalítica, ilustrados com o *Caso Emma*. Para estabelecer essa relação, podemos assumir que, sob a ótica de Emma, *roupas* é uma *palavra-acontecimento*, um índice desencadeador de memória inscrita no interdiscurso de sua história. Trata-se de uma chave de leitura disponibilizada no / pelo texto de Moirand (2007, p. 6), tal como na seguinte passagem: “(...) sont alors apparus des mots, des formules, des figements et des défigements, des constructions syntaxiques, qui fonctionnent comme autant de rappels mémoriels de dire, de faits et d’événements antérieurs.”<sup>13</sup> Cabe lembrar – e o Caso Emma ilustra isso – que as *palavras-acontecimento* produzem efeitos de memória que ultrapassam o sentido das palavras: elas veiculam representações, assim como *emoções* ligadas aos conhecimentos, aos fatos e aos saberes muito mais do que aos dizeres. É o que demonstra mais claramente esta outra passagem: “On voit ainsi s’inscrire au fil du discours non seulement le mot-événement, mais ce qui découle **des**

---

<sup>13</sup>“(…) surgem, então, palavras, fórmulas, fixações e não fixações [de sentido], construções sintáticas, que funcionam como lembretes memoriais de dizeres, de fatos e de acontecimentos anteriores.”

**représentations qu'on lui a mentalement associées** (des mots, des images, des sons) ainsi que la temporalité qui lui est attachée” (MOIRAND, 2007, p. 8; grifos meus).<sup>14</sup>

Proponho concluir esta seção, abordando o último ponto de discussão sobre a memória cognitivo-discursiva do texto de Paveau (2005). Em *Mémoire, discours, affects*, a autora evoca a dimensão *afetiva e emocional* na construção da memória, frisando que o processo de memorização retém os estados mentais e afetivos. Evoca o médico neurologista português António Damásio e retoma suas considerações sobre a reconstrução da memória. Nas palavras de Damásio, armazenamos na memória não apenas os aspectos sobre a estrutura física de um objeto (como a forma, a cor, a sonoridade, os movimentos típicos ou o odor), mas também os aspectos do *engajamento motor do nosso organismo* no processo de apreensão desses aspectos pertinentes. Trata-se de nossas reações *emocionais* diante de um objeto, nosso estado físico e mental que é ampliado no momento da apreensão desse objeto.

O citado Caso Emma ilustra bem essa questão, por colocar em primeiro plano a reconstrução da memória em relação a esse engajamento motor do organismo, no caso, do próprio corpo, por conta da *liberação sexual* ocorrida na cena I, que ganhou nova significação depois da cena II: “Temos aqui um caso em que uma lembrança desperta um afeto que não pôde suscitar quando ocorreu como experiência, porque, nesse entretempo, as mudanças trazidas pela puberdade tornaram possível uma compreensão diferente do que era lembrado.” (FREUD, 1987, p. 371). Retomando as palavras de Paveau (2005), cognição, articulações no campo da memória e emoções pintam o quadro da nossa *memória cognitivo-discursiva*; uma forma de reconstrução da memória que é um verdadeiro modo de configuração do mundo do discurso.

## 5.2 O caso Caecilie M.

Com o objetivo de reiterar a pertinência das propostas teóricas de Paveau e de Moirand – e das articulações que faço com base nelas–,

---

<sup>14</sup>“Vemos, assim, se inscrever no fio do discurso não somente a palavra-acontecimento, mas o que resulta das representações que mentalmente associamos a ela (palavras, imagens, sons); assim como a temporalidade à qual ela se liga.”

discorro sobre um segundo caso freudiano, conhecido como o *Caso Caecilie M.* No caso em questão, a Sra. Caecilie era uma mulher de meia idade que sofria de uma nevralgia facial extremamente violenta, que surgia subitamente duas ou três vezes por ano, resistia a qualquer tipo de tratamento e cessava abruptamente. Diversos médicos, assim como uma grande diversidade de diagnósticos e tratamentos, não obtiveram sucesso na cura dessa nevralgia. O sintoma da paciente perdurava por longos quinze anos; os dentes foram apontados como os culpados da nevralgia em uma época anterior de sua vida. A dolorosa extração de sete dentes não obteve qualquer resultado, nem temporário, nem permanente.

Durante o tratamento da Sra. Caecilie com Freud, o dentista era chamado a cada acesso de dor facial da paciente, porém os sintomas desapareciam subitamente, para reaparecerem posteriormente. Freud, por sua vez, duvidava da causa orgânica da nevralgia a favor da hipótese de uma causa psíquica. Cerca de um ano após o início de sua análise, durante uma fase aguda de dores faciais, a paciente lembrou-se de um período de grande *irritabilidade mental* para com o marido. Narrou uma conversa que tiveram e uma observação por parte dele que ela sentira como um áspero insulto. Nas palavras de Freud, nesse instante a paciente levou a mão à face, soltou um grande grito de dor e exclamou: “Foi como uma bofetada no rosto”.

A partir dessa lembrança, a nevralgia facial instantaneamente cedeu. No dia seguinte, as dores estavam de volta, porém, dessa vez, dissipadas pela narração de *outra lembrança* cujo conteúdo fora, mais uma vez, um suposto insulto. Freud observa que os insultos, principalmente os *externados verbalmente*, haviam durante anos, por uma *simbolização*, provocado novos ataques de nevralgia facial. Freud esclarece esse *mecanismo de simbolização* como uma *conexão associativa e metafórica* entre dor física e afeto psíquico / emocional: a Sra. Caecilie sentira como se tivesse realmente recebido uma bofetada. Tais simbolizações são, nas palavras de Freud, *expressões somáticas para ideias emocionalmente coloridas*, ou seja, investidas de afeto; ideias que fazem reviver sensações a que a *expressão verbal* deve sua justificativa.

Freud, ainda discorrendo sobre essa paciente, fornece um outro exemplo sobre o mecanismo da simbolização. Em um determinado

período, a Sra. Caecilie foi acometida de uma violenta dor no calcanhar direito, uma dor aguda a cada passo que dava, que impedia sua locomoção. A análise levou a uma época em que a paciente estivera em um sanatório no exterior. Ela havia passado uma semana de cama e seria levada ao refeitório comum pela primeira vez pelo médico residente. A dor sobreveio no momento em que ela lhe tomou o braço para sair da sala com ele e desapareceu durante a reprodução da cena quando a paciente disse a Freud que, na ocasião, ficara com medo de *não acertar o passo* com aqueles estranhos. Freud não se furta a comentar que isso parece ser um exemplo surpreendente e mesmo cômico da gênese dos sintomas histéricos pela *simbolização por meio de uma expressão verbal*.

Dando continuidade, não parece arbitrário Freud haver alegado que a Sra. Caecilie foi a paciente que o possibilitou fazer uma coletânea sistemática das simbolizações somáticas. Ele ainda trabalha mais um exemplo retirado da vida psíquica dessa paciente: quando contava quinze anos, a paciente estava deitada na cama sob o olhar vigilante da avó rigorosa, quando subitamente deu um grito ao sentir uma dor penetrante na testa, entre os olhos, que durou semanas. No decorrer de suas associações sobre essa dor em sua análise, ocorrida quase trinta anos após essa cena original, ela relata a Freud que a avó lhe dirigira um olhar tão *penetrante* que fora direto até o cérebro. Ao terminar esse relato, irrompeu em uma grande gargalhada e a dor, mais uma vez, desapareceu. Freud (1988, p. 188) conclui que “Todo um grupo de sensações físicas que normalmente se considera que são determinadas por causas orgânicas era, no caso dela, de origem psíquica ou pelo menos possuía um significado psíquico.”

É ilustrativo, nas diversas facetas desse complexo caso clínico, como o quadro de nossa memória cognitivo-discursiva engloba a dimensão *afetiva e emocional*, nas palavras de Paveau, ou ainda como se dá o *engajamento motor do organismo* na apreensão de um objeto pelo discurso, nas palavras de Damásio. Um comentário de Freud (1988, p. 189) sobre esse caso apresenta grande sintonia com ambos os autores: “Todas essas sensações e inervações pertencem ao campo da **Expressão das Emoções**, que, como nos ensinou Darwin [1872], consiste em ações que originalmente possuíam um significado e serviam a uma finalidade” (grifos meus).

É pertinente ainda cotejar os diversos meandros desse caso com determinadas afirmações de Moirand (2007). Para a autora, a construção da memória individual, esta construída pelo trajeto das experiências humanas, não se dá apenas pela exposição do sujeito aos discursos, mas pelo o que é, no caso a caso, *memorizado* por meio do discurso. É o que ela denomina de *abordagem cognitiva da argumentação* por se repousar sobre a noção de *representação*. Como as simbolizações somáticas de *trações de memória* da paciente Caecilie M. demonstram, e como as hipóteses de Moirand (2007) corroboram, a memória de curto prazo e a memória de longo prazo (memória semântica) são convocadas por meio de um canal correferencial que constrói uma *representação* que é desencadeada por meio do uso das palavras circulantes do discurso. É o que a autora denomina *um tratamento cognitivo do discurso*, o que possibilita um enlaçamento com a Psicanálise e com o caso supracitado, ao enunciar que “la mémoire des mots e des dires contribue à l’éclairage, et les phénomènes d’éclairage apparaissent comme le résultat de **mécanismes plus ou moins consciemment mis en place...**” (MOIRAND, 2007, p. 12, grifos meus).<sup>15</sup>

Encerro, então, com uma citação em que Paveau (2005) sinaliza essa nova via de investigação no campo da Análise do Discurso:

Cette dimension, **encore inexplorée par les analystes du discours (...)**, est à notre sens **un enjeu fort de l’analyse du discours actuellement**, qui revêt une importance analogue à celle qu’a eue, dans le cadre de la sémantique discursive, la dimension idéologique pour la compréhension des discours et de leurs circulations sociales (PAVEAU, 2005, p. 5; grifos meus).<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> a memória das palavras e dos dizeres contribui para a iluminação, e os fenômenos de iluminação ocorrem como resultado de **mecanismos mais ou menos conscientemente colocados no lugar...**

<sup>16</sup> “Essa dimensão, ainda inexplorada pelos analistas do discurso (...) é, do nosso ponto de vista, um forte desafio para a análise do discurso atualmente, que se reveste de uma importância análoga àquela que teve, no campo da semântica discursiva, a dimensão ideológica para a compreensão dos discursos e de suas circulações sociais.

Conforme a citação acima aponta e Paveau (2007) em seu texto posterior reafirma, a relação discurso-cognição mobiliza várias fronteiras: interno / externo, linguístico / extralinguístico, individual / coletivo. Em suas palavras, “les disciplines texte-discours, qui ont toujours bénéficié des apports des sciences humaines et sociales, ne peuvent que s’enrichir des avancées de la cognition sociale et culturelle” (PAVEAU, 2007, p. 21).<sup>17</sup>

## 6 Conclusão

O percurso apresentado e problematizado no decorrer deste texto aponta para uma tripla confluência entre a *cognição social*, conforme proposta por Paveau e Moirand, a Análise do Discurso Francesa e a psicanálise de orientação lacaniana. É conhecido o fato de que a articulação entre discurso e psicanálise é um direcionamento epistemológico que se encontra na própria fundação da disciplina por Pêcheux em 1969. Nesse horizonte teórico interdisciplinar, solidificado e retrabalhado no decorrer das últimas décadas, o apelo à cognição surge como uma resposta diante das demandas de renovação imposta pela contemporaneidade, renovação que toca diretamente a questão do *sujeito*. O *cientificismo* e o *momento contemporâneo do rigor positivo*, expressões de Pêcheux, aliados à crença no *sofisma das bases biológicas*, expressão de Ansermet, são uma evidência no tratamento dado à subjetividade no mundo atual. Nesse sentido, a Análise do Discurso e a Psicanálise pretendem, cada uma à sua maneira, se valer dos aportes teóricos da *cognição social* para a renovação e atualização de sua condição de discurso, sem perder de vista o *sujeito* concebido *efeito de linguagem*, ponto que enlaça as duas disciplinas. O recurso aos casos clínicos, por sua vez, ilustram como o conceito de *palavra-acontecimento*, proposto por Moirand, é uma ferramenta teórica rica para

---

<sup>17</sup> As disciplinas texto-discurso, que sempre se beneficiaram das contribuições das ciências humanas e sociais, apenas podem se enriquecer com os avanços da cognição social e cultural.

proceder a uma *análise discursiva* do texto psicanalítico à luz do atual conceito de *memória cognitivo-discursiva*, o que, mais uma vez, articula os três campos do saber.

## 7 Referências

ANSERMET, F. Elogio do incomensurável. *Curinga: Ciência corpo e real*, Belo Horizonte, n. 36, p. 37-47, 2013.

AZEVEDO, A. V. Análise leiga: mais, ainda. In: JORGE, M. (Org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010.

BRUSA, L. Encontros do real. In: RIBEIRO, Vera; MACHADO, Ondina Maria. *Um real para o século XXI*. Belo Horizonte: Scriptum, 2014. p. 130-132.

CARVALHO, F. Psicanálise e ciência: o real em jogo, *Curinga: Ciência corpo e real*, Belo Horizonte, n. 36, 2013.

FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud – Vol. II. Estudos sobre a histeria*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas de Sigmund Freud – Vol I. Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GADET, F. *et al.* Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990.

LACAN, J. Pequeno discurso no ORTF. In: \_\_\_\_\_. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MAINGUENEAU, D. Análise do Discurso: A questão dos fundamentos. *Caderno de estudos linguísticos*, Campinas, SP: Ed. Unicamp, n. 19, 1990.

MAURANO, D. Um estranho no ninho ou a psicanálise na universidade. In: JORGE, M. (Org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010.

MOIRAND, Sophie. Discours, mémoires et contextes: à propos du fonctionnement de l'allusion dans la presse. *Corela* [En ligne], vol. HS-6, 2007. Disponível em: <<http://corela.revues.org/1567>>.

ORLANDI, E. P. O lugar das sistematicidades linguísticas na Análise de Discurso. *D.E.L.T.A.*, São Paulo: Educ, v. 10, n. 2, 1994.

PAVEAU, M. A. O redemoinho de palavras: análise do discurso, inconsciente, real, alteridade. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.15, n. 22, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga22/arqs/matraga22a01.pdf>>.

PAVEAU, M. A. *Discours et cognition: les prédiscours entre cadres internes et environnement extérieur*. *Corela* [En ligne], vol. HS-6, 2007. Disponível em: <<http://corela.edel.univ-poitiers.fr/index.php?id=1550#tocto1n2>>.

PAVEAU, M. A. *Retrouver la mémoire. Parcours épistémologique et historique*. (2005). Disponível em: <<http://penseedudiscours.hypotheses.org/redactrice/publications>>.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M. FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso. (A AD-69). In: GADET, F.; HAK, t. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990.





# O discurso acadêmico sobre o professor na era digital

## *The academic discourse about the teacher in the digital age*

Eliana Maria Severino Donaio Ruiz

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil.

elianaruiz@uel.br

**Resumo:** Tomando como aporte teórico a Análise Discurso de tradição franco-brasileira, em uma perspectiva arqueogenealógica foucaultiana, e as contribuições dos Estudos Culturais, esta pesquisa pretende discutir as representações acerca do professor contemporâneo, num contexto fortemente marcado pelas tecnologias digitais de informação e comunicação, em trabalhos acadêmicos em língua portuguesa publicados recentemente. A leitura revelou que está em curso, no campo educacional, uma vontade de verdade que relaciona educação e novas tecnologias, sendo enunciada por especialistas pesquisadores referendados pela sociedade; que tal vontade de verdade constitui uma prática contemporânea de subjetivação do professor; e que essa ordem do discurso pode ser encapsulada por quatro enunciados básicos tradutores dos sentidos que emergem dos excertos selecionados. Intenta-se, assim, uma governamentalidade, um campo estratégico de relações de poder que configura um processo atual de fabricação de uma nova identidade para o sujeito professor atuar na sociedade tecnológica regida pelas relações de mercado e pela lógica neoliberal de governo.

**Palavras-chave:** professor; tecnologias digitais; discurso acadêmico; representações; governamentalidade.

**Abstract:** Taking as theoretical support the Discourse Analysis of French-Brazilian tradition, in a Foucauldian archeogenealogic perspective, this research aims to discuss the representations about the contemporary teacher in a context strongly marked by digital information and communication

technologies in academic papers recently published in Portuguese. The reading revealed that is underway in the educational field a will to truth that relates education and new technologies, being enunciated by expert researchers endorsed by society; that this will to truth is a contemporary practice of teacher's subjectivation; and that this order of discourse can be encapsulated by four basic statements translators of the meanings that emerge from selected clippings. Thus it intends to pursue a governmentality, a strategic field of power relations that sets a current construction of a new identity for the teacher as subject acting in a technological society governed by market relations and the neoliberal logic of government.

**Keywords:** teacher; digital technologies, academic discourse, representations, governmentality.

Recebido em: 24 de fevereiro de 2015.

Aprovado em: 12 de junho de 2015.

*“A globalização envolve uma integração entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões de produção e consumo, as quais, por sua vez, produzem identidades novas e globalizadas.”*  
(WOODWARD, 2009, p. 20).

## 1 Palavras iniciais

Adotando o conceito de *paradigma tecnológico* e indicando o que chama de *penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias* como uma de suas características, Castells já anunciava, há mais de uma década: “[c]omo a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico” (CASTELLS, 1999, p. 108). Disso advém que as mudanças pelas quais passam os sujeitos e a sociedade no momento globalizado e tecnológico que estamos vivendo têm levado os estudiosos a proporem análises sob os mais variados pontos de vista. Entre essas

reflexões, têm tido lugar de destaque questões referentes ao papel da escola no mundo contemporâneo. De par com as preocupações voltadas à formação do educando, insere-se também na pauta das discussões a questão de se (re)pensar a função docente num contexto tão específico como esse, de transição de paradigmas.

Na esteira de tais discussões, este trabalho procura investigar, sob o aporte teórico da Análise de Discurso de tradição franco-brasileira, em uma perspectiva arqueogenealógica foucaultiana, as representações que se tem, no contexto acadêmico da atualidade, acerca desse sujeito da educação, o professor, numa conjuntura sócio-político-econômica altamente marcada pela presença das tecnologias digitais de informação e comunicação. Afinal, que imagem de professor os especialistas constroem quando falam sobre atuação docente nos dias de hoje?

Para esta pesquisa, tomamos como objeto de análise discursiva textos acadêmicos atuais, da área da educação, publicados nos últimos cinco anos, em que os termos “professor” e “tecnologia” figuram no título e / ou no resumo do trabalho. O levantamento consistiu numa busca, no *site* de periódicos da CAPES, por meio das palavras-chave “professor e tecnologias digitais” e “professor e novas tecnologias”.<sup>1</sup> Dada a restrição de espaço estabelecida para a presente publicação, deixamos de lado teses e dissertações, além de artigos publicados anteriormente a 2010. Por essa razão, buscamos também artigos no *Google*, por meio da palavra-chave “professor e novas tecnologias”. Nesse levantamento, chegamos a um total de quinze artigos em língua portuguesa, publicados entre 2010 e 2013, em revistas especializadas de educação ou multidisciplinares, sendo que, para este trabalho, visitamos excertos de onze deles, a saber:<sup>2</sup>

- Marchiori e Melo e Melo (2011) – professores de Fonoaudiologia – UNOPAR, PR;
- Garcia *et al.* (2011) – doutores em Educação – UNICAMP,

---

<sup>1</sup> A coleta se deu no segundo semestre de 2014 e se caracterizou por uma escolha aleatória das áreas de conhecimento e da região geográfica a que pertencem os autores investigados e suas respectivas instituições (de formação ou de atuação).

<sup>2</sup> Incluímos, na listagem por data ascendente, a área de formação dos autores e suas respectivas afiliações.

SP;

- Zuin e Zuin (2011) – pós-doutora em Física / pós-doutor em Filosofia da Educação – UFSCar, SP;
- Silva (2011) – doutor em Letras – UFRRJ, RJ;
- Alda (2012) – mestranda em Linguística Aplicada – UCPel, RS;
- Molin e Raabe (2012) – professores de Educação e Computação Aplicada - Universidade do Vale do Itajaí, SC;
- Vieira (2012) – professor de História - Centro Universitário de Maringá, PR;
- Oliveira (2012) – doutora em Educação – FCT-Unesp, SP;
- Dias (2012) – pós-doutora em Linguística Aplicada – PUCSP, SP;
- Soares-Leite e Nascimento-Ribeiro (2012) – Secretária de Educação do Governo de Estado do Ceará, CE;
- Arruda (2013) – historiador e doutor em Educação – FAE/UFMG, MG; e
- Moura e Brandão (2013) – professores de Educação – FAE – Faculdade Anglicana de Erechim, PR.

## 2 Uma palavra sobre tecnologia, sociedade e educação

É em estreita relação com as determinações sociais, políticas, econômicas e culturais que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia devem ser entendidos. Trata-se do esforço humano em criar instrumentos que superem as dificuldades das barreiras naturais e aperfeiçoá-los, no decorrer do tempo, para atender a necessidades da sociedade humana.

Foi na Grécia, entre os séculos 6 e 4 a.C., esclarece-nos Pinto (2004), que “Platão conceituou o termo *técnica*, dando-lhe o significado de uma realização material e concreta; Aristóteles não foi muito além dessa conceituação, pois, entendia a *techné* como um conhecimento prático que objetiva um fim concreto” (PINTO, 2004, p. 3). Já o termo *tecnologia*, por ter tido seu significado alargado, com enfoques visando a diferentes finalidades (técnica, máquinas, equipamentos, instrumentos; fabricação, utilização e manejo dos desses; estudo dos aspectos

econômicos da tecnologia e seus efeitos sobre a sociedade), teve seu emprego equivocado, segundo Vargas (1994, p. 225 *apud* PINTO, 2004, p. 3): “tecnologia no sentido que é dado pela cultura ocidental é a ‘aplicação de teorias, métodos e processos científicos às técnicas’”.

Devendo, então, ser entendida como conhecimento científico transformado em técnica, a tecnologia transforma-se, naturalmente, de modo acelerado, com visíveis consequências, seja no mercado de bens, serviços e consumo, no modo de produção, no modo de organização dos trabalhadores, na educação / qualificação dos trabalhadores, ou nas relações sociais.

Hoje é consenso, entre muitos teóricos, que a era industrial se esgotou e que a sociedade do conhecimento emergiu como uma nova modalidade econômico-social, esclarece-nos Ponchirolli (2002):

O mundo, segundo economistas e historiadores, experimentou duas profundas mudanças na base da economia e da estrutura social. Na primeira grande etapa do desenvolvimento econômico os homens passaram de uma economia tribal de caça e coleta para uma economia agrícola. Essa transição começou há aproximadamente 8.000 anos e hoje está quase totalmente completa em todo o mundo, exceto em algumas poucas sociedades primitivas, em áreas como a Bacia Amazônica e Nova Guiné.

Na segunda grande etapa, os homens passaram da economia agrícola para a economia industrial. Essa etapa teve início na Grã-Bretanha há aproximadamente 250 anos e espalhou-se pela Europa Ocidental, América do Norte e Japão no século XIX. Desde a Segunda Guerra Mundial, a industrialização tem se difundido de maneira extensiva pela Ásia e parte da América Latina.

A terceira etapa da história social dos homens é o desenvolvimento da economia e da sociedade baseadas no conhecimento. Este processo começou nos Estados Unidos há cerca de 25 anos e, atualmente, está se disseminando rapidamente tanto

nos Estados Unidos como no restante dos países industrializados desenvolvidos do mundo – Canadá, Europa Ocidental e Japão. Suas variáveis críticas e fundamentais são informação e conhecimento (PONCHIROLLI, 2002, p. 31).

Já se tornou truísmo, pois, afirmar que bastante forte tem sido, na atualidade, o impacto social das novas tecnologias, as chamadas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), como resultado da fusão de três vertentes técnicas: a informática, as telecomunicações e as mídias eletrônicas – constituindo o que Dreifuss (1996) chama de um “complexo teleinfocomputrônico”. *Notebooks*, *tablets*, celulares e *smartphones* já fazem parte do cenário cotidiano, rompendo barreiras de tempo e espaço, influenciando diversas áreas da atividade humana e revolucionando as tradicionais formas de comunicação.

Na tentativa de precisar o alcance desse impacto, muitos teóricos procuraram descrever seus efeitos sobre as sociedades, nas diversas esferas da vida humana. Como bem coloca Quartiero (1999),

Várias metáforas foram utilizadas por esses autores para explicar a configuração da sociedade contemporânea a partir dessas tecnologias, algumas tendo inclusive se tornado lugar comum: “aldeia global” (MCLUHAN, 1995[1964]), “sociedade pós-industrial” (BELL, 1977), “sociedade pós-capitalista” (DRUCKER, 1993), “sociedade da informação” (TOFFLER [; TOFFLER], 1994), “teia global” (REICH, 1993), “infoera” (ZUFFO, 1996). Num aspecto todos concordam: estaríamos entrando definitivamente numa sociedade do conhecimento. (QUARTIERO, 1999, p.72).

Especificamente no que diz respeito às formas de interação social, a pesquisadora dos estudos linguísticos aplicados Rojo (2012) adverte que, se as mídias anteriores eram destinadas à distribuição

controlada da informação, a ponto de se falar que elas foram destinadas às massas, a mídia digital e a digitalização (multi)mídia, por sua vez, vêm provocar esse panorama. As ferramentas digitais, como redes sociais diversas (Facebook, Twitter), *blogs*, *chats*, GoogleDocs, entre outros, permitem mais que uma simples interação, permitem a interação-colaboração, razão pela qual fraturam / transgridem relações de poder preestabelecidas, principalmente as de controle unidirecional da comunicação e da informação e da propriedade de bens culturais imateriais (textos, produções imagéticas e sonoras, ideias). E Lemke (2010) complementa, explicando que, hoje, nossas tecnologias estão nos movendo da era da escrita para a era da autoria multimidiática – numa clara referência ao que Lankshear e Knobel (2007) qualificam como um novo *ethos*:

os novos letramentos “são mais “participativos”, “colaborativos”, e “distribuídos” por natureza do que os letramentos convencionais. Eles são menos “dominados por especialistas” que os letramentos convencionais. As regras e normas que os regulam são mais fluídas e menos permanentes que aquelas a que nós tipicamente associamos com os letramentos estabelecidos (LANKSHEAR; KNOBEL, 2007, p. 6).

A educação, por consequência, não está alheia a este processo de interpelação ideológica da sociedade ao uso dos aparatos digitais.<sup>3</sup> Na

---

<sup>3</sup> “‘Interpelação’ é o termo utilizado por Luis Althusser (1971) para explicar a forma pela qual os sujeitos – ao se reconhecerem como tais: ‘sim, esse sou eu’ – são recrutados para ocupar certas posições-de-sujeito. Esse processo se dá no nível do inconsciente e é uma forma de descrever como os indivíduos acabam por adotar posições-de-sujeito particulares. [...] Ele concebe as ideologias como sistemas de representação, fazendo uma complexa análise de como os processos ideológicos funcionam e de como os sujeitos são recrutados pelas ideologias, mostrando que a subjetividade pode ser explicada em termos de estruturas e práticas sociais e simbólicas. Para Althusser, o sujeito não é a mesma coisa que a pessoa humana, mas uma categoria simbolicamente construída: ‘A ideologia... ‘recruta’ sujeitos entre os

rede pública de ensino, a crescente informatização das escolas, com a distribuição de microcomputadores, de *notebooks* aos professores, de *tablets* aos estudantes são exemplos expressivos dessa interpelação do poder público ao uso da tecnologia na prática docente. De acordo com uma pesquisa quantitativa de abrangência nacional, sobre uso das NTIC em escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio de 13 capitais brasileiras, realizada em 2009 pela Fundação Victor Civita, 99% de um total de 400 escolas já dispõem de computadores funcionando (LOPES *et al.*, 2010). E segundo artigo de opinião publicado pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE–, “pelos dados da TIC Educação 2010, todas as escolas situadas na zona urbana têm pelo menos um computador – em média 23 equipamentos por unidade escolar e cerca de 35 alunos por computador. Mais de 80% delas têm acesso à Internet e destas, 87% com banda larga” (IBOPE, 2013, s/p.).

Entretanto, como se sabe, não é o aparelhamento tecnológico escolar que trará diferenças significativas na qualidade do ensino no Brasil. Sem falar dos inúmeros casos de falta de acesso à Internet pelos estudantes nas escolas, há muita ilusão na ideia de que as NTIC transformarão o ensino, como em passe de mágica, bastando disponibilizá-las para o uso escolar e deixá-las a cargo do professor. É, sem dúvida, louvável a preocupação por parte das escolas em introduzir os computadores em seu espaço físico, na era digital em que vivemos, mas o problema, explica Freitas (2009, p. 71), é que “a instituição escolar está vivendo essa incorporação como uma intrusão”, como algo necessário para se mostrar atualizada, como uma espécie de *marketing* de qualidade, sem saber por quê, para que e como. Isso parece estar atestado pela mencionada pesquisa da Fundação Victor Civita (LOPES *et al.*, 2010), segundo a qual aproximadamente 70% dos professores das escolas investigadas admitem não estar preparados para fazer uso do equipamento:

Na maioria dos casos, os computadores chegaram às escolas sem o respaldo de uma proposta pedagógica

---

indivíduos... ou ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos [...] por esta operação muito precisa a chamei de interpelação’ (1971, p. 146).” (WOODWARD, 2009, p. 59-60).

(GIMENES, 2001). Muitos projetos envolvendo Educação e Informática têm sido desenvolvidos por agentes externos à comunidade escolar envolvendo os professores apenas como receptores de informação. Nos casos em que não há o envolvimento dos professores ou não lhes são fornecidos formação específica e tempo para inserção no processo de informatização da escola, observa-se como resultado que os professores da escola não aprendem como lidar com tais tecnologias e muito menos como fazer bom uso delas em suas aulas (UNESCO, 2008a, 2008b)<sup>4</sup> (LOPES *et al.*, 2010, p. 275).

Seguem as principais conclusões desta análise: [...]

- apesar dos dados levantados sobre recursos e infraestrutura serem favoráveis, infraestrutura, formação de professores e problemas com acesso à internet são apontados como os principais problemas para o uso pedagógico do computador;
- a formação oferecida não é percebida como suficiente e adequada, pois falta preparo para o uso da tecnologia centrado em ensino e aprendizagem dos conteúdos escolares;
- o número de professores que usam a tecnologia com seus alunos é ainda pequeno e este uso se dá eminentemente no laboratório de informática;
- na maioria das escolas, as atividades que utilizam tecnologia e são realizadas com os alunos têm pouca complexidade ou usam de recursos simples (LOPES *et al.*, 2010, p. 327-328).

É, portanto, com os estudos acerca dessa temática da atuação docente na era digital que o presente trabalho visa contribuir, buscando problematizar as representações que a academia tem, na voz de especialistas autores de trabalhos acadêmicos recentemente publicados, do sujeito da educação professor, nesse contexto de interpelação ideológica da educação ao uso das NTIC.

---

<sup>4</sup> No original: UNESCO 2008b, 2008c.

### 3 Acerca de representação e identidade

Sabemos, com Pêcheux (1990a), que sujeito, em Análise do Discurso, não é o indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito do discurso, que carrega consigo marcas do social, do ideológico, do histórico. Assim, o discurso produzido por um sujeito pressupõe um destinatário empírico, mas também representado imaginariamente, que se encontra num lugar determinado na estrutura de uma formação social.

Sempre que o sujeito de um discurso toma a palavra, ele mobiliza um funcionamento discursivo que remete a formações imaginárias: o sujeito que enuncia atribui imagens do destinatário, do referente e de si, e essas imagens condicionam o processo de elaboração discursiva, remetendo a mecanismos de funcionamento da linguagem – como relações de sentido, de força e de antecipação, todos condicionados pelas formações imaginárias.

No caso do mecanismo de antecipação, o sujeito coloca-se no lugar do destinatário, podendo, dessa forma, prever o efeito de suas palavras; o locutor regula, pois, seu discurso, conforme os efeitos que tenciona reproduzir no interlocutor. Já na relação de forças, o sentido das palavras é regulado de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito falante; ou seja, a posição social ocupada por este é inerente ao seu dizer. Assim, certos dizeres dominam outros, conforme a representação que se faz do lugar social ocupado por aquele que enuncia.

Tais mecanismos nos permitem, então, dizer que não são os lugares empíricos, ocupados pelos sujeitos, que determinam os dizeres, mas a representação que o sujeito enunciador faz de si, do outro, do outro em relação a si e do referente.

Assim, um discurso não implica necessariamente uma mera troca de informações entre interlocutores, mas, sim, um jogo de “efeitos de sentido” entre os participantes; os sentidos são produzidos por um certo imaginário, que é social e que é, por sua vez, resultado das relações entre poder e sentidos. Logo, nos processos discursivos, vemos funcionar uma série de formações imaginárias que designam os lugares “que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1990b, p. 82). De modo que interessa-nos lembrar, no presente trabalho, particularmente, o fato

de que a representação que o sujeito faz do interlocutor direciona a produção de seu discurso.

No registro pós-estruturalista, afirma Silva (2009, p. 90), “a representação é concebida unicamente em sua dimensão de significante, isto é, como sistema de signos, com pura marca material. [...] expressa-se por meio de uma pintura, de uma fotografia, de um filme, de um texto, de uma expressão oral”. É, pois, sempre marca ou traço visível, exterior, na medida que, como qualquer sistema de significação, é uma forma cultural de atribuição de sentido, sendo, por isso mesmo, arbitrária, indeterminada e estreitamente ligada às relações de poder.

Segundo Woodward (2009, p. 17),

a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. [...] A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.

Assim, a todo momento somos interpelados – recrutados e também produzidos –, não apenas no nível do consciente, mas também do inconsciente – pelos sistemas de representação a ocupar determinadas posições-sujeito: o trabalhador honesto, a mãe responsável, o jovem descolado etc., sendo posicionados, e também nos posicionando, de acordo com os campos sociais nos quais atuamos. E é, igualmente, a partir dessas posições-sujeito, a partir de cada uma dessas posições sociais e históricas específicas, que, ao falarmos, representamos alguém ou alguma coisa (HALL, 1990). A representação atua simbolicamente

para classificar o mundo e nossas relações no seu interior, produzindo identidades, afirma Hall.

Woodward (2009) esclarece que, embora se refiram a dois processos diferentes, o social e o simbólico,

cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais. (WOODWARD, 2009, p. 14)

Segundo a autora, a identidade, produto da representação, é relacional, ou seja, é fabricada por meio da marcação da diferença, pois sua conceituação envolve sistemas classificatórios, que mostram como as relações sociais são organizadas – a divisão de uma população em ao menos dois grupos opostos – em termos de *nós / eles, eu / outro*. De modo que a marcação da diferença é o que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, na maior parte das vezes, por meio de oposições.

Além de serem interdependentes, segundo a teoria cultural contemporânea, identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguística, ou seja, são criadas por meio de atos de linguagem, tendo, pois, de ser nomeadas:

É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais. A definição da identidade brasileira, por exemplo, é o resultado da criação de variados e complexos atos linguísticos que a definem como sendo diferente de outras identidades nacionais (SILVA, 2009, p. 77).

Para Silva, por não serem seres da natureza, mas elementos da cultura e dos sistemas de representação que a engendram, identidade e diferença não podem ser compreendidas fora do sistema de significação

nos quais adquirem sentido: só têm sentido no interior de uma cadeia saussureana de diferenciação linguística: “(‘ser isto’ significa ‘não ser isto’ e ‘não ser aquilo’ e ‘não ser mais aquilo’ e assim por diante)” (SILVA, 2009, p. 77). Por serem fruto da linguagem, cuja característica principal é a indeterminação, as identidades também se deixam marcar pela instabilidade e indeterminação: não são naturais, nem fixas, nem pré-determinadas.

Identidade e diferença, por outro lado, esclarece-nos o autor, são relações sociais em estreita relação com as relações de poder, estando sujeitas a vetores de força, sendo por isso disputadas:

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. [...] São outras tantas marcas da presença do poder: incluir / excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”) (SILVA, 2009, p. 81).

E, visto que classificar significa igualmente atribuir valores aos grupos classificados, nesse processo, chamado de *normalização* há sempre uma oposição binária, em que um dos termos é privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa: “a identidade normal é ‘natural’, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade” (SILVA, 2009, p. 83).

Estando, entretanto, sujeitas à historização, as identidades estão constantemente em processo de mudança e transformação, o que tem a ver “não tanto com as questões ‘quem nós somos’ ou ‘de onde nós viemos’, mas muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’” (HALL, 2009, p. 109). Concebendo as identidades como

pontos de apego temporário às posições-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 1995), o autor as entende como o resultado de uma bem-sucedida articulação ou “fixação” do sujeito ao fluxo do discurso, uma espécie de sutura bem feita do sujeito a uma posição-sujeito, o que “exige não apenas que o sujeito seja ‘convocado’, mas que o sujeito invista naquela posição” (HALL, 2009, p. 112).

Transportando para a situação acadêmica em tela, em que os protagonistas da cena enunciativa investigada (os pesquisadores) produzem dizeres (na forma de artigos científicos) endereçados a seus leitores (público em geral, incluindo outros pesquisadores), o que os dados estão a nos revelar, como mostraremos, é uma interpelação do sujeito professor a assumir uma determinada identidade, segundo a representação que tais especialistas têm das ações e dizeres próprios da ocupação de seus lugares, de suas posições-sujeito (PÊCHEUX, 1995). Segundo esse jogo, cabe ao pesquisador – enquanto aquele que, em princípio, sabe–, enunciar uma verdade ao leitor – aquele que, em princípio, não sabe. Mais especificamente, os dizeres e as ações do sujeito-autor pesquisador se fazem segundo o que ele imagina que seja ele mesmo, o que seja o leitor e o que seja o referente. Vejamos como isso se dá relativamente aos excertos visitados.

#### **4 A representação acerca do professor na era digital por artigos acadêmicos**

De um modo geral, pudemos perceber que os artigos investigados consistem num discurso no qual se observa, a despeito da diferença entre as áreas de conhecimento de seus autores, uma impressionante regularidade na enunciação de uma verdade acerca do professor contemporâneo. Essa verdade, segundo pudemos notar, emerge na forma de uma grande proposição, composta por quatro enunciados ou formações linguísticas complementares, que carregam em si, respectivamente, cada um dos traços que comporiam esse imaginário discursivo acerca do sujeito da educação professor. Apresentamos a forma sumarizada desses enunciados: *O professor está diante de um desafio; O professor tem um novo papel; O professor deve ser um*

*mediador; O professor precisa aprender para ensinar.*

Evidentemente, tais enunciados não aparecem materializados com essa estrutura sintática na superfície linguística dos textos investigados, por estarem contextualizados e a serviço do sentido pretendido pelo enunciador em seu artigo. Porém, o que se observa é que, embora não apareçam necessariamente assim estruturados sintaticamente ou linguisticamente formados, nem nessa mesma ordem, nem conjugados entre si, em cada um dos textos analisados, sua enunciação ocorre sempre na *modalidade alética*.<sup>5</sup> Considerada a maneira com que o falante se expressa no conteúdo da frase que diz, “a modalidade alética refere-se às noções de verdade e / ou falsidade das proposições, podendo os enunciados de uma ciência ser necessária ou possivelmente verdadeiros” (FERNANDES, M. B. S., 2012, p. 157).

Abaixo seguem alguns recortes discursivos (RD) representativos do primeiro enunciado (*O professor está diante de um desafio*):

**RD1:** *Instituir mudanças na escola, adequando-a às exigências da sociedade do conhecimento, constitui hoje um dos maiores desafios educacionais* (SOARES-LEITE e NASCIMENTO-RIBEIRO, 2012, p. 179).

**RD2:** *Na atualidade, fala-se que as TIC têm um grande potencial para inovar a prática pedagógica, melhorando a qualidade do ensino e, portanto, da educação. No entanto, como se vem discutindo até aqui, a implantação dessas tecnologias na escola **tem desafiado o professor** no sentido de aprender a manipular o computador, usar seus aplicativos e a Internet, além de saber os porquês e como integrá-los à prática diária na escola* (MOLIN; RAABE, 2012, p. 256).

**RD3:** *A prática docente com o uso de tecnologias*

---

<sup>5</sup> De acordo com Castilho e Moraes de Castilho (2002), *modalidade* é a estratégia que consiste em apresentar o conteúdo proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não polar) ou jussiva (imperativa ou optativa).

*digitais se constitui em grande desafio aos professores nos tempos atuais* (GARCIA et al., 2011, p. 79).

**RD4:** *Parece possível afirmar que um professor multiletrado pode provocar mudanças em seu fazer pedagógico e um realinhamento às necessidades de seus alunos para os desafios da era do ciberespaço* (DIAS, 2012, p. 861).

O emprego da expressão *desafio* sugere que há uma disputa em jogo, uma convocação, em que alguém é instigado a ultrapassar um grande obstáculo, a realizar algo além de suas competências ou habilidades.<sup>6</sup> Enquanto os sujeitos-enunciadores de RD1 afirmam que o desafio que está posto aos professores nos tempos atuais está na adequação escolar às exigências da sociedade do conhecimento, os de RD2 entendem que tal desafio está na implantação das tecnologias digitais de informação e comunicação na escola; os de RD3, que está na prática docente com o uso dessas tecnologias; e o de RD4, que tal desafio está no multiletramento docente demandado pelo ciberespaço.

Quando consideramos o segundo enunciado (*O professor tem um novo papel*), parece que esse desafio a que os autores mencionados se referem adquire contornos mais delineados:

**RD5:** *Superar o paradigma tradicional ainda hegemônico implica, entretanto, (re)pensar o papel e as competências docentes para lidar com necessidades atuais de formação bem como a organização da sala de aula, já que sua configuração não é mais a mesma de anos atrás* (GARCIA et al., 2011, p. 79).

**RD6:** *Além disso, as mudanças tecnológicas também modificam as novas gerações que surgem, e por conseguinte, surge um novo contexto educacional que exige uma nova postura por parte do professor.*

---

<sup>6</sup> Conforme <<http://www.dicio.com.br/desafio/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

*Desse modo, este artigo objetiva discorrer acerca desse novo contexto educacional que surge, visando esclarecer qual é o papel que o professor deveria assumir na contemporaneidade (ALDA, 2012, p. 1).*

***RD7: A sala de aula não é mais a mesma. A tecnologia [...] passa (ou pelo menos tenta) fazer parte do cotidiano [...] Todavia, mudar as formas de aprender dos alunos requer também mudar as formas de ensinar de seus professores [...] rever o papel da escola e, principalmente, do professor [...] A inclusão das novas tecnologias na educação exige um novo profissional mais flexível e maduro (SOARES-LEITE e NASCIMENTO-RIBEIRO, 2012, p. 184).***

***RD8: Entendemos aqui que é papel do docente conhecer novas possibilidades de escrita a partir dos novos gêneros textuais que emergem com o advento das novas tecnologias (SILVA, 2011, p. 35).***

***RD9: No que diz respeito às reconfigurações identitárias dos agentes educacionais, particularmente em relação à nova prática docente, nos deparamos com uma questão decisiva: o papel do professor diante do acesso cada vez maior de informações, as quais são instantaneamente obtidas por aparelhos tais como notebooks, tablets, celulares etc. (ZUIN; ZUIN, 2011, p. 224).***

***RD10: O ensino hoje requer mudança no papel do profissional de educação que possa estimular o aluno a buscar e selecionar as fontes de informação voltadas ao ensino e à pesquisa, estudando-as e recriando-as (MOURA; BRANDÃO, 2013, p. 2).***

Trata-se, como se pode perceber, de impor ao professor a superação do desafio aludido, não apenas no sentido de inserir as tecnologias digitais em sua prática docente, mas no sentido de fazê-lo transformar-se como tal, proceder a uma mudança, a uma alteração de si

mesmo. Segundo o dicionário Aurélio, *mudança* é o “ato ou efeito de mudar(-se)” e, *mudar*, “alterar, modificar; fazer apresentar-se sob outro aspecto; transformar, converter; sofrer alteração, modificação” (FERREIRA, 19--, p. 951); o que nos remete à ideia de transformação, alteração de um estado. Assim, a imposição, por parte dos sujeitos-pesquisadores, vem na forma de uma exortação a uma ação de grande porte a ser empreendida pelo professor: *(re)pensar o papel e as competências docentes* (RD5), *[ter] uma nova postura* (RD6), *[ser] mais flexível e maduro* (RD7), *conhecer novas possibilidades de escrita a partir dos novos gêneros textuais* (RD8), ou *[proceder] a uma mudança no [seu] papel [enquanto] profissional da educação* (RD10). E a convocação se dá discursivamente pelo emprego das formas verbais do presente do indicativo: *implica* [repensar], *exige* [nova postura / novo profissional], *requer* [rever o papel / mudança no papel], e *é* [papel conhecer] – que, como vimos, caracterizam a enunciação de uma verdade.

A natureza dessa transformação a que é chamado o professor a realizar vai aparecer melhor configurada no terceiro enunciado a que aludimos (*O professor deve ser um mediador*), conforme os excertos que seguem:

**RD11:** *Em um mundo conectado em rede, com inúmeras trocas de informação e rapidez de interação, o papel do professor, em suma, é auxiliar o aluno na busca pelo conhecimento, ser um mediador entre o aluno e a aprendizagem. O professor pós-moderno deve estar em sincronia com a contemporaneidade, saber utilizar as tecnologias em prol de um ensino mais eficiente e eficaz, trabalhar em parceria com o aluno e, além de tudo isso, ser consciente de que não é o detentor de todo o conhecimento. Hoje, é necessário ensinar nossos alunos a refletir, questionar, raciocinar e compreender a nossa realidade, para que possam contribuir com a sociedade e construir opiniões próprias* (ALDA, 2012, p. 3).

**RD12:** *O que fazer com um aluno que já nasceu na*

*era da informação e que já traz consigo a experiência de um mundo tomado pela velocidade dos acontecimentos? A resposta torna-se simples: respeitando e avaliando a base de conhecimento já incorporada pelo estudante quando ele chega à escola, conduzindo-o a pesquisa e produção do conhecimento, **mediando-o em sua caminhada na carreira estudantil**, incorporando novos conhecimentos no cotidiano em sala. Para tanto o professor pode e deve incorporar as novas tecnologias em seu método de ensino. Falando a “língua do aluno” [...] (VIEIRA, 2012, p. 97).*

**RD13:** *O uso das novas tecnologias da comunicação e informação representa uma grande inovação na educação, pois propicia o desenvolvimento das produções em colaboração, podendo instigar o espírito investigativo tanto dos alunos quanto dos professores sendo que **estes poderão apropriar-se do uso das tecnologias para mediar os trabalhos dos estudantes**, sentindo-se desafiados a buscar condições mais adequadas para o processo de aprendizagem interativo e dinâmico (MOURA; BRANDÃO, 2013, p. 3).*

A grande mudança enunciada pelos sujeitos-especialistas relativamente ao papel do professor, como está posto nesses recortes, aparece atrelada a uma postura de mediação do conhecimento. Ensinar, agora, passa a ser mediar: “intervir como árbitro ou mediador”, sendo *mediação* “intervenção, intercessão, intermédio” (FERREIRA, [s.d.], p. 903); “ação de auxiliar como intermediário entre indivíduos ou grupo de pessoas” (dicionário *online* de português).<sup>7</sup> Pressupõe-se, pois, haver uma dupla possibilidade de atuação pedagógica por parte desse sujeito da educação, quando se considera os efeitos da presença das NTIC no processo de ensino-aprendizagem: uma atuação anterior ao advento dessas tecnologias e uma atuação no interior delas. E a explicação para

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/mediacao/>>. Acesso em: 17 fev.2015.

essa mudança de papel é feita por um dos próprios sujeitos-autores aqui pesquisados:

A educação e o sistema educativo sofreram grandes mudanças nos últimos tempos. A partir do século XX, os avanços tecnológicos popularizaram o acesso à informação, modificando a maneira como vivemos e, conseqüentemente, a maneira como aprendemos. A nossa sociedade, atualmente, está em rede; e isso provocou mudanças marcantes. A aprendizagem não é mais individual, mas sim coletiva. O conhecimento é construído em grupo e incontestavelmente está mais acessível. Logo, qual é o papel do professor hoje? Qual é o impacto do professor numa sociedade em rede, com tantas oportunidades de aprendizagem?

Anteriormente, o professor era o único participante ativo da sala de aula; aquele que detinha o conhecimento e que transmitia para os alunos todo o seu estudo e sabedoria de forma linear, passando apenas do professor para os alunos, sem grandes reflexões ou visão crítica dos conteúdos. A educação tradicional era centrada no professor, fundamentalmente baseada em texto e excessivamente expositiva. Porém, a nova geração está acostumada a agir em vez de passivamente assistir. Com a evolução das tecnologias e da sociedade, além das oportunidades de aprendizagem, os alunos também mudaram (ALDA, 2012, p. 2).

Assim, o raciocínio que parece sustentar a proposição da verdade enunciada pelos sujeitos-especialistas é o seguinte: se para atuar em sala de aula em conexão com as tecnologias digitais o professor da atualidade enfrenta o desafio de mudar seu papel para o de mediador do conhecimento, então – eis o último enunciado que compõe a proposição –, *o professor precisa aprender para ensinar*. É o que depreendemos do nosso último bloco de recortes:

**RD14:** Neste ponto, podemos pensar então na **importância de expandir o repertório tecnológico dos docentes como meio de instrumentalizá-los para uma prática pedagógica fundamentada em um novo paradigma, diferente do tradicional, que mantém distantes alunos e professores** (GARCIA et al., 2011, p. 79).

**RD15:** Discute-se a importância da atenção no ensino/aprendizagem na universidade em conexão com as novas tecnologias, propondo-se de forma simples, **o aprimoramento do desempenho do professor universitário em relação a estas tecnologias** (MARCHIORI, MELO; MELO, 2011, p. 1).

**RD16:** É evidente que os professores necessitam acompanhar as mudanças a fim de adaptar-se. Porém, tendo em vista que a maioria dos professores está acostumada com o ensino tradicional, linear, baseado em textos, prováveis desafios podem vir a ser enfrentados por professores, entre os quais, destacam-se a necessidade de letramento digital, a resistência ao uso de novas tecnologias e à formação continuada. Por isso, **é de suma importância para o professor buscar um aperfeiçoamento contínuo, a fim de adaptar-se às novas metodologias que surgem para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem. Devemos sempre acompanhar a evolução, a fim de buscar o conhecimento para compartilhá-lo** (ALDA, 2012, p. 4).

**RD17:** Tornam-se necessárias, então, **mudanças no agir pedagógico do professor de inglês que só poderão ser alcançadas por meio de um processo de formação que vise ao desenvolvimento das práticas multiletradas da contemporaneidade** (DIAS, 2012, 862).

**RD18:** [...] este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou conhecer as percepções de um grupo de professores sobre possíveis

*transformações ocorridas em suas práticas pedagógicas após terem participado, nos anos de 2008 e 2009, do curso de formação continuada 'Introdução à Educação Digital'. Evento promovido, em todo o País, pelo Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional - Proinfo Integrado. O objetivo deste curso é contribuir para a inclusão digital dos profissionais da educação, visando familiarizar, motivar e **preparar os professores e gestores para a utilização dos recursos e serviços mais usuais dos computadores e da Internet** (MOLIN; RAABE, 2012, p. 250).*

***RD19:*** *Diferentemente da perspectiva das políticas públicas atuais, que privilegiam a formação continuada do professor para o trabalho com tecnologias digitais na sala de aula, a perspectiva defendida neste texto é a de **alterações profundas na formação inicial dos professores em nível superior**, que circunscrevam a incorporação das mídias em todas as dimensões da prática do professor universitário (ARRUDA, 2013, p. 275).*

Ora, uma vez afirmada a *importância de [se] expandir o repertório tecnológico dos docentes, do aprimoramento do desempenho do professor, do seu aperfeiçoamento contínuo, da mudança em seu agir pedagógico, de preparar os professores e gestores para a utilização dos recursos e serviços mais usuais dos computadores e da Internet, e de proceder a alterações profundas na formação inicial dos professores em nível superior*, afirma-se a sua necessidade de capacitação, de aprender para poder ensinar, já que, por meio de um não-dito, afirma-se, igualmente, que os professores estão despreparados, em termos de conhecimento didático-tecnológico, para dar conta do anunciado desafio.

No intuito de concluir nossa análise de tais enunciados, é forçoso reconhecer que, segundo a Análise de Discurso derivada da obra de Michel Pêcheux, sem sombra de dúvida, estamos diante de um *discurso*, porque o que é enunciado é enunciado de um lugar ideologicamente marcado: designa um autor, uma instância produtora, uma função-sujeito

dadas as posições sociais dos envolvidos (especialistas, público leitor) e manifesta um sentido segundo tais posições (e em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem).

Estamos diante de um discurso, porque se trata de um conjunto de enunciados que derivam de (ou materializam) uma mesma *formação discursiva* (FOUCAULT, 1987[1969]; PÊCHEUX, 1990b), ou seja, implica regularidades (constitui uma constância de unidade na dispersão dos acontecimentos, apresenta uma identidade e persistência de temas); existe em um tempo e espaço físico-social, refletindo condições de produção historicamente definidas (a atualidade, a universidade); e refere-se ao que se pode dizer somente em determinada época e espaço social (ao que tem lugar e realização a partir de condições de produção específicas).

Estamos ainda diante de um discurso, porque, ao ser produzido, o enunciado constitui uma ação social em um contexto situacional historicamente determinado: primeiro, é um procedimento de controle por meio da interdição: impõe regras de exclusão aos sujeitos do discurso (estabelece direitos e proibições em relação ao ato de falar, quem pode ter acesso a certos discursos e quem deve ser interditado, já que para entrar na ordem do discurso é preciso ser qualificado para tal); segundo, é um procedimento de controle por meio da *vontade de verdade* (FOUCAULT, 1999a[1971]) – retrata como o saber é aplicado na sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido, atribuído–; e, finalmente, em sua relação com o sujeito, incita, provoca, faz deslocar.

Mais do que isso, estamos diante de um discurso que funciona como um *dispositivo de poder* (FOUCAULT, 1999c[1988]). Vamos lembrar que, para Foucault (1999b[1987]), o *poder* não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social, não é propriedade de ninguém; está em toda parte, provém de todos os lugares; é focalizado em microinstâncias, por ser um exercício integrante do cotidiano, que promove a constituição da identidade dos sujeitos; é um modo de ação de alguns sobre os outros (uma maneira de agir sobre a ação dos outros para conduzir condutas); existe (é observável) sob a forma de relações perpassadas pelos discursos; funciona em rede e promove a docilidade e a submissão daqueles sobre quem ele recai.

Estamos, pois, diante de um dispositivo de poder, porque se trata

de um tipo de formação que, em determinado momento histórico, surge para responder a uma urgência (FERNANDES, C. A., 2012, p. 66): no presente caso, atuar pedagogicamente num mundo dominado pelas tecnologias digitais de informação e comunicação. É produzido a partir de um *regime de verdade* socialmente determinado, uma vez que, conforme Foucault (2009 [1979], p.12), “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”.

## 5 À guisa de palavras finais...

A leitura analítica a que procedemos desse conjunto de artigos acadêmicos atuais nos revela que está em curso, no campo educacional, a exaltação de um saber pós-moderno que toma como foco central as tecnologias digitais de informação e comunicação; ou seja, há uma *vontade de verdade* (FOUCAULT, 1999a [1971]) que relaciona educação e tecnologia sendo enunciada, na contemporaneidade, por sujeitos especialistas referendados pela sociedade.

Para Foucault, toda produção discursiva implica, no nível da subjetividade, certa vontade de conhecer as verdades do discurso. E como bem coloca Noto (2010),

um discurso só é aceito em uma época quando segue a racionalidade, o modo de legitimar a separação entre o verdadeiro do falso dessa mesma época. Com outras palavras, um discurso só é aceito se acata o valor legitimado em sua época de certa separação do verdadeiro e o falso; isto é, se diante do verdadeiro e do falso se posiciona de acordo com a vontade de verdade vigente em sua época. [...] a *aceitabilidade* de um enunciado ou de um discurso não provém da relação de adequação entre aquilo que é dito e a realidade (noção de verdade enquanto adequação), nem tampouco da coerência interna do discurso (noção de verdade enquanto coerência). Para que um enunciado seja *aceito* em uma época, para que possa

ser legitimamente dito, para que *esteja no verdadeiro*, basta seguir certas regras ditadas pela disciplina a qual pertence. E Foucault (2002, p. 431) confirma: “não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (NOTO, 2010, p. 21).<sup>8</sup>

Ao que parece, então, a proposição a que nos referimos, composta pelos quatro enunciados apontados, independentemente de dizer ou não a verdade, pode ser legitimamente dita e aceita em nossa época desde que siga certas regras internas à disciplina à qual pertence. Pois bem, se essa vontade de verdade parte de intelectuais cuja “polícia” discursiva, intrínseca à própria classe, tem as regras de sua disciplina obedecidas (tratam de objetos específicos, utilizam certos conceitos e inscrevem-se em um determinado horizonte teórico), isso já parece bastar para que seus enunciados estejam no verdadeiro e sejam, pois, aceitos em nossa época.

Na medida que, segundo o aporte foucaultiano, “o dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo (AGAMBEN, 2009, p. 46 *apud* FERNANDES, C. A., 2012, p. 68), essa vontade de verdade enunciada academicamente é destinada a produzir, a moldar e a controlar a subjetividade docente, constituindo uma prática contemporânea de *subjetivação* do professor, fazendo-o mover-se para tornar-se outro, diferente de si mesmo. Vamos lembrar, com Foucault, que *modos de subjetivação* são procedimentos de constituição de subjetividade.

Estamos, pois, diante um processo de interpelação ideológica, que funciona como uma força sobre o sujeito da educação professor, convocando-o à subjetivação que interessa ao poder – como já apontado, “o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações de poder” (SILVA, 2009, p. 81). E isso se dá por induzir a uma ética educacional geral de acesso ao conhecimento técnico-pedagógico atrelado ao domínio e ao uso das tecnologias digitais

---

<sup>8</sup> Grifos da autora.

na prática docente. Tal interpelação é fundamental para demarcar fronteiras sociais e possibilitar o pertencimento desse sujeito a um determinado grupo, que, sabemos, hoje já está se constituindo com um *status* pedagógico e político privilegiado.

Ao se impor discursivamente *a* (e não *uma*) identidade professoral na contemporaneidade como aquela que articula educação e tecnologia, inclui-se no grupo dos “bons professores” todos aqueles que invest(ir)em nessa posição-sujeito; e exclui-se, evidentemente, todos os outros, os “maus professores”, que não se identifica(re)m com tal posicionamento discursivo. Normaliza-se, assim, a identidade docente, elegendo uma identidade específica como a normal e desejável para os tempos atuais, o parâmetro em relação ao qual as outras identidades docentes são avaliadas e hierarquizadas. Afinal, como já dissemos, identidade e diferença são estreitamente dependentes da representação e “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2009, p. 91).

Segundo o gesto interpretativo que ora fazemos, intenta-se, portanto, pela via discursiva, uma *governamentalidade*<sup>9</sup> (FOUCAULT, 2009 [1979]), um campo estratégico de relações de poder no contexto acadêmico e educacional, no qual o poder é compreendido em seu sentido mais amplo como a estruturação de um campo possível da ação de outras pessoas. Trata-se, pois, de um processo discursivo de fabricação do “novo professor” – ou, poderíamos dizer, de criação do “professor pós-moderno” –, aquele que estaria apto para atuar profissionalmente na era digital.

Resta-nos, contudo, indagar: a serviço de que ou de quem isso opera?

Esse processo, acreditamos, está a serviço das demandas da sociedade de consumo regida pela lógica neoliberal de governo; em outras palavras, trata-se de uma forma de governamentalidade neoliberal no campo da educação.

Em interessante análise acerca das relações entre política educacional e governo, Peters (2010) investiga, com base na noção

---

<sup>9</sup> Ou *governo*, nos termos de Veiga-Neto (2007 [2003]), p. 123): “*governo* é tomado no sentido de ‘dirigir as condutas’ de indivíduos ou pequenos grupos humanos: governar as crianças, as mulheres, a família etc.”

foucaultiana de discurso, as formas pelas quais a educação tem sido discursivamente reestruturada, sob o signo do *Homo economicus*, como uma forma de governamentalidade neoliberal. Segundo o pensamento de que há na atualidade um progressivo alargamento do território econômico a todos os comportamentos que envolvem alocação de recursos, o autor explica, com base em Burchell (1993), como se configura uma *cultura de empresa*: com a generalização da *forma empresarial* a todas as formas de conduta, ou seja, com a institucionalização do jogo da empresa como um princípio generalizado de organização da sociedade como um todo. E mostra, igualmente, como a promoção dessa *cultura de empresa* constitui a característica principal do estilo neoliberal de governo, do qual a educação não escapa:

Na área da educação, por exemplo, exige-se que as escolas individuais e outros estabelecimentos educacionais ajam cada vez mais de acordo com uma espécie de lógica do “mercado” competitivo, no interior de um sistema inventado de formas institucionais e práticas. [...] exige-se que cada escola, individualmente, funcione cada vez mais como uma quase-empresa independentemente administrada, em competição com outras escolas. Elas são encorajadas a se esforçar por adquirir um *status* ou valor especial no mercado de serviços escolares. Elas têm que promover a si próprias para atrair mais alunos do tipo certo de forma que possam obter melhores resultados nos testes e possam, assim, continuar a atrair os alunos certos, enviados por “pais-consumidores”, obtendo fundos crescentes do Estado e de fontes privadas... (BURCHELL, 1993, p. 274 *apud* PETERS, 2010, p. 220).

Segundo Peters, palavras como *empresa* e *cultura da empresa* são os principais significantes desse novo discurso, visto que fornecem uma prescrição de conduta para a educação, que passa a ser vista como um setor chave na promoção da vantagem competitiva econômica nacional e na prosperidade nacional futura:

No passado, houve uma ênfase demasiada nos objetivos sociais e culturais e uma ênfase insuficiente nos objetivos econômicos dos sistemas educacionais. Daqui para diante, devemos investir pesadamente na educação como a base para um crescimento econômico futuro, redesenhando os sistemas educacionais de forma que eles atendam às necessidades do comércio e da indústria. O imperativo econômico é o que predomina (PETERS, 2010, p. 222).

Contudo, o que mais chama a atenção na análise de Peters e que nos interessa particularmente é a alusão ao papel das NTIC nesse contexto. Segundo ele, a noção de *cultura da empresa* também se atualiza ideologicamente, adequando ao tempo presente o discurso da iconografia popular do passado:

Como uma metáfora para o discurso dos pós-industriais anos 90 – na era da assim chamada “nova ordem mundial” do fim da guerra fria, do desaceleramento da corrida armamentista e dos acordos de paz–, o foco passou da exploração do medo da iminente destruição envolvida na rivalidade das superpotências para o papel que as novas tecnologias de informação, das comunicações e do computador (entre outras) podem exercer no declínio econômico, face à competição internacional e à necessidade de se alinhar às nações líderes na ocupação do centro da arena internacional (PETERS, 2010, p. 223).

É, então, com base nessa noção de alargamento da economia, com conseqüente “invasão / contaminação” do universo educacional, baseado no postulado comportamental conhecido como *Homo economicus*, que nos parece possível compreender como se tornam

satisfeitas as condições de aceitabilidade da verdade do discurso acadêmico acerca da docência na era digital. Ou seja, é na redescoberta moderna do principal princípio da economia liberal clássica – “de que as pessoas devem ser tratadas como *maximadores racionais da utilidade* para reforçar seus próprios interesses (definidos em termos de posições mensuráveis de riqueza) na política, assim como em outros aspectos da conduta” (PETERS, 2010, p. 221)<sup>10</sup> –, que o discurso acadêmico acerca do professor contemporâneo em tempos de tecnologias digitais encontra seu sentido.

Afinal, em função de que se dá a aludida interpelação ideológica que subjetiva o profissional da educação a uma nova identidade atrelada às NTIC, se não do abastecimento do mercado com o discurso da qualidade referente ao campo educacional? Como bem observa Gentili (2007 [1994]), uma das principais motivações dessa retórica da qualidade advém da necessidade de traçar estratégias que assegurem maior e melhor adaptabilidade, ajuste e acomodação a um mercado em mutação: “nenhum empresário pode ser tão incompetente (com risco de desaparecer rapidamente do mundo dos negócios) a ponto de não considerar que a qualidade é importante na medida que garante a produtividade (ou a incrementa), fator que lhe assegura manter sua rentabilidade ou ainda aumentá-la” (GENTILI, 2007[1994], p.133).

Não é à toa, aliás, que, nos excertos analisados, encontramos alusão à qualidade e à eficiência do sistema educacional: “Na atualidade, fala-se que as TIC têm um grande potencial para inovar a prática pedagógica, melhorando a *qualidade* do ensino e, portanto, da educação” (RD2); “O professor pós-moderno deve estar em sincronia com a contemporaneidade, saber utilizar as tecnologias em prol de um ensino mais *eficiente e eficaz*” (RD11).<sup>11</sup>

Ora, que outro mecanismo mais perspicaz de atribuição de qualidade se pode impingir a um sistema educacional, se não um dispositivo de governo que, concebendo seu principal ator, o professor, como um *maximador racional da utilidade*, o interpela à subjetivação a uma nova identidade? Vale lembrar, tal como afirma Ramos (1992 *apud*

---

<sup>10</sup> Grifo nosso.

<sup>11</sup> Grifos nossos.

GENTILI, 2007 [1994], p. 143), que “a qualidade se decide no topo (direção da escola), mas se constrói de baixo para cima (o que é possível através dos comitês)”, de modo que tudo se resume na boa vontade dos atores educacionais quanto à instalação, criação e reprodução da qualidade em suas próprias escolas.

Na linha do que Gentili (1993 *apud* GENTILI, 2007[1994], p.151) caracterizou como “a ideologia das pedagogias *fast food*”, tal governamentalidade, parece-nos, “inspira-se em três concepções que compartilham a escola tradicional e os modernos *Mc Donald’s*: a noção de mérito, a função exemplificadora do quadro de honra e a filosofia do ‘você pertence à equipe dos campeões’” (GENTILI, 2007[1994], p.151).

É, enfim, a necessidade de impor uma lógica de subordinação mercantil na educação que explica semelhante armadilha discursiva.

## 6 Referências

AGAMBEN, G. *O que é contemporâneo e outros ensaios*. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ALDA, L. S. Novas tecnologias, novos alunos, novos professores? Refletindo sobre o papel do professor na contemporaneidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LETRAS, 12, 2012, UNIFRA, Santa Maria. *Anais...* Santa Maria, 2012. p. 1-6.

ALTHUSSER, L. *Lenin and philosophy, and other essays*. London: Left Books, 1971.

ARRUDA, E. P. A formação do professor no contexto das tecnologias do entretenimento. *ETD. Educação temática digital*. Campinas, v. 15, n. 2, p. 264-280, 2013.

BELL, D. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977.

BURCHELL, G. Liberal government and techniques of the self. *Economy and society*, v. 22, n. 3, p. 267-283, 1993.

<<http://dx.doi.org/10.1080/03085149300000018>>

CASTELLS, M. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, A.; MORAES DE CASTILHO, C. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (Org.) Gramática do português falado: níveis de análise linguística. V. 2. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p. 199-247.

DIAS, R. WebQuests: tecnologias, multiletramentos e a formação do professor de inglês para a era do ciberespaço. *Revista brasileira de linguística aplicada*, Belo Horizonte, v. 12, n. 4, p. 861-882, 2012.

DREIFUSS, R. Época das perplexidades. Petrópolis: Vozes, 1996.

DRUCKER, P. Sociedade pós-capitalista. São Paulo: Pioneira, 1993.

FERNANDES, C. A. Discurso e sujeito em Michel Foucault. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERNANDES, M. B. S. Breve abordagem da categoria discursiva modalidade. 2012. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/abf/rabf/9/157.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 11. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s.d.].

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [19--].

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. Edição original: 1969.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999a. Edição original: 1971.

\_\_\_\_\_. A governamentalidade. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 27. imp. São Paulo: Graal, 2009. p. 277-293. Edição original: 1979.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b. Edição original: 1987.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de M. Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999c. Edição original: 1988.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREITAS, M. T. de A. A formação de professores diante dos desafios da cibercultura. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Cibercultura e formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 57-74.

GARCIA, M. F.; RABELO, D. F.; SILVA, D. da.; AMARAL, S. F. do. Novas competências docentes frente às tecnologias digitais interativas. *Teoria e Prática da Educação*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 79-87, 2011.

GENTILI, P. A. A. *La ideologia de las “pedagogias fast food”*. 1993, mimeo.

\_\_\_\_\_. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. Tradução de Vania Paganini Thurler. In: \_\_\_\_\_.; SILVA, T. T. da. (Org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 110-177. Edição original: 1994.

GIMENES, M. C. A utilização do computador na educação. *Educere: revista da educação*, Toledo, v. 1, n. 2, p. 19-32, 2001.

IBOPE. Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. TIC na educação: o acesso vem avançando. E a aprendizagem? 2013.

Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/artigospapers/Paginas/TIC-na-Educacao-O-acesso-vem-avancando--E-a-aprendizagem-.aspx>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

HALL, S. (Org.) *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage / The Open University, 1990.

\_\_\_\_\_. Fantasy, identity, politics. In: CARTIER, E.; DONALD, J.; SQUITES, J. (Org.) *Cultural remix: theories oh politics and the popular*. London: Lawrence & Wishart, 1995. p. 79-93.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 9. ed. São Paulo: Vozes, 2009. p. 103-133.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. Sampling “the new” in new literacies. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) *A new literacies sampler*. New York: Peter Lang, 2007. p. 25-48.

LEMKE, J. L. Letramento metamidiático: transformando significados e mídias. *Trabalhos em linguística aplicada*. Campinas, v. 49, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tla/v49n2/09.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

LOPES, R. de D. *et al.* O uso dos computadores e da internet em escolas públicas de capitais brasileiras. In: *Estudos & pesquisa educacionais*, v. 1, 2010. p. 275-335. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas/avulsas/estudos1-7-uso-computadores.shtml?page=3>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

MARCHIORI, I. L. de M.; MELO, J. J.; MELO, W. J. Avaliação docente em relação às novas tecnologias para a didática e atenção no ensino superior. *Avaliação*, Campinas, v.16, n. 2, 2011.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

MOLIN, S. L. E RAABE, A. Novas tecnologias na educação: transformações da prática pedagógica no discurso do professor. *Acta Scientiarum.Education*, Maringá, v. 34, n. 2, p. 249-259, 2012.

MOURA, E.; BRANDÃO, E. O uso das tecnologias digitais na modificação da prática educativa escolar. *Revista Científica Fazer*, Erechim, n. 129, p.1-17, 2013.

NOTO, C. de S. Vontade de verdade em Foucault. *Philósofos*, Goiânia, v.15, n. 2, p. 11-28, 2010.

OLIVEIRA, R. G. de. Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) em educação escolar: um diagnóstico a partir da formação inicial de professores de matemática. *Nucleus*, Ituverava, v. 9, n. 2, p. 351-361, 2012. <<http://dx.doi.org/10.3738/1982.2278.752>>

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethânia

Mariani et al. Campinas, SP: Unicamp, 1990a. p. 61-161. Edição original: 1969.

\_\_\_\_\_. A Análise do Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethânia Mariani et al. Campinas, SP: Unicamp, 1990b. p. 61-161. Edição original: 1969.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi *et al.*, 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995. 1978.

PETERS, M. Governamentalidade neoliberal e educação. In: SILVA, T. T. da (Org.) *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. São Paulo: Vozes, 2010. p. 221-224.

PINTO, A. M. As novas tecnologias e a educação. In: ANPED SUL, 6, 2004, UFSM, Santa Maria, *Anais...* 2004. p. 1-7. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Poster/Poster/04\\_53\\_48\\_AS\\_NOVAS\\_TECNOLOGIAS\\_E\\_A\\_EDUCACAO.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Poster/Poster/04_53_48_AS_NOVAS_TECNOLOGIAS_E_A_EDUCACAO.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2015.

PONCHIROLI, O. O capital humano como elemento estratégico na economia da sociedade do conhecimento sob a perspectiva da teoria do agir comunicativo. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 31-42, 2002.

QUARTIERO, E. M. As tecnologias da informação e comunicação e a educação. *Revista brasileira de informática na educação*. Florianópolis, n. 4, p. 69-74, 1999. Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/view/2294/2056>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

RAMOS, C. *Excelência na educação: a escola de qualidade total*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.

REICH, R. B. *O trabalho das nações*. Lisboa: Quetzal Editores, 1993.

ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos. In: \_\_\_\_\_.; MOURA, E. (Org.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012. p. 11-31.

SILVA, G. R. Formação do escritor e a utilização de novas tecnologias:

uma questão de modernidade e sustentabilidade. *Revista do curso de Letras da UNIABEU*, Nilópolis, v. 2, n. 5, p. 35-44, 2011.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 9. ed. São Paulo: Vozes, 2009. p. 73-102.

SOARES-LEITE, W. S.; NASCIMENTO-RIBEIRO, C. A. do. A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios. *Magis, Revista Internacional de Investigación en Educación*, v. 5, n. 10, p. 137-187, 2012.

TOFFLER, A.; TOFFLER, H. *Criando uma nova civilização: a política da Terceira Onda*. 4. ed., Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1994.

UNESCO. BRASIL. Computador na escola – a dura realidade nas escolas. *TICs nas Escolas*, Brasília, DF, v. 3, n. 1, 2008a.

\_\_\_\_\_. BRASIL. Computador na escola – tecnologia e aprendizagem. *TICs nas Escolas*, Brasília, DF, v. 3, n. 3, 2008b.

VARGAS, M. (Org.) *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

VEIGA-NETO, A. *Foucault & a educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Edição original: 2003.

VIEIRA, M. M. Educação e Novas Tecnologias: o papel do professor nesse cenário de inovações. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 129, p. 95-102, 2012.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 9. ed. São Paulo: Vozes, 2009. p. 7-72.

ZUFFO, J. A. *O futuro da engenharia e o engenheiro do futuro*. São Paulo: USP, Fundação Vanzolini, FINEP, 1996. (Série Engenheiro 2001)

ZUIN, V. G.; ZUIN, A. A. S. Professores, tecnologias digitais e distração concentrada. *Educar em revista*, Curitiba, n. 42, p. 213-228, 2011.





# **A sinalização das relações de coerência por conectores torna a identificação das relações mais fácil? Uma investigação do reconhecimento das relações pelos destinatários do discurso<sup>1</sup>**

*Signaling coherence relations by means of discourse markers makes identification of the relations easier? An investigation of the recognition of the relations by discourse addressees*

Juliano Desiderato Antonio<sup>2</sup>

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil.  
jdantonio@uem.br

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo investigar se a falta de sinalização das relações de coerência por meio de conectores facilita ou dificulta a identificação dessas relações em aulas de curso superior. A investigação foi realizada com base na apresentação de dez excertos para professores. Inicialmente, os excertos foram apresentados aos informantes sem os conectores que ligam as porções textuais investigadas. Na sequência, os excertos foram apresentados com os conectores. Verificou-se que, na maioria das ocorrências, a identificação das relações pelos informantes foi possível mesmo sem o conector, corroborando o pressuposto da Teoria da Estrutura Retórica de que as relações de coerência podem ser estabelecidas e interpretadas independentemente de serem marcadas explicitamente por

---

<sup>1</sup> Este trabalho apresenta resultados de projeto de pesquisa financiado pela Fundação Araucária (Convênio 477/2014). Colaboraram com a pesquisa as acadêmicas Camila Cristiane Moreschi (PIC-UEM) e Virgínia Maria Nuss (PIBIC-UEM/CNPq).

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Letras. Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias. Av. Colombo, 5790 – Jd. Universitário. CEP 87020-900 – Maringá – PR.

conectores. Apesar de conseguirem identificar as relações corretamente, os informantes consideraram que a sinalização das relações por meio de conectores facilita a identificação.

**Palavras-chave:** Funcionalismo; Teoria da Estrutura Retórica; relações de coerência.

**Abstract:** This paper aims to investigate if the lack of discourse markers to signal coherence relations makes the identification of the relations in undergraduate lectures more difficult or even impossible. The research was performed by presenting ten excerpts of undergraduate lectures for professors. Initially, the excerpts were presented to the informants without the connectors that combine the investigated text spans. Further, the excerpts were presented with the connectors. It was found that, in most instances, the identification of the relations by responders was possible even without the connector, supporting RST's assumption that coherence relations may be held and interpreted even without connectives. Although the informants were able to identify the relations correctly, they considered that signaling the relations by means of connectors facilitates identification.

**Keywords:** Functionalism; Rhetorical Structure Theory; coherence relations.

Recebido em: 14 de dezembro de 2014.

Aprovado em: 15 de junho de 2015.

## 1 Introdução

A coerência textual pode ser avaliada, segundo Sanders, Spooren e Noordman (1992), levando-se em conta dois aspectos: o conteúdo das porções de texto ou as relações estabelecidas entre duas ou mais porções de texto. No primeiro caso, a coerência é obtida por meio da continuidade tópica ou referencial (GIVÓN, 1983; VAN DIJK; KINTSCH, 1983), por meio da congruência semântica entre as porções de texto (POLANYI, 1986) ou por meio da representação de padrões correspondentes a situações e eventos prototípicos no mundo representado no texto (SCHANK; ABELSON, 1977). No segundo caso,

levam-se em conta as relações estabelecidas entre segmentos adjacentes na microestrutura textual (como orações, por exemplo, ou unidades de entonação, na língua falada, de acordo com CHAFE, 1985), ou entre segmentos de níveis mais altos (como porções de texto que atuam na macroestrutura<sup>3</sup> textual, de acordo com VAN DIJK, 1992). Essas relações têm recebido várias denominações nos estudos linguísticos: predicados retóricos (GRIMES, 1975), proposições relacionais (MANN; THOMPSON, 1983), relações de coerência (HOBBS, 1985), relações retóricas (MANN; THOMPSON, 1988).<sup>4</sup>

O tratamento da coerência que interessa a esta pesquisa é o que diz respeito às relações entre duas ou mais porções de texto. Um tratamento adequado a essa questão das relações de coerência é oferecido pela RST (*Rhetorical Structure Theory* – Teoria da Estrutura Retórica), uma teoria descritiva que tem por objeto o estudo da organização dos textos, caracterizando as relações que se estabelecem entre as partes do texto (MANN; THOMPSON, 1988; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988; MANN, MATTHIESSEN; THOMPSON, 1992). A RST parte do princípio de que as relações retóricas que se estabelecem no nível discursivo organizam desde a coerência dos textos até a combinação entre orações (MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988).

Ao tratar das relações retóricas tanto no nível discursivo quanto no nível gramatical (combinação entre orações), a RST demonstra sua filiação à Linguística Funcional, um grupo de teorias que consideram essencial para o estudo da língua a função dos elementos linguísticos na comunicação (BUTLER, 2003; NEVES, 1997a; NICHOLS, 1984). Podem ser observados na RST, de acordo com Antonio (2009a),

---

<sup>3</sup> Os conceitos de macroestrutura e superestrutura adotados neste trabalho tem base em Van Dijk e Kintsch (1983). Segundo esses autores, todo texto se organiza em dois planos textuais distintos. Um deles é de natureza semântica, chamado macroestrutura, e comporta as partes centrais de um texto; o outro é esquemático, chamado de superestrutura, e agrupa essas partes em uma ordem global. A macroestrutura tem relação com o sentido do texto, enquanto a superestrutura é um esquema textual abstrato, com formas relativamente fixas, composto por categorias vazias (preenchidas pela macroestrutura), que correspondem ao formato característico de um determinado tipo de texto.

<sup>4</sup> Neste trabalho, os termos relações retóricas e relações de coerência serão utilizados como equivalentes.

pressupostos de outros modelos funcionalistas:

- a) o modelo de análise *top-down* da Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday, partindo do texto para os níveis mais baixos da estrutura gramatical (VAN VALIN, 2002);
- b) a motivação discursiva da gramática, observada nos trabalhos dos pesquisadores que compõem o grupo conhecido como Funcionalismo da Costa-Oeste dos EUA, entre os quais podem ser destacados alguns trabalhos, como Hopper e Thompson (1980), Givón (1983), Du Bois (1987), entre outros.

Uma lista de vinte e cinco relações foi estabelecida por Mann e Thompson (1988) após a análise de centenas de textos, por meio da RST. Essa lista não representa um rol fechado, mas um grupo de relações suficiente para descrever a maioria dos textos.<sup>5</sup>

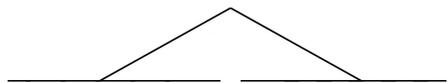
No que diz respeito à organização, as relações podem ser de dois tipos:

- a) núcleo-satélite, nas quais uma porção do texto (satélite) é ancilar da outra (núcleo), como na Figura 1 a seguir, em que um arco vai da porção que serve de subsídio para a porção que funciona como núcleo.
- b) multinucleares, nas quais uma porção do texto não é ancilar da outra, sendo cada porção um núcleo distinto, como na Figura 2 a seguir.

Figura 1 – Esquema de relação núcleo-satélite



Figura 2 – Esquema de relação multinuclear



Fonte: MANN; THOMPSON, 1988.

<sup>5</sup> Uma lista com as relações e suas definições pode ser encontrada em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>>.

As relações são definidas pela RST com base em quatro condições: a) restrições sobre o núcleo; b) restrições sobre o satélite; c) restrições sobre a combinação entre o núcleo e o satélite; d) efeito. Tome-se como exemplo a definição da relação *elaboração* apresentada no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Definição da relação de elaboração

Nome da relação	Restrições sobre o núcleo ou sobre o satélite individualmente	Restrições sobre núcleo + satélite	Intenção do falante
Elaboração	Nenhuma	<p>O satélite apresenta detalhes adicionais sobre a situação ou sobre algum elemento do assunto que é apresentado no núcleo ou é acessível inferencialmente no núcleo em uma ou mais das maneiras listadas a seguir. Na lista, se o núcleo apresenta o primeiro membro de qualquer par, então o satélite inclui o segundo.</p> <p>grupo :: membro            abstração :: instância            todo :: parte            processo :: passo            objeto :: atributo            generalização :: específico.</p>	<p>O destinatário reconhece o satélite como fornecendo detalhes adicionais para o núcleo. O destinatário identifica o elemento do assunto para o qual o detalhe é fornecido.</p>

Fonte: MANN; TABOADA, 2010.

Como pode ser observado na definição, o uso da relação de elaboração tem por objetivo o acréscimo de informações, no satélite, a respeito do núcleo. Isso pode ser observado no diagrama arbóreo a seguir, que representa a análise da estrutura retórica de uma aula. As

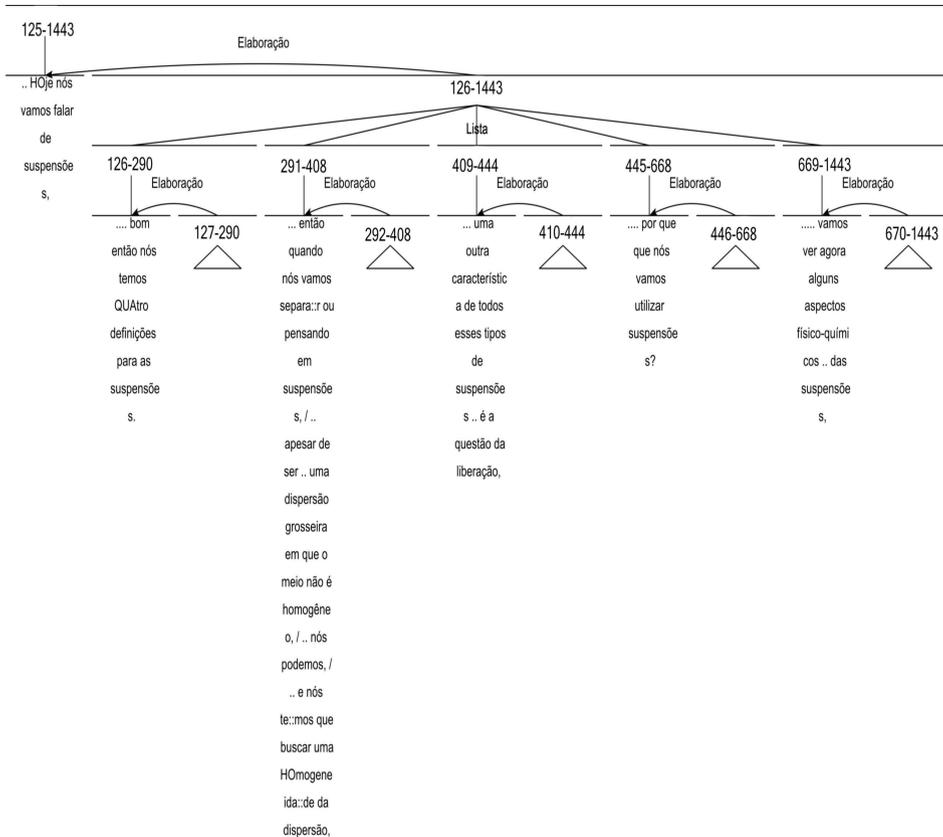
aulas que compõem o *corpus* do Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte / Noroeste do Paraná (Funcpar) são constituídas por um tópico discursivo bastante amplo que representa o tema geral da aula. Esse supertópico é desenvolvido por meio de acréscimo de informações na forma de outros tópicos que o particularizam e que também são sucessivamente desenvolvidos por outros subtópicos.

A análise da estrutura retórica dessas aulas toma como base a ordenação tópica descrita acima. O supertópico é o núcleo que se encontra no nível mais alto na estrutura retórica de toda a aula. Os tópicos<sup>6</sup> que o desenvolvem são satélites que acrescentam informações. Na camada seguinte da estrutura retórica, esses subtópicos, por sua vez, se tornam núcleos de outros subtópicos que os desenvolvem na forma de satélites. Essa organização pode ser observada no Diagrama 1 a seguir, que representa a macroestrutura de uma aula de físico-química do *corpus*.

---

<sup>6</sup> O conceito de tópico utilizado aqui baseia-se em Jubran *et al.* (1992, p. 361): “Tomado no sentido geral de ‘acerca de’ o tópico manifesta-se (...) mediante enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes explícitos ou inferíveis, concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem”.

Diagrama 1 – Diagrama da estrutura retórica da macroestrutura de uma aula do *corpus*



Fonte: ANTONIO; TAKAHASHI, 2010, p. 178.

Como pode ser observado no diagrama, o supertópico é anunciado pelo professor na unidade 125: “Hoje vamos falar de suspensões”, ou seja, todos os conteúdos desenvolvidos durante a aula trarão informações sobre o tema “suspensões”. Esses conteúdos são apresentados na forma de cinco satélites, que são os seguintes tópicos:

- 1) Definições das suspensões: unidades de 126 a 290;
- 2) Homogeneidade da suspensão: unidades de 291 a 408;

- 3) Liberação: unidades de 409 a 444;
- 4) Por que utilizar suspensões: unidades de 446 a 668;
- 5) Aspectos físico-químicos das suspensões: unidades de 669 a 1443.

Cada um desses tópicos também é desenvolvido na camada seguinte da estrutura retórica. Por ser impossível transcrever neste espaço toda a aula, os satélites que desenvolvem cada um desses tópicos são representados por triângulos.

A análise da estrutura retórica da macroestrutura desses textos demonstra a importância do reconhecimento da proposição relacional de elaboração para o estabelecimento da coerência de texto. Caso o interlocutor do produtor do texto não perceba que as porções textuais que funcionam como satélite estão acrescentando informações a respeito do “assunto” em pauta, não conseguirá calcular a coerência do texto.

De acordo com a RST, as relações de coerência são implícitas e, portanto, são de sentido, e não de forma (MANN; THOMPSON, 1983), ou seja, as relações são estabelecidas e interpretadas independentemente de serem marcadas explicitamente por conectivos. Essas relações podem ser descritas com base na intenção comunicativa do enunciador e na avaliação que o enunciador faz do enunciatário, e refletem as escolhas do enunciador para organizar e apresentar os conceitos. A identificação dessas relações pelo analista, por sua vez, se baseia em julgamentos funcionais e semânticos, que buscam identificar a função de cada porção de texto, e verificar como o texto produz o efeito desejado em seu possível receptor.

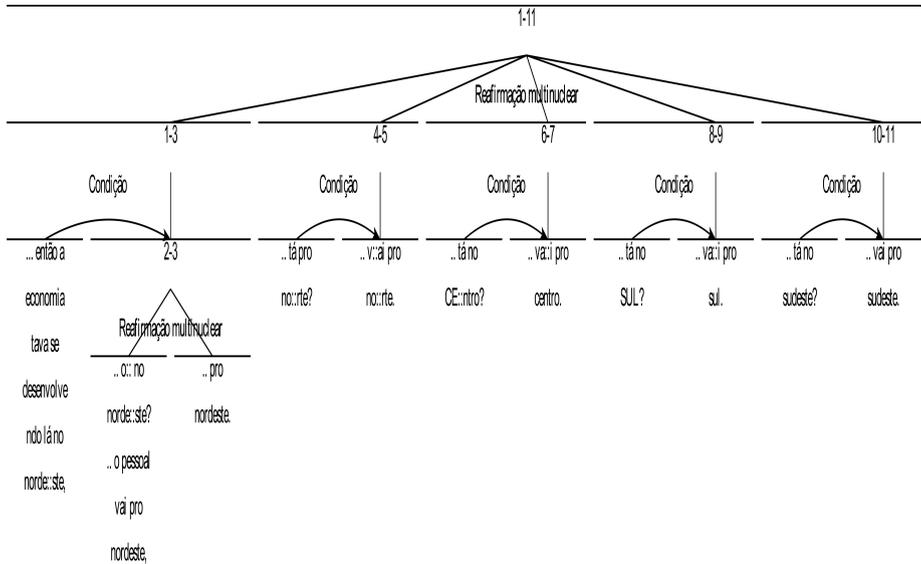
Esses julgamentos são de plausibilidade, pois o analista tem acesso ao texto, tem conhecimento do contexto em que o texto foi produzido e das convenções culturais do produtor do texto e de seus possíveis receptores, mas não tem acesso direto ao produtor do texto ou aos seus possíveis receptores, de forma que não pode afirmar com certeza que esta ou aquela análise é a correta, mas pode sugerir uma análise plausível (MANN; THOMPSON, 1988).

Pesquisas realizadas no sentido de identificar os meios linguísticos utilizados pelos falantes para a sinalização das relações (GÓMEZ-GONZÁLEZ; TABOADA, 2005; TABOADA, 2006;

TABOADA, 2009) têm demonstrado que alguns dos meios mais utilizados são os conectivos e os marcadores discursivos (MDs). Outros meios de sinalização sugeridos por essas autoras são marcas morfológicas, sintáticas, gráficas, de entonação (no caso da língua falada), de referência textual, do gênero textual etc. Em sua pesquisa a respeito da relação de contraste em diálogos, Ford (2000) observou que o significado das porções de texto também pode ser útil na identificação das relações.

Decat (2001), na primeira pesquisa utilizando a RST para a análise do português brasileiro (PB), apresenta ocorrências nas quais a relação de condição emerge sem que se faça uso, por exemplo, do conectivo *se* ou equivalente. Trata-se de construções como “Leite com manga, morre”, “Bateu, levou”. No *corpus* do Funcpar, também há ocorrências da relação de condição sem a utilização de conectivo, como no Diagrama 2, que apresenta uma ocorrência encontrada em uma aula de Geografia. Nessa ocorrência, a repetição é expressa por meio de paralelismo sintático. O professor fala sobre migrações no Brasil motivadas por desenvolvimento econômico. Ele afirma que se a economia estava se desenvolvendo no Nordeste, as pessoas iriam para aquela região. E a mesma estrutura pergunta-resposta é repetida para as demais regiões: Norte, Centro, Sul, Sudeste. Pode-se observar que a relação de condição não é marcada por conectivo.

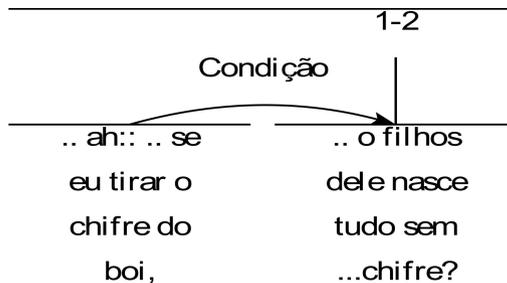
Diagrama 2 – Relação de condição não sinalizada por conectivo



Fonte: ANTONIO; CASSIM, 2012, p. 87.

Por outro lado, no Diagrama 3, que apresenta uma ocorrência encontrada em uma aula de Biologia, a relação de condição é sinalizada pela conjunção *se*.

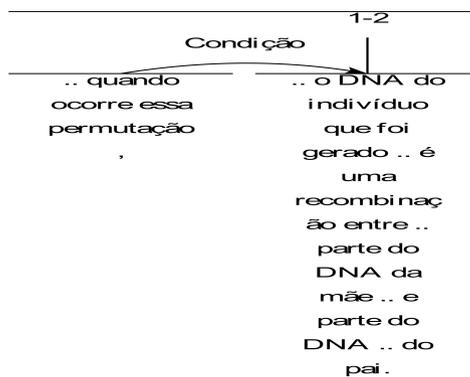
Diagrama 3 – Relação de condição sinalizada pela conjunção *se*



Fonte: ANTONIO, 2012a, p. 135.

Um outro exemplo pode ser observado no Diagrama 4, em que a relação de condição é sinalizada por meio da conjunção *quando*, considerada um conectivo temporal. A identificação da relação de condição é possível não pelo emprego da conjunção *quando*, mas pelo fato de a construção apresentar os traços não factual e não pressuposta.<sup>7</sup> Dessa forma, essa ocorrência corresponde aos casos de orações temporais com leitura condicional a que se referem Neves (2000) e Hirata-Vale (2008). Quando o evento codificado na oração temporal ocorre, preenche a condição para que o evento na oração nuclear ocorra também.

Diagrama 4 – Relação de condição sinalizada pela conjunção *quando*



Fonte: ANTONIO, 2012a, p. 137.

É com base nessas observações que se propõe a pergunta que justificou a realização desta pesquisa: a falta de sinalização das relações por meio de conectivos e de MDs dificulta ou impossibilita a identificação dessas relações em aulas de curso superior?

<sup>7</sup> Pérez Quintero (2002) considera como factuais: (a) estados-de-coisas descritos como reais, (b) conteúdos proposicionais descritos como verdadeiros, (c) atos discursivos descritos como assertivos. No que diz respeito à pressuposição, Hengeveld (1998, p. 353) afirma que, “no domínio não-factual, a pressuposição leva à contrafactividade, isto é, à pressuposição de que um evento é irreal ou de que o conteúdo proposicional é falso”.

## 2 Metodologia

A investigação foi realizada com a apresentação de dez excertos para professores de curso superior. Para cada excerto apresentado, os informantes responderam algumas perguntas para que se pudesse verificar se a relação foi reconhecida.

Os excertos foram retirados do *corpus* de pesquisa do Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte / Noroeste do Paraná (Funcpar), constituído por elocuições formais (aulas) e entrevistas.

Por se tratar de um *corpus* de língua falada, as porções de texto apresentadas para os informantes da pesquisa foram retextualizadas, ou seja, retiraram-se as marcas do processo de produção oral (MARCUSCHI, 2001), como pode ser observado no exemplo a seguir.

*.. LER é uma coisa prazero::sa ... tal,  
.. estudar é uma coisa prazerosa.  
.. **agora** ESCREVER já:: ... faço por obrigação e pressionado.*

Essa porção, depois de ser retextualizada, foi apresentada aos informantes da seguinte maneira:

*Ler é uma coisa prazerosa, estudar é uma coisa prazerosa. **Agora**, escrever já faço por obrigação e pressionado.*

A escolha de professores de curso superior como informantes se justifica pelo fato de as elocuições formais do *corpus* terem esse público como produtor. Tentou-se, dessa forma, evitar que a falta de informação pragmática fosse um fator que atrapalhasse a compreensão das porções de texto apresentadas aos informantes.

Inicialmente, os excertos foram apresentados aos informantes sem os conectores que ligam as porções textuais investigadas. Na sequência, os excertos foram apresentados com os conectores. Deve-se observar que os excertos foram produzidos originalmente com os conectores, que foram retirados para os propósitos da pesquisa quando da apresentação inicial aos informantes.

A pergunta feita aos informantes foi: “Que relação de sentido há entre os enunciados ‘Ler é uma coisa prazerosa, estudar é uma coisa prazerosa’ e ‘escrever já faço por obrigação e pressionado’?”. Na sequência, apresentou-se o mesmo excerto com o MD *agora* e perguntou-se aos informantes se a utilização do MD tornava a compreensão do excerto e a identificação da relação mais fácil.

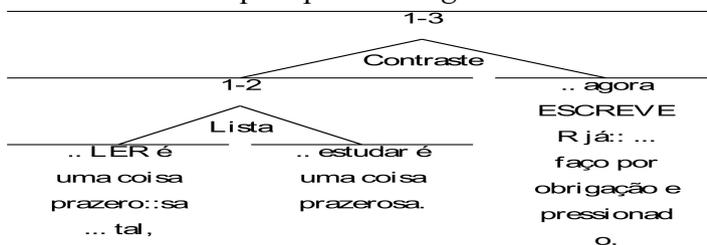
### 3 Resultados e Discussão

Excerto 1

- (1) Ler é uma coisa prazerosa, estudar é uma coisa prazerosa.  
 (2) Escrever já faço por obrigação e pressionado.

No primeiro excerto apresentado aos informantes da pesquisa, a relação que emerge entre as porções textuais é de contraste, conforme análise de Antonio (2009b, p. 211).

Diagrama 5 – Diagrama da estrutura retórica – encaminhamento de tópico pelo MD *agora*



Fonte: ANTONIO, 2009b, p. 211.

No exemplo, o falante trata de suas atividades como docente. Menciona seu apreço pela leitura e pelo estudo por meio de cláusulas que apresentam essas duas atividades como tendo um mesmo estatuto (unidades 1 e 2). Em seguida, contrasta o prazer de ler e de estudar com a obrigação profissional de escrever (unidade 3). O contraste é marcado pelo MD *agora* iniciando a unidade 3.

Analisando-se as funções do MD *agora* à luz da RST, verificou-se que, ao atuar no encaminhamento de tópico (mudança de orientação no interior do tópico discursivo), o *agora* estabelece relação de contraste entre porções de texto multinucleares. A definição da relação de contraste pode ser observada no Quadro 2.

Quadro 2 – Definição da relação de contraste

Nome da relação	Restrições sobre cada par de núcleos	Intenção do falante
Contraste	Não mais do que dois núcleos; as situações nesses núcleos são (a) compreendidas como semelhantes em vários aspectos; (b) compreendidas como diferindo em alguns aspectos; e (c) comparado com respeito a uma ou mais dessas diferenças.	O destinatário reconhece a comparabilidade e as diferenças levantadas pela comparação sendo feita.

Fonte: MANN: TABOADA, 2010.

Oito dos dez informantes identificaram a relação de contraste, utilizando termos como contraste, contradição, oposição, ideias contrárias. Ao ser apresentado o excerto com o MD *agora*, os dois informantes que não haviam identificado a relação como sendo de contraste passaram a identificá-la corretamente. Entre os informantes que identificaram a relação corretamente antes da apresentação do excerto com o MD *agora*, três afirmaram que a utilização desse MD não faria diferença para a compreensão da relação, quatro consideraram que o MD facilita, esclarece ou explicita a relação. Por fim, um informante com uma postura mais conservadora em relação ao uso dos elementos linguísticos, afirmou que o falante não deveria utilizar o vocábulo *agora* se não fosse para expressar a noção de tempo.

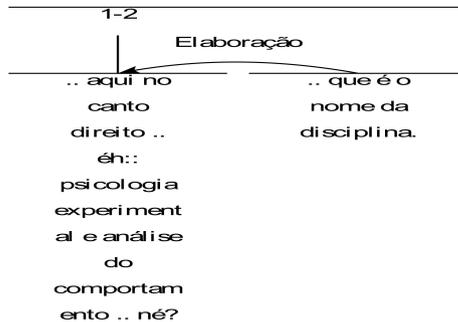
#### Excerto 2

- (1) No canto inferior da página, vocês vão colocar “Psicologia Experimental e Análise do Comportamento”,
- (2) é o nome da disciplina.

No segundo excerto apresentado aos informantes, a relação que emerge da combinação das porções de texto é a de elaboração (cf.

definição no QUADRO 1 deste trabalho), na microestrutura, mais especificamente na gramática da combinação de orações, conforme análise apresentada por Antonio e Takahashi (2010, p. 179).

Diagrama 6 – Relação de elaboração estabelecida entre oração adjetiva explicativa e oração nuclear



Fonte: ANTONIO; TAKAHASHI, 2010, p. 179.

A relação se estabelece entre uma oração explicativa e uma oração nuclear: nesse caso, a oração adjetiva funciona como satélite que acrescenta informações ao núcleo. Essa análise é corroborada por Neves (2000, p. 375), que afirma que uma oração adjetiva explicativa “introduz uma informação adicional”. Observe-se que, nesse exemplo, a oração que funciona como satélite acrescenta uma informação sobre o referente “psicologia experimental e análise do comportamento”, mencionado na oração nuclear.

Todos os informantes identificaram corretamente a relação de elaboração, afirmando que a porção 2 acrescentava informações à porção 1, explicava a porção 1 ou identificava um termo da porção 1. Ao se apresentar o excerto com o conectivo *que*, nove dos dez informantes afirmaram que o uso do conectivo esclarece, facilita a compreensão da relação, tornando a compreensão mais objetiva, mais clara.

### Excerto 3

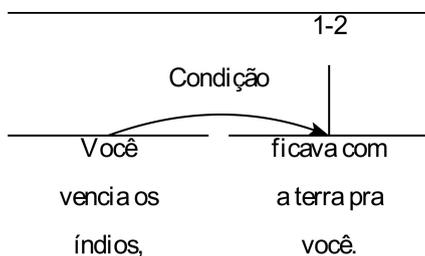
Antigamente no Brasil era assim: você chegava e pegava a terra, não tinha lei.

(1) Você vencía os índios,

(2) ficava com a terra pra você.

Ao serem indagados a respeito do excerto 3 (DIAGRAMA 7, caso de parataxe condicional), cinco informantes identificaram a relação de condição (cf. definição no QUADRO 3), quatro informantes identificaram a relação de causa-consequência, e um informante apenas parafraseou o excerto sem identificar qualquer relação. As respostas dos informantes corroboram a afirmação de Neves (2000) de que as construções concessivas, as construções causais e as construções condicionais situam-se em um mesmo contínuo semântico. De acordo com a autora, há um extremo em que a relação de causa é afirmada (construções causais), um extremo em que o vínculo causal entre as orações é negado (construções concessivas) e um espaço intermediário em que a relação de causa entre as orações é hipotetizada (condicionais).

Diagrama 7 – Relação de condição estabelecida em uma construção paratática condicional



Fonte: o autor.

Quadro 3 – Definição da relação de condição

Nome da relação	Restrições sobre o núcleo ou sobre o satélite individualmente	Restrições sobre núcleo + satélite	Intenção do falante
Condição	Sobre S: S apresenta uma situação não realizada hipotética, futura (relativa ao contexto situacional de S).	A realização de N depende da realização de S.	O destinatário reconhece como a realização de N depende da realização de S.

Fonte: MANN; TABOADA, 2010.

Ao se apresentar a versão com o conectivo *se*, prefaceando a primeira oração da construção (*se* você vencia os índios), os quatro informantes que haviam dito que a relação era de causa-consequência alteraram a leitura para condição. Questionados a respeito da mudança, afirmaram reconhecer uma proximidade semântica entre as relações. Entre os cinco informantes que identificaram a relação como de condição, apenas um disse que o conectivo *se* era desnecessário, os demais afirmaram que o conectivo tornava a identificação mais clara, mais direta.

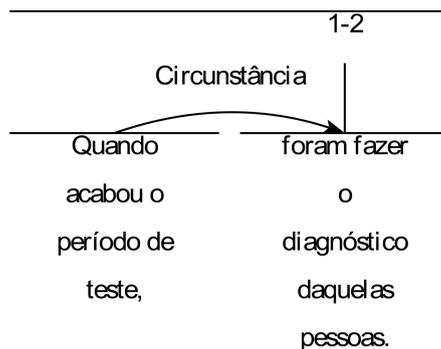
#### Excerto 4

Há alguns anos, fizeram uma pesquisa sobre soja transgênica com dois grupos de homens: dez homens se alimentaram com soja transgênica e outros dez homens com soja convencional.

- (1) Acabou o período de teste,
- (2) foram fazer o diagnóstico daquelas pessoas.

No caso do excerto 4, a relação de circunstância emerge da combinação entre as orações (DIAGRAMA 8). Como pode ser observado na definição da relação de circunstância no Quadro 4, o satélite cria uma moldura em que será interpretado o evento do núcleo.

Diagrama 8 – Relação de circunstância.



Fonte: o autor.

Quadro 4 – Definição da relação de circunstância

Nome da relação	Restrições sobre o núcleo ou sobre o satélite individualmente	Restrições sobre núcleo + satélite	Intenção do falante
Circunstância	Sobre S: S não é não realizado.	S determina uma moldura para assunto em que o destinatário pretende interpretar N.	O destinatário reconhece que S fornece uma moldura para a interpretação de N.

Fonte: MANN; TABOADA, 2010.

Oito dos dez informantes da pesquisa identificaram relação temporal entre as orações. Ao se apresentar o excerto com o conectivo *quando*, os dois informantes que não haviam identificado a relação corretamente alteraram a resposta para relação temporal. E todos os informantes que haviam identificado a relação corretamente afirmaram que o conectivo *quando* facilita o reconhecimento da relação.

#### Excerto 5

O que são as suspensões secas extemporâneas?

- (1) A geração de vocês é geração amoxil. O amoxil já vem líquido prontinho? Colocava água filtrada e agitava, não era? Aquilo é uma suspensão: ficava grosso, vocês sentiam os cristais, a amoxicilina vai estar dispersa na água, não dissolve. Essa suspensão aquosa não é muito estável, então o fabricante retirou a água. Assim, o tempo durante o qual ela fica armazenada na fábrica, no depósito, na distribuidora, na farmácia, até você comprar ela se torna estável.

Ao colocar a água, você refaz a suspensão, só que ela é uma suspensão extemporânea: temporâneo de tempo, ou seja, prazo curto de validade. Um antibiótico, por exemplo amoxicilina, depois de feito, tem quinze dias de validade, que é o tempo que você vai utilizar o medicamento. Depois pode descartar.

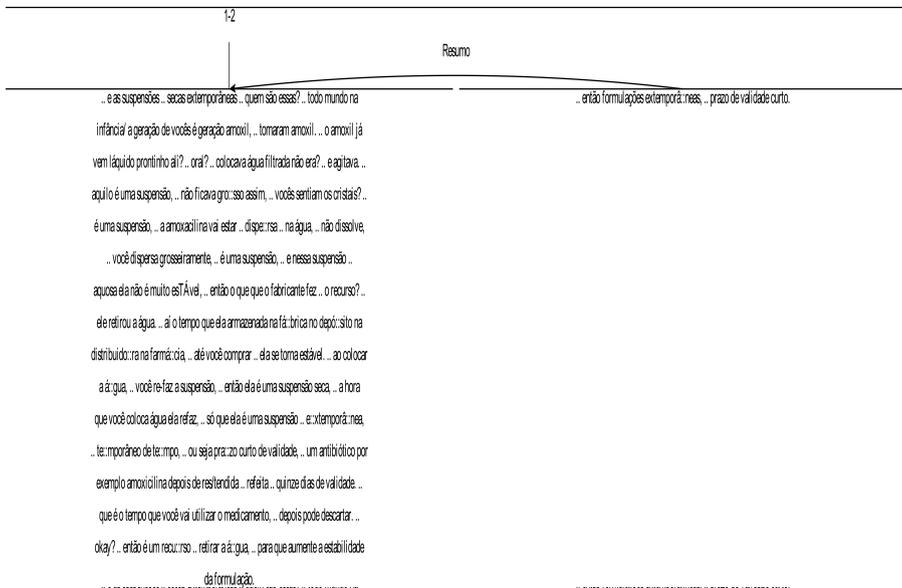
- (2) Formulações extemporâneas, prazo de validade curto.

No excerto 5, retirado de uma aula do curso de Farmácia, a relação que emerge entre as porções textuais 1 e 2 (cf. DIAGRAMA 9) é de resumo (cf. definição no QUADRO 5). O professor resume, na

unidade 2, o que foi explicado na unidade 1, ou seja, que formulações extemporâneas têm prazo de validade curto (ANTONIO; ALVES, 2013, p. 192).

### Diagrama 9 – Relação de resumo

Fonte: ANTONIO; ALVES, 2013, p. 192



### Quadro 5 – Definição da relação de resumo

Nome da relação	Restrições sobre o núcleo ou sobre o satélite individualmente	Restrições sobre núcleo + satélite	Intenção do falante
Resumo	Sobre N: N deve ser mais do que uma unidade	S apresenta uma reformulação do conteúdo de N, com um peso inferior	O destinatário reconhece S como uma reformulação mais abreviada de N

Fonte: MANN; TABOADA, 2010.

Seis dos dez informantes identificaram a relação como sendo de resumo, dois definiram a relação como sendo de conclusão, e dois informantes afirmaram que a unidade dois era uma explicação da unidade 1. Ao se apresentar aos informantes o excerto com a unidade 2 iniciada pelo MD *então*, um dos informantes que haviam afirmado que a relação era de explicação alterou sua resposta para conclusão. Os demais informantes foram unânimes em afirmar que o MD *então* facilita a compreensão da relação de resumo.

Se se considerar que as relações de resumo e de conclusão estão de alguma forma associadas, após a apresentação do excerto com o MD *então*, pode-se observar que nove dos dez informantes reconheceram a função da porção que funciona como satélite. A relação de conclusão não faz parte do rol de relações proposto inicialmente pelos autores da RST (MANN; THOMPSON, 1988), mas foi definida posteriormente por Pardo (2005). Pode-se hipotetizar que, antes da definição dessa relação, muitas das ocorrências de conclusão eram anotadas como sendo de resumo. Partindo da perspectiva de outra teoria funcionalista, a Gramática Discursivo-Funcional – GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), Novaes-Marques (2014) também propõe que resumo e conclusão estão relacionadas, e que o resumo é uma função sob o escopo da relação de conclusão.

#### Excerto 6

Como você explicaria ou que nome você daria à relação de sentido que se estabelece entre os trechos (1) e (2) a seguir? O que ajudou você a reconhecer essa relação?

- (1) Os frangos estão sendo abatidos muito cedo.
- (2) O negócio é exportar.

No excerto 6, a relação estabelecida entre as porções é de causa não volitiva (cf. DIAGRAMA 10). Na análise apresentada por Antonio (2012b, p. 262), a relação causal é estabelecida entre dois eventos no mundo (estados de coisas), a saber, o abate precoce de frangos é causado pelo aumento na exportação, mas o sujeito da oração principal não age voluntariamente (cf. definição da relação no QUADRO 6).

## Diagrama 10 – Relação de causa não volitiva.



Fonte: ANTONIO, 2012b, p. 262.

## Quadro 6 – Definição da relação de causa não volitiva.

Nome da relação	Restrições sobre N ou sobre S individualmente	Restrições sobre N + S	Intenção do falante / escritor
Causa não volitiva	Sobre N: N é uma ação não volitiva.	S, por outros meios que não motivar uma ação volitiva, causou N; sem a apresentação de S, o destinatário poderia não reconhecer a causa particular de uma situação; a apresentação de N é mais central para os propósitos do falante do que apresentar a combinação N-S.	O destinatário reconhece S como a causa de N.

Fonte: MANN; TABOADA, 2010.

Sem o conectivo *porque* e sem mais informações que pudessem subsidiar sua interpretação, esse excerto foi um dos mais desafiadores para os informantes da pesquisa. Quatro informantes identificaram a relação de causa ou de justificativa, dois interpretaram que havia um problema (frangos sendo abatidos muito cedo) e uma solução (exportar), um identificou a relação de propósito (abater cedo para exportar). Sem o conectivo, as leituras de problema-solução e propósito são plausíveis. Dois informantes apontaram a relação de explicação, e um apontou a relação de conclusão. Após a apresentação do excerto com o conectivo *porque* iniciando a unidade 2, sete informantes alteraram a resposta para

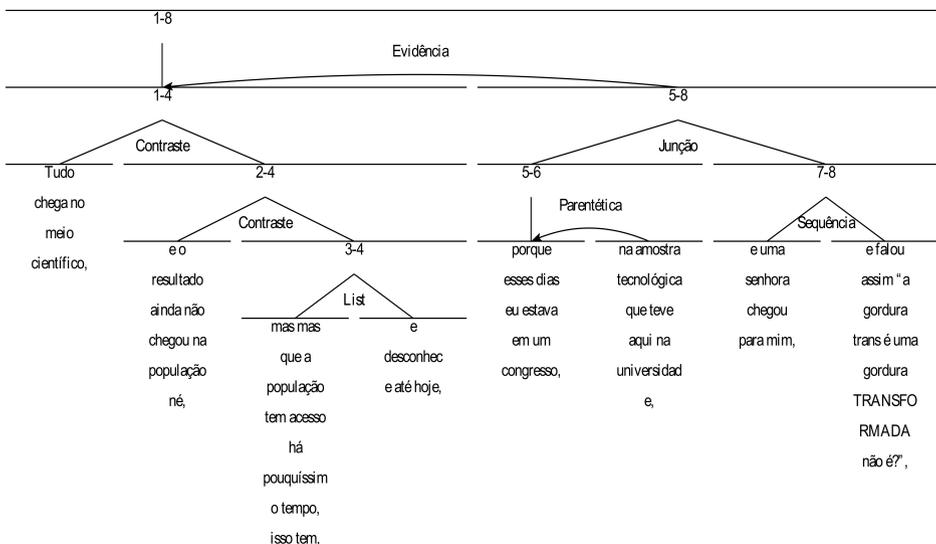
justificativa ou causa, e todos os informantes reconheceram a importância do conectivo nesse excerto.

#### Excerto 7

- (1) Tudo chega no meio científico, e o resultado ainda não chegou na população, mas que a população tem acesso há pouquíssimo tempo, isso tem, e desconhece até hoje.
- (2) Esses dias eu estava em um congresso, na amostra tecnológica que teve aqui na universidade, e uma senhora chegou para mim e falou assim “a gordura trans é uma gordura TRANSFORMADA, não é?”

No excerto 7, a relação estabelecida pela porção textual 2 em relação à porção textual 1 é de evidência, de acordo com análise apresentada por Antonio (2012b, p. 265) (DIAGRAMA 11). De acordo com a definição da relação (QUADRO 7), a intenção do falante ao utilizar essa relação é aumentar a confiança do destinatário no conteúdo do núcleo. Dessa forma, para que o destinatário acredite no conteúdo do núcleo, um exemplo do que foi afirmado no núcleo é apresentado no satélite.

Diagrama 11 – Relação de evidência.



Fonte: o autor.

### Quadro 7 – Definição da relação de evidência

Nome da relação	Restrições sobre N ou sobre S individualmente	Restrições sobre N + S	Intenção do falante/escritor
Evidência	Sobre N: o destinatário poderia não acreditar em N a um grau satisfatório para o falante. Sobre S: o destinatário acredita em S.	Compreendendo S, aumenta a confiança do destinatário em N.	A confiança do destinatário em N aumenta.

Fonte: MANN; TABOADA, 2010.

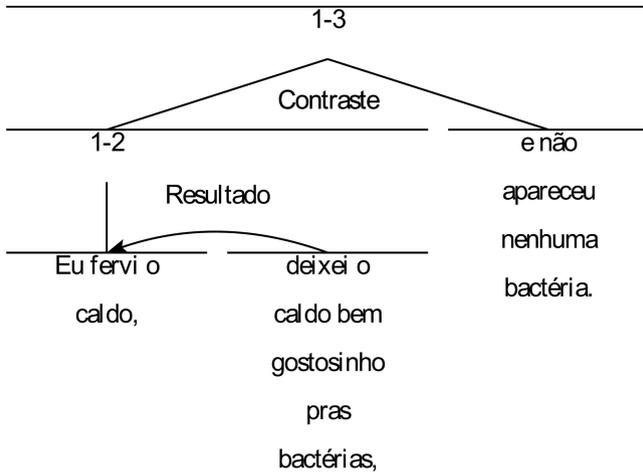
Todos os informantes identificaram a relação estabelecida pelo satélite no excerto, afirmando que a porção 2 exemplificava o conteúdo da porção 1. Ao se apresentar o excerto com o *porque* prefaceando o satélite, três informantes afirmaram que não haveria necessidade de conectivo no excerto, pois perceberam que o item *porque*, nesse excerto, não é uma conjunção causal ou explicativa, mas um MD. Tal observação teve como base uma postura mais conservadora em relação ao uso dos elementos linguísticos, segundo a qual um item como *porque* não deveria introduzir exemplos, mas orações causais ou explicativas. Os demais informantes consideraram que o conectivo torna a compreensão da relação mais clara ou prepara melhor o destinatário para a porção que vem na sequência.

#### Excerto 8

- (1) Eu fervei o caldo, deixei o caldo bem gostosinho pras bactérias,
- (2) não apareceu nenhuma bactéria.

No excerto 8, a relação que emerge da combinação entre as porções de texto é a relação de contraste (cf. QUADRO 2). O estado de coisas da unidade 1 cria a expectativa de que um ambiente propício para as bactérias favorecerá o aparecimento desse microorganismo, mas essa expectativa é frustrada pelo estado de coisas da unidade 2, como pode ser observado no diagrama 12.

Diagrama 12 – Relação de contraste.



Fonte: o autor.

Seis informantes identificaram o contraste ou a quebra de expectativa, outros informantes mencionaram relações não plausíveis como causa e consequência, explicação, conclusão e esclarecimento. Ao se depararem com a unidade 2 iniciada por *e*, três informantes alteraram a leitura que haviam feito inicialmente, mas apenas um indicou corretamente a relação de contraste. E dos seis informantes que haviam identificado a relação corretamente, apenas um afirmou que a inclusão do *e* facilitava a compreensão. É provável que os informantes não tenham achado necessária a inclusão do *e*, porque esse conectivo é prototípico da coordenação aditiva. Como, nesse caso, o *e* foi utilizado pelo falante para sinalizar a relação de contraste, alguns informantes disseram ter estranhado esse uso do *e*. No entanto, há registros de outros valores semânticos associados ao conectivo *e*, além do aditivo, como o adversativo e o conclusivo, de acordo com Schiffrin (1986), em pesquisa a respeito do *and* no inglês.

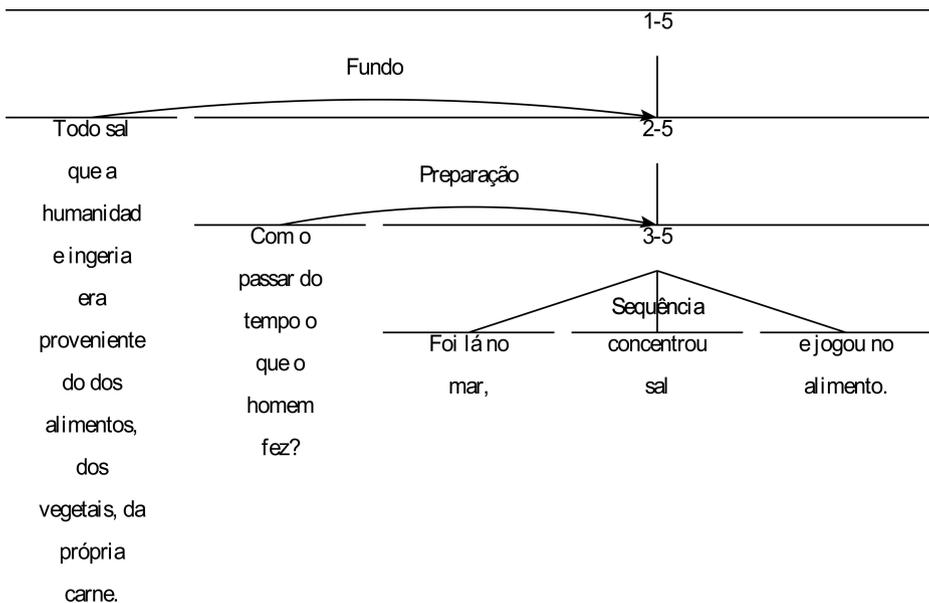
#### Excerto 9

Todo sal que a humanidade ingeria era proveniente dos alimentos, dos vegetais, da própria carne. Com o passar do tempo, o que o homem fez?

- (1) Foi lá no mar, concentrou sal
- (2) jogou no alimento.

No excerto 9, a relação de sequência emerge da combinação entre as porções textuais (DIAGRAMA 13). Como pode ser observado na definição da relação (QUADRO 8), há sucessão temporal entre os eventos dos núcleos.

Diagrama 13 – Relação de sequência



Fonte: o autor.

Quadro 8 – Definição da relação de sequência

Nome da relação	Condições em cada par de N	Intenção do falante
Sequência	Existe uma relação de sucessão entre as situações apresentadas nos núcleos	O destinatário reconhece as relações de sucessão entre os núcleos.

Fonte: MANN; TABOADA, 2010.

Sete informantes identificaram corretamente a relação de sucessão temporal entre os núcleos, um informante não respondeu, e dois informantes identificaram relações não plausíveis para o excerto (solução e explicação). Após a apresentação do excerto com o conectivo *e* introduzindo a unidade 2, nenhum informante alterou a leitura que havia feito, e três dos informantes que haviam identificado corretamente a relação afirmaram que o conectivo não era importante para a compreensão. Pode-se postular a hipótese de que a multiplicidade de valores semânticos assumidos pelo *e*, conforme mencionado anteriormente, leve os falantes a considerar que o *e*, por não proporcionar uma identificação biunívoca das relações, não seja tão determinante para a compreensão.

#### Excerto 10

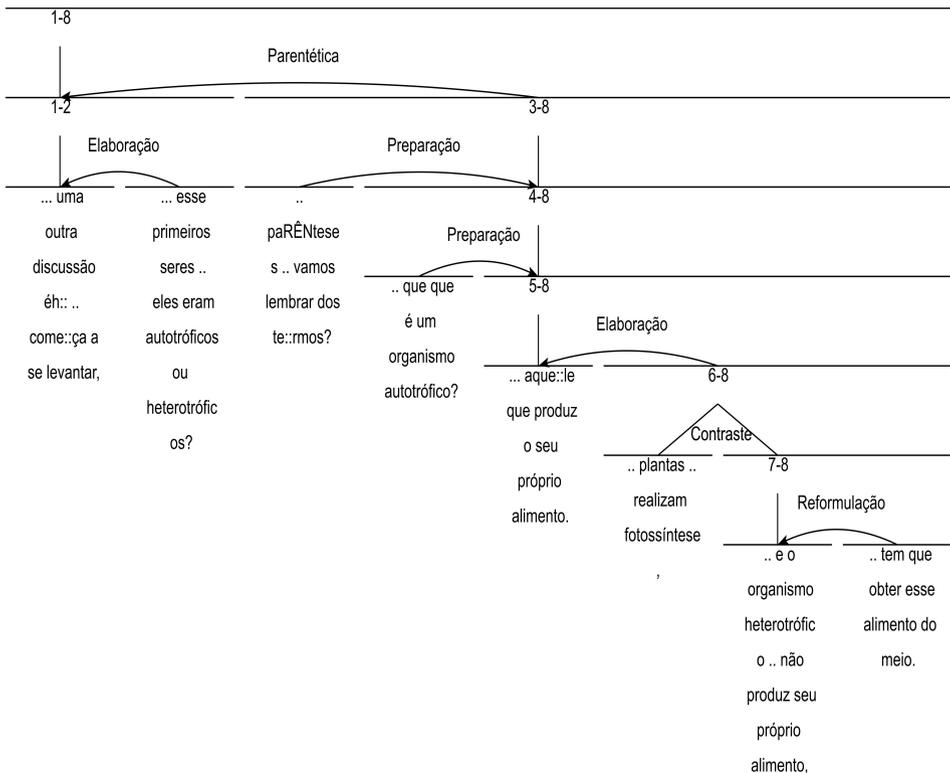
(1) Uma outra discussão começa a se levantar: esses primeiros seres eram autotróficos ou heterotróficos?

(2) Vamos lembrar dos termos?

Organismo autotrófico é aquele que produz o seu próprio alimento, e o organismo heterotrófico não produz seu próprio alimento, tem que obter esse alimento do meio.

No excerto 10, o professor trata dos primeiros organismos na Terra. Ele pergunta aos alunos se esses organismos eram autotróficos ou heterotróficos (unidades 1 e 2). Como o professor não sabia se os alunos conheciam o significado dessas palavras, essa discussão foi pausada enquanto o professor explicava o que são organismos autotróficos e organismos heterotróficos. Na análise de Antonio e Cassim (2012, p. 331), a porção na qual a explicação é dada é um satélite parentético em relação ao núcleo (DIAGRAMA 14). A relação parentética não está presente no rol de relações clássicas da RST (MANN; THOMPSON, 1988), mas foi definida posteriormente. Pardo (2005) afirma que o efeito dessa relação é que o destinatário reconheça que S apresenta informação extra, referente a N complementando N (QUADRO 9).

## Diagrama 14 – Relação parentética



Fonte: ANTONIO; CASSIM, 2012, p. 331.

## Quadro 9 – Definição da relação parentética

Nome da relação	Restrições sobre N ou sobre S individualmente	Restrições sobre N + S	Intenção do falante/escritor
Parentética	Sobre N: não há. Sobre S: apresenta informação extra, relacionada a N, que não está expressa no fluxo principal do texto.	S apresenta informação extra, relacionada a N, complementado N; S não pertence ao fluxo principal do texto.	O destinatário reconhece que S apresenta informação extra, relacionada a N, complementando N.

Fonte: PARDO, 2005, p. 140.

Todos os informantes identificaram corretamente a função do satélite parentético em relação ao núcleo. Ao se defrontarem com o vocábulo *parênteses* sinalizando a relação parentética, sete informantes afirmaram não haver necessidade de sinalizar a relação, pois o conteúdo do satélite e o ato de fala seguinte do professor (“vamos lembrar dos termos?”) já apontam para a natureza informacional complementar.

A análise das respostas dos informantes confirma, portanto, o pressuposto da RST de que as relações de coerência, por serem de sentido, e não de forma, podem ser estabelecidas e interpretadas independentemente de serem marcadas explicitamente por conectivos. Como explicar, entretanto, o fato de a maioria dos informantes ter considerado que a sinalização das relações por meio de conectores facilita a identificação? De acordo com Neves (1997b, p. 1), uma das mais importantes contribuições do funcionalismo para o estudo da articulação de orações é “a valorização da participação do falante na organização de seu enunciado, para expressar as relações aí envolvidas”. Na prática, os modelos funcionalistas de gramática, sendo sistêmicos, procuram explicar, com base na pragmática, os motivos que levaram o falante a optar por uma determinada forma e não por outra diante do grande número de possibilidades disponíveis na língua. Em outras palavras, nas porções de texto utilizadas nesta pesquisa, os falantes que as produziram consideraram que o uso de um conector funcionaria como uma pista que facilitaria a identificação da relação pelos destinatários dos textos (no caso, os alunos). E os entrevistados, em sintonia com os produtores dos textos, por serem também professores, também julgaram que as pistas tornariam a identificação das relações mais clara para os alunos.

#### **4 Conclusões**

Este projeto teve como objetivo investigar se a falta de sinalização das relações por meio de conectivos e de MDs dificulta ou impossibilita a identificação dessas relações em aulas de curso superior.

A investigação foi realizada com a apresentação de dez excertos para professores e alunos de curso superior. Para cada excerto

apresentado, os informantes responderam algumas perguntas para que se pudesse verificar se a relação foi reconhecida.

Inicialmente, os excertos foram apresentados aos informantes sem os conectores que ligam as porções textuais investigadas. Na sequência, os excertos foram apresentados com os conectores. Deve-se observar que os excertos foram produzidos originalmente com os conectores, que foram retirados para os propósitos da pesquisa quando da apresentação inicial aos informantes.

Verificou-se que, na maioria das ocorrências, a identificação das relações pelos informantes foi possível mesmo sem o conector, corroborando o pressuposto da RST de que as relações de coerência, por serem de sentido, e não de forma, podem ser estabelecidas e interpretadas independentemente de serem marcadas explicitamente por conectivos. No entanto, a maioria dos informantes considerou que a sinalização das relações por meio de conectores facilita a identificação, corroborando também o princípio funcionalista de análise, segundo o qual o falante organiza seus enunciados da forma comunicativa mais adequada para expressar as relações envolvidas na combinação dos enunciados.

## 5 Referências

ANTONIO, J. D. O texto como objeto de estudo na Linguística Funcional. In: ANTONIO, J. D.; NAVARRO, P. (Org.). *O texto como objeto de ensino, de descrição linguística e de análise textual e discursiva*. Maringá: Eduem, 2009a. p. 61-80.

ANTONIO, J. D. Os usos do agora em elocuções formais e em entrevistas orais. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 17, p. 189-214, 2009b. <<http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.17.2.189-214>>

ANTONIO, J. D. Expressão linguística das relações retóricas de circunstância e de condição por meio de orações adverbiais temporais e por meio de orações adverbiais condicionais. *Estudos Linguísticos*, v. 41, n. 1, p. 128-143, 2012a.

ANTONIO, J. D. Expression of cause, evidence, justify and motivation rhetorical relations by causal hypotactic clauses in Brazilian Portuguese. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 34, n. 2, p. 253-268, 2012b.

ANTONIO, J. D.; TAKAHASHI, C. Atuação da relação retórica de elaboração na macroestrutura e na microestrutura de elocuições formais. *Calidoscópico*, v. 8, p. 174-180, 2010. <<http://dx.doi.org/10.4013/cld.2010.83.02>>

ANTONIO, J. D.; CASSIM, F. T. R. Coherence relations in academic spoken discourse. *Linguística LII: Le Discours Parlé*, p. 323-336, 2012.

BUTLER, C. S. *Structure and function: a guide to three major structural-functional theories*. Part 1: approaches to the simple clause. Amsterdam / Philadelphia: J. Benjamins, 2003.

CHAFE, W. Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: OLSON, D. R. *et al.* (Ed). *Literacy, Language and Learning: the nature and consequences of reading and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 105-123.

DECAT, M. B. N. Estrutura retórica e articulação de orações em gêneros textuais diversos: uma abordagem funcionalista. In: MARINHO, J. H. C. e SARAIVA, M. E. F. (Ed.). *Estudos da língua em uso: da gramática ao texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p.231-262.

DU BOIS, J. W. The Discourse Basis of Ergativity. *Language*, v. 63, p. 805-855, 1987. <<http://dx.doi.org/10.2307/415719>>

GIVÓN, T. *Topic continuity in discourse: a quantitative cross-language study*. Amsterdam: John Benjamins, 1983. <<http://dx.doi.org/10.1075/tsl.3>>

FORD, C. The treatment of contrasts in interaction. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMAN, B. (Ed). *Cause, condition, concession, contrast – cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 283-312. <<http://dx.doi.org/10.1515/9783110219043.3.283>>

GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A.; TABOADA, M. Coherence Relations in Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (Ed.) *Studies in Functional Discourse Grammar*. Berne: Peter Lang, 2005. p. 227-259.

GRIMES, J. *The thread of discourse*. The Hague: Mouton, 1975.

<<http://dx.doi.org/10.1515/9783110886474>>

HENGEVELD, K. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: VAN DER AUWERA, J. (Ed.). *Adverbial constructions in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

<<http://dx.doi.org/10.1515/9783110802610.335>>

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

<<http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199278107.001.0001>>

HIRATA-VALE, F. B. M. Para uma interpretação condicional de construções temporais do português: contextos de uso. *Alfa*, v. 52, n. 1, 167-177, 2008.

HOBBS, J. R. *On the coherence and structure of discourse* (Report n° 35-87). Stanford: Stanford University – Center for the Study of Language and Information, 1985.

HOPPER, P.; THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, n. 2, p. 252-299, 1980. <<http://dx.doi.org/10.1353/lan.1980.0017>>

JUBRAN, C. C. A. S.; URBANO, H.; KOCH, I. G. V.; RISSO, M. S. Organização Tópica da Conversação. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do Português Falado: níveis de análise linguística*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992. v. 2, p. 359-440.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. *Relational propositions in Discourse*. Technical Report. ISI/RR-83-115. Marina Del Rey, CA: Information Science Institute, 1983.

\_\_\_\_\_. Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization. *Text*, v. 8 n. 3, p. 243-281, 1988.

MANN, W. C.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.; THOMPSON, S. A. Rhetorical Structure Theory and text analysis. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. (Ed.). *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text*. Amsterdam / Philadelphia: J. Benjamins, 1992. p. 39-77. <<http://dx.doi.org/10.1075/pbns.16.04man>>

- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Ed.) *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam / Philadelphia: J. Benjamins, 1988. p. 275-329.
- NEVES, M. H. M. *A Gramática Funcional*. S. Paulo: Martins Fontes, 1997a.
- \_\_\_\_\_. A articulação de orações: reflexões de base funcionalista. CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 1., 1997, Maceió. *Anais...* Maceio, 1997b. p. 271-281.
- \_\_\_\_\_. *Gramática de usos do português*. S. Paulo: Editora Unesp, 2000.
- NICHOLS, J. Functional theories of grammar. *Annual review of Anthropology*, v. 43, p. 97-117, 1984.  
<<http://dx.doi.org/10.1146/annurev.an.13.100184.000525>>
- NOVAES-MARQUES, N. B. *A relação conclusiva na língua portuguesa: funções resumo, conclusão e consequência*. 2014. 160p. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, SP, 2014.
- PARDO, T. A. S. *Métodos para Análise Discursiva Automática*. 2005. 211p. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo. São Carlos-SP, 2005.
- PÉREZ QUINTERO, M. J. *Subordination in English: a functionalist approach*. Amsterdam: Rodopi, 2002.
- POLANYI, L. *The linguistic discourse model: towards a formal theory of discourse structure*. Cambridge, MA: BBN Laboratories, 1986.
- SANDERS, T. J. M.; SPOOREN, W. P. M.; NOORDMAN, L. G. M. Toward a taxonomy of coherence relations. *Discourse processes*, v. 15, p. 1-35, 1992.<<http://dx.doi.org/10.1080/01638539209544800>>
- SCHANK, R. C.; ABELSON, R. P. *Scripts, plans, goals and*

*understanding*. Hillsdale: Erlbaum, 1977.

SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

TABOADA, M. Discourse Markers as Signals (or Not) of Rhetorical Relations. *Journal of Pragmatics*, v. 38, n. 4, p. 567-592, 2006.

<<http://dx.doi.org/10.1016/j.pragma.2005.09.010>>

\_\_\_\_\_. Implicit and explicit coherence relations. In: RENKEMA, J. (Ed.). *Discourse, of course*. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 127-140. <<http://dx.doi.org/10.1075/z.148>>

VAN DIJK, T. A.; KINTSCH, W. *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press, 1983.

VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. S. Paulo: Contexto, 1992.

VAN VALIN, R. D. JR. Functional linguistics. In: ARONOFF, M.; REES-MILLER, J. (Ed.). *The handbook of linguistics*. Malden: Blackwell Publishers, 2002. p. 250-263.

